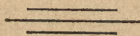
LISBOA ANTIGA

REDUCÇÃO DA PLANTA DE LISBOA FEITA POR J. NUNES TINOCO EM 1650

LISBOA ANTIGA

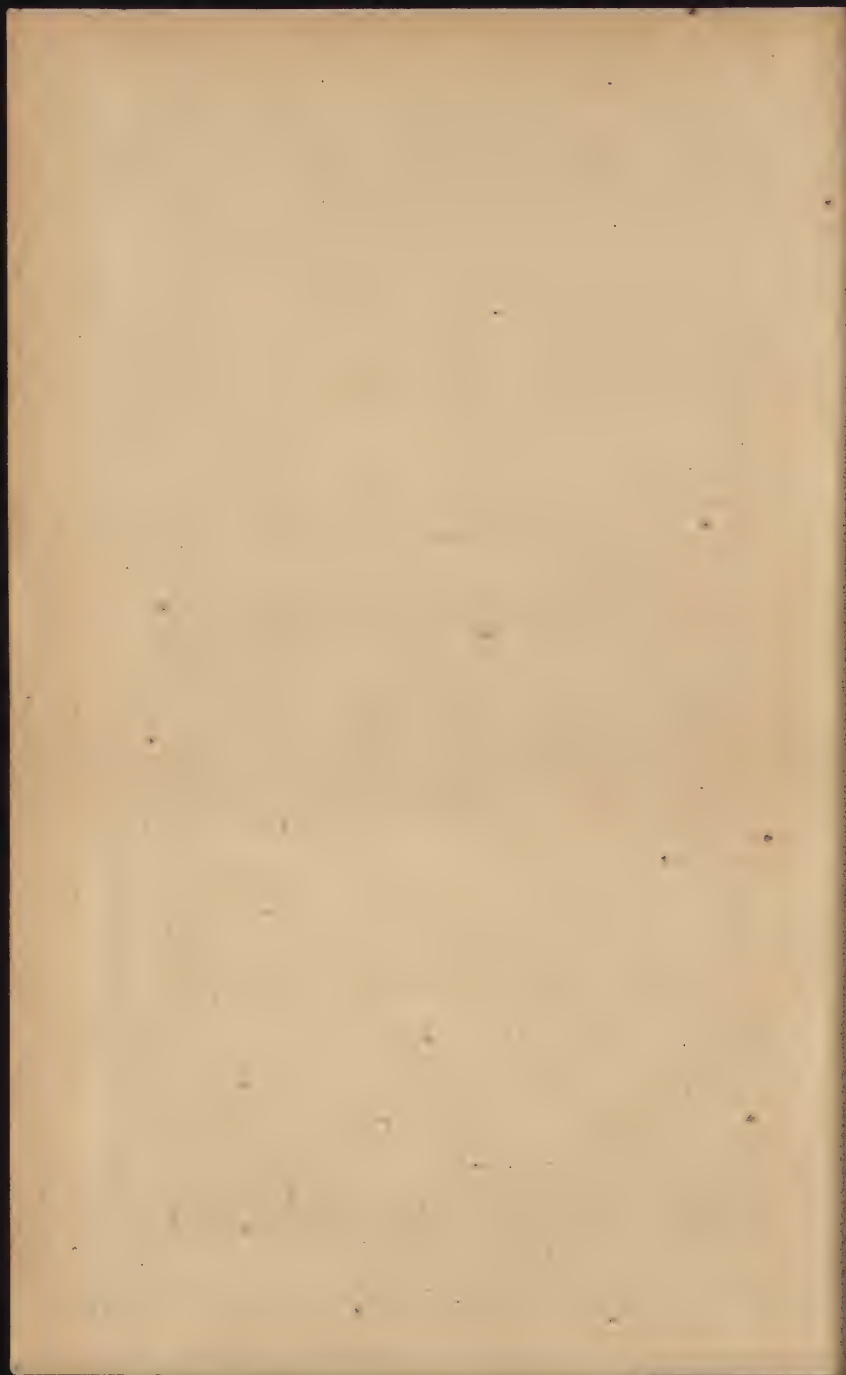
POR

JULIO DE CASTILHO

LISBOA
LIVRARIA FERREIRA
132 — Rua Aurea — 134

JULHO DE 1885

SEGUNDA PARTE

BAIRROS ORIENTAES

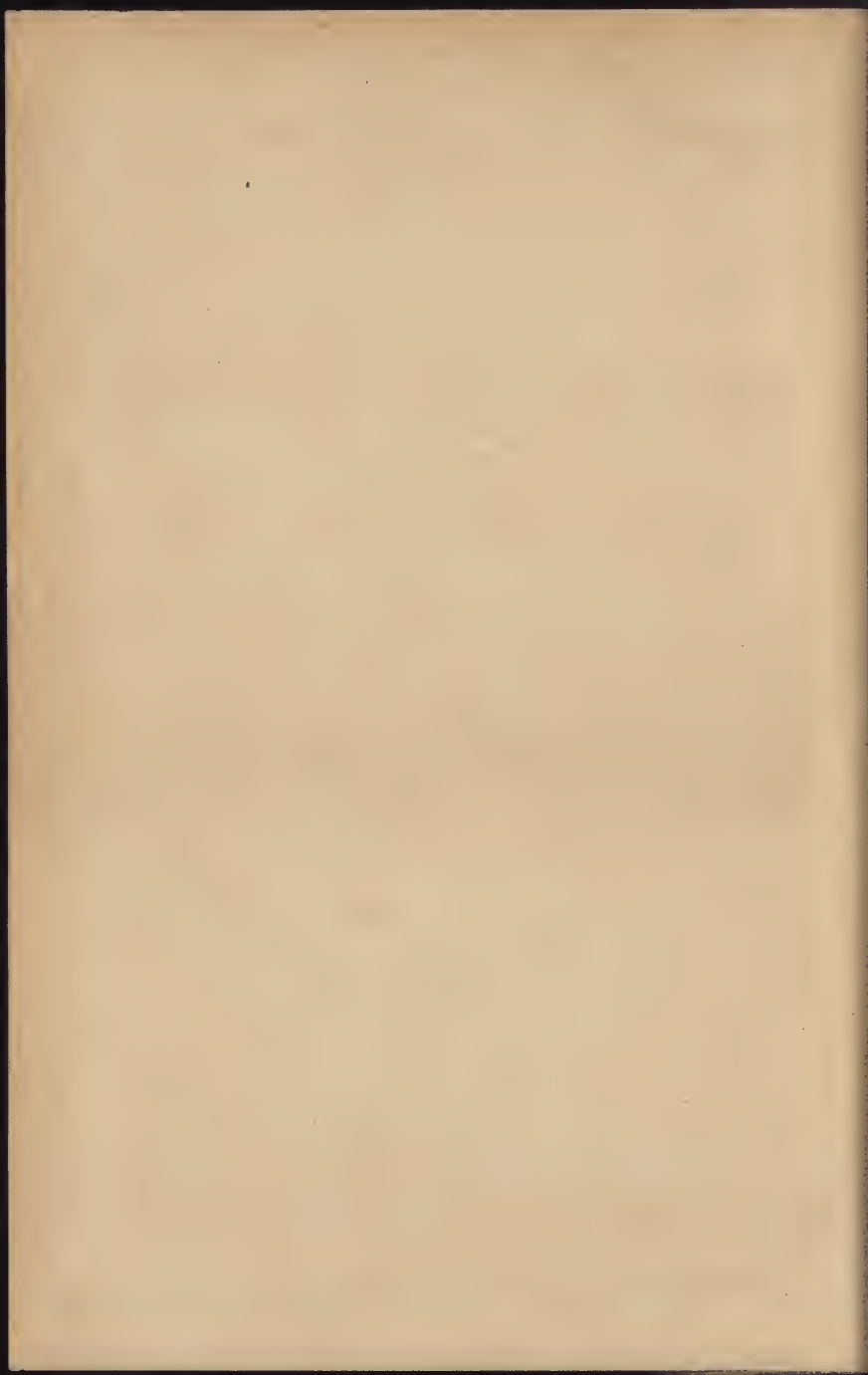
TOMO IV

Á

MEMORIA

DE

A. DA SILVA TULLIO

CONSAGRA AFFECTUOSAMENTE ESTE VOLUME

O auctor.

AO LEITOR

Comecei no antecedente volume a revistar minuciosamente as recordações affonsinas da Lissibona moira recem-conquistada. Estudei a Moiraria, Santa Cruz do Castello, e a Sé Cathedral; isto é, principiei o exame dos trabalhos improbos, que ao nosso primeiro soberano, e aos nossos primeiros prelados, custou a christianisação de tão larga área de terrenos.

Continuarei.

Este volume da *Lisboa Antiga* vae dedicado á memoria de Silva Tullio. É preito devido a quem tanto serviu as lettras patrias, a quem tão bem mi-

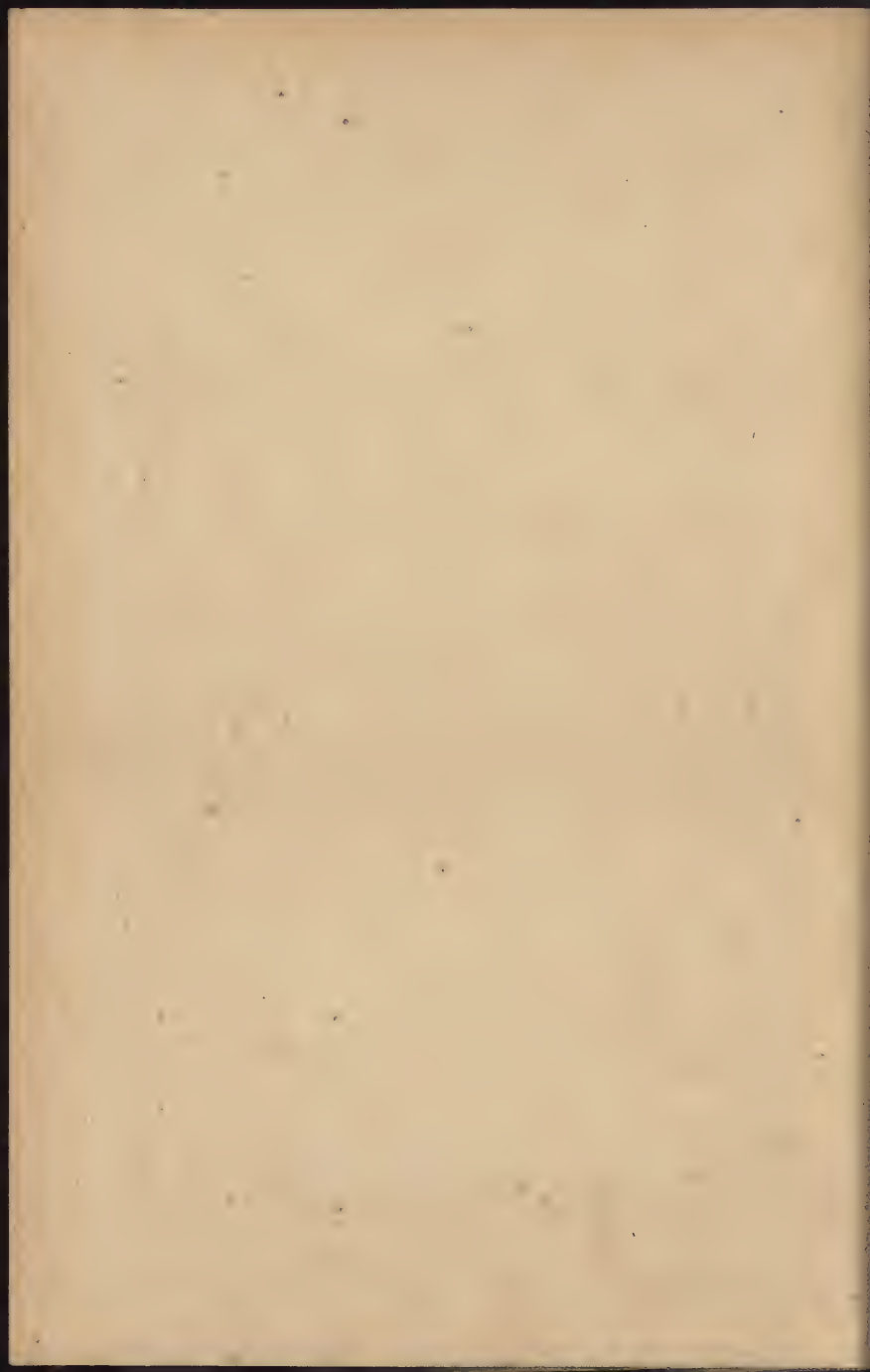
litou n'estas valentes fileiras, sem nunca renegar dos seus chefes e dos seus guias carinhosos.

Ao mais vasto e variado saber das nossas antiguidades, e dos segredos da palavra escripta, ao mais honesto caracter, ao mais affectuoso coração, sabia Silva Tullio alliar um predicado rarissimo: o enthusiasmo do merecimento alheio. Com as suas expansivas exagerações peninsulares, era constante pregoeiro do talento dos confrades; e apezar de minado desde annos pela terrivel doença que o matou, era sempre, era apezar de tudo, era por todos os feitios, nas regiões officiaes e fóra d'ellas, com a lei na mão, e até (quando era necessario) atropellando nobremente a lei em nome do bem geral, o mais activo e efficaz auxiliar das tentativas dos bisonhos.

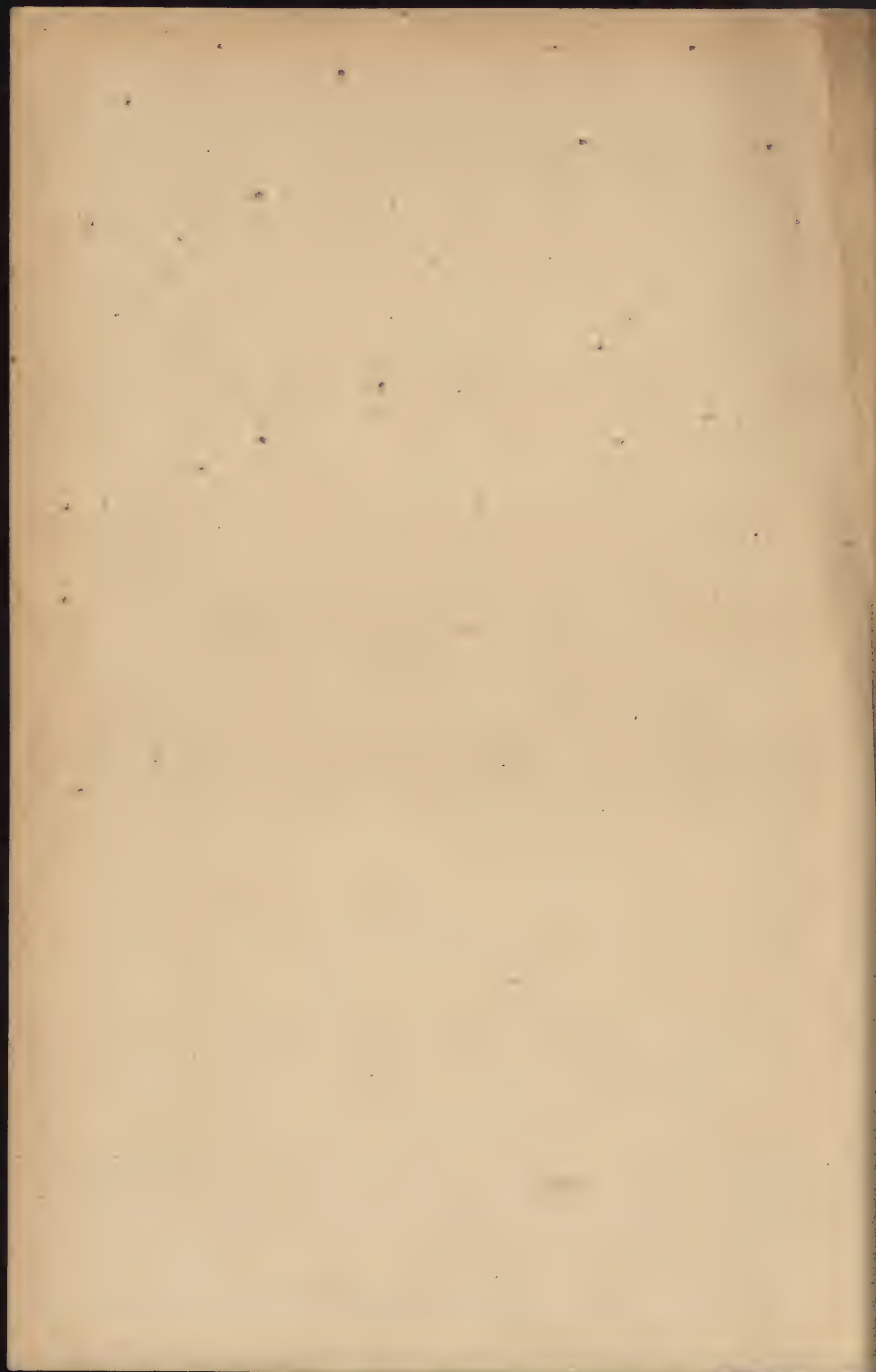
Bastaria essa feição dedicada, bastaria ella só n'este nosso tempo, de feroz egoismo e gelada indifferença, para o tornar credor da veneração de todos os que trabalham. Os leitores da Bibliotheca, esses só á sua parte devem-lhe um monumento.

Quando nasci, já elle tinha entrada em casa de meu Pae. Quando perdemos meu Pae, Silva Tullio

acompanhou-o sempre, e parecia allucinado. Ora o affecto que o ligava ao nosso mestre commum, herdei-o eu.

Sirva pois esta singela corôa, pendurada no cypreste d'aquelle homem bom, meu chefe na Bibliotheca Nacional, meu guia, e meu amigo, para mostrar que não fui ingrato.

LIVRO V

LISBOA CHRISTÃ
EL-REI D. AFFONSO—FUNDAÇÕES

Santa Justa—O theatro de D. Fernando
Passeio na freguezia
O paço dos Estaos—A ermida de Nossa Senhora
da Escada—S. Vicente—Palacios do sitio
As Escolas Geraes—S. Thomé
Santa Marinha

A inconstancia contínua, em que nos deixou o terremoto passado, tem feito produzir a cada passo transmutações differentes; d'onde será desculpavel, se, olhando para o estado actual de algumas cousas, observarem aqui os leitores semblante diverso.

J. B. de Castro, *Mappa de Portugal*, advertencia ao tomo III.

CAPITULO I

Institue o bispo D. Gilberto varias fregúezias em Lisboa e seus arrabaldes.—Começa o auctor a examinal-as uma por uma. —A freguezia de Santa Justa.—Já existia em 1173. Ahi desembarcam as reliquias de S. Vicente em setembro d'esse anno.—Escutam-se as varias narrativas do successo.—Versão do caso segundo o investigador André de Rezende.

Todo o immenso movimento da instauração da vasta e importante diocese lisbonense, havia por força de attrahir para o culto catholico as attenções do povo, as dos moiros até, e contribuir muito para a desbravação da nascente nacionalidade portugueza.

Para maior facilidade na administração dos sacramentos e do ensino a tantos milhares de diocesanos, entendeu o previdente pastor D. Gilberto instituir, na larga extensão do arrabalde da cidade, varias freguezias.

No meu pesado mas agradavel compromisso de as correr por miudos, começarei por uma. Vimos Santa Cruz, vimos a Sé; entre agora Santa Justa.

Foi Santa Justa, segundo Carvalho, a segunda parochia instituida pelo nosso primeiro pastor; e o mesmo diz João Baptista de Castro [1], citando a D. Rodrigo da Cunha.

*

Do principio exacto d'esta illustre parochia nada sei; e se D. Rodrigo da Cunha o não disse, elle que tantas memorias authenticas compulsou, é que não encontrou coisa que valesse nos archivos da sua sé. Costumamos queixar-nos sempre do terremoto de 1755; e os seiscentistas não tinham acaso uns poucos antes de si?

O averiguado é que ao tempo da trasladação dos ossos de S. Vicente para Lisboa, em 1173, vinte e seis annos depois da conquista, já existia a egreja parochial de Santa Justa. Regia então o bispado o bispo D. Alvaro. Mas se, como se demonstra por certo padrão epigraphico da egreja de S. Martinho, a que hei de referir-me no seu logar, existia S. Martinho em 1168, é claro que (embora não haja provas directas) já antes d'esse anno devemos reputar existente a egreja de Santa Justa, a ser verdade, como creio, que fosse a segunda parochia instituida.

*

Do primeiro templo nem vestigios se encontram.

[1] *Mappa*. Tom. III, p. 182.

Ficava perto dos espraiados do esteiro marinho, ali onde foi o theatro de D. Fernando, e hoje são as officinas e depositos da fabrica de tabacos *Regalia*. O que sobreviveu (até que a municipalidade se esforce em o apagar) é apenas o titulo do orago. O largo *de Santa Justa*, e as escadinhas ou travessa *de Santa Justa*, são os ultimos padrões que nos ficaram d'isso tudo!

*

Foi n'esta velha parochial que em 1173 se albergaram as reliquias de S. Vicente. Vinham de longe, n'um navio; subindo o Tejo, entrando pelo braço de mar, terra a dentro, desembarcaram á Moiraria, e n'esta egreja de Santa Justa as hospedou o parocho, até se transferirem para a nobre sé cathedral.

Se algum sonhador, ao atravessar hoje a Moiraria, ao passar pelo arco do marquez de Alegrete, onde aflorava o braço do Tejo, quizer reconstruir em espirito a scena da chegada do Santo, quero poupar-lhe o maior trabalho, e aqui lhe apresento o que por acaso consta das memorias e lendas.

*

Começarei por summariar o que diz o nosso sabio André de Rezende [1]; alcançou-o nas suas investigações de antiquario. Tinha sido chamado de Evora, para redigir os decretos de um concilio provincial ce-

[1] Na sua Epistola a Bartholomeu de Quebedo, já citada n'um dos volumes antecedentes. Procure-se no fim do Tomo da tomada de Lisboa a lista dos auctores.—Veja-se tambem a mesma Epistola em Bollando—*Acta Sanctorum*. Tom. II, p. 406.

lebrado na sé de Lisboa; e como lá ia diariamente, examinou-a; e entre outras historias que lhe chamaram as attenções, vê-se que avultou a do padroeiro da cidade[1]. Á explicação d'essas interessantes narrativas consagrou uma erudita epistola, que vou extractar.

Pena é, no emtanto, que se limitasse a ellas, e nos não deixasse mais pormenores do templo em si mesmo; devemos agradecer-lh'o ainda assim; e (entre parenthesis) bem mereceu o duque d'Avila quando, ao tempo em que era administrador geral de Evora, salvou do entulho no convento de S. Domingos os restos de André de Rezende e dos Severins. O proprio duque teve a bondade de m'o recordar uma vez com justificavel e nobilissima ufania. Vamos ao caso.

*

É S. Vicente um dos ornamentos do agiologio peninsular.

Diacono, e oriundo de Saragoça, recebeu a palma do martyrio no anno de 304 durante o reinado do imperador Diocleciano, n'aquelle tempestuoso periodo em que o imperio retalhado servia de pasto ás ambições de quatro. Viera para a peninsula iberica na qualidade de prefeito, no anno antecedente, o cruel Daciano, que presidiu aos horriveis tormentos infligidos em nome do polytheismo ao heroico e sublime athleta da Fé Christã[2].

[1] —... *Vocatus a meo principe, ad provincialis concilii decreta scribenda,... quotidie itabam ad summum templum, ad episcopos.*—

[2] Veja-se Florez. *Esp. Sagr.* T. VIII, p. 185.

*

Diz Rezende que havia controversia entre francezes e portugueses ácerca de S. Vicente. Affirmavam aquelles possuir na Aquitania as reliquias do Martyr; teimavam os portuguezes veneral-as em Lisboa. Deixo de parte os argumentos; narro apenas (ou antes traduzo quasi textualmente) o que elle diz do descobrimento do corpo, segundo o referia uma chronica latina antiquissima em poder dos monges de Santa Cruz de Coimbra.

Tornando-se a Coimbra el-rei D. Affonso depois da batalha de Ourique, saiu-lhe ao encontro o conego S. Theotonio a dar-lhe os seus emboras; e notando entre os captivos muitos muzarabes (isto é muitos moiros já cultores do christianismo), obtivera do soberano alforria para elles. Chamados á presença real, declararam serem valencianos de origem, mas habitantes do promontorio que fica no extremo do Algarve. Tinham seus maiores conseguido escapar-se de Valencia, com medo do invasor Abd-er-Rahman; e levando comsigo o corpo de S. Vicente que lá jazia, tinham assente as suas cabanas de foragidos no cabo Sacro, em volta de uma capellinha onde sepultaram o precioso thesoiro. Ali se foram deixando ficar, até que uma vez, chegando áquelles ermos um moiro nobre que andava em montaria, matara os adultos, e captivara as creanças, por odio religioso. Promptificavam-se os muzarabes a prestar ao rei portugallez signaes muito certos de tudo, caso ainda existissem as choças, e caso ainda os corvos frequentassem o sitio como d'antes (d'onde ao pro-

montorio tinham posto os moiros o nome de cabo *dos Corvos)*. Agradou o alvitre ao soberano; mandou emissarios ao cabo; mas tão arruinada e afogada se encontrou a pobre aldeia entre os matagaes, que nada se conseguiu alcançar da paragem das reliquias [1].

*

Passou tempo. Debellado a pouco e pouco o poderio sarraceno, tomada Lisboa, tornou Affonso Henriques a arder em cubiças de possuir os restos do Martyr, em cuja honra, logo desde o principio do cerco, instituira o cenobio dos conegos regrantes; e em 1173, tendo celebrado treguas de cinco annos com o rei de Sevilha, mandou ao promontorio um navio com gente armada, e entre ella os mais edosos dos taes muzarabes, os que melhor se recordassem dos sitios. Foram; chegaram; graças ao indicio dos corvos, toparam com o vestigio das cabanas e da ermida; e desbastando o entulho, e excavando a terra, deram com o caixão do Santo por sob as ruinas do altar.

[1] Ha no livro compillado pelo dr. Gustavo Storm, professor de historia na universidade de Christiania, *Monumenta historica Norvegiæ*, pag. 163 e seg., um fragmento de roteiro antigo á Palestina, escripto, segundo parece, por certo monge chamado Mauricio. Pena é, para nós outros, que este documento se encontre mutilado, e só principie na menção do cabo de S. Vicente. *Tarfalgurfa* o denomina frei Mauricio; e accrescenta que para os hespanhoes é *Cabo Sant Vincent*, por ahi ter sido encontrado o corpo do santo Martyr. Aquelle primeiro nome, diz o sabio annotador, vem do arabe *Tarf-al-Gurâb* (cabo dos Corvos).

Ao embarcar-se o corpo, foram vistos dois corvos poisar, um á proa outro á pôpa do navio, mansos, e até ao fim companheiros dos despojos do Martyr.

Entrou o navio a barra do Tejo, e subiu o esteiro até não longe da egreja de Santa Justa, junto ao sitio onde já no tempo de Rezende se erguia (desde 1375) a porta que por isso veiu a chamar-se de S. Vicente. *Até ahi* — diz este auctor — *chegava então* (em 1173) *o mar, que depois se foi retirando, como a dar mais margem aos augmentos da povoação*[1].

Depois de noite, para se forrarem a tumultos, levaram os recem-chegados as reliquias do Santo para terra, e depositaram-n'as no visinho templo de Santa Justa.

Divulgou-se, não se sabe como, o segredo; e desde o romper do dia foi vista correr para Santa Justa, a querer saudar o novo hospede, grande mó de povo armado; e foi tanto o borborinho, que, a não ter apparecido Gonçalo Viegas, alcaide do castello de Lisboa, ou *adiantado mór da cavallaria d'ElRei*, como lhe chama Duarte Galvão[2], e a não terem sido as palavras com que persuadiu o povo a esperar a proxima chegada d'el-rei D. Affonso, então ausente, corria por certo muito sangue.

Era deão da sé um chamado Roberto; esse em

[1] — *Eo enim usque mare tunc erat, quod paullatim postea propulsum, ampliandæ urbi locum reliquit.*

[2] *Chron. de D. Aff. Henr.* Cap. XLIV. — ... *Gonsalvus Egee, quem in illis diebus Rex antedictus* (Affonso Henriques) *militiæ præfecerat Extrematuræ*... palavras do chantre Estevão — apud Bolland. — *Acta Sanct.*, p. 409.

nome seu e do cabido, conferenciou a occultas com o padre Munio, reitor de Santa Justa[1], e obteve d'elle a transferencia para a sé.

Chegou el-rei, approvou tudo quanto se fizera, mas sempre desejoso de collocar algumas reliquias do Martyr no seu querido mosteiro já de antemão dedicado a S. Vicente, mandou outra vez ao Algarve; quem lá foi excavar de novo no cabo dos Corvos, teve a ventura de encontrar ainda um fragmento da caveira, e mais alguns pedaços do caixão.

Em memoria de todo o succedido é que a cidade tomou por armas um navio com a imagem do Santo erguida no mastro, e dois corvos, um á pôpa, outro á proa.

No proprio sitio onde jouvera o Santo levantou-se um templo, com o que se trocou ao cabo o seu antigo nome no de S. Vicente.

Eis ahi o que nos diz André de Rezende.

[1] Duarte Galvão no capitulo citado chama-lhes *D. Roberte* e *D. Moniz*. Acenheiro (*Chron. Aff. Henr.* Cap. VII), *Dom Ruberte* e *D. Mem Moniz*. André de Rezende, (*Epist.*, fl. 13) chama ao deão *Roberto*, e ao prior de Santa Justa *Munio*.

CAPITULO II

O caso de S. Vicente contado por certo escriptor moiro.— Narrativa de mestre Estevam, chantre da sé de Lisboa, e coevo d'el-rei D. Affonso Henriques.

Vou apresentar aos leitores de hoje em dia um escriptor mahometano, que tambem narrou, como soube, parte d'esta historia interessante. Chama-se Rases, historiographo do Miramolim de Marrocos, e d'el-rei de Cordova. Escreveu das antiguidades das Hespanhas, com o fito em completar ou corrigir as chronicas dos christãos. Foi traduzida a obra de Rases em portuguez por mestre Machometo, architecto sarraceno, auxiliado, ao que parece, por Egas Peres *(Aegidius Petri)* capellão de D. Pedro Annes de Portel, pae do grande D. João de Aboim.

Ao tratar o moiro Rases de Abd-er-Rahman, IV do nome, e 21.º rei dos sarracenos, diz isto:

Na era de 138, segundo o computo arabigo, ergueu-se de mão armada Abd-er-Rahman, filho de Moab; venceu e matou a Jusiph, invadiu o reino, e ao christianismo declarou guerra feroz.

Saido de Sevilha, expugnou Beja, Evora, Santarem, Lissibona, e todo o Algarve, com grave damno dos christãos. Não houve cidade que lhe soubesse resistir; e das povoações fugiam os habitantes até ás montanhas das Asturias.

Todas as egrejas que topou inteiras destruiu-as Abd-er-Rahman, e eram muitas; e algumas de grande fabrica, desde tempos de gregos e romanos; e os corpos venerados dos christãos, chamados *Santos*, arrancava-os dos templos e deitava-lhes fogo.

O que tudo vendo os christãos, embrenhavam-se como podiam por montes e logares inaccessos.

Ao vir Abd-er-Rahman caindo com todo o seu peso d'armas sobre Valencia, n'esta invasão de 755 a 788 da era christã, succedeu o que vou narrar. Possuiam ali os christãos o corpo de certo homem virtuoso chamado Vicente, e queriam-lhe quasi tanto como a Deus. E os guardas do cadaver persuadiam ao vulgo que pelas virtudes d'elle os cegos recobravam vista, os mudos alcançavam falla, e os coxos andavam; e assim dementavam a pobresinha da plebe [1]. Mal constou a chegada de Abd-er-Rahman, temerosos de que o seu engano viesse a declarar-se, fugiram levando comsigo o corpo do homem santo.

E contou a Rases Alibohacem, bom cavalleiro da

[1] Peço ao leitor que note uma coisa: quem falla não sou eu; é o moiro.

cidade de Fez, que certa occasião, indo com os seus monteadores caçar até á orla marinha do Algarve, no fucinho do cabo que ali boja de encontro ao mar, n'aquellas brenhas encontrara o corpo do tal homem, guardado ainda pelos mesmos christãos que o levaram de Valencia, e ali moravam como em aldeia nas suas choças pobrissimas, a ver as ondas. Que fez Alibohacem? matou os homens, e levou captivas as creanças; o corpo de Vicente, esse lá o deixou ficar.

Eis ahi, pouco mais ou menos, o que nos diz o moiro Rases. É a nossa chroncia vista, por assim dizer, do avesso.

*

Demos agora a palavra ao antiquissimo chantre da sé de Lisboa, mestre Estevão *(Stephanus, præcentor ulyssiponensis)*. Eis o que elle diz n'um precioso escripto que nos deixou ácerca de S. Vicente.

Foi, como é sabido martyrisado o nobre athleta da Fé em Valencia, e ahi mesmo sepultado; mas depois do desbarate d'el-rei Rodrigo pelos sarracenos, alguns fieis transportaram o sagrado corpo a sitio remoto, o cabo chamado de S. Vicente do corvo, e em arabe *El Keniciet al corabh*, ou egreja do corvo. Em volta da sepultura edificaram aquelles profugos quantas cabanas poderam.

Tornando-se el-rei D. Affonso Henriques terror dos moiros pelos reis que lhes desbaratou, e pelas cidades e terras que logrou devastar-lhes, abalou em pessoa até ao cabo dos Corvos em busca do sepulchro, cuja fama lhe chegara. Fosse porque motivo

fosse, não deu com elle; e opinava piedosamente o proprio soberano, que o Martyr de sua espontanea vontade se lhe occultara, por desejar vir a pertencer ao povo de Lisboa, e não ao de Braga ou Coimbra, que então, antes de conquistada Lisboa, eram as residencias do filho do conde D. Henrique.

Passado tempo, como o rei portugallez tivesse occasião de restituir a terras de christãos uns poucos de muzarabes que jaziam em captiveiro de moiros, aconteceu virem entre elles dois irmãos, já idosos, homens de grande religião, e trajando por uso habitos monachaes. Viviam em Lisboa; e a quem lhes perguntava noticias do sitio onde seus maiores tinham sepulto o Martyr, tudo explicavam ás maravilhas. Á vista d'isso, havendo já pela relação dos bons muzarabes, certeza plena dos logares, celebra treguas com os moiros o sobredito rei de Portugal; e os dois irmãos inflammados em bons desejos apparelham barcas, juntam alguns parentes intimos, e lá se abalam para o almejado promontorio, onde logram chegar com feliz viagem.

Desembarcam, preparam-se com vigilias e orações, e depois de larga tarefa encontram, graças a revelação divina, o corpo que buscavam, e entre alegrias indiziveis conseguem trazel-o ao porto de Lisboa.

O final narra-o como Rezende o nosso mestre Estevam; e por isso lhe tiro a palavra.[1]

Oiçamos agora com toda a attenção outro narrador, ainda mais poeta que os precedentes.

[1] Qnem quizer procure Bollando—*Acta sanctorum*—T. II, pag. 407 e seg.

CAPITULO III

Versão da mesma trasladação de S. Vicente, segundo um manuscripto do collegio dos jesuitas de Douai.

Existia no seculo XVII, na livraria do collegio dos jesuitas de Douai (França), um folio velho manuscripto encadernado em carneira ruiva (minuciosos signaes), onde a paixão e trasladação de S. Vicente se narravam com pormenores, que não descabem n'este logar. Encontrei o vetusto documento n'um livro modernamente impresso pelos sabios jesuitas, e vou extratal-o [1].

*

Depois de conquistada Lisboa aos sarracenos, soube el-rei Affonso, até certo tempo chamado simples-

[1] *Analecta Bollandiana.* Tom. I, pag. 271 a 278.

mente, conforme o auctor do manuscripto, *vali de Portugal (valles portugallensis)* que em Valencia da Andaluzia jazia sepulto o Martyr S. Vicente. Alvoroçado com tal nova para lá se dirigiu com grande comitiva, indagou, mas nada logrou encontrar. Tornou-se a Lisboa.

Aqui vivia certo sacerdote virtuoso, pobre, e observantissimo da lei de Deus. Estando uma vez a orar, viu junto a si um homem, que lhe disse, em voz sobrenatural:

—Abala-te! corre em busca do Martyr Vicente. Jaz na basilica junto á cidade de Valencia. Assim que o achares, traze-o para Lisboa.

Não se demorou o sacerdote; preparou-se para embarcar, mas por melhor guardar o segredo, pretextou ter de ir ao sul comprar madeiras. Tomou comsigo um seu diacono, e um menino, e metteu-se ao mar.

Como fossem já muito longe e quizessem largar uma vela, repararam que lhes faltavam cabos. Aos afflictos marinheiros bradou então o sacerdote:

—Confiar em Deus, irmãos!

N'isto olha para o mar, e repara que no fundo jazia uma corda apta para o intento. Pescam-n'a, e observam ter seis covados a mais do que precisavam.

—Empregae na manobra o indispensavel; e esses seis covados reservae-os, que bem póde ser hajam de servir-nos lá pera o diante.

*

Chegaram com boa monção ás praias proximas a

Valencia; mas por se temerem de alguma incursão de moiros, desembarcaram noite fechada, o prior, o seu diacono, e mais o menino[1].

Ficou o diacono á porta da basilica; só entraram o prior e o menino. Aquelle ajoelhou, este ficou em pé atraz do sacerdote.

Estando o velho submerso em oração, disse-lhe a creança:

—Senhor, senhor, que formoso mancebo aqui está junto a mim!

Ergueu o sacerdote a cabeça, e nada enxergou; mas disse ao menino:

—Filho, pois toma tres pedras, e colloca-as no sitio exacto onde tocaram os pés d'esse mancebo que ahi viste.

Assim se fez; e tornando-se o diacono a bordo, trouxe alguns marinheiros, com enxadas e picaretas, e eil-os entram a excavar no logar indicado pelas pedras. Cavaram, mas não deram com o thesoiro. Desnudaram porém no fundo da cova aberta um alicerce; e n'elle uma pedra branca a modo de sarcophago. Rompem-n'a, e dão então com um caixão de madeira, d'onde saem fragrancias deliciosas, de endoidecer. Certos de haverem achado o que buscavam, envolvem o caixão nos tres covados de corda, e abalam-se com elle, pela calada d'aquella noite de mysterios.

[1] O corpo de S. Vicente conservou-se n'uma egreja extramuros de Valencia durante o dominio dos godos, e no dos moiros, até á perseguição horrivel que Abd-er-Rahman moveu ao christianismo, entre os annos de 755 a 788.—Florez, *España Sagrada.* Tom. III, pag. 187.

*

E ao longo de escabrosas veredas, para elles desconhecidas, foram caminhando á pressa até á praia do mar. Levavam o caixão o prior e o diacono; e iam andando; o diacono adiante, e o prior atraz. De repente, afundou-se o de diante n'um algar; ao hombro do companheiro ficou suspenso por milagre o peso todo, como que sustido de forças sobrehumanas.

—Porque páras?—perguntou o prior, que, por causa do escuro, não entendia o succedido.

—Como posso eu caminhar?—volveu o outro do fundo da cova—Não percebes que me afundei?

—Vicente!—exclamou o prior cheio de fé viva —Vicente! já não creio que levemos o teu corpo; se em realidade és tu, porque assim deixaste cair o teu servo? Dar-se-ha que te vencesse agora o diabo na tua trasladação, quando na paixão te não venceram as cruezas de Daciano? A ser esse de veras o teu corpo, S. Vicente, restitue-me o meu diacono!

Palavras não eram ditas, surge este illeso do seu afundadoiro; e eil-o por sua vez a bradar:

—Vamos, vamos, que tardanças são as nossas? caminhemos!

Chegados á beira mar, embarcam, e suspendem.

*

Ora no mesmo instante em que as sagradas reliquias se apartavam d'aquella terra, aconteceu que lá ao longe, entraram as sentinellas das torres milita-

res de Lisboa a clamar, tocadas de não sei que inspiração:

—Chega S. Vicente!

E ninguem entendia taes palavras enigmaticas; e ninguem rastreava o que assim queriam significar as sentinellas dos adarbes.

E ao romper d'alva todas as creanças das viellas de Lisboa cantavam esta inconsciente e mysteriosa prophecia:

—Está a chegar S. Vicente! lá chega S. Vicente!

E a quem lhes perguntava atonito o sentido d'essas vozes, só respondiam, sem atinarem porquê:

—Está S. Vicente para chegar, sim está S. Vicente para chegar!

Foi um espanto geral.

*

E em summa, depois da mais bonançosa navegação, entra a barra, sobe o nosso Tejo, penetra no tortuoso caminho do esteiro maritimo, a barca singular, avergada da preciosissima carga das reliquias do grande Santo.

Era noite. Por melhor disfarce, levou-se o thesoiro para casa do prior; uns corvos, que desde Valencia vieram acompanhando a barca, lá ficam a esvoaçar todos alegres sobre o telhado da privilegiada residencia; e a creançada lisboeta, movida de não sei que desconhecida effusão affectuosa, continua a bradar por toda parte:

—Chegou S. Vicente! é chegado o Martyr S. Vicente!

Ao saber de tal caso, manda o bispo de Lisboa

chamar e prior, e interroga-o. Respondeu-lhe elle com as palavras de Salomão:

— De que vale a sabedoria, se a escondem? de que vale o thesoiro, se o occultam?

Depois narra com todos os pormenores o acontecido. Exultou o bispo, e o cabido, e a cidade inteira.

*

Prepara-se ao grande S. Vicente condigna sepultura, e são levadas as reliquias em procissão até á egreja maior, acompanhadas sempre, para maior signal de prodigio, pelo esvoaçar carinhoso dos mesmos corvos. É promovido o prior a conego da sé lisbonense; e todo o povo, por onde quer que elle passasse, o venerava como a um eleito do Senhor.

CAPITULO IV

Cotejam-se de relance as opiniões apontadas.—Tomam-se por guias as obras monumentaes de Bollando e Florez.

Segundo se acaba de notar, differem as lendas. Irmanam-se nos topicos principaes; divergem nos accessorios.

*

Refere-se Rezende a um chronicon latino antiquissimo em poder dos monges de Santa Cruz de Coimbra.

Os demais, *inclusivè* o manuscripto de Douai, não indicam ao certo a sua origem.

*

Segundo Rezende, foi depois da batalha de Ourique o principio da diligencia.

Tambem segundo o chantre Estevam, foi antes da tomada de Lisboa.

Mas segundo o manuscripto de Douai foi já depois.

*

Rezende nunca declara que el-rei D. Affonso fosse pessoalmente ao cabo Sacro.

O mesmo com mestre Estevam.

O manuscripto de Douai dá el-rei como partido em pessoa a procurar as reliquias.

*

Rezende apresenta as reliquias como trazidas de Valencia pelos foragidos até ao cabo.

O moiro Rases confirma.

O chantre Estevam, idem.

O manuscripto de Douai dá Valencia como sepultura constante do Santo Martyr, até á trasladação para Lisboa.

*

O escripto de Rezende attribue a el-rei D. Affonso, durante uma tregua com os moiros, a iniciativa da segunda busca.

O de mestre Estevam tambem parece attribuir-lh'a.

O de Douai reveste-a de cores sobrenaturaes, e dá como auctor do feito um sacerdote virtuoso de Lisboa.

*

Vemos pois que todos concordam na busca do Santo em dias do nosso primeiro rei; que a maioria, entrando o insuspeito moiro Rases, testemunha coeva, acredita na primeira transferencia das reliquias desde Valencia durante a invasão de Abd-er-Rahman; e que essa mesma maioria de depoentes tambem concorda pouco mais ou menos nas circumstancias do desembarque em Lisboa, na noite de 15 ou 16 de setembro de 1173[1].

Quando se quer escrever historia com certo criterio, são sem conto os embaraços. Vem a confusão legendaria adulterar a tantos seculos de distancia os mais irrecusaveis factos, mesclando na urdidura os bordados multicolores da invenção poetica.

E negaceavam-me no espirito, ao passo que escrevia, os versos em que o livro do nosso grande epico, sacrario dos sentimentos patrioticos de algum dia, commemora o desembarque:

... Do martyre Vicente
o santissimo corpo venerado
do Sacro promontorio conhecido
á cidade Ulyssêa foi trasido.

Quanto á variedade e incerteza dos pormenores

[1] Duarte Galvão, que de certo compulsou memorias antiquissimas, diz 15 (*Chron. Aff. Henr.*, cap. XLIV); a Egreja Olisiponense celebra em 16 (XVII cal. oct.) a solemnidade anniversaria da trasladação do sagrado corpo. Tudo se harmonisa, creio; a Egreja celebra a entrada do Santo na sé, tendo elle de feito chegado a Lisboa na vespera.

e episodios do facto, irrecusavel em si mesmo, eis o que pude colher no grande Bollando, e no admiravel Florez.

Ha grande disputa entre algumas cidades de Hespanha ácerca de S. Vicente. Saragoça, Valencia e Huesca, adduzem argumentos cada uma em seu favor [1]. Não pode levar-se a mal esse combate; se de um poeta profano, diz um eruditissimo critico, contestaram outr'ora sete cidades, porque não ha de succeder analoga divergencia ácerca do berço de tão illustre gladiador da Fé?

Pero como el Santo no tuvo mas que un cuerpo —pondera no seu engraçado e varonil idioma o sabio D. Henrique Florez [2]—é evidente que diversas das narrativas que se topam nos agiologios se referem a varios Vicentes. E é certissimo, segundo Bollando, que houve em diversos tempos, e em diversas regiões, muitos Martyres com este nome, que então provavelmente era vulgar. D'ahi provém, que em oppostos sitios se veneram reliquias de Santos de nome identico, attribuidas todas (na melhor fé) ao celeberrimo arcediago saragoçano, por se terem perdido, ou jazerem algures ignorados, os Actos authenticos dos martyrios de todos elles [3].

[1] Bollando. *Acta Sanctorum*. Tom. II, pag. 393.

[2] *Esp. Sagr.* Tom. VIII, pag. 189.

[3] *Multi, tum aliis in provinciis, tum in Hispania præsertim, Vincentii Martyres fuere; et inest ipso in nomine omen quoddam felicitatis. Hinc pluribus locis quæ habentur illius nominis reliquiæ, aliorum vel abolitis, vel ignoratis alicubi, Actis, celeberrimi illius Cæsaraugustani Archidiaconi existimatœ sunt.*
Boll. *Ibid.*, pag. 398.

Á vista de tudo que expuz, não me admiram as dissidencias nas narrativas d'esses citados escriptores. Ha nas tradições oraes, que elles recolhiam, com a sua pequenina critica, uma tendencia constante para se adulterarem, para se mesclarem, para mutuamente se furtarem quadrinhos e pormenores. Esse trabalho inconsciente dos espiritos dá, volvidos seculos, a *pátina* suave e quente, que illumina as grandes figuras historicas. Tito Livio copiou muita vez formosas lendas; os romanceiros do Cid são já a evolução litteraria popular de factos historicos; e quantas vezes não são as edificantes lendas de alguns Santos, como este, graciosissimas rhapsodias, em que se fundem umas nas outras, como as nuvens ao sol poente, as chronicas congéneres de varios heroes!

Acceitemos pois, quasi sem nos permittirmos de lhe tocar, o nucleo d'estas velhissimas tradições, tão veneraveis, tão veneradas, e cujo alicerce são as crenças piedosas de nossos avoengos. Contribuamos todos, quanto em nós caiba, para que o sejam não menos de nossos netos.

CAPITULO V

Pinta-se aos olhos do leitor o quadro do sitio do desembarque de S. Vicente, a antiga porta de S. Vicente, hoje arco do marquez de Alegrete.—Porque seria ahi o desembarque.

Todo esse laborioso estendal, alastrado nos capitulos precedentes, teve sua razão de ser. Entrou S. Vicente a proposito de Santa Justa; certo é; mas não podia deixar de entrar, visto que o primeiro poiso onde se albergaram as sagradas reliquias, foi, como disse, a velha egrejinha da Santa Justa.

*

Já lá demonstrei, n'um capitulo do livro II, que até aos sitios da nossa actual Moiraria subiam, ao tempo da conquista, as aguas vivas do braço de mar. Para melhor imaginarmos a scena do desembarque nocturno e furtivo do Santo, desnudemos essa praia

alagadiça; arranquemos todas as edificações, relativamente modernas, que a encobrem.

Empina-se a encosta verde para a banda d'onde é hoje S. Lourenço, ao longo do actual beco do Cascalho, com toda a sua feição marinheira e operosa. Algumas pobres cabanas descem o montículo, sombreado de hortas, cannavial, e oliveiras; e em baixo, a beber soffrego no veio de aguas que tende cada anno a ir-lhe fugindo, pelo continuado assoriamento, algum caes de antiquada feição serve ao trafego dos pescadores. Amarram por ali, ao rez da praia, as felucas da pesca, pintalgadas como ainda hoje; por fórma que essas immediações dão visos dos acampamentos amphibios, tão pittorescos e caracteristicos, que ainda vemos uma ou outra vez pelas praias do nosso Ribatejo.

*

Porque fosse n'este sitio o desembarque de S. Vicente, e não n'outra parte mais concorrida e franca da frente marinha da cidade, não consta. Ou era aquelle o desembarcadoiro mais accessivel, ou (segundo creio) se buscou muito de industria, por ser mais afastado do burborinho das ribeiras de Alfama, sempre transitadas de povoleo. Como o caso era ainda segredo, como se hesitava ainda sobre o destino que el-rei queria dar ás reliquias, temeram-se os mareantes da afluencia do povo, e das desordens a que podiam dar azo os excessos do enthusiasmo devoto. Isso mesmo o dá a conhecer o mencionado mestre Estevam[1].

[1] *Sed ne violentia quorundam valeat inconsiderata nocere, sub*

Ao sitio, pela honra que lhe coube, ficou-se chamando *de S. Vicente;* d'onde veiu a denominar-se, duzentos annos depois, porta *de S. Vicente* a que ahi construiu el-rei D. Fernando[1]. Agora é o arco do marquez de Alegrete, desde que, obliteradas estas memorias velhas, os Silvas da casa de Alegrete, hoje Penalvas, encostaram á porta e á muralha tornadas inuteis, o seu vasto palacio que ainda lá se conserva.

nocte, quasi clanculis gressibus, ad memoriam B. Justæ Virginis occulte relatum est. — Boll. loc. cit., pag. 408.

[1] Fernão Lopes. *Chron. d'el-rei D. Fernando,* cap. CLI.

CAPITULO VI

Examina o auctor o pouquissimo que lhe consta do templo velho de Santa Justa em Lisboa.— Logar do templo.— Os termos mais antigos que existem de baptisado, casamento e obito.—Sepulturas.—Campa de Jorge Cardoso.— Baptisado de Diogo do Couto.— Campa de Nicolau Coelho.—Algumas illustrações litterarias e sociaes da freguezia.—Scena de capa e espada, que ali perto succedeu a el-rei D. João II.

Vimos as versões diversas quanto á exhumação do Santo. Vimos a chegada das sagradas reliquias a Lisboa, e temol-as definitivamente collocadas na sé. Estudaremos agora o pouco que me consta da humilde parochia de Santa Justa e Rufina.

Do edificio primitivo não resta já, que eu saiba, o minimo vestigio. Imagino-o pobre, e levantado talvez sobre templo anterior de outro culto, como succedeu por muita parte.

Onde vemos hoje o ultimo quarteirão oriental da rua dos Fanqueiros, era pois, já nos primeiros tempos, junto á margem do esteiro, a egreja velha de Santa Justa, presidindo a uma parochia que no começo foi extensissima, e depois, com o andar do tempo, se foi desdobrando n'outras.

Tendo sido esta egreja do padroado real, transferiu el-rei D. Diniz esse padroado para os conegos regrantes de Santo Agostinho de S. Vicente de fóra em 1305[1].

Foi mais uma ligação com o grande nome do Santo Martyr que n'aquelle sitio se hospedou em 1173, e cuja estatua, em memoria d'essa hospedagem, se via em vulto sobre a portada do templo de Santa Justa[2].

D'este motivo provinha tambem a precedencia que tinha a egreja de Santa Justa sobre todas as outras da cidade nas procissões onde costumam concorrer os parochos com as suas cruzes. Homenagem e regalia de summo apreço[3].

*

Curioso e util seria o trabalho (aliás improbissimo) de correr um por um os assentamentos de baptismo, casamentos e obitos d'esta populosa fregue-

[1] Pinho Leal. *Port. ant. e mod.* Tom. IV, pag. 291. J. B. de Castro. *Mappa.* Tom. III, pag. 183 citando a *Mon. Lus.*, liv. XVIII, cap. 21.

[2] J. B. de Castro. *Mappa.* Tom. III, pag. 182.

[3] Informações do prior respectivo, o padre Ferreira Freire, manuscriptas na Torre do Tombo, e em tempo destinadas ao diccionario (incompleto) de Luiz Cardoso.

zia. De passagem direi que em 13 de fevereiro d'este anno de 1886 teve o parocho actual a bondade de me deixar ver os livros do seu cartorio (em S. Domingos).

O termo mais antigo de baptismo que lá vi é de 27 de junho de 1572, de Luiza, filha de Antonio Fernandes e de Isabel Fernandes; sendo compadres João Rodrigues e Catharina Moreira. Assigna o cura Manuel Rodrigues.

O termo mais antigo de casamento sobe a 4 de fevereiro de 1594, e é de Manuel Coelho com Maria de Lara; celebrou-o o cura Antonio Teixeira na ermida de Nossa Senhora da Escada.

O termo mais antigo de obitos é de 16 de janeiro de 1633, e refere-se a Isabel Gomes delvas, viuva, moradora na rua das Arcas. Assigna o licenciado Francisco Gomes, prior.

Como estes registos obscuros, que ainda ali se conservam, quantos illustres e interessantissimos se não deparariam a quem soubesse examinar aquellas paginas com amor e perseverança!

Bemdigamos pois o nome do cardeal infante D. Affonso, filho d'el-rei D. Manuel, que, segundo diz um auctor, *foi o primeiro que mandou n'estes reinos... se fizessem nas parochias livros para os assentos dos que recebiam o sacramento do matrimonio, e dos que se baptisavam* [1].

N'esta parochia se baptisou em 1542 Diogo do Couto, o digno continuador das Decadas de Barros [2].

Consta-me que junto á porta principal de Santa

[1] D. Ant. Caet. de Sousa. *Hist. Gen.* Tom. III, pag. 419.
[2] Barb. Mach. *Bibl. Lusit.* Tom. I, pag. 646.

Justa jazia, em carneiro de familia, um dos nossos melhores eruditos, o licenciado Jorge Cardoso, fallecido aos 63 annos, a 3 de outubro de 1669[1].

Não lhe encontrei o registo no cartorio da freguezia por mais que o procurei.

Enumerando lapides sepulchraes de pessoas da sua familia em varios templos, menciona Antonio Coelho Gasco uma de um seu parente na capella mór de Santa Justa, Nicolau Coelho, sobre a qual sepultura se divisavam as armas dos Coelhos[2]. Seria este o celebre navegador?

Pergunto: não são tudo isto altas nobilitações para a velha parochia do bispo D. Gilberto?

Lembra o informador do incançavel padre Luiz Cardoso, na relação que deixou manuscripta, e que vi na Torre do Tombo, (e lembra muito bem) que da freguezia de Santa Justa foi cura, em S. Sebastião da Mouraria (hoje ermida de Nossa Senhora da Saude), o licenciado Manuel Correia, examinador synodal, e um dos mais genuinos commentadores dos *Lusiadas*.

Depois d'esse, recorda-me o padre mestre Frei José da Assumpção, eremita de Santo Agostinho, mencionado por Innocencio, e auctor da *Hymnologia sacra;*

o marquez de Alegrete Manuel Telles da Silva, conde de Villar Maior, que escreveu, entre outras coisas, a chronica d'el-rei D. João II em latim;

o prior de Santa Justa Manuel Alves da Costa, depois bispo;

[1] Barb. Mach. *Bibl. Lusit.* Tom. II, pag. 798.

[2] *Antig. de Lisboa,* fl. 292.

o padre mestre Frei José das Neves, graciano, etc.; todos elles brasões da freguezia.

Tudo isso é importante; porém mais importante seria conhecer completa a epigraphia do templo, e correr uma por uma as lapides que de certo lhe tapisavam o chão. Que de nomes, e que de recordações! tudo sumido!!...

*

Á falta d'essas, aqui vae uma de outro genero. Nunca oiço fallar na egreja de Santa Justa, que me não occorra uma aventura brava de espadeiradas nocturnas, succedida a D. João II. Foi assim:

Sendo ainda principe, e muito novo, passou por ali perto, uma noite, de caminho para não sei que suave esconderijo de amores. Segundo o costume, ia armado; e foi o que lhe valeu. Lisboa a horas mortas era um verdadeiro abysmo de perigos. Escoavam-se na sombra, como serpentes, as viellas tortuosas e empinadas; e os lampadarios, pendentes, aqui, além, dir-se-hia que mais serviam de realçar as trevas. No dédalo dos beccos soavam as serenatas, muita vez de mau agoiro, ou appareciam e sumiam-se bruscamente, mas sem rumor, como trasgos, ratoneiros e rufiões.

Pensam que ha exageração? pois não ha; era isto tal qual. Por essas viellas de Alfama e da Mouraria, nas noites tepidas do nosso verão lisbonense, quanta vez, a deshoras, umas violas que passavam, n'estas saudosas desgarradas populares, eram rebate de malfeitores apalavrados para roubar, ferir, e matar! Jun-

tava-se um troço d'elles, e ao passo que tres ou quatro, a um portal, entoavam e garganteavam villancicos, com fingida alegria, trepavam os demais, arrombavam adufas, roubavam e violentavam á vontade, bem seguros de encobrirem nos garganteios e guitarradas o rumor e os gritos das suas victimas.

Ora um assalto d'esses, ainda no meu tempo, ha muitos annos, se perpetrou; por signal que ouvi tinha sido, se não me engano, ahi para a praça das Flores. Não é muito pois que na Lisboa gothica de D. Affonso v se dessem casos d'este jaez, e tão frequentes, que obrigaram as côrtes de Lisboa, de 1459, a erguer um brado energico supplicando por mercê a esse soberano pozesse cobro em taes desmandos, e ordenasse que todos os que assim fossem achados de noite, a deshoras, em taes descantes, fossem presos e degradados para Alcacer por dois annos; e se quizessem resistir fossem logo mortos, sem crime para o matador.

O brado das côrtes traz toda a silvestre eloquencia com que a verdade sabe exprimir-se. *Senhor!*— diz o procurador a el-rei — *se quizerdes correger os males, não hajais dó das penas, e dae execução; senão, dae ao demo a terra, e a leixae toda ir como vae; que eu acho que uma das principaes coisas que damna Portugal assi, é per affeições e por peitas; e isto será tarde corregido.*

Respondeu el-rei, ordenando que toda a pessoa que depois do sino de correr, ou (se não houvesse sino) depois das 9 horas até sol fóra, se achasse com viola ou outro instrumento de tanger, fosse presa, e perdesse a viola, as armas, e o vestido; salvo,

já se vê, se fosse em bodas, ou festas de muita gente, com tochas e candeias [1].

Ahi está pois, amigo leitor, o que era a tua Lisboa, onde atravessas hoje sem o minimo perigo a qualquer hora, em qualquer bairro, e onde só tens motivos para louvar a policia civil, a guarda municipal, os guardas nocturnos, e esta confiança mutua que se chama civilisação.

Perdão para tantas digressões interminaveis. Fallavamos de uma aventura amorosa, para onde se dirigia, com um ceu estrellado dentro n'alma, o juvenil herdeiro d'el-rei.

Ia D. João embuçado, e seguido apenas de um amigo. Ao voltar uma esquina, salta com elle um magote de homens armados. Não o conhecem; investem-n'o; elle desembainha a espada, encosta-se á parede, e começa jogando com elles as cutiladas; andaram ennovelados; tropearam, quaes de baixo quaes de cima; e tão notavelmente soube o principe haver-se, que feriu uns poucos, rasgou caminho, e passou.

Ao outro dia, teve artes de investigar quem fossem aquelles seus contendores. Mandou-os colher em muito segredo; chamou-os; elogiou-os pelo bem que tinham pelejado; ordenou aos seus cirurgiões lhes curassem as feridas, fez-lhes mercês de dinheiro, e ainda em cima os tomou por seus creados [2].

Por essas e outras scenas de pugilato nocturno (e

[1] *Côrtes* d'el-rei D. Affonso v em Lisboa — 1459 — no codice — *Côrtes do reino* — da bibl. nac. de Lisb. — J — 5 — 37, fl. 88 v.

[2] Garcia de Resende *Vida e feitos d'el-rei D. João* II, cap. VI.

até diurno) é que el-rei D. Manuel fez com que a vereação da cidade prohibisse de noite o porte de armas, e prendesse e condemnasse os infractores [1].

[1] Cart da cam. mun. de Lisb. L. IV d'elrei D. Manuel, fl. 42.

CAPITULO VII

Santa Justa, *sumptuosa* egreja em tempo d'el-rei D. João v.—Enumeram-se-lhe as capellas, conforme Carvalho da Costa, e o padre Ferreira Freire.—Irmandades.—Rendimentos.—O terremoto de 1755 em Santa Justa.—Acolhe-se a parochia a uma barraca no Rocio.—Do Rocio passa para a ermida de S. Camillo junto do palacio dos marquezes de Cascaes.—Origem da rua dos Fanqueiros em 1759.—A egreja dominando em volta as ruinas do terremoto.

Teve esta egreja provavelmente mais de uma reconstrucção, que se ignora; por fórma que no principio do seculo XVIII lhe podia Carvalho da Costa chamar *sumptuosa, de uma só nave, com a porta principal para o poente, e outra para o norte*[1].

O padre Alexandre Ferreira Freire informador de Luiz Cardoso diz no logar mencionado: que antes do terremoto de 1755 tinha nove altares, e outros tantos carneiros.

[1] *Chorogr.* t. III, pag. 393.

Entre a enumeração das capellas em Carvalho da Costa e no dito padre ha pequenas divergencias.

*

Segundo Carvalho eram:

A mór, com excellente tribuna; ahi se achava o Santissimo Sacramento, bem como as imagens das padroeiras da casa: as loiceiras Justa e Rufina;

a de Nossa Senhora da Conceição;

a de Santa Cecilia, com sua irmandade dos musicos, que no proprio dia lhe dedicavam festa rasgada;

a de S. Simão;

a de S. Valentim, com imagem muito famigerada d'esse Santo. Era uso dos nossos reis antigos fazerem-lhe elles proprios grande solemnidade, e no dia do orago, 14 de fevereiro, assistiam em pessoa. Ainda em tempo d'el-rei D. João v (diz Carvalho) dava o soberano a esta capella duas arrobas de cera annualmente;

a capella de Santa Catharina.

a de Santo André, com irmandade das Almas;

a de S. Marçal, com irmandade dos pasteleiros;

a de S. Gregorio;

e finalmente a do Bom-Jesus.

Planta approximada da egreja de Santa Justa segundo Carvalho da Costa em 1712

Segundo o padre Ferreira Freire, eram estes os altares:

o mór;

para o lado do Evangelho:

o da Senhora do Rosario;

o de S. Gregorio;

o de S. Marçal;

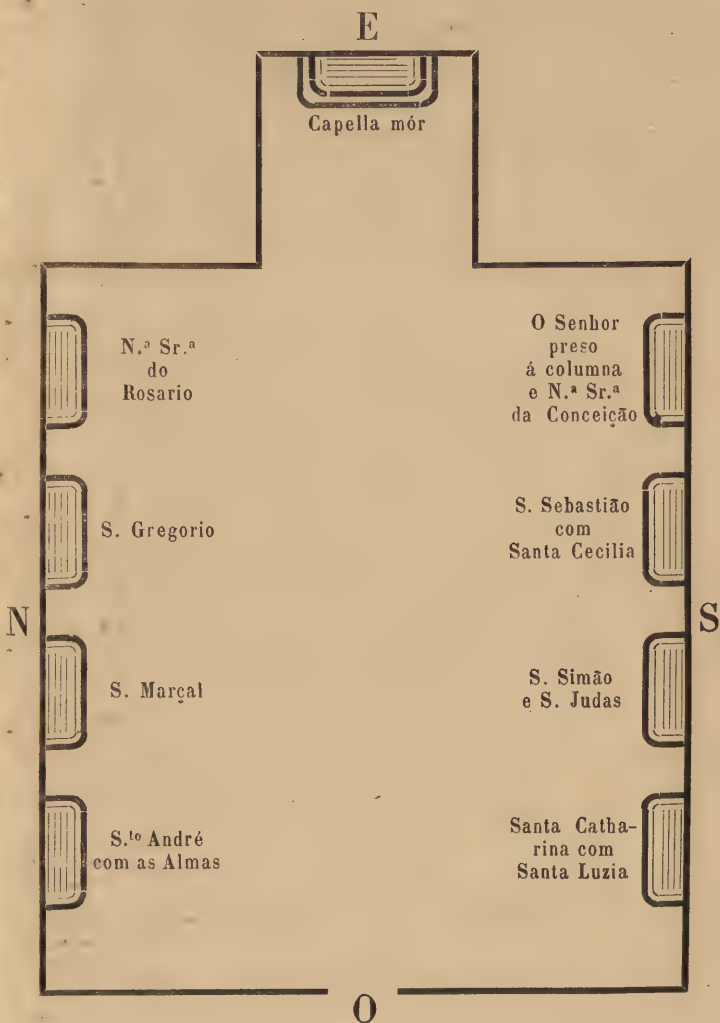
o das Almas, na capella de Santo André;

para o lado da Epistola:

o do Senhor preso á columna e de Nossa Senhora da Conceição;

o de Santa Cecilia na capella de S. Sebastião; o de S. Simão e S. Judas; e emfim:

o de Santa Catharina, com Santa Luzia[1].

[1] Archivo da Torre do Tombo. loc. cit.

Planta approximada da egreja de Santa Justa segundo o padre Ferreira Freire em 1755

Depois do terremoto reduziu-se o numero dos altares. Fcaram sendo cinco, segundo nos diz o mesmo padre Ferreira Freire; a saber:

o altar mór, com linda capella da Eucharistia, e *grave pintura do tecto;*

do lado do Evangelho:

a capella de Nossa Senhora do Rosario, com os Apostolos S. Simão e S. Judas; e

a capella de Santo André, e Almas;

do lado da Epistola:

a capella de S. Marçal com S. Gregorio;

a do Senhor da columna, Senhora da Conceição, S. José, S. Joaquim, Santa Anna, e Santa Barbara.

Era de alta devoção para os lisbonenses essa imagem do Senhor Jesus preso á columna. Resava a tradição ter sido esculpida por certo castelhano, que offerecendo-a a um antigo prior pagou com tal dadiva a hospedagem que d'elle recebera. Dizem que foi tambem elle o auctor do Senhor dos Passos da Graça[1].

[1] Padre Ferreira Freire. *Torre do tombo.*

Planta approximada da egreja de Santa Justa segundo o padre Ferreira Freire depois de 1755

Eram numerosas e importantes as irmandades d'esta casa. Vejamos:

A do Santissimo Sacramento;

a das Santas Justa e Rufina, composta de oleiros; tinha como juiz perpetuo o duque do Cadaval[1].

a de Nossa Senhora do Rosario;

a do Senhor da columna;

a de S. Marçal; pertencia aos pastelleiros;

a das Almas.

Era esta parochia priorado de concurso. Rendia no tempo de Carvalho da Costa 300$000 réis, e no de J. B. de Castro 600$000 réis. Havia oito beneficiados; no tempo de Carvalho rendia cada beneficio uns 150$000 réis; e no de Castro 200$000 réis.

Em tempo de D. João v contava a parochia 3:140 visinhos; depois de 1755 dá-lhe o padre Ferreira Freire 3:523.

*

Com o terremoto de 1755 pouco, ou antes nada, padeceu o templo de Santa Justa; o subsequente incendio é que lhe fez grande mal. Então conseguiu o prior, que era o citado Alexandre Ferreira Freire, salvar a muito custo as sagradas Particulas, encaminhando-se com ellas processionalmente para a visinha praça do Rocio.

Era espectaculo verdadeiramente lastimoso — conta João Baptista de Castro, testemunha presencial — *vêr o enleio, a confusão, e a ancia, com que homens e mulheres vinham, por fugir do fogo e das ruinas,*

[1] J. B. de Castro Mappa — tom. III pag. 183.

buscar atropeladamente o valhacouto d'aquella praça; porém o que mais fazia mover as lagrimas era ver-se uma piedosa comitiva de pessoas devotas atraz do Sacramento, as quaes, não se lembrando de salvarem as proprias alfaias de suas casas, tomaram zelosamente a seu cargo livrarem sobre seus hombros os ornamentos e imagens sacras d'esta igreja, para que não experimentassem o desacato sacrilego de tamanho incendio [1].

Além d'esse serviço prestado pelos devotos, não devo ommittir o zelo que poseram em livrar das chammas a sua querida imagem do Senhor Jesus da columna [2].

Dois mezes e meio permaneceu n'uma barraca provisoria ao Rocio a parochia de Santa Justa. Crescendo a inundação das aguas invernaes, que então (como já apontei no logar proprio) invadiam habitualmente aquelles contornos, teve de mudar-se para a visinha ermida de S. Camillo, situada junto ao palacio dos marquezes de Cascaes ao Borratem. Ahi ficou até vespera de Ramos de 1757, dia em que se mudou para a sua antiga egreja [3].

Em junho de 1759, segundo se vê das informações do parocho, estava-se procedendo por parte da camara ao alinhamento da grande rua officialmente denominada *Rua Nova da Princesa*, e destinada pelo decreto de 5 de novembro de 1760 para arruamento dos mercadores de lençaria ou fancaria, e tambem

[1] Vide *Mappa de Portugal*, ed. de 1870. tom. III, pag. 184.
[2] Informação do padre Ferreira Freire.
[3] *Mappa*, loc. cit.

dos de quinquilharia, nos sitios que sobejassem; d'onde nasceu chamar o publico a essa nova rua *dos Fanqueiros.*

Esta rua dos *Fanqueiros,* ou (se assim o quizerem) *Nova da Princesa*, vinha succeder, pouco mais ou menos pelos mesmos sitios, á antiga *Fancaria*[1], que em tempos mais antigos se vê designada por esse nome simplesmente, *a Fancaria*, e em livros um pouco mais modernos vejo dividida em *rua da Fancaria de cima*, e *rua da Fancaria de baixo.*

Dito isto, prosigamos. O alinhamento de que fallei obrigou pois em 1759 a cortar ou retrahir junto á egreja de Santa Justa não sei que accommodações que se tinham feito.

N'esse mencionado anno de 1759 diz o parocho: *Está ainda hoje a parochia dentro das fortes paredes da egreja que ardeu.*

Percebe-se que pela pouca altura dos edificios, e pelo arrazamento que o terremoto occasionou, era grande e largo o prospecto que se abrangia de Santa Justa, porque o mencionado prior diz claramente que esta egreja estava *á vista de Almada*, *convento de S. Francisco*, *freguezia dos Martyres*, *S. Roque*, *Cotovia*, *Valle de Pereiro, Commendadeiras da Encarnação*, *Pena*, *Collegio de Santo Antão*, *e Castello de S. Jorge.*

Ainda assim, creio que tão lindo panorama se não abrangia de baixo, mas só de algum eirado, ou

[1] Já mencionada na *Estatistica* manuscrita da bibliotheca nacional, que é de 1552, em Christovam Rodrigues de Oliveira, em Carvalho da Costa, etc.

das sineiras; espectaculo formoso e ridente de certo, como tantos pontos d'esta enorme camara optica chamada Lisboa, mas triste ao mesmo tempo pela ruina dos primeiros planos do quadro.

Por isso o padre Ferreira, olhando os escombros desertos que se alastravam de roda, nota que o templo campeava entre destroços, tendo escapado apenas da populosa freguezia o grosso de habitações que ainda hoje vemos desde o beco do Monete[1], até ao Arco do marquez do Alegrete, e d'ahi para o occidente até ao palacio do duque do Cadaval.

Horrores, de que hoje nos custa a formar idéa!

Pois ainda uns vinte annos depois da espantosa catastrophe, apresentava Lisboa o mesmo aspecto derrocado, em quasi toda a sua extensão. Trabalhava-se, e trabalhava-se muito; mas a maior parte da cidade era uma ruina.

Assim o attesta em 1773 Ricardo Twiss[2]; e o major inglez Guilherme Dalrymple diz em 1774, que ainda era visivel o estrago do terremoto, em ruas inteiras[3]!

[1] *Ou Maneta*, põe o padre entre parenthesis. Tambem n'outras memorias tenho encontrado *Bonete*. Por ora não sei escolher.

[2] *Lisbonne est encore à peu près dans l'état de destruction causé par le tremblement de terre de 1755. Quoi qu'on y construise journellement de nouveaux édifices, un grand nombre de rues sont encore embarrassées par les ruines.*

Richard Twiss — *Voyage en Espagne et en Portugal* en 1772 et 1773. pag. 1.

[3] *The devastation of the earthquake in 1755 is still recent, whole streets lyng in a demolished state.*

Major W. Dalrymple — Travels through Spain and Portugal in 1774.

Ó formosa Lisboa de hoje! mira-te n'esse espelho, e não te desanimes! Avante! Onde eram escombros, surgem agora ruas e praças esplendidas. Não cores da tua avoenga; progride; mas gloriando-te do teu presente e do teu provir, honra não menos o passado.

CAPITULO VIII

O edificio de Santa Justa depois de 1755.—Transferencia da parochia para o extincto convento de S. Domingos em 1834. —Transformações municipaes do templo.—Sua metamorphose em theatro.—O theatro de D. Fernando.—Sua inauguração em 29 de outubro de 1849.—Companhias que ali representaram.

Do edificio posterior ao incendio de 1755 sabe-se alguma coisa.

Fizeram-lhe uma frontaria singela, sem o minimo arrebique, e sem belleza. O tecto pintou-o em 1788 o artista Jeronymo Gomes Teixeira [1].

Ahi esteve a freguezia até 1834. Com a suppressão das ordens religiosas transferiu-se para o magnifico mosteiro de S. Domingos, com a invocação que hoje tem, de Santa Justa e Rufina; e a egreja

[1] Cyrillo Volkmar Machado. *Memorias*, pag. 217 e 218.

passou por varias vicissitudes, e até foi quartel de não sei que regimento.

De S. Domingos tratarei muito de espaço a seu tempo. Que mina de noticias!

Por ora limitemo-nos á velha egreja de Santa Justa.

*

Em dezembro de 1834 trabalhou a camara municipal em mandar demolir o adro, por sair fóra do alinhamento; e logo que a séde da parochia passou para S. Domingos, sollicitou a mesma camara as necessarias licenças da auctoridade ecclesiastica [1].

Em janeiro de 1835, como ainda não tivessem surtido effeito as diligencias, representou ao governo pela segunda vez, fundando-se no muito que o adro *deturpava a belleza da rua em que era situado*. Foi-lhe concedida a licença [2]. O adro desappareceu.

Não sei quem comprou a egreja; sei que em novembro de 1848 a camara municipal approvou as condições para a compra do retabulo e mais cantaria da capella mór [3]; e que, logo em março de 1849 a mesma camara auctorisou o vereador do pelouro dos cemiterios a tratar com o proprietario da extincta egreja a acquisição do frontispicio [4].

Foi por então a mudança da parochia em *Thea-*

[1] *Synopse dos princ. act. adm. da c. m. de L. em 1834*, p. 26.

[2] *Synopse, etc. em 1835*, pag. 5.

[3] *Ibid. em 1848*, pag. 29.

[4] *Ibid. em 1849*, pag. 9.

tro de Dom Fernando. O destino tem d'estes caprichos.

*

Era dono do predio do theatro o negociante Batalha.

Em 21 de outubro d'esse anno de 49 dizia a *Galeria theatral*, periodico lisbonense: no sitio da extincta egreja de Santa Justa *acaba de edificar-se um novo theatro, que se denomina theatro de D. Fernando. Segundo nos consta, é o sr. Emilio Doux o empresario.*

Logo em 29 de outubro, anniversario do seu real patrono, abria o theatro a sua sala, continuando as recitas nos domingos e dias santos, e nas terças, quintas, e sextas.

Não foi feliz a companhia de Emilio Doux, a despeito da reconhecida pericia e do provado talento d'esse empresario, cujo nome se acha tão ligado á regeneração da nossa arte dramatica; não foi feliz, apesar de se illuminar aquella scena com o genio da grande actriz Emilia das Neves.

Fez-se a representação inaugural com a *Adriana Lecouvreur* de Scribe, e a farça *A mulher da perna de pau.*

Seguiram-se muitas outras peças, em alguma das quaes entrava a *linda Emilia* (e isso annunciava-se no cartaz): *O castello de Montlouvier,* com scenas novas de Rambois e Cinatti, *A condessa de Sennecey*, *O alcaide de Faro* do sr. Joaquim da Costa Cascaes, *As proezas de Richelieu*, *Os orphãos da ponte de Nos-*

sa Senhora, O coiteiro, Simão o ladrão, Domingos o endemoninhado, Magdalena, etc.

A alludida actriz, gloria do nosso theatro, ali recitou poesias; vejo, por exemplo, menção de que em 8 de janeiro de 1850 ella declamou *A lareira* do sr. Luiz Augusto Palmeirim, e *A queixa* do sr. João de Lemos.

O dia 4 de abril de 1850 tornou-se notavel no theatro de D. Fernando. Era o 31.º anniversario da rainha a senhora D. Maria II. Representou-se o celebre *Frei Luiz de Sousa* de Garrett, com scenas novas de Rambois e Cinatti, e appareceu pela primeira vez a sala illuminada a gaz; mas note-se: só no lustre e na rampa, continuando depois as obras para desthronar o azeite.

Em 10 de maio d'este mesmo anno, e n'outras noites seguintes, deram-se representações extraordinarias, em que o pianista Oscar Pfeiffer exhibiu as provas praticas do seu talento.

Apesar de todos esses attractivos fechou o theatro por falta de concorrencia, e só reabriu em 27 de julho com a encantadora opereta *A barcarola*, lettra de Scribe, musica de Auber, traducção do sr. Mendes Leal, e a farça engraçadissima de Duarte de Sá *Trabalhos em vão*, toda em calembures.

Essa *barcarola* por si só marcou época. Tomou posse do cartaz, e não deixava entrar mais ninguem; era seu. Cantava-se em todas as ruas; assobiava-se; obtiveram um exito descommunal as graciosas melodias de Auber; andava no ar, em toda Lisboa, aquella lindissima arieta:

Ó tu que as almas feres
de um fogo inspirador,
sem sceptro ter nem c'roa,
imperas por amor!

Adoro-te em silencio;
escuta o servo teu;
se algum suspiro ouvires,
sou eu! sou eu! sou eu!

traducção do francez:

O toi dont l'œil rayonne
De mille traits vainqueurs,
Sans sceptre ni couronne
Tu regnes sur les cœurs.

Je t'aime sans le dire;
Écoute autour de toi;
Et si quelqu'un soupire,
C'est moi! c'est moi! c'est moi!

A *barcarola* foi proverbial no enthusiasmo que despertou. Que delirio! Nas salas cantava-se; cantarolava-se nos passeios; assobiava-se nas praças. Desde os primeiros andares até ás aguas furtadas respirava-se a barcarola; e em resposta ao nosso muito lisboeta «Quem é?» com que as creadas interpellam o recem-chegado, de traz da cancella, ou do alto da varanda, não raro se ouvia algum engraçado responder aflautando a voz:

Sou eu! sou eu! sou eu!

*

Tenho uma theoria, e é verdadeirissima (o que não succede a todas as theorias). Creio que se podia com trechos e fragmentos de musicas escrever uma originalissima historia das povoações. Sabem como?

Cada periodo pode ser representado por uma dada melodia. N'uma cidade grande, como Lisboa, ha sempre motivos que dominam o geral sussuro, e pairam de azas abertas sobre os rumores do povoado. Ouvem-se em toda a parte, e pela sua insistencia mnemonisam para cada qual uma dada situação do coração e da alma. São ephemeras, são transitorias. Ha os hymnos politicos, reaes e nacionaes; ha as arias das operas de maior voga em S. Carlos; ha as dos theatros populares; ha os fadinhos das toiradas do campo de Sant'Anna; ha os habituaes pregões de cada bairro e cada estação. Todos esses sons misturam-se com a vida, fazem parte integrante d'ella, e identificam-se para cada pessoa com taes ou taes acontecimentos.

E sempre assim foi.

Nos cancioneiros e romanceiros velhos, muitas esparsas e xácaras que se cantavam em estrados senhoris, eram appellos á sensibilidade de damas e trovadores.

Quando o popular Pedro I se misturava á luz das tochas a cantar e dançar entre o seu povo, scenas de ingenuas costumeiras admiravelmente narradas por Fernão Lopes[1], todas essas moiriscas melo-

[1] *Chron. d'el-rei D. Pedro* cap. XIV.

pêas ficavam vibrando na alma da *arraia miuda*, e recordando-lhe a graciosa lhaneza do caprichoso soberano.

As maias e janeiras que D. João I prohibiu[1], diziam nos seus requebros mil queixumes amorosos, que a plebe decorava com delicias.

Quantas das arietas, que Gil Vicente engastou ao longo dos seus autos, mudas hoje para nós, não seriam para elle e para os contemporaneos outras tantas fontes de saudades!

Perguntemos a Miguel Leitão de Andrada o que lhe não lembraria aquelle arrastado

Puestos estan frente a frente
los dos valorosos campos!

e como lhe apparecia viva e inteira a sua mocidade, e a sua ama velha no Pedrogão, e as arvores da sua quinta, e a imagem de sua mãe... ao cantarolar com a sua voz rouquenha aquelles sentidissimos compassos do

No figueiral figueiredo
a no figueiral entrei!

Ha uma antiga cançoneta, que pelas contas remonta ao reinado d'el-rei D. José, e que devia dizer muito aos faceiras e peraltas frequentadores do theatro do conde de Soure; era assim:

[1] *Cart. da c. m. de L.* livro III d'el-rei D. João I, fl. 6.

—Sabes tu bem cosinhar,
meu pretinho,
e levar os meus escritos
a casa dos meus amores?
Mas não haja mexericos;
responde-me sim ou não.
—Eu não sabo nararisso
meu sior.
—Pois que sabes tu então?
—Uranzum e sarumbeque; [1]
mas rinêgo di quem dize
soca n'êre mau moleque [2].

Mariquitum!
Mariquitum!
quem compra os mero?
que os gaiora é ri féro. [3]

—Sabes tu bem cosinhar,
meu pretinho,
e levar o lampião
diante do teu senhor?
mas não tropeces no chão;
responde-me sim ou não.
—Eu não sabo nararisso,
meu sior [4].
etc. etc. etc.

[1] O *landum,* ou *lundum*, e *sarambeque* danças de pretos.

[2] Isto é: renego de quem diz: *sova n'elle, mau moleque.*

[3] *Quem compra os melros? que as gaiolas são de ferro.* (Talvez estribilho de alguma antiga toada popular).

[4] Foi em 15 de julho de 1884 que um bom amigo meu, então de 57 annos, me cantou esta cançoneta. Ouviu-a teria quatro ou cinco annos, isto é por 1832, a uma velha Maria dos Martyres, creada da casa de seus paes, que já tinha ouvido a mesma melodia em pequena a sua mãe, que a herdara já da sua. Vejam onde isto sobe! E como todos aquelles versos são quadros de costumes!

O hymno enthusiastico dos liberaes de 20 era um talisman para os moços d'aquelle periodo.

A popularissima cançoneta de Castilho com musica da *Semiramis*,

Joven Lilia abandonada
por seu lindo ingrato amante

é só por si para os velhos de hoje em dia uma formula dos galanteios do seu tempo.

Havia sentimentos indefiniveis para muitos bons e leaes absolutistas portuguezes nos accordes solemnes do

Rei chegou! rei chegou!
e em Belem desembarcou!

O hymno da carta é um codigo de crenças para muita gente.

Nos annos tristissimos, em que um absolutismo feroz (porque, deixemo-nos de duvidas, ha um absolutismo doce e util) pesava sobre Lisboa, de 28 a 34, as horriveis redondilhas plebêas, com que os assalariados caceteiros vilipendiavam os constitucionaes em assuadas canibalescas,

Venha cá, senhor malhado,
metta a mão n'esta patrona,
dê vivas a Dom Miguel,
se não leva uma tapona;

ou então

Venha cá, senhor malhado,
não se faça amarello,
aqui estamos todos juntos
p'ra o levar para o castello;

tudo isso é para a gente d'aquelle tempo a mais sinistra, a mais indelevel das formulas mnemonicas.

Todos os que eram creanças em 1846 vêem resuscitar a meninice quando recordam o hymno enthusiastico da Maria da Fonte, ou repetem a meia voz

Ó saloia dá-me um beijo,
que eu te darei um vintem;
os beijos de uma saloia
são poucos mas sabem bem.

A *barcarola*, essa arieta elegante e amorosa, traz-nos pois a nós outros tanta saudade, tem o condão feliz de fazer reviver tantas memorias intimas, que basta o evocal-a para sentir no coração de Fausto retinir todas as crystallinas melodias dos annos verdes. Ouvem-se repiques de sinos a adejar sobre ruinas, e o sol inunda as nossas almas.

Por isso, eu que nada acho inutil, eu para quem nada é silencioso, vejo nas velhas collecções de modinhas de nossas bisavós verdadeiros mundos de amor. Por isso préso e aprecio quanto posso esses sacrarios de affectos. A *Marilia de Dirceu*, que hoje nos faz sorrir, é um sanctuario; uma insignificante romança do *Jardim das damas* é um padrão.

Sim; por isso não pude deixar de consagrar aqui de fugida a graciosa *barcarola*, n'este pobre e despretencioso livro de saudades lisboetas.

*

Basta. Voltemos ao theatro de D. Fernando.

CAPITULO IX

Continua o mesmo assumpto.—Companhias portuguezas, francezas e castelhanas.—Successivas vicissitudes do predio: deposito da loja de loiças dos srs. Santos; hotel Pelicano; companhia de tabacos chamada de *Santa Justa;* companhia de tabacos *Regalia.*—Arborisação do largo de Santa Justa, e mercado de leite mungido.—Computações estatisticas.

Todos os homens da minha edade se lembram ainda vagamente do theatro singelo e pobre que tomou por titulo o nome do rei *Artista.* Era uma sala estreita, comprida, sem a minima belleza architectonica, e respirando não sei que vaga tristeza; saudade entranhada do cantochão! De muita gente sei eu, que por escrupulo religioso (talvez menos bem entendido) se abstinha de frequentar este theatro.

A bocca do proscenio era formada pelo proprio arco da capella mór!

Pairava sobre aquella edificação, menos que sin-

gela, uma sombra theologica. Por mais que diligenciaram as companhias, e os successivos empresarios, o publico da cidade não soube engraçar com o novo theatro, e o theatro definhava de inanição.

*

De balde forcejou a *barcarola* insufflar-lhe vida ficticia, continuando com intermitencias por todo o anno de 1850, e pelo de 51. De balde vieram outras operetas tentar as veleidades do publico: em 11 de setembro de 50 *Uma assignatura em branco, ou a procuração*, lettra do sr. Francisco de Sousa, musica do talentoso e mallogrado maestro portuguez Casimiro, e execução da formosa Catharina Persolli, que era a estrella do theatro; em 20 do mesmo mez *A batalha de Montereau*, lettra original do sr. Mendes Leal, e musica do citado compositor; em 4 de outubro a opereta castelhana *La venta del Puerto ò Juan el contrabandista,* estreia do tenor Mollas, escripturado de proposito; em 29 do mesmo mez *Os mexericos do convento*, traducção do sr. Mendes Leal; em 6 de dezembro a *Giralda, ou a nova Psyche*, opera comica adornada de scenas novas do pincel portentoso de Cinatti; nada d'isso logrou despertar de vez os enthusiasmos dos frequentadores, e o theatro decahia; decahia sempre.

Em março, abril, e maio de 1851 deram-se ali umas pantomimas gymnasticas, e scenas phantasticas pela companhia de um tal M. Ratel. Não sei o que era. Em abril tambem se deu o melodramão em musica *Scaramuccia* por actores italianos.

Nas ancias d'esta lucta horrorosa, communicava

em 5 de junho a empreza ao publico de Lisboa, que, *tendo resolvido mudar o genero dos seus espectaculos*, os suspendia, continuando porém de vez em quando a representação de antigas peças, para que havia compromisso.

*

Em julho, agosto, e setembro d'este anno de 51 ligou-se com a sociedade empresaria uma companhia hespanhola chegada á capital, e deu algumas recitas; e por todo o resto do anno e principios de 1852, proseguiu a exhibição de peças portuguezas mais ou menos obscuras, e com maiores ou menores intervallos.

Entre ellas avultam com mais brilho *O duque de Vendôme* em janeiro de 52, por Emilia das Neves, a *Adriana Lecouvreur*, em 11 de março e dias seguintes, a comedia de Garrett *Fallar verdade a mentir*, etc.

Foram apenas os intervallos lucidos, em que fulguraram alguns nomes dramaticos, e algumas obras agradaveis. A sociedade ia ali forçada, constrangidissima. Creio que tinha por uma intrusão e profanação intoleravel, aquelles saraus festivos da Thalia jovial, que assim se installava ao som das rabequilhas e dos flautins no recinto da velha egreja de D. Gilberto.

Ha d'estes protestos inconscientes, que são de uma eloquencia a que nada resiste.

*

Trouxe o dia 20 de março de 1852 um lampejo

de esperança ao theatro. Foi n'essa noite a primeira recita de uma companhia franceza muito annunciada e muito esperada. Deram-se as peças seguintes: *La tasse cassée, Brutus lache César*, e *La Bastille.* Lembro-me vagamente da gentilissima actriz Lobry, do engraçado Thibault, do galã Francisque, e de M. e M.me Dargis.

Havia talvez treze annos que a sociedade, anciosa por uma companhia dramatica franceza, fazia votos em vão para que ella chegasse. Desenganemo-nos: o francez nasceu para o theatro, e a realeza do palco é sua. Sem mencionar a execução assombrosamente bella, simples, da *Comédie française* e do *Odéon*, reconheçamos que os proprios actores de terceira e quarta ordem são em toda a parte mestres no dizer, na naturalidade, e na distincção. Na Lisboa dramatica de 1852 era pois verdadeiro acontecimento a reapparição de actores francezes.

Tenho impresso no fundo da camara escura das minhas recordações infantis o effeito magico de algumas das peças representadas. Menciono por exemplo (auxiliado pelo *Diario do Governo),* em 12 de abril, *Les mémoires du diable* (era já a 11.ª recita da companhia); depois a *Mademoiselle de la Seiglière*, que veiu a ser cá, no theatro normal, uma victoria e um triumpho ao nosso grande João Rosa, pae; *Ce que femme veut; Le dépit amoureux*, etc.; etc.; e até me lembra, ácerca de uma comedia muito alegre n'um acto, *Indiana et Charlemagne,* um pormenor de immenso interesse. Eil-o:

Estava annunciada esta comediasinha; o cartaz é rigoroso; é inexoravel. Á ultima hora os dois acto-

res, que eram justamente os conjuges Dargis, um par muito unido e muito gracioso, receberam carta de Pariz, dizendo que fallecera um filhinho que lá tinham deixado, o enlevo e a consolação do seu lar. Imagine-se! um pobre pae e uma pobre mãe traspassados de dor, tiveram de entrar em scena, e accender, quizessem ou não quizessem, todo o luzeiro do seu talento para manter em constante hilaridade os frequentadores, que nada sabiam do succedido. Depois de fazerem rir... poderam então ir chorar.

Além d'essas peças, especialiso *Le lait d'ânesse*, que é precioso vaudeville, e recordo *La nièce de Pombal*, traducção franceza da *Sobrinha do Marquez* por Garrett.

A ultima recita de assignatura foi dada em 4 de junho de 1852 no theatro de D. Maria II com as peças *La nièce de Pombal*, *Un monsieur qui suit les femmes*, e *La fille de Dominique;* mas ainda depois houve a 16 outra recita em D. Fernando em beneficio de Dargis e Bernard, com o generoso concurso dos actores portuguezes.

*

Um mez andado, em 15 de julho, annunciava o *Diario do Governo* que ia proceder-se a obras no edificio do theatro de D. Fernando, e abria assignatura para nova época de representações de actores francezes.

Começaram as obras em 2 de agosto sob a direcção do architecto Bertin, á custa da empreza arrendataria do theatro, dirigida por M. Bernard, que partira para Pariz em busca de pessoal, a 29 de

julho. As obras foram grandes: desbastaram-se as pilastras do proscenio, construiram-se novas frisas no logar das galerias, fizeram-se galerias nas tres primeiras torrinhas de cada lado da boca do theatro, estofaram-se os logares assignados da platéa, etc.; e logo em 6 de novembro d'este anno de 52, um sabbado, estreava-se perante numeroso concurso a companhia Bernard, com *Un changement de main*, de Scribe, e *La maîtresse de langues,* tendo começado a festa por uma symphonia pastoral composta por M. Libut chefe da orchestra.

Eram as recitas ás terças, quintas, sabbados, domingos, e dias santos. Rutilava a actriz Pauline; deram-se peças de Molière, de Scribe, de Legouvé, d'Augier, de George Sand, de Dumas, de Casimir Delavigne; grande serviço á arte portugueza! houve *tableaux fondants*, etc. Em 5 de fevereiro de 53 estreou-se M.elle Picard, qualificada como primeira actriz do theatro francez de Madrid. Os actores eram bons; especialiso Dumesnil, e recordo-me muito vagamente de que alguns eram da companhia anterior.

Em 28 de maio deu-se a 90.ª recita de assignatura, *ultima e improrogavel*, levando-se *La chaîne anglaise, Un scandale à Lisbonne*, e *Midi à quatorze heures;* mas antes de partir, ainda em 9 de junho, em 14, em 18, em 22, e em 27, o theatro de D. Fernando abriu as suas salas com serões dramaticos extraordinarios em francez.

*

Deram-se mal com o acolhimento publico estas companhias; mas, não sei porquê, ainda houve quem

insistisse. Em 13 de agosto o empresario portuguez Matta annunciava assignaturas para uma nova companhia franceza; e logo em 8 de setembro publicava o elenco da cohorte.

Antes das recitas de assignatura, e em quanto não voltavam do campo as familias da sociedade, houve em 22 d'esse mez uma recita extraordinaria, e outra em 25; principiando a serie a valer em 27.

Faltava o astro da companhia, uma gentil franceza, que vinha fadada para fazer andar em corropio alguns corações lusitanos; fallo na graciosa Pauline Chevalier; só chegou no paquete do principio de janeiro de 1854.

Quem se não lembra do enthusiasmo que despertou esta companhia com o vaudeville *Les filles de marbre*, e com tantas outras peças cheias de chiste, e vibrando com o azougue francez? Pois, como tudo n'este mundo tem fim, o dia 19 de maio preenchia-se com a 90.ª recita final, resolvendo comtudo a companhia dar mais oito a pedido.

*

Passados mezes, nova tentativa ainda; em 12 de setembro uma companhia nova representava o *Renaudin de Caen*, *La petite Fadette*, e *Brutus, lache César*. Seguiram-se algumas recitas avulsas e depois entrou a assignatura desde os principios de outubro, parando logo em 7 . . . sob o protexto de querer a empreza melhorar-se com actores novos parisienses!

N'esse intervallo houve em D. Fernando concertos

vocaes e instrumentaes dirigidos pelo notavel rabequista Camillo Sivori, um em 26 de outubro, outro em 30.

Seguiu-se em 7 de novembro um beneficio a favor de alguns actores francezes que se retiravam. Debandada!

Em 16 continuaram (a começar na 4.ª) as recitas de assignatura da companhia reconstituida de um modo tal ou qual com alguns recem-chegados. Especialiso o grande Luguet, bom em qualquer parte, e a formosa M.elle Desgranges. Em 9 de junho de 1855 recita final. E nunca mais o palco d'este theatro tornou a ser pisado por francezes.

*

Nos jornaes de 17 de julho de 1855 vem o elenco de uma nova companhia, toda portugueza, que se propunha funccionar ali provisoriamente. Correndo os cartazes encontro com saudade o nome do nosso insigne e mallogrado José Carlos dos Santos, fallecido agora desde poucas semanas, e então muito novo, conhecido pelo *Santos pitorra*, e que em 18 de janeiro de 56 fez beneficio.

Em maio e junho estiveram ali actores hespanhoes, e depois da saida d'elles voltaram os portuguezes, que em 21 de julho deram a sua primeira recita com *Os conspirados*, *O phenomeno, ou o homem de barro*, e *O perdão d'acto.* Seguiram por todo o anno de 55, e todo o de 56, representando em abril uma especie de opereta *O diabo nem sempre está atraz da porta,* com muzica do sr. Bramão.

Em abril de 1857 esteve uma companhia hespanhola, que na noite de 14 levou á scena a zarzuela *Mis dos mujeres*, e o baile *La perla Gaditana*. Poucas recitas se seguiram; tornou a fechar o theatro, reabrindo em 15 de julho para uma sessão de prestidigitações por M. Gilbert, e tornando a estar fechado o resto do anno de 57, todo o de 58, e parte do de 59. Só a 9 de outubro d'este anno reabriu para a primeira recita de outra companhia hespanhola, com a zarzuela *El diablo en el poder*, á qual seguiram mais sete ou oito recitas.

Pouco depois foi o predio comprado a seu dono o negociante Batalha, pelo sr. Manuel dos Santos, honrado e laborioso dono da proxima loja de loiças, vidros, crystaes, e porcelanas, na esquina nordeste da travessa de Santa Justa e da rua da Prata, e agora já fallecido. Serviu o recinto do theatro, a platêa, os camarotes, para armazem do novo dono.

Em 1863 ou 64 fez este obras consideraveis, e transformou-se tudo aquillo.

No primeiro, segundo e terceiro andar, estabeleceu-se o *Hotel Pelicano*, (hoje *Novo Hotel Pelicano*); e em baixo aposentou-se a companhia de tabacos denominada *de Santa Justa*, e de que eram donos os srs. Eduardo Mendia e C.ª. Extinguindo-se em maio de 1882 esta sociedade, passou o predio a ser deposito da *Regalia*, successora da de *Santa Justa*, sendo ainda a familia Santos a proprietaria.

Vejam as coincidencias galantissimas que ás vezes se dão nos pormenores historicos! Justa e Rufina, oragos da antiquissima egreja, eram umas pobres loiceiras. Ás vezes tenho scismado se a fundação do

templo, ali, junto ás antigas *olarias*, que estudei no volume antecedente, não teria por motivo collocar as padroeiras da ceramica em pleno campo da sua exploração; mas emfim, isso não se prova. O que é certo é que o edificio onde triumpharam as duas Santas, pertence ainda hoje a *Santos*, isto é á casa commercial que talvez em Lisboa melhor representa as industrias do barro fino. Assim pois, apezar de ter mudado tanto a sua destinação, ainda aquellas paredes se aparentam com a ceramica[1].

*

E com isto dou por terminada esta longa pesquiza no velho e no novo edificio de Santa Justa.

Vimol-o egreja, quartel, e theatro. Como egreja eve nome distinctissimo, e até certo ponto um primado entre os varios templos lisbonenses. Como theatro, vimol-o luctar quanto poude por sustentar-se, erguer-se, cair, tornar a erguer-se, e estatelar-se por fim sem mais esperança de ressurreição.

Em balde vieram as artes scenicas com todos os seus atavios; em balde ali ressoou a voz argentina e indescriptivel de Emilia das Neves; em balde ali garganteou a Persolli, e gorgeou a gentilissima Canaria; em balde ali representou o talentoso artista que se

[1] Os actuaes donos do predio são os filhos do fallecido sr. Manuel dos Santos, a senhora D. Maria da Assumpção dos Santos Gil, e os srs. Alfredo João dos Santos, e Augusto Joaquim dos Santos, a quem muito agradeço as informações que tiveram a bondade de me dar.

chamou José Carlos dos Santos; em balde ali encantou o publico em successivas peças a graciosa Luiza Fialho, tão viva, tão intelligente, e hoje tão infeliz! em balde as companhias francezas e castelhanas ali empregaram todas as seducções naturaes e artificiaes, todos os oiros e todos os oiropeis; em balde ali obtiveram victorias dramaticas os nomes de Garrett, Mendes Leal, Ernesto Biester, e tantos outros; em balde o inspirado Angelo Frondoni, artista de alma, artista de convicção, Frondoni o autor da opera *I profughi di Parga*, representada em 1844 em S. Carlos, da opereta *O beijo*, lettra de Silva Leal, representada em 1845, do *Caçador do Minho*, em 1845, lettra do sr. Mendes Leal, do *Sebastianista*, lettra do mesmo, do *Qual dos dois*, lettra do sr. dr. Paulo Midosi, dos *Amores de um soldado*, lettra de Silva Leal, da *Bruxa*, idem, do concorridissimo *Thaumaturgo*, de Braz Martins, no Gymnasio, do *Evangelho em acção*, idem, da *Gata borralheira*, das *Tres rocas de crystal*, do *Rouxinol das salas*, da *Rosa de sete folhas*, na Trindade, e de tantas lindas cançonetas portuguezas, em balde Frondoni, italiano de alma e portuguez de coração, derramou a jorros sobre o theatro de D. Fernando os caudaes do seu talento! nada conseguiu secularisar aquelle recinto, affeito desde seculos ás melopêas ecclesiasticas.

Foi uma lucta de dez annos, em que a arte profana se viu vencida e aniquilada pelas saudades do *Te Deum laudamus*, e do *Gratias agimus tibi propter magnam gloriam tuam.*

A final veiu para ali o *Pelicano*, o mais pacato dos

hoteis, mas que pela insignia symbolica me recorda, ainda assim, as espadeiradas de D. João II; e em baixo alojaram-se as companhias de tabacos, suggerindo que todas as glorias d'este mundo, todas as grandezas ... se resolvem em fumo.

*

Quer o leitor admittir mais dois apontamentos? aqui vão: em sessão da camara municipal de 8 de janeiro de 1863, propoz o fallecido vereador Francisco Manuel de Mendonça a arborisação do largo de Santa Justa[1]; e por edital da mesma camara de 14 de dezembro d'esse citado anno, ficou o sitio destinado á venda de leite. Quem ali passa de manhã vê os vaqueiros mungindo duzias de vaccas nedias para os almoços da cidade baixa. Isto tem decaído muito n'estes ultimos tempos, depois da extraordinaria multiplicação das vaccarias em todos os pontos da capital.

O que não diminuiu foi a população da parochia desde 1757 para cá. Então contavam-se n'ella apenas 361 visinhos[2]; hoje são 1272 os fogos, e 5533 habitantes: do sexo masculino, 2639; do feminino, 2894[3]. Sob a influencia das padroeiras do barro, multiplicou em larga escala o barro humano. Parabens á freguezia.

[1] *Arch. mun. de Lisboa*, 1863. N.º 159, pag. 1279.
[2] Luiz Cardoso. *Portugal sacro-profano.*
[3] Censo de 1878.

CAPITULO X

Passeio com o leitor na freguezia de Santa Justa.—Explicam se (ou procuram-se explicar) alguns lettreiros, uns desapparecidos, outros existentes.—Rua de Balthazar de Faria. —Rua de mestre Gonçalo.— Rua de Martim Vaz.

Como additamento ao que ahi fica estudado d'esta parochia, desejo agora conduzir o amante de velharias a uma especie de passeio mental por algumas ruas, que ou já não existem, ou mudaram de feitio, e até de nome. Singular passeio! não é assim?

*

Eis-nos, para começar, na *rua de Balthazar de Faria.*

Não menciona esta rua a *Estatistica* tantas vezes citada, de 1552; e não a menciona, pela simples razão de que não existia então com tal nome. Por

esse tempo, andava o politico e magistrado que deu titulo a esta serventia lisbonense, a grangear fama, e a prestar (como sabia, e as idéas da sua era lhe aconselhavam) serviços eminentes á sua terra.

Foi Balthazar de Faria um dos funccionarios mais conspicuos da côrte d'el-rei D. João III e D. Sebastião: desembargador do paço, embaixador, e almotacé mór d'este ultimo soberano[1]. Estando na embaixada de Roma, trouxe a Portugal, da parte do Santo Padre Julio III, em 1551, a tão cubiçada insignia da *Rosa d'oiro* ao principe D. João filho d'el-rei D. João III[2].

Impetrou do Papa Paulo III a bulla para se fundar em Portugal a Inquisição; e tendo-se este tribunal installado em Lisboa n'uma parte do paço dos Estáos, ao Rocio, ficou o nome do illustre negociador fixado á rua em que elle morava.

Depois de tantas grandezas, querem ver como veiu a morte a ser madrasta com este homem, e quão baixo caíu quem pairou em vida no pináculo das honrarias humanas?

Fallecido em 1584, jazia em Thomar, no convento de Christo, onde tinha este epitaphio:

[1] *Hist. Gen.* Tom. XI, pag. 713. Tom. IX, pag. 60 e seguintes.

[2] *Ibid.* Tom. III, pag. 533. Vide no antecedente volume da *Lisboa antiga*, pag. 233, o que é a *Rosa d'oiro*.

[3] *Ibid.* Tom. XI, pag. 713.

1584

S^A DE BALTASAR DE FARIA · FOI DO CONSELHO DE QVA
TRO REIS DESTES REINOS · DÕ IOÃO HO IIJ · DÕ SE
BASTIÃO O PRIMR^O DÕ HENRIQVE E DÕ PHILIPPE · EAL
MOTACE MOR · IMPETROV DO SÃTO PADRE PAVLO IIJ · A
BVLA DO SÃTO OFICIO DA INQVISICÃO PER MÃDADO
DEL REI DÕ IOÃO HO IIJ · E OS PADROADOS DAS
INSIGNES PRELACIAS DE SÃTA CRVZ E ALCOBACA
PERA A COROA · FOI EMBAXADOR A ROMA · E DEV OBE
DIẼCIA DESTE REINO A PAPA IVLIO IIJ : : ·

Duzentos e cincoenta annos o deixaram dormir descançado. Ao cabo d'elles, tinha soado a hora tremenda e vergonhosa, em que um partido vencedor, tripudiando sobre ruinas, ia promulgar o decreto mais improbo e abominavel que jámais foi visto: o da extincção brutal, e soffregamente torpe, das ordens religiosas em Portugal. Em homenagem ao espectro da liberdade, assassinava-se á falsa fé a liberdade de associação no que ella tinha de mais augusto.

*

Expulsos de Thomar os freires de Christo, perpetraram-se, como em toda a parte, vandalismos atrozes no venerando mosteiro. Entre outras sepulturas (vamos ao caso) foi arrombada a de Balthazar de Faria. Julgavam os ratoneiros achar alguma joia; nunca se averiguou; corria que lhe encontraram um annel de preço.

Isto são tudo informações authenticas de testemunha ocular, pessoa muito nova em 1834, e que me não atrevo a nomear aqui, por temer ser indiscreto. Essa pessoa viu então, por seus olhos, os desacatos a que sujeitaram o corpo do antigo embaixador! Tiraram-n'o do caixão e despiram-n'o; e ali andou aos baldões aquella pobre mumia, muito sequinha, hirta, côr de tabaco, mas em optimo estado de conservação, examinada, arrastada como curiosidade de um canto para outro, e varrendo as lageas seculares do mosteiro com os seus cabellos brancos (que ainda os tinha como prata)!

*

Mostrava o velho Faria ter sido homem alto, delgado, de compleição fina. No ventre conheciam-se os pontos com que o tinham cosido depois do embalsamamento.

O meu particular amigo visconde da Torre da Murta, João Carlos Infante de Sequeira Corrêa da Silva de Carvalho (é ao pé de Thomar a antiga casa da Torre da Murta), ainda se recorda de ter visto em creança, por 1840 e tantos, a nobre mumia. Obteve da pessoa a que acima alludi, o favor de copiar com toda a fidelidade o epitaphio, e ministrar sobre o assumpto noções de todo o ponto fidedignas. São as que apresento.

Pela valente conservação do corpo de Balthazar — diz o obsequioso informador ao sr. visconde da Torre da Murta — *se mostra haver sido embalsamado com mestria. Digo «valente conservação», porque os tratos que passou desde 1834 até que de novo foi encerrado no seu jasigo, foram horriveis. Tiravam-n'o fóra, e punham-n'o de pé!... Excedia a todos os que se queriam medir com elle...*

Depois foi mudado para a egreja de S. João Baptista, onde esteve seguramente mais de vinte annos; mas como! n'um caixão tosco, sem tampa, a um canto do camarim do altar mór, escuro como noite sem lua, despresado dos homens, e só respeitado dos ratos.

E continua o mesmo narrador:

Meu pae, sempre zeloso o mais possivel por tudo quanto dizia respeito ao convento de Christo, o fez

conduzir convenientemente um dia, entre os annos de 1856 a 60, para a antiga sepultura, e o fez cobrir com o resto da sua campa, já quebrada; isso a expensas suas[1] *!...*

....

Eis ahi o que pude apurar de verdadeiro ácerca dos desacatos posthumos a esse tão insigne politico de outr'ora, a quem nem sequer a morte soube trazer a paz do olvido e da tolerancia.

*

Abro agora o capitulo XIX do romance de Herculano *O monge de Cister*. Diz o autor:

Nas faldas do monte chamado o serro do almirante, ao sopé do mosteiro, cujos fundamentos o condestavel ahi começou a lançar, corria uma rua escura e triste, como quasi todas as de Lisboa: era a rua de mestre Gonçalo.

Pertencia esta viella a duas freguezias: pelo lado direito, subindo, a Santa Justa; pelo esquerdo, a S. Nicolau. É hoje a *calçada do Carmo*, muito mais larga (alargada pelo lado esquerdo de quem sobe); principia no Rocio, junto á tabacaria Neves, e termina no largo do Carmo.

Menciona-se já na *Estatisca* de 1552, e depois no *Summario* de Rodrigues de Oliveira, na *Chorographia* de Carvalho, e no *Mappa* de Castro.

[1] Extractos de uma carta de 8 de outubro de 1882 em poder do autor da *Lisboa antiga*.

Mas quem era mestre Gonçalo?—pergunta de certo o investigador.

Era—respondo eu—um antigo cirurgião mór do reino, chamado vulgarmente *mestre Gonçalo Mexia*, que morou n'esta rua, e jaz (ou jazia) na egreja do Salvador. Viveu em dias d'el-rei D. Manuel e D. João III. Assim m'o diz Manço de Lima[1]; e quanto a mim, este nobiliarchista merece quasi sempre credito, porque viu muitos documentos.

*

Ha tambem n'esta freguezia de Santa Justa certa rua, que me tem dado que pensar; e por fim de muito trabalho, conclui que não só nada sabia, mas provavelmente nunca viria a saber. Fallo na rua (antigo *beco*) *de Martim Vaz*.

É-me impossivel dizer a qual das varias pessoas com o mesmo nome se refere o lettreiro municipal; entretanto, como subsidio a algum investigador mais feliz, aqui deixo menção de dois Martins, coevos ou quasi.

Ha um Martim Vaz filho de Alonso Peres Pantoja, mencionado n'uma lista de cavalleiros do tempo d'el-rei D. João III[2].

Ha outro, rei de armas em tempo d'esse monarcha, e provavelmente o mesmo a quem el-rei D. Manuel mandou lá fóra, correr as côrtes estrangeiras

[1] *Nobiliario*—Lettra M. tom. V, familia *Mexia* n.º 298.
[2] *Hist. Gen.* Provas tom, II, pag. 822.

para estudar a fundo heraldica, antes da reforma que o dito senhor fez na armaria nacional. Vejo-o mencionado n'uma lista de moradores da casa d'el-rei D. João, entre os officiaes da nobreza das armas[1].

[1] *Hist. Gen.* Provas tom. VI, pag. 611.

CAPITULO XI

Mais freguezia de Santa Justa.—Rua das portas de Santo Antão.—A velha porta de Santo Antão onde ficava?—Foi alargada por el-rei D. Manuel.—Um visinho illustre, o eloquente Jacintho Freire de Andrada.—Menção da antiga *Corredoura.* —Descripção d'essa arteria no seculo XVI.—O Valle-Verde; a casa de Fernão Alvares de Andrada; o mosteiro da Annunciada.—D. Margarida de Noronha mencionada de relance.—A calçada *de Damião de Aguiar*, hoje *do Lavra.*—Quem era Damião de Aguiar.—Seu jazigo em Santo Antonio dos Capuchos.—Uma filha de Damião, D. Antonia de Vasconcellos, casa na familia Povolide.—Quem era o Lavre, ou Lavra.—Uma filha de André Lopes de Lavre, D. Maria Antonia Henriques, casa na familia dos morgados de Oliveira.—Os *elevadores* da calçada do Lavra.

Ha poucos annos entendeu a camara municipal prestar um serviço aos seus munícipes, trocando o nome da velha rua *das portas de Santo Antão* no de rua *de Santo Antão.*

Sim; a essa providencia administrativa de tamanho alcance, presidiu certamente um pensamento profundo; pois deveras, ninguem o percebeu. O que

se viu mais uma vez foi o entranhado empenho de demolir as memorias antigas da cidade. E conseguem-n'o; mas não percebem, que primeiro se demolem a si proprios?

A porta de Santo Antão, com quanto tivesse de ser derribada, merecia que lhe conservassem o nome; esse nome tinha seculos, e não fazia mal a ninguem. A porta de Santo Antão era uma das mais illustres de Lisboa; fazia parte da notavel cerca (de que hei de fallar muito, quando chegar ensejo opportuno) edificada por el-rei D. Fernando entre os annos de 1373 a 1375.

E diga-se a verdade: a esse monarcha, sempre vilipendiado hoje, se deve a importante muralha que tanto nos valeu na invasão castelhana; é certo. Considerou el-rei o grave damno que á cidade tinha já provindo da falta de uma coiraça que a protegesse; não perdeu tempo; viu que a melhor e a mais opulenta parte da população morava cá por fóra do antigo recinto dos moiros[1], alastrada n'um esplendido arrabalde desamparado, que tomava *des a porta do Ferro ataa porta de Samta Catellina, e des a torre Dalfama ataa porta da Cruz*—palavras de Fernão Lopes[2]; viu tudo; e como phantasioso que era, namorou-se do nobre pensamento de defender com todas as suas forças a formosa cabeça da monarchia. Fallou n'isso em conselho, e achou o conselho avesso e contrario. Não desanimou; e em dois annos pos-

[1] Descripto minuciosamente n'esta *Lisboa antiga*, parte II, tom. I, pag. 179 e seguintes.

[2] *Chron. d'el-rei D. Fernando*, cap. LXXXVIII.

suia Lisboa a magestosa armadura que logrou salval-a. Querer é poder.

Sejamos justos. Bemdigamos o nome de D. Fernando.

As camaras não o entendem assim; e (tanto ellas como os particulares) encarniçam-se no ferrenho proposito (não será antes *desproposito?*) de demolir, esconder, e fazer esquecer as portas da muralha. A rua do *Arco da Graça* é hoje rua *do Contemporaneo* (!!!!); a das portas de Santa Catharina é *rua Garrett;* a das *portas da Cruz* é *rua dos Remedios;* a porta de *S. Vicente* é o *arco do marquez de Alegrete;* a rua *das portas de Santo Antão* é rua *de Santo Antão!*... não fallando n'outras, de que nem o logar exacto se pode já saber.

Faz horror esta mania. Pois as vereações não teem coisas mais importantes em que se empreguem?

*

Vamos agora a ver se posso fazer perceber onde ficava a porta de Santo Antão. Já não é sem tempo.

A muralha, ao subir do *jogo da péla* pelo *monturo do Collegio*, chegava á calçada de Sant'Anna, e atravessava-a, deixando intra-muros a capella, que lá está, do Senhor Jesus da Salvação e Paz, e Senhora das Dores; e extra-muros a casa onde a tradição diz ter fallecido Camões [1].

[1] Ácerca d'esta casa historica, veja-se um artigo que publiquei na occasião do centenario, em 1880, no jornal *A Arte*, acompanhado de dois desenhos meus: a casa de Camões no

Abria-se n'esse ponto o chamado postigo de Santa Anna, mandado derrubar por el-rei D. Pedro II a pedido do senado, em 1676[1].

D'ahi descia ao longo das actuaes escadinhas da Encarnação, e vinha ter onde hoje vemos o nobre palacio que foi do fallecido Miguel Paes do Amaral e Menezes Quifel Barbarino (Anadia), casado com a senhora D. Maria Joanna de Saldanha. Ainda lá na cornija da frontaria, sobre a janella central, se vê um brasão de armas esquartelado: ao primeiro *Paes;* ao segundo *Amaral;* ao terceiro *Almeida;* ao quarto *Barberini.* A igreja de S. Luiz ficava de fóra; era campo.

A porta da cidade, essa tocava rés vés no extremo sul do palacio, edificado, como tantos outros, sobre um lanço da muralha.

*

Não se conservou muito mais de um seculo esta porta, depois da sua edificação, pois se alargou e reformou, como outras, em tempo d'el-rei D. Manuel, no anno de 1509. Existe entre os documentos da camara uma ordem d'esse rei para que a porta de Santo Antão se conclua e fique do tamanho das demais[2].

estado actual, e uma restauração conjectural do sitio no fim do seculo XVI.

[1] Cart. da c. m. de L.—Liv. IV d'el-rei D. Pedro II, fl. 382. Vide a nota no fim d'este volume.

[2] Cartorio da c. m. de L.—L.º III d'el-rei D. Manuel. fl. 47. Vide a nota no fim d'este volume.

O nome d'ella não foi posto ao acaso; provinha da visinhança do antigo mosteiro de Santo Antão, primeiro habitado por frades; e depois, retirando-se elles para o da Annunciada (hoje chamado o Collegi-nho, na rua do Capellão), vieram d'ahi para Santo Antão as freiras dominícas que lá estavam, e por causa d'ellas o mosteiro de Santo Antão trocou o nome no de Annunciada, que ainda se conserva no largo[1].

Em memoria do veneravel ermitão do deserto, havia, por sobre a verga da portada manuelina d'esta entrada concorridissima da velha Lisboa, uma imagem de Santo Antão dentro n'um nicho[2].

*

Consta (gosto d'estas aproximações) que na visinhança, algures, habitou com sua irmã, D. Maria Coutinho, e veiu a fallecer n'esta rua, mas não sei em que predio, o auctor da *Vida de D. João de Castro*, o grandíloquo Jacintho Freire de Andrada, em 13 de maio de 1657.[3]

[1] El-rei D. Manuel—*fez de novo o mosteiro da Annunciada de freiras da ordem de S. Domingos na cidade de Lisboa, na Mouraria, no mesmo logar onde fôra a mesquita de moiros* (o chamado Colleginho hoje) *que agora é povoada de irmãos da companhia de Jesus; e as freiras se passaram ao mosteiro de Santo Antão, junto da cidade, e por este respeito tomou o mesmo nome de Annunciada.* Damião de Goes—*Chron. d'elrei D. Manuel.*—P. IV, cap. LXXXV.

[2] *Sanctuario Marianno,* t. I, p. 118.

[3] Vi essa curiosa noticia pela primeira vez n'um trecho do opusculo *Os Frades,* por José Agostinho de Macedo, trecho

*

Setenta annos depois d'essa data, celèbre na historia litteraria portugueza, arrancaram-se os batentes que fechavam a porta de Santo Antão. Foi nos fins do anno de 1727, para dar maior desafogo ao arco, por occasião da entrada solemne do cortejo do embaixador extraordinario de Castella, marquez de los Balbazes em 6 de Janeiro de 1728. João Baptista de Castro, fallecido em 1775, muito bem se lembrava de ter visto ainda na cantaria as coiceiras de ferro[1].

*

Estende-se esta comprida rua, que estudamos agora, no sitio da antiga *Corredoira*, de tropeada memoria. Já fallei d'ella[2]; e allude-lhe frei Luiz de

citado por Innocencio no *Diccionario bibliographico,* t. II, p. 200. José Agostinho, cuja memoria era enorme, tinha provavelmente bebido tal noção em Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, t. II, p. 464.

Em 20 de fevereiro de 1886 copiei por meu punho, no livro respectivo do cartorio de Santa Justa (em S. Domingos), o assento de obito, que é assim:

Aos trese dias do mes de Mayo de 1657 falleceo na rua das portas de S.to Antam Hiacinto Freire de Andrade Abbade de S.a M.a das Rans Bispado de Viseu: fes testam.to: o P.e Felippe Barbosa seu Capellam testamenteiro. foi enterrado nesta Igreja.

O Prior Felippe Jacome.

[1] *Mappa*, t. III.

[2] *Lisboa Antiga*—Parte I, *O bairro alto*, p. 133. Parte II, t. I, p. 198.

Sousa na Historia de S. Domingos[1], ao tratar da larga doação de terras por el-rei D. Affonso III ao convento de S. Domingos de Lisboa.

Agora é isso uma arteria prosaica e muito concorrida. No seculo XVI, e ainda no XVII, podia chamar-se-lhe um risonho antegosto do arrabalde, um alegre prologo do grande valle, então denominado de Andaluz[2].

*

Essa estrada, muito extensa e muito importante, tinha, logo da esquerda, um pouco depois de sair os hombraes da velha porta, o palacio primitivo dos condes de Castello Melhor, que fechava o lado sul da actual rua dos Condes, e de que ainda existe sobre a rua de Santo Antão um antigo portal com hombreiras lavradas (hoje n.º 131), que dá para uns pateos de alugadores de carruagens funebres.

Seguia a estrada, e logo a diante recebia, em primeira mão, as aragens perfumadas das hortas do Valle Verde (hoje, fevereiro de 1886, Avenida da liberdade), que sopravam por sobre o arvoredo senhorial da quinta, ou antes vastos jardins, do palacio que ahi edificara, por 1530 ou 1540, Fernão Alvares de Andrada, e que veiu a pertencer á casa da Ericeira[3]. Ficava-lhe a entrada n'essa especie de largo

[1] Livro II, cap. XVIII.

[2] Esta denominação existe, mas muito afastada para o norte, e confinada ao *Largo do chafariz de Andaluz*.

[3] Já demonstrei isso tudo, e descrevi o palacio na *Lisboa antiga*, parte I, pag. 132 e seg. Veja-se tambem o que diz a este

defronte da actual calçada do Lavra; era a mais sumptuosa, talvez, das residencias particulares da capital. (É hoje o predio do sr. Manuel Nunes Corrêa, e todos os demais que vão desde o largo da Annunciada, entre a avenida e Santo Antão, até á rua dos Condes).

Já n'outra parte[1] examinei a linha por onde a propriedade de Fernão Alvares de Andrada passou á casa da Ericeira, que ampliou com embellezamentos successivos o seu palacio da Annunciada. Aqui mencionarei apenas que foi o 3.º conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes, quem fez a magnifica livraria, tão fallada, quem ergueu nos jardins a famosa fonte de Neptuno, escultura de Bernini (hoje na quinta de Bellas), e emfim quem adornou as salas com pinturas de Lebrun representando batalhas de Luiz XIV[2]. Pois esse mesmo conde, tão illustrado, e tão piedoso tambem, teve a desgraça de fechar a sua brilhante vida pela mais triste maneira, aos 58 annos: suicidou-se atirado-se ás 10 ½ da manhã do dia 26 de maio de 1690 de uma janella sobre o jardim[3].

Da outra banda do largo, defronte da entrada do palacio Ericeira, campeava o mosteiro das dominicanas da Annunciada, tambem edificação, ou reedificação, de Fernão Alvares[4]; bellissimo edificio cheio de curiosas recordações, as quaes receio enfeixar aqui

respeito frei Luiz de Sousa, na *Hist. de S. Domingos,* parte III, pag. 14, col. 2.ª

[1] *Lisboa antiga,* parte I, p. 132 e seg.

[2] Barbosa Machado, *Biblioth. Lusit.* t. III, p. 116.

[3] Id. ibid.

[4] *Hist. Gen.* t. V, p. 262.

para não me chamarem prolixo[1]; a Annunciada, que um seiscentista qualifica de

> *igreja das mais bem feitas,*
> *mais perfeitas e acabadas,*
> *que tem toda a redondeza,* (!)
> *onde um formoso convento*
> *de muitas freiras professas*
> *guardam do grande Domingos*
> *a muita obediencia e regra*[2].

*

Deixem-me dizer mais uma coisa (os falladores são assim; não ha modo de os calar): era monja na Annunciada (do mosteiro nem vestigios restam já, pois toda a sua area é occupada por predios e pela nova parochial de S. José, inaugurada, depois de vinte e tantos annos de obras, em 15 de agosto de 1883) era monja na Annunciada uma talentosa senhora, da estirpe dos condes de Linhares (antigos), soror Margarida de S. Paulo, que no seculo se chamara D. Margarida de Noronha, filha do 2.º conde de Linhares e da condessa D. Violante de Andrada, e portanto neta de Fernão Alvares de Andrada[3].

1 *Prolixo!* acho graça; em livros d'este genero quanta mais prolixidade maior serviço; não é assim? Do convento da Annunciada trata o *Agiologio Lusitano* de Jorge Cardoso. T. 1, p. 195.

2 Citada *Relação em que se trata, etc.*, 1626.

3 A proposito: a lindissima pedra da campa de Fernão Alvares é hoje um dos ornamentos do museu dos archeologos no Carmo. A escriptura do casamento de D. Violante com D. Fran-

Era soror Margarida uma alma de artista; debuxava e pintava a primor. Bem se vê que lhe corria nas veias o mesmo sangue que tanto illustrou os filhos de Fernão Alvares, e a linhagem dos Ericeiras em successivas gerações. Foi esta religiosa (fallecida em 1636) quem, por ser muito perita na architectura civil e na pintura, deu o risco para o templo da Annunciada, para as officinas, e para a varanda que havia no mesmo convento, conjecturando até alguns que os antigos retabulos que ali se conservavam fossem obra sua [1].

Além d'estas prendas, tinha vasta erudição de lettras antigas; sabia latim e outras linguas, e escrevia eloquentemente em portuguez, a crermos Duarte Nunes do Leão, sobre ser excellente calligrapha [2].

Mas basta, basta; prosigamos.

*

Para lá da Annunciada, continuava o caminho publico entre muros e algumas casas, e com apparencia mais campestre que urbana, *em razão das hortas amenissimas, e quintas deliciosissimas*,—palavras de um quinhentista—*que muitos fidalgos edificam n'aquelles sitios, por estarem mais desembaraçados e livres de casaria, que de portas a dentro da cidade* [3].

cisco de Noronha, 2.º conde de Linhares, vem na *Hist. Gen.*, *Provas*, t. III, p. 584.

[1] Dil-o Barbosa, *Biblioth. Lusit.* t. III, p. 412, e confirma-o Cyrillo Volkmar Machado, *Coll. de mem.* p. 41, e o *Theatro heroino* t. II, p. 123.

[2] *Descripção de Portugal*, fl. 152.

[3] Padre Duarte de Sande, *Lisboa em 1584*, no *Archiv. Pitt.* t. VI, p. 87.

Ahi está, por exemplo, o templo (hoje não curado) de S. José, denominado pelo povo no seculo XVI *S. José d'entre as hortas*, a dar-nos um toque de agradavel bucolismo, que tanto contrasta com o aspecto soturno da apertada rua de S. José! Eu conto, e prometto ser breve:

Em 1532 principiou na freguezia de Santa Justa uma confraria do Santo Esposo da Virgem; eram irmãos os officiaes de pedreiro e carpinteiro, e outros annexos á sua bandeira. Viram para logo difficuldade nas suas reuniões, por não possuirem em Santa Justa outro sitio senão o da sua capella, e determinaram fintar-se e comprar terreno para egreja propria.

Com effeito (a vontade firme é quasi omnipotente) em 25 de maio de 1545 ajustaram a acquisição de uma terra acima da Annunciada, no risonho e aprazivel *valle de Andaluz*. Requereram em 6 de julho ao arcebispo de Lisboa D. Fernando, que despachou bem; e logo em 1546, a 25 de abril, fizeram a trasladação da sua imagem e confraria para a nova residencia.

Annos depois, vendo o cardeal infante D. Henrique o muito que padeciam *os moradores d'aquelles casaes.... pela falta dos Sacramentos, por lhes ficar mui distante a freguezia*, desannexou de Santa Justa algumas geiras de terra, e creou em 27 de novembro de 1571 a freguezia de S. José[1].

[1] Extracto de apontamentos fidedignos, de lettra do seculo XVII, a fl. 177 do codice mss. da biblioth. nac. de Lisboa,—A—4—5—intitulado *Memorias para a historia ecclesiastica de Portugal.*

*

Finalmente, no intervallo que separava o palacio Ericeira e o mosteiro da Annunciada, subia a custo lá para as bandas do campo do Curral (hoje campo de Sant'Anna)[1], a ingreme calçada de *Damião de Aguiar*, subsequentemente calçada do *Lavre* ou *Lavra*, onde se inauguraram, com applauso de toda Lisboa, em abril de 1884, os *elevadores*.

*

Já que escrevi o nome de Damião de Aguiar, importante cidadão lisbonense do seculo XVI, e de quem tomou titulo essa rude calçada, que liga o nosso largo da Annunciada com a Bemposta e Arroyos, desejo apresental-o ao meu leitor. (Eu parto do principio de que uma pessoa, que tem a heroicidade de manusear escriptos pesados e succulentos como este, não se enfadará com a agglomeração de pormenores, antes pelo contrario os deseja e os provoca.)

Damião de Aguiar Ribeiro, doutor em direito civil, do conselho d'el-rei, desembargador do paço, chanceller mór do reino, commendador na ordem de Christo, alcaide mór do Cadaval, etc., era filho de João de Aguiar e de D. Antonia Ribeiro; neto de Pedro Fernandes de Aguiar, que viveu no tempo d'el-rei D. João II; bisneto ... mas perdão: arran-

[1] Ou, se assim o preferem, *dos martyres da Patria*.

quemo-nos a isto, por Deus! e quem tiver desejo de mais indagações procure D. Antonio Caetano[1]. Tambem falla d'elle, e muito, Barbosa Machado[2]; menciona-o Innocencio[3]; e refere-se-lhe, ao tratar do auto tristissimo da entrega das chaves de Lisboa ao rei de Castella D. Filippe, na pessoa do duque d'Alva, o sr. Freire de Oliveira[4].

Nascido em Evora a 14 de abril de 1535, falleceu Damião de Aguiar em Lisboa a 27 de julho de 1618[5]; e jaz na igreja do convento de Santo Antonio dos Capuchos, na capella mór, do lado do Evangelho. Tem na parede do lado da Epistola, a seguinte inscripção; e na parede fronteira um escudo de armas esquartelado, com os brasões de Aguiar e Ribeiro, e Vasconcellos e Mendoça[6].

ESTA·CAPELLA·HE·DE DAMIAÕ DA
GVIAR·QVE FOI·DO CONCELHO DE
SVA·MG^DE·E SEV·CHR·MOR.NESTE
S·REINOS·DE PORTVGAL·E DE DONA
FR^CA·DE MENDOCA·DE VASCONCEL
LOS·SVA.MOLHER·E DE SEVS·ERDEI
ROS·FALECEO·A VINTE.E CETE
DO MES·DE IVLHO·DA ERA DE MIL
E SEIS·CENTOS·E DOZOITO·ANOS

1 *Hist. Gen.* tom. XI, pag. 745.

2 *Bibl. Lusit.* tom. I. pag. 610.

3 *Dicc. bibliogr.* tom. II. pag. 120.

4 *Elem.* tom. II. pag. 1 e seg. etc.

5 Innocencio, citado.—*Hist. Gen.* tom. XI. pag. 746.

6 *Chron. dos Capuchos* por Frei Martinho do Amor de Deus, tom. I, pag. 489. Vi e copiei esta lapide hoje 30 de abril de

O papel politico representado por Damião de Aguiar, quando vereador de Lisboa, na entrega da cidade, é, como o de outros muitos cidadãos do tempo, de um servilismo revoltante aos nossos olhos. Só Deus sabe porém a quantas pressões, de todo o genero, de todas as horas, não succumbiam aquelles homens, a quem (por um logar commum) costumamos hoje chamar constantemente netos degenerados dos heroes de Ormuz, Juliões do seculo XVI, etc.

Teve Damião de Aguiar da dita sua mulher uma filha herdeira, por nome D. Antonia de Vasconcellos; casou com Tristão da Cunha senhor de Povolide. Foi filho de ambos Luiz da Cunha de Ataide, senhor de Povolide[1].

Trago estas minucias para quê? para mostrar como a casa de Damião de Aguiar, que devia ser opulenta, entrou na dos Cunhas, ultimamente condes de Povolide, a quem ficou pertencendo o padroado da mencionada capella de Santo Antonio dos Capuchos (hoje Azylo de mendicidade).

Ainda lá está na rua das portas de Santo Antão, com as suas quatorze sacadas de frente, o magnifico palacio dos Povolides (hoje do sr. Henrique Burnay), junto ao palacio pequeno da casa de Rio Maior, e encravado n'uma orla do enorme terreno, já em grande parte povoado, que tem por limites: ao poente essa rua, ao norte a calçada de Damião de

1886, acompanhado pelo rev.do director do asylo de mendicidade o meu amigo sr. José Rodrigues de Oliveira, a quem muito agradeço.

[1] *Hist. Gen.* tom. XI, pag. 745 e 746.

Aguiar (hoje *do Lavra*, já vou dizer porquê); ao nascente a rua das freiras de Sant'Anna, e a calçada; e ao sul as escadinhas das freiras da Encarnação, ou *beco de S. Luiz da Pena.*

*

Fallei no Lavra, ou Lavre (Manuel Lopes *de Lavre* ou *da Lavra;* de ambos os feitios o encontro escripto), cidadão muito mais moderno, abastado, thesoureiro da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboya. Á casa da mesma princeza poude elle, mais de uma vez, adiantar grandes sommas sem juro; pelo que a rainha o menciona e o recommenda no seu testamento[1].

Este Lopes de Lavre, senhor do Reguengo, etc., teve uma filha, D. Maria Antonia Henriques, que veiu a casar com outro visinho illustre, o 14.º morgado de Oliveira, João Pedro de Saldanha de Oliveira[2], avoengo do actual sr. conde de Rio Maior.

A familia Rio Maior habita ali, á Annunciada, o seu palacio grande edificado uns metros ao sul da esquina do Lavra; palacio celebre, principalmente pela circumstancia de ter visto nascer, em 17 de novembro de 1790, o 1.º duque de Saldanha, João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun, um dos maiores portuguezes do nosso seculo[3]; mas o predio que

[1] *Hist. Gen. Provas*, tom. v. pag. 137.

[2] *Hist. Gen.* Tom. xi, pag. 245.

[3] D. Antonio da Costa *Historia do marechal Saldanha,* Tom. i, pag. 8.

foi de André Lopes fica do outro lado; é o enorme casarão nobre com sua ermida sobre a calçada, ermida edificada em 1568, por um tal João Rodrigues Torres, com a invocação de Nossa Senhora do Bom Successo[1]. Está-se a perceber que se haviam obliterado, depois de pouco mais de um seculo, as lembranças do antigo vereador Damião de Aguiar, que lá jazia em Santo Antonio dos Capuchos, arrependido talvez do muito que se mostrara *castelhano* em tempo do cardeal-rei e dos Filippes; e então entrou a dominar o argentario Lopes de Lavre, que tornou conhecido o seu nome a uma geração que nada ligava já aos antigos interesses.

Não sei quem representa hoje os Lavres. Vejo só, que Manuel Caetano Lopes de Lavre, senhor donatario do Reguengo da Carvoeira, alcaide mór de Torres Novas e Celorico da Beira, commendador de Santa Margarida da Matta na ordem de Christo, e de Agualva na ordem de Santiago, secretario do conselho ultramarino, casou em 26 de julho de 1714 com D. Antonia Joaquina de Menezes[2]; e vejo mais, que ainda em 1791 e nos annos seguintes até quasi ao fim do seculo, habitava essa sua casa Joaquim Miguel Lopes de Lavre secretario do conselho ultramarino[3].

[1] J. B. de Castro. *Mappa.*
[2] *Hist. Gen.* Tom. XI, pag. 419.
[3] *Almanacks* do tempo.

*

Hoje tem esta calçada (de certo a mais empinada de toda Lisboa) uma honra superior á que lhe provinha do nome dos seus antigos habitantes e senhores: foi n'ella que se realisou pela primeira vez um dos maiores melhoramentos municipaes do nosso tempo. Foi ali que a velha Ulyssêa presenceou, como uma festividade, a inauguração dos *elevadores*.

N'uma povoação montuosa como esta, construir um elevador é prestar alto serviço (*alto* em todo o sentido); construir um elevador é diminuir as lesões cardíacas; é condensar o tempo, materia prima preciosa, que se esvae insensivelmente, n'esta faina, em que anda meia população, de trepar e descer as sete collinas de Roma.

Honra pois á companhia arrojada, que emprehendeu tal aperfeiçoamento na viação publica, abrindo o elevador da calçada do Lavra, o da calçada da Gloria, e projectando outros! e sobretudo um hourrah ao seu talentoso engenheiro, o sr. Raoul Mesnier, para quem as calçadas de Lisboa vão ser todas, em poucos annos, calçadas... da gloria!!..

CAPITULO XII

Post-scriptum ao capitulo antecedente.—S. Luiz dos francezes.—O paço dos Estáos.—Quem o fundou, e quando.—Memorias do antigo paço.—A ermida de Nossa Senhora da Escada junto a S. Domingos.

Como *post-scriptum* ao antecedente capitulo, não posso deixar de mencionar a pequenina egreja de S. Luiz dos francezes, de que lá em cima fallei, erecta em 1552 e ampliada e terminada em 1622, segundo reza a inscripção que se lê sobre a porta principal:

> Divo Lvdovico Regia Gallis Hac Habitantibvs civitate Dicatvm Anno Domini 1552 • Perfectvm amplificatvmq 1622

traducção:

A S. Luiz foi dedicado este templo pelos francezes habitantes n'esta real cidade, no anno do Senhor de 1552. Concluiu-se e accrescentou-se em 1622.

Por cima vêem-se as armas dos Bourbons, o escudo das flores de liz, tendo por supportes dois anjos. O escudo é circumdado de dois collares das ordens francezas, sendo o inferior o da ordem do Espirito Santo.

O viajante M. de Monconys, já por mim citado, achou a egreja de S. Luiz em 1628, quando por aqui andou, *pequena mas muito garrida;* tinha retabulo doirado, e toda a obra de pintura era feita á custa dos negociantes francezes[1].

Nos batentes do portão principal lê-se a data de 1683.

Tinha esta egreja uma cruz no adro; em junho de 1837 officiou a camara municipal ao capellão, a fim de ser removida a dita cruz[2].

Até ha poucos annos não existia a serventia publica pelas escadinhas contiguas ao palacio. Foi o fallecido vereador Nuno José Severo de Carvalho, que em 30 de abril de 1862 propoz que essa serventia, que outr'ora tinha existido, e era reclamada pelos habitantes do sitio, se restituisse ao transito.[3]. Annuiu a camara sobre informação favoravel da sua repartição technica, e dotou Lisboa com mais esse melhoramento. Honra lhe seja.

Nada mais me consta de S. Luiz; é pouquissimo,

[1] *Je ne veux pas laisser l'église de S.t Louis, qui est petite mais très gentille. Le rétable est doré, et l'église est toute peinte aux dépens des français qui trafiquent dans Lisbonne.*—Voyages de M. de Monconys. T. IV, p. 34.

[2] *Synopse dos princ. act. adm. da c. m. de Lisboa, em 1837*, pag. 12.

[3] *Arch. mun. de Lisboa.* 1862, n. 122, p. 371.

bem vejo, mas não quiz, ainda assim, deixar de o repartir com os curiosos.

Hoje em dia é esse um templo muito concorrido pela mais alta sociedade. Possue um certo *cachet* de egreja estrangeira, que desdiz do estylo das nossas. Ouvem-se ali por vezes grandes prégadores francezes, correctos e cheios de uncção religiosa. Sempre promptos, sempre accessiveis, sempre polidissimos, manteem os sympathicos capellães d'aquella casa o fogo sagrado constantemente accezo, já no confessionario, já nas ceremonias liturgicas, já nas prédicas diarias. São verdadeiros athletas da Cruz: sempre na luta, e dos primeiros na brecha.

*

Não posso por ora arrancar-me d'estas immediações; e visto que estudámos a rua *das portas de Santo Antão,* successora e representante da antiga *Corredoira*, não descabe talvez um relance de olhos ao celebre paço dos Estáos, que ao fundo do Rocio ergue os seus terreões acoruchados, e preside com certo ar de mau agoiro á praça alegre e desafogada em que trafegam as vendeiras.

Esses verbos assim *no tempo presente* remontam-nos ao seculo XVI e ao seculo XV. Foi no seculo XV que edificou este soberbo paço o grande infante regente D. Pedro (o da Alfarrobeira) na menoridade de seu sobrinho el-rei D. Affonso V, pelos annos de 1449[1]; para poisada de embaixadores estrangeiros

[1] Sr. Vilhena Barbosa. *Arch. Pitt.* Tom. VI, pag. 34.

o destinavam, e n'essa qualidade serviu varias vezes, e até foi residencia real, como logo veremos.

É desconhecido, creio, o architecto d'esta famigerada casa; apenas acho em Raczynski mencionado um Bartholomeu Rodrigues como mestre das obras dos *Estáos*[1]. Não indica o tempo; seria esse o primeiro artista?

Quem abre o velho livro de Colmenar[2] topa em mais de um ponto com formosas vistas do antigo paço: edificio pesado mas symetrico, de um corpo central com cinco janellões no primeiro andar, um portão ao meio acompanhado de duas outras janellas a cada banda, e esse corpo central flanqueado de dois torreões ressaidos, coroados de telhado ponteagudo, e ostentando dois andares de janellas.

Tal era a frontaria da fabrica primitiva; casarão serio e austero, a que veiu a caber, menos de um seculo depois de erecto, a triste honra de albergar o tribunal da Inquisição.

Mas vamos por partes.

*

Esse edificio não correspondia, como pensam alguns, ao nosso theatro de D. Maria II, assim como o antigo Rocio não correspondia exactamente á area do Rocio moderno. Vejamos.

As linhas lateraes da actual praça caem perpen-

[1] *Dictionn. hist. art.* pag. 249.

[2] *Description et délices d'Espagne et Portugal.* Tom. IV, pag. 88 e 90.

diculares á marginal do Terreiro do Paço, e as duas faces dos topos são parallelas a essa linha maritima, formando no todo um vasto parallelogrammo. Ora, antes da reformação pombalina, essa praça, de perimetro sensivelmente egual á de hoje, tinha a sua face meridional um tanto carregada para o nascente; por modo que a praça começava em angulo obtuso muito perto do nosso Arco do Bandeira, e acabava em angulo agudo um pouco adiante da esquina da travessa da Palha. As duas orlas lateraes defrontavam uma com a outra, e terminavam, pelo nascente, na esquina do convento de S. Domingos, e pelo poente n'uma reintrancia que formava uma como pequenina praça em frente do paço dos Estáos, o qual tomava o nosso largo de Camões, uma porção da esquina do quarteirão noroeste do Rocio actual, e, com o seu pateo, jardim, e dependencias, se estendia para o norte sobre as hortas do Valle Verde (hoje a avenida).

Vemos pois que o paço guardava este canto extremo da cidade; pela sua frontaria devassava o largo mais mercador e concorrido de toda a baixa, e pela banda de traz dominava um quadro bucolico e solitario muitissimo agradavel: para um lado o Rocio, com as suas feiras, os seus pregões, as suas cavalgadas, as suas barracas, os seus passeantes; para o outro lado as hortas verdes com os poços de cegonha, os bois a lavrarem, os hortelões a alinharem canteiros, e ao fundo as escarpas sombreadas de arvoredo do Moinho de Vento, Cotovia, Valle de Pereiro, e Andaluz.

E vejam como estas coisas se apegam com tena-

cidade: á nossa actual rua do Principe, que desemboca na Avenida, chamou-se primeiro *rua nova das Hortas*, já ao tempo da reedificação pombalina[1].

Junto ao paço, para o nascente, mas recuando no alinhamento um bom pedaço, até á linha occupada hoje pela frente do theatro, levantavam-se no seculo XV os paços do conde de Ourem, com frente sobre o Rocio e sobre o largo da alpendrada de S. Domingos, mesmo no principio da Corredoira.

Aqui tem o leitor o que posso dizer-lhe, depois de ter estudado o assumpto com tanta minucia quanta me foi possivel; e ainda assim não fiquei satisfeito.

*

Junto á tal Corredoira, onde se tinham feito em antigos tempos tantas correrias de ginetes, em frente do Rocio, onde vinham no seculo XVI, ás tardes, pleitear galhardias os mais guapos cavalgadores da cidade, era bem que fossem collocadas as estrebarias reaes; e eram, com effeito, na parte terrea do paço dos Estáos. A propria porta do muro d'el-rei D. Fernando aberta n'esse logar, entre o paço e as casas que depois foram dos duques do Cadaval (e ainda o são), porta virada para o Rocio, chamou-se *das estrebarias d'el-rei*[2].

[1] Assim se vê na planta da freguezia do Sacramento pelo sargento mór José Monteiro de Carvalho, a qual vem na *Relação das parochias que se comprehendem na cidade de Lisboa*, mss. da torre do tombo.

[2] Castro. *Mappa*, Tom. III.

No seculo XVI, dil-o-hei de passagem, eram opulentas e dignas da visita de entendedores as regias cavalhariças. Examinou-as o secretario do cardeal Alexandrino em 1571, o muitas vezes citado Venturino[1]; e admirou o tratamento e a estimação de duzentos magnificos ginetes que lá se albergavam.

Não me consta quando d'ali fossem removidos estes hospedes quadrupedes; sei que em 1650, quando Tinoco traçava o seu plano, se achavam no paço dos duques de Bragança (já então real), lá em cima á Cordoaria, hoje o nosso Thesoiro Velho.

*

Quanto ao paço dos Estáos em si mesmo, não conheço descripção que me habilite a formar idéa do seu interior, e das magnificencias que *a priori* podemos affirmar o adornavam; mas sei de alguns casos ali succedidos, e que altamente lhe nobilitam o recinto. Observemos.

*

Quando em 1540 veio a Portugal S. Francisco Xavier, então ainda simplesmente chamado o padre mestre Francisco, ali morava, e ali o recebeu, o senhor D. João III[2].

[1] Vem no *Panorama* a relação da sua viagem, e tambem se acha transcrita nos *Opusculos* de Herculano, Tom. VI; a citação a que me refiro vem a pag. 93.

[2] Balthazar Telles. *Chron. da Comp.* Tom. I, pag. 40.

Grande scena! grande e magnifica scena!

Tinha chegado de Roma o ascetico varão; tinha ido albergar-se no mesquinho aposento do seu dilecto amigo, e companheiro de trabalhos, o padre Simão, que se achava gravemente enfermo no hospital de Todos os Santos; e por signal, que bastou a vinda de um tal amigo, tão do seu peito e tão de Deus, para o padre Simão recobrar logo a saude e a força.

Passados tres dias, mandou el-rei chamar ao paço os dois missionarios, os dois *apostolos* (como elle proprio os ficou denominando), e agazalhou-os, e afagou-os devotamente, pasmados el-rei e a rainha d'aquella *interior luz* que viam raiar n'aquellas almas; palavra feliz do chronista.

Depois d'esta audiencia, tornou el-rei a conceder outra ao extraordinario apostolo das Indias, áquelle homem unico, áquelle seraphico padre, cujo nome é ainda hoje, e será sempre, um talisman de crenças e virtudes. Despediu-se d'elle o rei com muitas lagrimas, ao vel-o abalar-se, tão pobre, tão desvalido, tão macerado, para a sua empreza, mais que agigantada, de ir estender os dominios da Cruz até ao extremo Oriente!...

Oh! que valentia egualará jámais a d'aquelles sublimes guerreiros, cujas armas são a fraqueza, a pobreza, a humildade, o perdão!

Quem examina com attenção os quadros bellissimos de André Reinoso, pintor portuguez do seculo XVII, representando passos da vida de S. Francisco Xavier, na sacristia de S. Roque, nota, entre outros, o da audiencia de despedida, concedida por el-rei D.

João III ao humilde sacerdote, e lá o vê de joelhos ante o soberano, que todo de preto, entre os seus grandes, o recebe affavel, carinhoso, e commovido.

Este quadrinho foi imitado por Simão Gomes dos Reis, no alto da vista de Lisboa que pertenceu á casa do noviciado da Companhia, e hoje está na academia real das bellas artes.

*

Agora a proposito da residencia do soberano nos paços do Rocio.

Diz o meu presado mestre e vice-presidente o sr. Ignacio de Vilhena Barbosa[1] que não sabe o porque el-rei D. João III viria habitar n'elles por 1540, tendo as suas bellas e amplas moradas da Alcáçova, da Ribeira, e de Santos o velho. Quando um erudito confessa hesitar, e acha o caso digno *de reparo*, que farei eu? entretanto, permitto-me suggerir-lhe uma conjectura. Eil-a.

Segundo mostrei n'outra parte[2], achava-se o paço do castello bastante arruinado depois que ahi fallecera em 1530 a *Excellente Senhora*. Em setembro de 1544 escrevia el-rei D. João á camara avisando-a do perigo que ameaçava toda a costa do paço do castello. Bastava esse receio, para impedir o soberano de lá se fixar com sua familia. Não deve ser agradavel habitar em cima de uma ratoeira de alçapão.

[1] *Arch. Pitt.* tom. VI, pag. 34, col. 2.ª.
[2] *Lisboa antiga*, tom. III, pag. 106 e seg.

Que o perigo continuou, é certo. Em carta régia de 26 de novembro de 1570 recommenda el-rei D. Sebastião á mesma camara, mande reparar convenientemente o sitio dos paços do castello, por estar perigoso; e pondera *que, não se lhe acudindo amtes de mais emtrar o inverno, poderá fazer gramde dano naquella parte da çidade que fica inferior ao dito sitio*[1].

Logo, quanto á Alcáçova, estamos, me parece, desenganados: achava-se inhabitavel; está fóra de questão.

*

Havia tambem para escolha os paços da Ribeira. É preciso notar que el-rei D. João fez lá obras; em que tempo, e por quanto tempo, não sei. Sei que em 1532, ou 33, quando cá esteve em Portugal a embaixada do Preste João da Ethyopia, recebeu el-rei em audiencia solemne o embaixador em Evora onde residia a côrte; e pouco depois tornou a recebel-o em Lisboa, mas não em casa sua (note-se), e sim na do duque de Bragança, onde el-rei se hospedara. Ahi morou outra vez em 1538. Porque seria? Calculo (e no seguinte volume direi, a proposito do palacio dos Braganças, o plausivel argumento em que me fundo), que fosse por motivo das obras que andavam na Ribeira. Entre nós as obras costumam levar muitos annos.

[1] Cart. da c. m. de Lisboa, *Liv. 1.º de festas*, fl. 99, documento citado nos *Elementos* do sr. E. Freire de Oliveira, tom. 1, pag. 578.

Logo, está tambem (até certo ponto) posto de banda esse paço d'el-rei D. Manuel.

*

Resta ainda o de Santos.

Quem nos diz que o não achavam pequeno, como de certo era, para as exigencias da côrte? E quem nos affirma que el-rei, ou a rainha, não tivesse repugnancia ao ar do mar? não succede isso hoje com muita gente? não temos, na nossa policiada e salubre Lisboa, as febrinhas chamadas *do aterro?* Certo é que a antiga ribeira de Lisboa, lodosa e espraiada, era de pouco agradavel perfume; ainda todos o experimentámos; o aterro ainda o diz. Mil providencias administrativas se encontram, prohibindo o lançamento de detritos nas praias; entretanto, os canos lá iam dar, e para esses não valia a prohibição.

*

Os paços dos Estáos estavam pois, talvez, em situação excepcional; eram proximos de tudo, eram saudaveis; bastaria isso ao nervoso e melancolico monarcha portuguez, para os tomar como seu aposento.

Repito: isso tudo não passa de meras conjecturas, offerecidas timidamente ao meu mestre e bom amigo. Agora continuemos.

*

N'umas casas *a par dos Estáos* morava, e falleceu em 20 de outubro de 1540, o bom infante D. Duarte, poisando ainda então el-rei D. João III, seu irmão, no citado paço[1].

*

Em 25 de julho de 1542 nos Estáos se celebrou a festa do recebimento do duque de Bragança D. Theodosio; ainda ahi habitava el-rei[2]. Eu conto em duas palavras:

Tinha chegado o duque D. Theodosio a idade casadoira; pensou el-rei D. João III em dar-lhe noiva, e escolheu sua sobrinha D. Izabel de Lencastre, prima co-irmã do duque. Lavrou-se a 19 do dito mez no paço dos Estáos o contrato antenupcial[3]; e poucos dias depois, celebrava-se grande festa na côrte. Querem ouvir?

Achava-se o duque no seu paço de Lisboa (o nosso actual Thesoiro Velho e o hotel de Bragança). N'esse paço, que hei de estudar detidamente no volume seguinte, tinham-se feito, como é de crêr, esplendidos reparos, assim como no solar de Villa Viçosa, futura residencia da futura duqueza.

Do paço de Lisboa saiu o duque na tarde de 25

[1] D. Ant. Caet. de Sousa, *Hist. gen.* Tom. III, pag. 429. Damião de Goes, *Chron. de D. Manuel*, parte 3.ª cap. LXXVIII.

[2] Hist. gen. T. VI, pag. 45.

[3] Encontra-se na *Hist. gen.* Provas, tom. IV, pag. 142.

de junho d'esse anno de 1542, a cavallo, em grande gala, e seguido de numeroso cortejo de parentes e creados. No numero dos parentes tinham logar conspicuo os dois infantes, D. Luiz, e D. Henrique então arcebispo d'Evora, que de proposito ali compareceram, com acompanhamento numeroso, a buscar o noivo. Era uma cavalgada de encher as ruas! O bom povo, sempre alegre com o regosijo dos seus principes, saíra todo para presencear a festa, e confraternisava com ella. Tomou o prestito certamente pela rua das portas de Santa Catharina, seguiu pela calçada de Payo Navaes, e desembocou ao angulo oeste do Rocio. Ahi se encontrou o duque de Bragança com outra luzida cavalgada que lhe viera ao encontro; era nada menos que el-rei, seguido do conde da Castanheira, dos ministros da sua casa, e de muitos outros grandes.

Ia o duque D. Theodosio apear-se para beijar a mão a el-rei; não lh'o consentiu este; aproximou então o duque o seu ginete, e mesmo a cavallo beijou a mão que o monarcha lhe estendia. Feito esse comprimento, seguiram todos para o paço dos Estáos.

Subiram, e encaminharam-se para os aposentos da rainha D. Catharina. Já os esperava esta senhora, e recebeu-os no seu estrado, acompanhada de sua filha a infanta D. Maria, da doutissima infanta D. Maria sua cunhada (irmã d'el-rei), e da nubente, D. Izabel de Lencastre.

Feitos os ceremoniaes do estylo, procedeu aos desposorios o arcebispo do Funchal D. Martinho de Portugal, sendo padrinhos el-rei e a rainha.

Acabado o acto sentaram-se todos: el-rei, com a

rainha á sua direita; á esquerda d'el-rei os infantes e infantas; á direita da rainha os duques de Bragança. Principiou-se então um sarau em que tomaram parte os nubentes, dançando um com o outro, e el-rei, e a rainha, e os infantes, e as damas, e os fidalgos.

Ao sairem os duques, convidou-os o soberano para jantarem com elle no dia seguinte, 26. Foram, e depois do jantar voltaram á noitinha para o seu paço, onde os esperava uma ceia elegantissima, que offereciam a toda a alta sociedade do tempo [1].

Essa não a descrevo aqui; tem o seu logar no volume seguinte, quando eu fizer a pintura da nobre residencia ducal.

*

Um anno e quatro mezes depois, em outubro de 1543, ainda el-rei D. João III habitava nos Estáos; d'ahi partiu a infanta D. Maria, sua filha, quando foi para Castella casar com o principe das Asturias [2]. Existe nas *Provas* da Historia genealogica o minucioso itinerario d'essa jornada, redigido pelo arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Vasconcellos e Menezes.

[1] Tirei toda essa descripção supra da *Hist. gen.* Tom. VI, p. 44 e seg. O auctor cita memorias manuscriptas, que infelizmente se perderam pelo terremoto.

[2] *Hist. gen.* Tom. III, p. 570.

*

Em 11 de novembro do mesmo anno, aqui falleceu, com 22 annos apenas, o esperançoso senhor D. Duarte, já arcebispo de Braga, filho d'el-rei D. João III e de uma Izabel Moniz moça da rainha D. Leonor, terceira mulher d'el-rei D. Manuel[1].

*

D'então em diante não encontro mais signal de residencia real n'este paço. Entrou para elle a Inquisição, se é que não estava já lá, e ahi se aposentou com todo o seu pessoal de sinistra memoria; o que não impediu, ainda assim, o padre Duarte de Sande de dizer em 1584 que era este um PALACIO REAL *sumptuosissimo, com jardins amenissimos... e tido na conta de um dos sete principaes monumentos de Lisboa. A este palacio*, acrescenta o narrador, *está annexa uma cavalhariça real, contendo um numero de cavallos correspondente á grandeza e opulencia da côrte*[2]. (Já os mencionei pouco acima).

Esses jardins do paço ainda hoje, depois d'elle desapparecido, manteem a sua memoria no titulo da rua do *Jardim do Regedor*, sobre a qual caíam as suas muralhas; e ainda (quasi nos nossos dias) lá havia em 1836 tres figuras de pedra, que a vereação requisitou ao governo para embellezamento do passeio

[1] Barb. Mach. *Bibl. Lusit.* Tom. I, p. 722.
[2] Lisboa em 1584. *Arch. Pitt.* T. VI, pag. 87.

publico[1]; jardins tratados sem duvida com grande esmero, sombreados de buxos e arvoredo, e deixando espairecer a vista dos passeantes pelo largo quadro das hortas viçosissimas, onde o lapis de Reynaldo Manuel delineou o nosso passeio, que é já hoje uma recordação historica, e para muitos uma saudade.

*

Era no paço dos Estáos a poisada dos inquisidores geraes. Ahi, por exemplo, recebeu em 1602, a 1 de outubro, D. Alexandre, filho do duque de Bragança D. João I e da senhora D. Catharina, a bulla pontificia que o nomeava para esse elevado cargo[2].

*

Voltemos um pouco atraz.

Em quanto os soberanos portuguezes habitaram nos Estáos, serviu-lhes de capella real uma das casas mais venerandas da parochia, já existente desde os primitivos tempos da monarchia: a ermida de Nossa Senhora da Escada, cujo era orago Nossa Senhora da Purificação, conhecida tambem sob a invocação de Nossa Senhora da Corredoira[3]. Estudemol-a.

Ficava no sitio exacto onde é hoje um predio, com um confeiteiro em baixo, na esquina do largo para a travessa nova de S. Domingos.

1 Synopse dos princ. act. da c. m. de L. em 1836 pag. 18.
2 Hist. gen. T. VI, pag. 293.
3 Hist. gen. T. III, pag. 178.

Como esta ermida ficava alta (de certo por causa das inundações habituaes no sitio), tão alta como a cornija das capellas de S. Domingos, convento muito posterior, e de que n'outro volume hei de tratar, subia-se ao templosinho por uma longa escada, que lhe deu o nome.

Havia no ritual velho da sé de Lisboa o costume de uma procissão do cabido a Nossa Senhora da Escada, procissão estatuida por estas sós palavras, que transcreveu D. Rodrigo da Cunha de um livro da mesma sé: *Na vespera do 1.º de fevereiro faz-se a procissão a Santa Maria da Corredoira*[1].

Quem se não recorda das devoções ardentes que a todos os bons portuguezes soube inspirar esta singela ermida? Quem se não recorda de ter lido em Fernão Lopes a visita que lá fez o cavalleiro Nuno Alvares? Baste-nos agora esta. Eu conto.

*

Foi no tempo das tristes luctas com os castelhanos; no tempo d'aquella guerra herculea do ultimo quartel do seculo XIV, que serviu de preparo ao reinado todo portuguez do mestre d'Aviz.

Cançado de esperar em frente da inexpugnavel Lisboa, disimado de febres, ralado da sua impotencia, amargamente desenganado, tinha o exercito invasor levantado o cerco, incendiado os suburbios, os víveres, as bagagens.

[1] *Kalend. Februarii, vespere fit processio ad Sanctam Mariam de Corredoura.*—Hist. eccl. da Igr. de Lisb. Parte II, cap. XLIV, n.º 1.

Achava-se em Lisboa o mestre, e em Palmella o seu intimo amigo e dedicado auxiliar Nunalvares, o anjo da victoria, o brioso paladim da liberdade. Lisboa inteira penava na incerteza; era negro o cariz da politica; d'entre os nevoeiros começava porém a alvorecer um luzeiro de esperanças.

Tendo percebido lá de longe, pelo clarão subito do incendio, que algum successo extraordinario passava na capital, veiu Nunalvares até ao Montijo, ahi embarcava, cerca da meia noite, e navegando cauteloso desembarcava antemanhã na praia de Lisboa.

Foi uma festa; espalhou-se a noticia. Chegou Nunalvares! lá vem elle! boa nova! é o salvador de todos!

Juntou-se logo muito povoleo, e abraçavam-n'o, e beijavam-n'o os populares, ainda assombrados d'aquelles longos mezes de cerração.

Vede-o! Com a sua nobre physionomia, fina e elegante, o seu porte de consumado cavalleiro, abraçava Nunalvares a todos, affavel, risonho, e via-se-lhe rutilar nos vivissimos olhos azues o que quer que fosse de uma alvorada.

Trouxeram-lhe logo uma mula; encavalgou, e acompanhado do seu pagem, que lhe levava o montante, e precedido e cercado de populares, seguiu de vagarinho pelo dédalo das ruas direito ao Rocio.

Era a hora indecisa em que o formoso sol de setembro principiava a clarear, illuminando de tons vivos e avermelhados as grimpas dos campanarios e as beiras dos casebres. Chegavam em sobresalto alegre os moradores ás gelosias; communicava-se da rua para o interior das poisadas (que todas se iam

abrindo, entre jubilos não disfarçados) a grande, a inesperada noticia:

—Chegou Nunalvares! cá vem elle! é o nosso bom amigo! é o amigo do mestre!

E todos o queriam ver; e cada vendeira, e cada operario, e cada soldado, e cada creança, o acclamava, o tocava, o saudava com lagrimas, que é a mais doce das saudações.

Grave, affavelmente grave, commovido de prazer, encaminhou-se o valente cabo de guerra antes de mais nada, e por maior que fosse o seu desejo de ver a D. João, até á velha ermida de Nossa Senhora da Corredoira, muito das suas devoções, e ouviu Missa. Só depois d'ella ouvida seguiu com o mesmo cortejo improvisado até aos paços do mestre, á alcáçova, no paço dos bispos.

Já sabia o mestre a boa nova; tinham-lh'a ido levar affectuosos alviçareiros; esperava ancioso; tinha de todo despontado o sol. Mal ouviu os rumores da turba que se aproximava, desceu D. João ao pateo, correu para o amigo, que entre os braços do povo descavalgava, e cairam no seio um do outro os dois valentes.

O mais, conta-o Fernão Lopes, e não vem para aqui[1].

Aquella visita, aquella scena matinal, era o alvorecer das victorias; n'aquelles abraços e gritos de alegria soavam os clarins; d'aquelle pateo da casa do mestre... entrevia-se Aljubarrota.

[1] *Chron. d'el-rei D. João* I, cap. 153.

*

Foi esta capella o alvo especialissimo das devoções de muitos grandes de Portugal, e até de muitos soberanos.

Vemos que el-rei D. Affonso III, ao edificar o seu mosteiro de S. Domingos, a respeitou; e (diz D. Rodrigo da Cunha) em vez de a demolir, *antes quiz que as capellas do Evangelho, que respondem ao corpo da egreja, ficassem debaixo da abobada que serve de pavimento á ermida, que tirar a Senhora do logar que de tantos annos atraz possuia*[1].

Pedro Affonso Mealha, védor da fazenda d'el-rei D. Fernando, reparou-a e mandou-se sepultar ahi[2].

A cidade de Lisboa celebrava no 1.º de maio uma procissão á Senhora da Escada, em acção de graças pela victoria campal de Aljubarrota[3].

El-rei D. João I moribundo foi despedir-se d'esta gloriosa imagem[4].

El-rei D. Duarte reedificou a casa, deixando-lhe rendimento para uma lampada perpetua[5]. Perpetua!? não contava com os vandalismos da alcunhada *liberdade*.

Aqui se confessou e commungou o infante santo, D. Fernando, antes de embarcar para Africa, em julho de 1437[6].

[1] *Hist. eccl.*, fl. 160.
[2] Id. ibid.
[3] Id. ibid.
[4] Id. ibid.
[5] Id. ibid.
[6] Id. ibid.

Aqui veiu, em 14 de agosto de 1471 ouvir Missa antes do embarque para a expedição de Arzilla el-rei D. Affonso V[1].

Em summa:

Foi esta mesma capella escolhida pelo piedoso animo da rainha a senhora D. Catherina, em 1572, para fundar ahi o seu collegio para instrucção de clerigos destinados a parochos e confessores. Dotou a rainha a sua fundação com boas rendas, e de manhã e de tarde ahi recebiam trinta clerigos doutrinação especial[2].

Pela extincção da ermida foram os seus bens dispersos; e as alfaias entregaram-se, a titulo de deposito, á irmandade do Santissimo na egreja de S. Domingos. Passado tempo, uma irmandade pobre requisitou-as, e foram-lhe cedidas. A antiga imagem da Senhora ficou em S. Domingos, e mora na capella do Santissimo, saindo de lá todos os annos para a capella mór, onde se lhe faz festividade a 2 de fevereiro[3].

*

O que era em 1834 o venerando edificio que nos occupa agora, diz-m'o n'uns apontamentos manus-

[1] *Hist. eccl.*, fl. 160.

[2] Os estatutos, a approvação, etc. encontram-se em Barbosa Machado, *Mem. d'el-rei D. Sebastião*, t. III. pag. 447 e seg. Menciona de novo o collegio a *Bibl. Lusit.*, t. III, p. 285 e 602.

[3] Desejei examinal-a hoje 9 de maio de 1886, mas não pude; acha-se todo o templo em grandes obras preparatorias para a ceremonia, um d'estes dias proximos, do casamento de S. A. o principe real com a princeza Amelia de Orléans.

criptos que deixou, engenhados com a sua sagaz paciencia, e o seu amor sincero do passado, o grande e descomprehendido operario que se chamou José Valentim de Freitas.

A escada—conta elle—*era ao poente, no adro, fóra do edificio, onde a tinha antes do terremoto; e, segundo me disseram, tinha ao tempo da demolição 16 degraus de pedra, julgo que sem comprehender o da entrada; com um na porta de entrada para a ermida vinham a ser 17 ou 18. O edificio para a parte da travessa tinha a frente que ainda hoje tem, em fórma de predio particular.*

A ermida occupava no comprimento o espaço de norte e sul, entre a frente do predio e o largo da egreja de S. Domingos, e de largura um espaço em que ficavam as duas janellas de sacada mais proximas ao cunhal. Vinha a ficar no primeiro andar, porém com o pavimento pela altura das bandeiras das portas das lojas, ficando as abobadas d'estas muito baixas.

A planta da ermida era em figura de rectangulo, sem separação de capella mór; a entrada ficava junto ao cunhal, e o altar mór com o retabulo junto ao lado da egreja de S. Domingos, e fronteiro ás duas janellas. O retabulo era de madeira com talha, pintado e doirado, mas d'elle só vi bocados depois de tirado (eu tinha ali entrado só uma vez, e não estou lembrado de coisa alguma).

No lado, da parte do nascente, e fronteiro á porta, havia uma estreitinha capella á face, formada por um pequeno arco guarnecido de madeira.

Era coberta de abobada de volta abatida, com quatro

lunetas por lado. A porta ficava por baixo da primeira, da parte do poente; por baixo da segunda da parte do nascente ficava a capella lateral; e o retabulo do altar mór por baixo da quarta, á parte do sul, occupando um espaço pouco mais ou menos como a metade da luneta.

Tinha um forro de azulejo com dez fiadas, com uma cercadura pintada de ornatos, de côr azul escuro, e no centro de arabescos de azul mais claro.

As paredes, do azulejo para cima, e a abobada, eram de estuque (e era já o segundo) fingindo pedra.

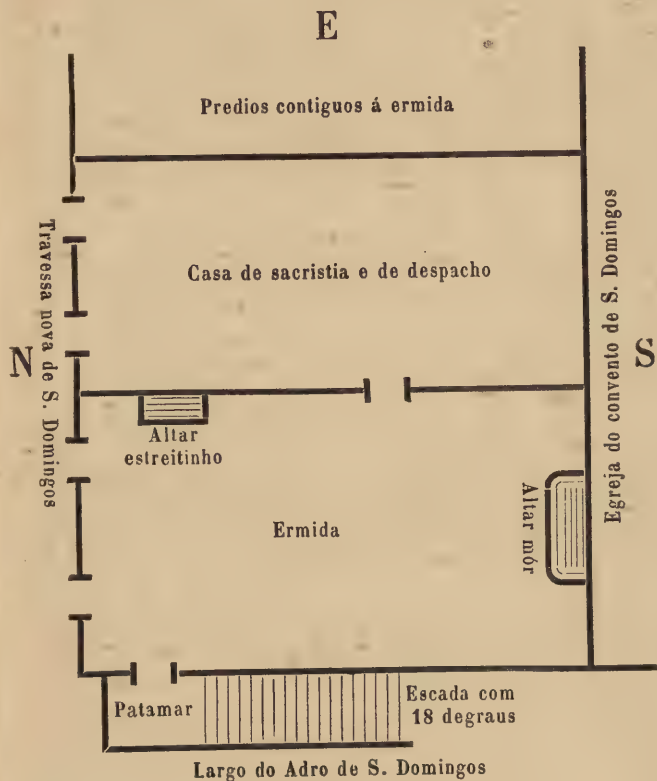
A sacristia e casa do despacho ficavam ao lado da ermida para a parte do nascente, occupando ambas outras duas janellas.

Além d'estes preciosos apontamentos, tão exactos, tão conscienciosos, tão de mestre, deixou José Valentim o primoroso desenho de muitos capiteis e outros fragmentos encontrados na demolição; desenhos que todos se conservam no museu da real associação dos architectos civis e archeologos portuguezes: debuxos admiraveis! dos melhores que tenho visto[1].

*

E com isto acabamos o nosso exame da ermida

[1] Foi pela amabilidade do nosso digno presidente o sr. commendador Joaquim Possidonio Narciso da Silva, que pude compulsar e extractar á minha vontade esses valiosissimos papeis. Agradeço-lh'o n'este logar. Fica esta prova de apreço e confiança, como compensação dos frequentes silencios com que outras pessoas se dignam de responder aos meus pedidos. É que o sr. Silva sabe avaliar quanto custam trabalhos d'este genero.

de Nossa Senhora da Escada, saindo emfim de Santa Justa e encaminhando-nos para S. Vicente.

Planta approximada
da ermida de Nossa Senhora da Escada em 1834
segundo as indicações deixadas por José Valentim de Freitas

CAPITULO XIII

Propõe-se o auctor percorrer as tradições interessantes da freguezia de S. Vicente.—Fundação do mosteiro por el-rei D. Affonso Henriques.—Citam-se os depoimentos de Fernão Peres e do monge Otha.—Collocação da pedra fundamental em 21 de novembro de 1147.—O clerigo Roardo e o seu ajudante Henrique.—Icria.—Salerito.—Atreve-se o auctor d'este livro a contar alguns milagres.—O cavalleiro Henrique morto durante o cerco.—Henrique e o seu escudeiro.—Menciona-se Luiz de Camões.—O pão de caridade.—A palmeira da campa do cavalleiro Henrique.—Origem da rua da Palma.—As lendas piedosas entrelaçam-se como trepadeiras na narrativa historica.—Provas da devoção que em todos os animos influia S. Vicente de Lisboa.—Uma romaria d'el-rei D. Affonso IV.—A bandeira de Lisboa em dias do mestre de Aviz.—A vela das armas junto ao mosteiro.

Agora, já preparado pelas diversas narrações da chegada dos restos de S. Vicente a Lisboa, e da sua provisoria residencia em Santa Justa, pode o leitor saborear melhor o muito que vou dizer-lhe do magnifico cenobio dos conegos regrantes. Se não eram elles os depositarios do corpo inteiro do seu vene-

rando orago, archivavam-lhe com summo apreço um fragmento ao menos da caveira, *n'um cofre doirado.* que tinha no meio (assim se expressa D. Nicolau) *um ovado com seu crystal*[1].

Temos muito que desfiar; a meada é immensa. Revista-se de boa paciencia o estudioso d'estas archeologias lisbonenses, e entremos em materia.

*

A todos os commettimentos da edade media era complemento alguma commemoração religiosa. A conquista christã de Lissibona mereceu a el-rei D. Affonso Henriques o ser assignalada com duas fundações, onde ficou rutilando atravez dos seculos o espirito elevado de seu auctor.

Hoje, na nossa era chata e materialista, mal se comprehende o como um capitão feliz e valoroso pensava em Deus, e na casa de Deus se ufanava de ir depôr os tropheus de tal victoria. Assim succedeu porém, mau grado aos pessimistas ironicos da nossa quadra descrida, que tão severamente ha de ser aquilatada algum dia no tribunal da posteridade.

Do que se fez, e vou narrar, deixaram memoria dois homens sinceros, a quem já me referi no livro III, e graças a quem podemos recompor este periodo da vida social portugalleza. Chamava-se um Fernão Peres, e serviu, segundo se conjectura, como regedor das justiças do reino; o outro era Otha, allemão

1 *Chron. dos con. regr.* parte II. pag. 149.

clerigo da armada, e ambos muito lembrados, annos depois, das circumstancias do memoravel cerco.

O escripto d'elles, o celebre *Indiculum fundationis monasterii Sancti Vincentii*, composto no seu latim derrancado, é precioso documento, como o são sempre asserções *desapaixonadas* de contemporaneos (sublinhei o adjectivo).

*

Serenados os animos na conclusão do cerco, entrada a cidade com a procissão triumphal dos portuguezes, erecta a sé episcopal, e nomeado para ella, como lá vimos, o clerigo inglez Gilberto, já sagrado bispo D. Gilberto pelas mãos de D. João Peculiar, chamou-o el-rei á sua presença, mais os bispos, e o seu conselho, e deu-lhes parte de que ia realisar um voto que fizera, e fundar definitivamente os dois templos: S. Vicente, e os Martyres.

Lavraram-se duas lapides grandes, benzeram-se entre muita affluencia de povo, e levou-se processionalmente uma d'ellas ao arraial theutonico; enterrada com solemnidade, ficou alicerce ao templo real de S. Vicente. D'ahi foi levada a outra ao cabeço de Monte Fragoso, e ficou base a Santa Maria dos Martyres.

Ora a pedra de S. Vicente veiu a ser achada quando depois se procedia á reedificação do templo, segundo lá para o diante veremos, e se lhe cavavam os novos alicerces. Appareceu *no fundamento do esteio que ficava da parte do Evangelho do altar e ca-*

pella mór da egreja; dil-o o chronista da casa[1]. Era quadrada, e tinha gravado o seguinte:

Hoc templum ædificavit Rex Portugaliæ Alphonsus I in honorem Beatæ Mariæ Virginis et Sancti Vincentii Martyris, XI Calend. Decembris sub Era MCLXXXV.

Traducção:

Este templo edificou el-rei de Portugal Affonso I em honra da Bemaventurada Maria Virgem e de S. Vicente Martyr, aos onze das Calendas de dezembro da era de 1185 (quer dizer: aos 21 de novembro da era de 1185, isto é do anno de 1147)[2].

*

Tinham-se (já lá o vimos n'outro volume) erigido em ambas as partes, no sitio dos cemiterios dos que morriam nas batalhas do cerco, umas pobres casas provisorias para as Missas diarias dos capellães. Sabe-se, que na Lisboa christã pacificada continuaram a ficar residindo muitos estrangeiros, attraidos do clima, e não menos, certamente, na esperança das

1 D. Nicolau de Santa Maria, *Chron. dos con. regr.* P. II, p. 112.

2 Pelo menos é o que refere D. Nicolau de Santa Maria na Chron. dos con. regr.. L. VIII, cap. III, n. 2. Traz MLXXXV. que julgo ser lapso visivel, por MCLXXXV. Como não vi a pedra, nem creio que outro auctor se reporte a ella, ponho-a de quarentena, á vista das suspeições que pesam sobre este escriptor, a quem alguem chamou (talvez com demasiada severidade) o Bernardo de Brito dos conegos regrantes.

promettidas munificencias do novo soberano. Essas *companhas* de forasteiros estabelecidas como em aldeia em volta do respectivo templo, elegeram entre os seus clerigos algum mais conspicuo, que ficasse administrando o mosteiro novo que assim ia fundar el-rei; e foi o clerigo escolhido dos theutonicos um presbytero por nome Roardo, ou Vivardo, que recebia as oblatas, e dirigia a obra, dando-se-lhe por ajudante um leigo de boa vida, chamado Henrique, o qual tocava pontualmente a campa ás horas canonicas, e limpava e policiava o templo.

Segundo o citado escripto de Fernão Peres e Otha, a este Roardo, que usava o titulo de *prior*, seguiu-se Icria; a este, Salerito.

Todos esses nomes indicam, julgo eu, clerigos estrangeiros, o que não abona muito o estado de cultura do clero da peninsula; nem admira.

Tanto em S. Vicente como nos Martyres se foram enterrando condignamente os mortos, em sepulturas *muito honradas*, como diz em portuguez a paraphrase do *Indiculum*, e *com tombas bem lavradas*, as quaes duraram seculos, e chegaram aos dias do curioso Miguel Leitão de Andrada, que tambem viu identicas na Sé, em S. Vicente, em Santa Marinha, e em S. Mamede[1]. Assim, observa com melancolia christianissima o redactor do *Indiculum* portuguez, a ambas as casas foi sangue de Martyres o alicerce; e é essa tambem a expressão textual de um Summo Pontifice, ao referir-se tres seculos depois á fundação de S. Vicente, feita *sobre sangue de Martyres*,

[1] *Miscellanea*. Dial. II.

isto é sobre o sangue dos que no cerco de Lissibona não duvidaram derramal-o[1].

Eis ahi o principio do nosso nobre bairro de S. Vicente, e do nosso elegante e populoso bairro dos Martyres.

*

E ia el-rei D. Affonso, o incançavel, visitar cada dia os novos cemiterios[2]; queria-lhes muito, como a fundação sua, primeiro monumento da obra incrivel do resgate de Lissibona; e attraía-o, por ventura, a fama que já soava de milagres que succediam.

Contar milagres n'um livro do ultimo quartel do seculo XIX é importunidade; bem o sei; mas não hei-de deixar de ser mais uma vez importuno. Oiçamos alguns, authenticados até certo ponto pela honradez de seus narradores, e tornados interessantes pela sua distancia de mais de sete seculos[3].

1 *Super sanguinem Martyrum, eorum videlicet, qui in ... civitate expugnanda ... sanguinem suum ... exponere non dubitaverunt.* — Palavras de uma Bulla do Santo Padre Pio IV em 1561, citada por D. Nicolau de Santa Maria, Chron. dos con. regr. L. VIII, cap. II e III.

2 Paraphrase do *Indiculum*, intitulada *Chronica da fundação do mosteiro de S. Vicente de fóra* — edição pelo sr. J. M. Nepomuceno — pag. 18.

3 Estes milagres veem narrados no *Indiculum* latino, na sua paraphrase portugueza, na carta de Osberno, na de Arnulpho, etc., e o proprio cardeal de Aragão (*Muratori*. Rerum. ital. script. Tom. III, p. I, pag. 438, col. 1.ª *D*) na sua vida do Papa Eugenio III, se refere de passagem aos prodigios occorridos no cerco.

*

....

Levaram a enterrar em S. Vicente um cavalleiro que morrera no cerco; era fidalgo, allemão, e natural de Bonn *(Bonna ad Rhenum*, em portuguez Bona[2]). Chamava-se Henrique; tido por homem excellente, e de exemplarissimos costumes. Queriam-lhe todos em vida; depois de morto, veneravam-n'o; e a sepultura de Henrique ficou praso-dado a tristes, e romaria de saudades.

Ora andavam no arraial dois patricios do defunto, dois mancebos surdos-mudos, vindos na armada, e que, pela firme crença de que já o cavalleiro Henrique estivesse na presença de Deus, lhe foram uma vez fazer oração fervorosa junto ao moimento, pedindo-lhe intercessão a fim de obterem cura da enfermidade da mudez. Estando a orar, adormeceram. (Isto conta o *Indiculum;* e Dodechino chega a marcar a data certa: 10 de outubro, dia de S. Gereão).

Appareceu-lhes então por sonhos o cavalleiro Henrique, pallido, sereno, mas não já vestido em suas armas, senão em trajo de romeiro, com uma palma na mão. E disse para elles:

— Erguei-vos, e fallae.

E desappareceu.

E elles acordaram, ouvindo, e fallando.

Correu de bocca em bocca a noticia por todas as

[1] Cidade a 25 kilometros de Colonia.

phalanges, com pasmo d'el-rei, dos bispos, e da soldadesca.

. . . .

*

Tinha o cavalleiro tido um escudeiro muito amigo, que o acompanhava sempre, e que, já depois de ganha a cidade, fallecera das feridas.

Foi sepultado logo, mas deu o acaso que o posessem longe do seu senhor.

De noite, viu o guarda e servidor do templo em sonhos o cavalleiro a dizer-lhe, muito triste:

—Ai! que enterraram tão longe de mim o meu escudeiro! ergue-te, e muda-o para perto da minha campa; faze-me isto para descanço do meu somno!

Não deu grande conta da visão o sonhador, e não obedeceu.

Tornou a apparecer-lhe a fantasma tristissima á outra noite.

Assombrou-se o guarda; ainda assim refugiu a obedecer.

Á terceira noite veiu outra vez; era o mesmo cavalleiro, mas sanhudo e iroso, cheio de espanto e severo; desgrenhado e sangrento, approximou-se do servidor, o sacudiu-o.

Ergueu-se este arripiado, e sem mais demora lá se foi a deshoras, com uma lanterna e uma enxada, á cova do escudeiro, e desenterrou-o, e foi aninhal-o, ás escuras, como poude, cerca do seu senhor, que tanto bem lhe quizera em vida, e continuava a querer-lh'o depois de morto.

. . . .

*

Com taes prodigios crescia a fama do milagroso defuncto; e muito mais se augmentou, quando da cabeceira da sua loisa entrou a sair, muito viçosa e verde, a sair, uma palmeira, e a bracejar, e a crescer, e a encorpar. Palmeira estupenda aquella! arvore de benção, que sarava molestias, pela muita virtude que lhe attribuiam todos, e pela muita fé em que tinham já o Martyr que ali dormia.

E cantava Camões:

Olha Henrique famoso cavalleiro!
a palma que lhe nasce junto á cova!
Por elle mostra Deus milagre visto;
germanos são os martyres de Christo[1].

*

....

Outra vez (por signal era domingo), estava-se á Missa cantada em S. Vicente.

É preciso recordarmos aqui um uso antigo, que desappareceu, como tantos outros, e era lindo. Nos primeiros tempos da Egreja christã, nunca os fieis assistiam á Missa que não commungassem antes do *Quod ore sumpsimus.* Com o andar dos annos alterou-se o costume: commungavam só os que para isso estavam preparados no tribunal da penitencia;

[1] *Lusiadas*, C. VIII, est. 18.

e ao resto do povo distribuiam-se, como lembrança da moda antiga, uns pãesinhos bentos no altar. Chamavam-se *eulogias*, ou tambem pães de caridade.

No tal domingo a que me refiro, tomou o celebrante a faca para trinchar o pão da caridade e distribuil-o; senão quando, ao cortal-o, viu-o a escorrer agua e sangue, e logo o mostrou á turba, que entre lagrimas e ajoelhada se assombrava de tal ver.

....

*

Eis ahi, em poucas palavras, o que entre si narravam os cavalleiros do cerco, e o povo da Lisboa affonsina.

*

Completarei, de passagem, com mais alguns traços tão interessantes lendas.

Da celebre palmeira, ou *palma*, como se dizia, nascida na sepultura do cavalleiro santo, conservava-se ainda no tempo de D. Nicolau de Santa Maria, isto é pelo meio do seculo XVII, no sacrario das reliquias do mosteiro de S. Vicente, n'um relicario de prata, parte de um ramo e cacho, que a tradição dizia arrancados pelas mãos do proprio rei, e doados ao mosteiro.

Narra mais o chronista dos conegos regrantes, que em terrenos do mosteiro se abriu (não diz em que tempo) uma rua, toda foreira a elle; que n'essa rua se domiciliavam de preferencia os allemães es-

tabelecidos em Lisboa, todos muito devotos do seu glorioso patricio Henrique, e romeiros habituaes da sua *palma;* e que por devoção veiu a chamar-se-lhe *rua da Palma*[1].

Estas noticias só as encontrei por ora no citado D. Nicolau. Diz-me Innocencio da Silva[2] que desconfie das suas asserções; isso faz com que as dê cheio do maior escrupulo.

Christovam Rodrigues de Oliveira e J. B. de Castro fallam-me, certo é (mas sem mais noticias), de uma rua de Nossa Senhora da Palma[3], e de uma ermida (hoje extincta) da mesma Senhora, annexa á freguezia de S. Nicolau[4], e collocada por traz d'essa mesma egreja parochial; por signal (ahi vai outra noticia), tinha a sua officina nas costas d'essa ermida, em tempo d'el-rei D. Sebastião, o conhecido impressor portuguez Marcos Borges[5]). Carvalho da Costa colloca na freguezia da Magdalena uma rua denominada *do Hospital dos palmeiros*, rua que a Estatistica de 1552 tambem menciona, e colloca (valha a verdade) ás Chagas.

Sejam ou não verdadeiras essas associações de

[1] *Chron. dos con. regr.* L. VIII, cap. IV, n.º 7.

[2] *Dicc.* Tom. VI, pag .288.

[3] Summario, ed. de 1755 pag. 12. Mappa de Portugal, 1.ª ed. Tom. III, pag. 389.

[4] Mappa citado. A ermida de Nossa Senhora da Palma era por traz de S. Nicolau, segundo se vê muito bem no num. 140 da 2.ª estampa do *Theatrum Urbium* de Braunio. N'ella falla tambem a *Estatistica* de 1552, fl. 50 v.

[5] Communicação do sr. conselheiro Venancio Deslandes em 15 de Fevereiro de 1886.

idéas e nomes, é indubitavel que se perpetuou a fama da veneranda palma.

Aqui vae prova.

*

Quem lêr o final do capitulo XXXII da chronica d'el-rei D. Affonso I por Duarte Galvão[1], sabe (e isso não deve entrar certamente no numero das coisas inacreditaveis que se refugaram, e refugam, n'esse chronista) que indo elle á Allemanha por embaixador, passou em Bona, e contemplou com olhos de bom portuguez, e saudades de christão, aquella cidadinha d'onde viera o mysterioso pelejador. E mais adiante[2], menciona o chronista e diplomata, que era tal a fé viva que na benta palma tinham todos, que sempre que el-rei D. Affonso sentia em si algum *abalamento de doença*, ia orar na campa de Henrique e nas dos seus valorosos companheiros, e alcançava grande allivio.

*

Aqui é indispensavel uma declaração. Não sei se estes milagres estão aceitos pela Egreja, que aliás é severissima, meticulosissima, no sanccionar prodigios. Eu não sou bollandista; sou narrador de torna viagem. Não tomo a responsabilidade d'estes factos.

[1] *A Chron. dos con. regr.* cita-o com o numero 36; no meu exemplar e 32. Terá isso relação com os quatro capitulos supprimidos pela censura?

[2] No fim do cap. XXXIV *mihi;* D. Nicolau chama-lhe 38.

Trago-os apenas como feições da era, como provas da fé viva que na alma do povo acompanhava a fundação, e como signaes evidentes de que muita vez na trama da historia humana mais authentica vem entrelaçar-se o sobrenatural.

E porque havia eu de esconder tão graciosas efflorescencias da lenda christã em torno do grave tronco da nossa primitiva historia? É a lenda, quanto a mim, uma trepadeira litteraria, que reveste, mas não affoga, a verdade. A aridez do facto, a lenda é que a disfarça. Brota ao calor do sentimento innato no homem; recobre de arabescos espontaneos os capiteis e estatuas do pantheon, sem adulterar as grandes linhas, sem comprometter o magestoso do traçado. Só desabrocham lendas no chão que regaram lagrimas. Só desabrocham lendas na alma sempre juvenil do poeta a que chamamos povo. Aceitar pois estas parietarias silvestres da tradição oral, colhel-as com respeitoso affecto, e enramalhetal-as n'um livro fugitivo de saudades, é direito, é dever do escriptor amante da sua terra. Descarnado de galas tão singelinhas, que nem sequer conseguem offuscal-o, ficaria baldo o quadro dos nossos costumes medievicos.

E demais: ommitir estas menções era uma especie de ingratidão para com aquelles Martyres, cuja influencia durou seculos no espirito da nação. Lembro-me de topar varias vezes nos livros velhos com recordações piedosas da devoção geral que inspirava o nobilissimo convento.

*

O infante D. Affonso, por exemplo (depois el-rei D. Affonso IV), queria vir armado sobre Lisboa, em tempo das suas tristes desavenças com el-rei D. Diniz; e para desvanecer suspeitas, que fez elle? pretextou em Coimbra, diz Ruy de Pina, uma *romaria a S. Vicente*[1].

Mais ainda: a bandeira de Lisboa no reinado do popular D. João I tinha pintada como insignia a imagem de S. Vicente, protector da capital[2].

Finalmente: occorre-me ter lido na chronica do mesmo mestre de Aviz pelo incançavel fallador de Rodrigues Acenheiro, não sei já que apparição de paladins, todos vestidos de branco, de cirios nas mãos, saindo em procissão subtil, desde a capella onde jaziam os Martyres do cerco, e deslisando silenciosos e solemnes, á vista de um que velava as armas junto do mosteiro.

*

Isto tem seus quês de Oliveiros de Castella e Arthur do Algarve.

São puerilidades!? talvez; mas comprovam quanto na lembrança de todos andava gratidão intima, andava um não sei quê affectuoso, para com os tristes mortos d'aquellas campas.

[1] *Chron. de D. Diniz.* cap. XXII.
[2] Cyrillo Volk. Mach. *Memorias*, pag. 17.

Pergunto: não os comprehendemos agora melhor a elles? não os amâmos com mais ternura, depois de termos prestado ouvidos, no silencio da noite velha da historia, ao tristonho carpir d'estas lendas populares que vão passando?...

CAPITULO XIV

Apreço em que eram tidas pelos conegos regrantes as reliquias dos Martyres do cerco de Lisboa.—Inscripções commemorativas no templo de S. Vicente—Os ossos do cavalleiro Henrique.—Festa votiva em 8 de novembro.

Por tudo isso, que é licito crer, e tambem licito deixar de crer, tiveram os conegos regrantes em summo apreço taes reliquias; e (com o devido respeito) penso com D. Nicolau de Santa Maria, que foi menos rigorosamente justiceiro o doutissimo D. Rodrigo da Cunha, quando affirma[1] que o desleixo dos conegos fez perder a memoria do logar onde jazia o guerreiro allemão, e sumir todos os vestigios d'elle.

A não julgarmos (como não devemos) que D. Nicolau fosse sempre um improvisador sem sombra de probidade, admittamos o que elle n'este ponto

[1] *Hist. eccl.* parte I, cap. XXXIII, num. 8.

diz (embora alguma outra vez seja indispensavel desconfiar das suas asserções): não houve o descuido de que falla indignado o sabio arcebispo: houve apreço.

Tiraram os conegos da antiga cova as reliquias do Santo, metteram-n'as (não se sabe quando) n'um caixão de cedro forrado de velludo raso carmesim, e passaram-n'o para a sacristia, onde esteve muitos annos, em logar alto, na parede defronte da porta da mesma sacristia.

No cofre gravaram-se estes disticos, obra de um dos conegos:

HIC JACET HENRICUS, FUSO QUI SANGUINE, FUDIT
HOSTILES ACIES, ROBORE FORTIS EQUES.
IMPIGER OCCIDUAS QUONDAM PERVENIT AD ORAS,
IGNOTUM ARRIPUIT, NUMINE DUCTUS, ITER.
ADFUIT HANC MAURIS QUUM REX ALPHONSUS IN URBEM
ARMA MOVET, VITÆ PRODIGUS INDE SUÆ.
ILLUM SOLA FIDES, CŒLI SPES IGNEA VIRTUS
IMPULIT, UT FERRET TELA TREMENDA NECIS.
CLARIOR EMICUIT TUMULO, QUUM RECTOR OLYMPI
CONSTITUIT MIRIS HUNC DARE SIGNA MODIS.
ERGO PIAM MENTEM CŒLO POSUISSE SUPREMO
CREDERE TAM FAS EST, QUAM DUBITARE NEFAS.

Isto é:

Aqui jaz o animoso e valente cavalleiro Henrique; derramou o seu sangue, e desbaratou as hostes inimigas.

Diligente chegou outr'ora a estas praias occiden-

taes; tomou, guiado pela divindade, o seu ignoto caminho.

Apresentou-se ante esta cidade na occasião em que el-rei D. Affonso movia as suas armas contra os moiros; e prodigalisou a sua vida.

Só a fé, só a esperança do ceo, só uma virtude de fogo, o impelle a levar os tremendos golpes da morte.

Mais claro ainda rutilou na campa, logo que o Regedor do Olympo lhe ordenou que se manifestasse por admiraveis signaes.

Portanto, que a piedosa alma descança no ceo supremo, tão licito é crel-o, como é crime o duvidal-o.

*

Em tempo de Frei Nicolau trasladaram o deposito precioso para a capella de Santo Antonio, que era (e é ainda) collateral da capella mór, e metteram-n'o na parede do lado do Evangelho, ficando-lhe, por signal, defronte o corpo da mãe de Santo Antonio na outra parede da mesma capella; sepulchros guarnecidos ambos de marmores de cores e lustrosos[1].

Eis o que se lê fielmente copiado por minha mão em 7 de fevereiro de 1883[2]:

[1] *Chron. dos con. regr.* L. VIII, cap. IV, n. 9.

[2] Como não posso reproduzir em gravura o meu fiel desenho, é preciso declarar que ha algumas lettras inclusas, e

OSSOS DO CAVALEIRO HENRIQE
ALEMAÕ Q̃ MORREO AIVDANDO
Ã TOMAR ESTA CID^E AOS MOVROS:
EM CVIA S^A NASCEO HVA PALMA Q̃
DEV HVM CACHO DA PALMA SE VALIAÕ
M.^TOS ENFERMOS ESARAVAM
ESTA NO SANCTVARIO DESTE MO

As ultimas 6 lettras da palavra *mosteiro* não se podem lêr por se acharem encobertas pelo angulo do altar, assim como as ultimas lettras da linha antecedente.

*

As reliquias dos demais defuntos Martyres do cerco, tambem não soube esquecel-as a illustrada piedade dos conegos regrantes. Quando se derrubou a egreja velha, trasladaram-se para um sacrario, mettido na parede de um cemiterio de abobada, que ficava (no tempo de D. Nicolau) encostado ao côro da egreja nova, com porta para a segunda claustra. Tinha lettreiro doirado, que dizia:

Aqui estão encerrados os ossos dos Santos cavalleiros portuguezes, que morreram no cerco d'esta cidade de Lisboa quando D. Affonso Henriques primei-

conjunctas que n'este traslado typographico se não percebem.

ro Rey de Portugal a tomou aos moiros no anno de 1147.

E mais a baixo do lettreiro quatro versos latinos compostos por um conego D. Cosme:

Hic veneranda jacent equitum, qui bella sequuti
Alphonsi primi, membra sepulta, solo.
Ossa solum; lætas animas nunc servat Olympus,
Mortis ubi retinent præmia digna suæ[1].

Em portuguez:

N'este chão jazem sepultados os venerandos destroços dos cavalleiros, que seguiram as guerras de Affonso primeiro.

Os ossos contêm-nos este chão; as alegres almas guarda-as agora o Olympo, onde recebem premio condigno a taes mortes.

*

Depois de todos estes pormenores, que se não podiam inventar com desplante ás barbas de Lisboa, tenho como certo que os zelosos e santos desejos do grande D. Rodrigo o enganaram na apreciação que deixou da incuria dos Vicentes.

Modernamente (não sei dizer quando) ao fazerem-se aquellas pobrissimas tribunas reaes, inutilisou-se uma capellinha que fica por traz da tribuna do lado da Epistola, e que era de certo o *cemiterio de abobada* de que falla D. Nicolau. Lá estive em

[1] *Chron. dos con. regr.* L. VIII cap. IV. num. 11.

14 de maio de 1886 com o digno prior de S. Vicente o muito rev.do padre Luiz Pereira de Sampaio, mas nenhuma inscripção descobrimos relativa aos guerreiros Martyres. Isto não quer dizer que não existam; quer apenas dizer que as encobriram com aquellas pesadas obras de madeira.

Concluirei referindo que em 8 de novembro havia (mas já não ha) em S. Vicente festa especial em honra aos Martyres da guerra de 1147[1].

[1] *Chron. dos con. regr.* L. VIII cap. IV, num. 12.

CAPITULO XV

É declarado o mosteiro de S. Vicente do padroado d'el-rei, e sua *camara*. — O primeiro abbade do mosteiro é Gualtero, frade flamengo —Por desintelligencias com el-rei, sae Gualtero para fóra de Portugal.— O abbade David.—O abbade Godinos.—O abbade D. Mendo.—O abbade D. Payo, ultimo do tempo do senhor D. Affonso Henriques.—Doação d'el-rei D. Sancho I ao mosteiro.—Doação d'el-rei D. Affonso II.—Outra da infanta D. Constança Sanches.—Outra d'el-rei D. Sancho II.—Outra d'el-rei D. Affonso III.—Outra da cidade de Lisbôa.—Desordens no mosteiro em dias d'el-rei D. João II.—Carta régia do monarcha providenciando.—Dissidencias entre o mosteiro e a cidade de Lisboa, compostas pelo mesmo rei.—Um uso antigo em tempo d'el-rei D. Manuel.—A corôa offerecida aos santos Sebastião e Vicente.—Obras no mosteiro em tempo d'el-rei D. João III.—Historia de um sino.—O cardeal infante D. Henrique determina certa esmola para o mosteiro.—O mesmo faz o arcebispo D. Fernando de Vasconcellos.

Agora tornemo-nos atraz:

Tantas circumstancias notaveis, como as que apontei relativas á fundação da casa de S. Vicente, junto á Senhora da Enfermaria, actuaram no animo d'el-

rei D. Affonso, e fizeram-lhe tomar entranhado affecto ao novo mosteiro. Declarou-o padroado seu, e seu jazigo, ou sua *camara*, como então se dizia: idéa que veiu a passar, para depois de seculos renascer, consagradas aquellas abobadas a carneiro real.

Foi o primeiro abbade de S. Vicente o clerigo Gualtero, frade flamengo, que chegou a Portugal com quatro companheiros, e ali se estabeleceu[1]. E sabe o leitor d'onde vinham? lá do fundo da Picardia, da aldeia de Prémontré, onde S. Norberto, ao diante arcebispo de Magdeburgo, instituira, havia apenas uns trinta annos, a celebre abbadia, que tanto veiu a florescer, conhecida com o nome alatinado de Premonstratense; respeitavel casa de conegos regrantes, que brotou filiaes para todo o mundo, e já então gosava grande reputação.

Vinham de lá os cinco tentar estabelecer-se na terra portugueza, cuja administração e progresso tanto podiam auxiliar as ordens religiosas, desbravando pelo ensino a civilisação alpestre da peninsula, e convertendo pela parenése as hordas moiras submettidas.

Na mesquinha habitação de S. Vicente ficaram pois morando os recem-chegados, com o beneplacito do soberano, resando as sete horas canonicas, fazendo muitas esmolas, e administrando os sacramentos[2]; ao passo que lá, do outro lado do esteiro

[1] Paraphrase do *Indiculum*, p. 39.— Duarte Galvão, *Chron. de D. Aff. Henriques*, cap. XXXVI.

[2] *Chron. dos con. regr.* L. VIII, cap. 3.º, n. 13.

de mar, habitavam em Santa Maria dos Martyres os clerigos estrangeiros da armada, tambem sob a regra de Santo Agostinho, e em communidade, á maneira do que então se usava nas collegiadas de França [1].

A crermos a citada paraphrase portugueza do *Indiculum*, foi-se tambem este Gualtero a cabo de tempo para a sua terra, por certas desintelligencias. Queria filiar o novo mosteiro na ordem d'onde provinha, e submettel-o ao seu abbade geral; mas oppondo-se el-rei Affonso, preferiu elle sair [2].

A Gualtero seguiu-se outro conego por nome David, segundo a paraphrase do *Indiculum*, ou Damer, segundo Duarte Galvão [3]. Tambem era estrangeiro; tambem abalou passados poucos annos; pelo que, *parecendo a el-rei* (engraçadas palavras textuaes de Galvão) *que religiosos assi vaguanãos*, *e fora de superior*, *por muita devoção que tragam e presumam*, *nom hão graça para durar á ordem e serviço de Deus*, mandou vir do mosteiro do Banho para prior de S. Vicente um conego por nome Guodinos (ou Godinho); e sendo esse elevado a bispo de Lamego, veiu outro do Banho, por nome D. Mendo. Este regeu oito annos; e quando morreu foi substituido por

[1] *Chron. dos con. regr.* L. VIII, cap. 3.º n. 13.

[2] Paraphrase do *Indiculum*, Nepomuc. p. 44. D. Nicolau de Santa Maria. etc.

[3] Loc. cit. Quanto a mim, este nome de *Damer* é a má traducção, pelos typographos, da palavra *David*. *Dauid* mal escripto em caracteres quinhentistas degenera facilmente em *Damer*. *Da* é commum em ambos os nomes, *ui* dá as tres pernas do *m*, e *er* confunde-se na escripta rapida com *id*.

D. Payo, ultimo prior em tempo de Affonso Henriques.

*

Foi-se o nobre edificio accrescentando e aperfeiçoando ao longo de successivos reinados. Para isso lhe foram as disposições regias designando e consagrando avultados rendimentos. Além das largas doações de egrejas e terras por el-rei D. Affonso, doações que todas traz documentadas D. Nicolau de Santa Maria, constam outras de varios principes e princezas.

Ao mosteiro manda no seu testamento feito em 1209 dar el-rei D. Sancho 500 maravedis[1].

El-rei D. Affonso II em testamento de 1221 concede-lhe egual quantia para lhe fazerem anniversario[2].

A infanta D. Constança Sanches, filha d'el-rei D. Sancho I em testamento de 1269 faz-lhe doação de uma sua herdade em Rio Maior[3].

El-rei D. Sancho II em seu testamento (sem data) doa-lhe 300 maravedis com o encargo de anniversario[4].

El-rei D. Affonso III em testamento que lavrou no anno de 1271 deixa-lhe 1:000 libras recommendando que os frades as empreguem em obras e paramentos[5].

[1] *Hist. Gen.* Provas. T. I, pag. *19*.
[2] Ibid. T. I, pag. 35.
[3] Ibid. T. I, pag. 22.
[4] Ibid. T. I, pag. 49.
[5] Ibid. T. I, pag. 55.

Finalmente em 1321 a cidade de Lisboa faz esmola de uma herdade ao mosteiro, *com a condição dos conegos do dito mosteiro rogarem a Deus pelos vivos e defunctos do concelho*[1].

*

Quem percorre á luz da critica os documentos publicos encontra não raro a evidencia de factos curiosissimos. Deram-me os tombos velhos da nossa camara municipal a certeza, de que no fim do seculo XV se achava a casa de S. Vicente muito decaída dos rigores antigos, e tão esquecida da sua disciplina claustral, que mereceu a el-rei D. João II um franzir do seu sobrolho de Jupiter Tonante.

Foi este o acontecido.

Constou ao rei, que no regimen interno do mosteiro se davam irregularidades altamente culpaveis; e escreveu ao corregedor de Lisboa ordenando-lhe que tomasse posse do mosteiro em nome d'elle, rei, seu padroeiro hereditario. Obedeceu o corregedor, e assim o communicou ao soberano.

Em sua carta de 14 de janeiro de 1491 louva este a diligencia do dito funccionario, e obriga-o a entrar em taes e tantos pormenores, que bem mostram até onde baixara a administração caseira do nobre cenobio de Affonso Henriques, pelo desleixo ou pela mal refreada cubiça dos conegos.

Era o conego Affonso Ferrão recebedor de todo

[1] *Cart. da c. m. de L.* Livro I de contractos, fl. 3, citado a pag. 241 dos *Elementos* do sr. Freire de Oliveira.

o trigo e vinho das terras da communidade; ordena el-rei que lhe seja tirado o encargo, e commettido a algum dos outros conegos, *mais ancião e fiel*. Esse novo nomeado (que seria quem o bispo de Tanger designasse), havia de distribuir aos collegas as suas rações de alimentos, e a lenha necessaria para os prepararem na cosinha geral, segundo a antiga usança; devendo além d'isso comer todos no refeitorio. Por derradeiro, exigia el-rei que os seus conegos cantassem com toda a pontualidade as Missas, e cumprissem os deveres a que eram obrigados.

Documentos, privilegios e contratos da casa, parece que os tinha recolhido ao seu poder o bispo de Tanger (talvez para evitar sumiços na desordem incrivel em que laborava a casa); ordena el-rei ao corregedor os obtenha do bispo, e os entregue de novo ao mosteiro de S. Vicente[1].

Tres annos depois, em 1494, a 15 de setembro, tendo-se (ao que parece) suscitado algumas differenças entre o mosteiro e a camara de Lisboa, declara o citado monarcha reservar para si todo o direito de decidir essas questões, tanto de jurisdição, como de almotaçaria; «*Porque esa cidade* —diz o rei— *he cousa tam prinçipall em nosos rregnos, e de que nos muito somos emcarreguado, como vos sabees, e asy o noso moesteiro de sam viçemte, della seu padroeiro, he casa em que nos teemos tamta deuoçam, nom he rrazam, que nas duuidas*

[1] *Cart. da c. m. de L.* Livro. III, original d'el-rei D. João II, fl. 28.— Vide no fim do volume a transcripção da dita carta regia.

e comtemdas que amtre ambos ouuer, oram sejam gramdes ora pequenas, que outrem em ellas aja de seer juiz se nom Nos[1]...

*

Nos dias d'el-rei D. Manuel ha vestigio da devoção consuetudinaria que officialmente a camara de Lisboa tributava a S. Sebastião e S. Vicente, dedicando-lhes nos seus dias, 20, e 22 de janeiro, á hora da Missa, uma corôa de flores. Esse vestigio encontra-se no *capitulo das capellas*, no *regimento* dado por el-rei D. Manuel á nossa camara em 30 de agosto de 1502[2].

Ahi se estatue o seguinte:

Nos dias de S. Vicente e S. Sebastião, se acontecer ir o reinante ás vesperas ou Missa, na occasião em que a vereação offerece aos Santos a sabida corôa de flores, será a corôa levada n'uma salva de prata adiante da vereação. Ao chegar el-rei, o védor das obras entregará a corôa áquelle dos vereadores que a sorte designar; e a essa entrega todos os presentes assistirão de joelhos. O vereador tirará a capella, a beijará, e a deporá nas mãos do soberano, com as respeitosas palavras que lhe occorrerem[3].

[1] *Cart. da c. m. de L.* Livro III d'el-rei D. João II, fl. 85, citado a pag. 368 dos *Elementos* do sr. F. de Oliveira, Tom. I.

[2] *Annaes do mun. de Lisb.* 1857, num. 22, pag. 173 e ség.

[3] Eis ahi as phrases textuaes do *Regimento* dado por el-rei D. Manuel á camara de Lisboa:

CAPITOLO DAS CAPELAS

No dia de Sam Viçemte e de Sam Sabastiam quamdo acomte-

Logo voltaremos a este assumpto.

*

No seculo XVI andavam por lá muito accezas as obras durante o reinado d'el-rei D. João III: restaurações, e accrescentamentos.

Parece que ameaçava ruina o edificio antigo. Deprehendo-o de uma phrase positiva do prologo *Ao comum leytor* anteposto á paraphrase do *Indiculum* na edição de 1538[1]. Ahi se diz que *a contemplação* (por el-rei D. João) *do quebranto dos edificios e perdição da religião do dito mosteiro produziu o effeito e reformação d'elle; e não tam sómente em a material, mas muito mais em a espiritual estructura;* e n'essa mesma data em que se escrevia o dito prologo, dizia o impressor que o soberano *o começa já de fundar, e reformar de taes e tão solemnes edificios, que (segundo o principio) parece que o fim não*

çer de elRey hir as Vesperas e missa em tempo que a çidade lhe daa e ofereçe huũa daquellas capellas como he custume de naquelles dias leuarem os çidadãoos por ffesta dos bemauenturados samtos, a dita capella sera leuada em huũ baçio de prata alçada nas mãoos diamte dos Vereadores a quall em cheguamdo elRey o dito veador das obras a dara aquelle vereador que per sortes ffor ordenado antre elles quamdo este vereador apresentar a dita capella ao Rey no dito baçio todos em geolhos como dito he, e a beijará e lha metera na mãoo com aquellas palauras de seruiço e humildade que ao caso offereçer.

Ann. do Mun. de Lisboa, 1857, num. 25, pag. 194.

[1] Sirvo-me da reproducção mandada fazer pelo sr. Nepomuceno, pag. 2.

trará menos admiração em seus contemplativos que os outros muitos que Sua Alteza tem feitos.

Creio que esta especie nunca tinha sido tocada. A obra pois que os Filippes demoliram e reergueram, tinha já accrescentamentos modernos á primitiva do fundador. O que fossem é que não consta.

*

Em compensação de tal ignorancia, possuo uma curiosa noticia relativa a um sino. É esta:

Em 1529 foi tomado em Dinamarca e Lubeck um pouco de cobre pertencente ao soberano portuguez, e destinado a sinos. Quem assim o roubou foram os lutheranos, que então estavam em guerra com o rei de Dinamarca. Como Portugal nada tinha com as desavenças alheias, reclamou, e foi-lhe pago o prejuizo: parte em doze sinos *rapinhados* ás egrejas de Coppenhagen, e o resto em outros, que os lutheranos mandaram de proposito fabricar. Chegados os sinos a Lisboa, entraram com el-rei D. João III os escrupulos, e a pena, por vêr assim despojadas tantas egrejas estrangeiras, com prejuizo do culto; e devolveu-os, exigindo que lh'os pagasssem em especies ou em dinheiro.

Responderam de lá que nem em dinheiro nem em especies; que se el-rei os não queria, ficasse sabendo que iam ser fundidos para artilheria, de que muito se carecia por lá para as guerras. Opposeram-se os nossos feitores, e reenviaram para Lisboa aquelles sinos viajantes.

El-rei então mandou-os, a titulo de deposito, para

varias partes; dois para a egreja da Castanheira; nove para Thomar; e coube um ao mosteiro de S. Vicente de fóra. Entrou na casa em 28 de setembro de 1532. Pesava onze quintaes e 6 arrateis, e tinha um lettreiro, que o dava fundido em 1401. Mandou-lhe logo o prior, que era D. Fernando de Vasconcellos, depois bispo de Lamego e arcebispo de Lisboa, pôr uma porca, e pendurar na torre, no arco que dava para o adro; mas dizia el-rei que se algum dia acabasse a heresia dos lutheranos, o havia de recambiar para Dinamarca, restituindo-o á egreja a que o tinham roubado [1].

*

Em 25 de março de 1539 destinou o cardeal infante D. Henrique, então arcebispo de Lisboa, a terça parte das esmolas da caixa de S. Vicente ás obras do mosteiro; em 11 de março já o cabido cedera o seu quinhão; e em 21 de março de 1541 o arcebispo D. Fernando de Vasconcellos (Penella), successor do Infante, applicou, á imitação d'elle, ao mesmo intuito a dita terça parte [2].

[1] Isso tudo é (salva a redacção) parte de um assento que o prior de S. Vicente mandou lavrar n'um livro do dito mosteiro em 5 de outubro de 1552; e acha-se copiado por mão de um collector no volume mss. de miscellaneas da biblioth. nac. de Lisboa, coll. Cabrinha, num. 308 fl. 38 v.

[2] Assim se lê na *Hist. gen.* Tom. XII, p. I. pag. 129.

CAPITULO XVI

Busca o auctor achar algum desenho do templo primitivo de S. Vicente.—Simão Beninc, e Jorge Braunio.—Encontra se uma preciosa illustração á penna na Historia ecclesiastica de D. Rodrigo da Cunha.—A claustra velha, e os seus capiteis antiquissimos.—Cita-se Breton e Viollet-le-Duc.—Verberam-se com todas as forças os demolidores.—Relance de vista ao estado actual do venerando cabo de S. Vicente no Algarve.—Citam-se trechos de um grande escriptor, pouco apreciado como tal, e que se chamou el-rei D. Sebastião.

Do primitivo edificio de S. Vicente não se conhece alçado nem memoria, que me conste, a não ser o pouquissimo que na vista de Simão Beninc pode perceber-se: corpo alteroso, com torres e varios andares, como fortaleza[1]; ou o que as duas vistas de Jorge Braunio indicam melhor: um torreão ameiado com ventanas e curocheo, e junto d'elle o templo e o mosteiro[2].

[1] *Rainhas de Portugal,* pelo sr. Benevides, t. I, p. 344.
[2] *Theatrum urbium.* Vista 1.ª e 2.ª de Lisboa no seculo XVI já reproduzidas na *Lisboa antiga.*

Além d'isso, uma ou outra phrase dispersa pelos auctores nos revela, aqui, ali, pormenores truncados, hoje verdadeiras preciosidades archeologicas.

*

Exemplo: por palavras fugitivas do abalisado D. Rodrigo da Cunha [1], ficamos sabendo que havia no mosteiro uma claustra, á qual por excellencia se chamava a *claustra velha*, o que demonstra haver outra mais recente. Ambas, a principal, ou claustra velha, e a segunda, ou claustra da portaria, reedificadas no mesmo logar em que sempre estiveram, eram as unicas partes do primitivo edificio, que ainda se conservavam no tempo de D. Nicolau de Santa Maria [2].

Essa tal interessantissima *claustra velha*, obra d'el-rei D. Affonso I, era cercada de columnas; e, pela influencia estrangeira, que mais ou menos se ia já dando a sentir então entre nós, não admira que seguisse um pouco a moda, muito tendente para certa elegancia nas ornamentações.

N'este seculo XII, todo de transição, já as archivoltas e as curvas das abobadas entravam a cobrir-se de esculpturas: já os tympanos se relevavam de factos biblicos; e até os capiteis (dil-o um escriptor moderno de archeologias, Breton) apresentavam scenas completas, com um sem numero de figurinhas.

Observa o muito erudito Viollet-le-Duc [3] uma coisa engraçada: é do principio d'este mesmo seculo XII,

[1] *Hist. eccl.*, parte II, cap. XV, n.º 5.

[2] *Chron. dos. con. de Santo Agostinho,* parte II, p. 149.

[3] *Dict. rais. d'architect.* Art. *Fabliau.*

que entram a apparecer nos ornatos dos capiteis religiosos e civis representações apologaes de fabulas de Esopo; e cita um capitel da cathedral d'Autun figurando a fabula do *lobo e o grou.* Havia n'isso, como se vê, um pensamento philosophico: a proposito da esculptura, cada um explicava e commentava as fabulas, e ficava com o succo da moral.

Disse-me o meu bom amigo e presidente o sr. conselheiro Possidonio da Silva, que no claustro do convento de Cellas, junto a Coimbra, viu tambem capiteis com figurinhas representando scenas da Biblia, collocadas chronologicamente.

Em S. Vicente de Lisboa, como se nota, o pensamento foi puramente historico; os capiteis do nosso claustro ostentavam (*à l'emporte pièce*, já se vê, á maneira das grosseiras esculpturas coevas) toda a sequencia da trasladação do corpo de S. Vicente para Lisboa: a frota que saira em busca do precioso thesoiro; homens excavando a terra no promontorio para darem com as reliquias; depois outros levando-as para bordo das *barcias;* a entrada triumphal d'ellas em Lisboa; a procissão que levou o sagrado corpo desde Santa Justa para a sé, etc.

Estou a ver aquillo tudo; a ufania do fundador ao contemplar a sua arcaria ogival embrincada de archivoltas! os commentarios do povo devoto a explicar os bonequinhos! a passagem da vagarosa procissão dos conegos encaminhando-se cabisbaixos para vesperas! e emfim o obliquo dos claros de um luar de agosto, cortando silenciosamente a claustra, e prolongando inverosimeis as sombras grotescas das gárgulas!

Que de joias ás vezes occultas n'uma phrase de um auctor esquecido!

*

Bem triste coisa, e bem digna de lastima, é este sestro de destruir! Como ficava bem a uma nação que só vive das suas glorias velhas, conservar ciosamente os mutilados brazões de eras antigas! Do achado dos ossos do grande Santo, e da sua trasladação piedosa para Lisboa, por ordem de um dos reis mais civilisadores que nunca tivemos, restava aquelle padrão solitario, onde os escopros rudes de artistas anonymos tinham entalhado, como quem esculpe estrophes enthusiasticas, preciosos pormenores para a historia, e para a religião. Tudo isso acabou, graças á hedionda mania do restauro.

....

Depois de tantas ruinas, o que fica? o vulto soberbo e melancolico do cabo de S. Vicente lá no extremo do Algarve.

O cabo de S. Vicente!

*

Quem hoje peregrina até áquelles logares historicos do antigo promontorio Sacro; quem se atreve com as suas altissimas ribanceiras basalticas abruptas sobre o mar sessenta e cinco metros; ainda ali encontra, como no tempo de Affonso Henriques,

como no dos moiros, como no dos godos, a mesma intacta natureza, a mesma silvestre magestade, o mesmo solemne desconsolo. Retroam nos penedos as mesmas ondas, pregoando para o ceo a chronica singela do mesmo Martyr.

Urzes, matto de zimbro, e fragas arranhadas dos seculos; a gruta ou capellinha do ermitão, voltada com a bocca para o Oceano; junto ao farol os restos do convento que ali veiu a fundar D. Affonso; uma claustra derrocada, uma capella a cair, o pobre refeitorio, a cosinha; os azulejos, de que todo o viajeiro costuma levar fragmentos; e sobre as aguas uns pranchões velhos de castanho, roidos pela salsugem, restos de um tablado onde os monges iam pescar.

É espectaculo admiravel, de um grandioso que enche a alma.

Lá em baixo, avistam-se ao longe passar para norte e sul os vapores transatlanticos, rompendo as vagas, e reluzindo ao sol; e ao fundo, o horisonte sem fim...

*

Vibraram sempre os portuguezes ao passarem, nas suas expedições aventurosas, por aquellas cercanias maritimas. Diz-me o chronista, que em 27 de julho de 1415, quando ia seguindo na armada el-rei D. João I com os heroicos filhos para as victorias de Ceuta, ao costearem o cabo abateram as vellas em signal de respeito ao Martyr que ali dormira. Teem uma grandeza inexplicavel estes rituaes da cortesia naval!

*

A contemplação d'aquelle mesmo promontorio, uma vez, ao luar, infundiu no espirito impressionavel d'el-rei D. Sebastião a mais saudosa e solemne melancolia. Lembro-me bem d'esse pormenor, que o juvenil cavalleiro escreveu na sua conta da primeira jornada d'Africa; descripção rapidissima, porém verdadeira e vigorosa pintura, que está revelando no auctor os mais sinceros dotes de artista.

Vinham de Tanger os galeões; subiam a costa. Elle velava sempre; ia observando, de olhos fitos na mancha escura das penedias, que de muito perto o acompanhavam.

Rendido o quarto de prima, fui — escreve o brioso navegante — *ao cabo de S. Vicente, e o passei com claro luar, ceo limpo e descoberto, e com os laes das vergas em terra. Por avançar a barlavento, e me ir escaceando o tempo, salvei o com as charamellas, trombetas, e atabales, como no mar de noite se costuma, e a tal logar e ponto é rasão, por se não costumar salvar de noite com a artilheria; que foi grande, estranha, e grave vista, com luar ver a ponta do cabo, e as rochas em ambas as costas, e juntamente ambos os mares!*[1].

Deteve-se a armada, pairando em calmaria e forçada bonança. Então el-rei desceu a um batel, e desembarcou. E conta elle proprio:

[1] Appenso ao vol. IV das *Mem. para a Hist. d'el-rei D. Sebastião* por Diogo Barbosa Machado, p. 48.

Pondo-me a cavallo, fui ao mosteiro do cabo de S. Vicente, que está na ponta da terra do cabo, tão estranho, formoso, e grave, como realçado, entendido, e celebrado dos mortos vivos que foram, e mais approvado, engrandecido, e lembrado de ser ignorado dos vivos mortos, que de serem indignos d'elle o não hão podido entender nem comprehender; onde estive nove ou dez dias, só com dois officiaes meus, vendo a vista das manhãs e tardes, dias e noites, e o muito que se n'ellas via d'aquelle grande porto e sitio; vendo nascer o sol no oriente do horisonte no mar, e seu occaso no occidente, por o horisonte no mesmo mar; que é estranha vista e rara! d'onde se vêem duas costas e dois mares, demandado este cabo de todos os navios que navegam de levante a ponente[1].

. . . .

*

Durante a visita do soberano a este mosteiro, que era da provincia de Piedade, aconteceu achar-se lá, como commissario visitador dos mosteiros, o virtuoso e optimo varão frei Pedro Lagarto. Quiz el-rei honral-o, e pediu-lhe que por suas mãos lhe lançasse o habito da ordem de Christo, da qual aliás el-rei era grão-mestre, e nas mãos do bom do frade quiz professar[2].

[1] Ibid. p. 53. Frei Bernardo da Cruz na *Chron. d'el-rei D. Sebastião*, cap. IX, diz estas palavras: *chegado el-rei ao cabo de S. Vicente, esteve ali alguns dias.*

[2] Barbosa Machado, *Biblioth. Lusit.*, t. III, p. 588.

Deixo aqui este pormenor, como digno remate á chronica do venerando cabo Sacro.

Sempre que é possivel illuminar um quadro de historia com um lampejo ao menos do facho religioso, parece que assumem as figuras não sei que desusada grandeza, não sei que magestade augusta.

Vede-o! contemplae-o com os olhos d'alma, o juvenil Sebastião, embrenhado nas solidões do cabo de S. Vicente, bebendo o ar puro da montanha e do mar, repassado de mysticismo, e vibrando nos seus enthusiasmos de gloria! contemplae-o de joelhos, ali, elle o grande da terra, de joelhos aos pés de um pobre monge, e dizei-me se assim não vos parece maior ainda a estatura do glorioso e desventurado cavalleiro! Pobre poeta da guerra, a quem Deus trouxe enganado e perdido de illusões, entre os enredos e prosaismos d'aquelle seculo!...

CAPITULO XVII

Menciona-se a grande e consideravel reconstrucção do templo velho emprehendida no fim do seculo XVI por D. Filippe de Castella.—Dois planos ineditos do convento.—Descobre-se aos investigadores uma planta unica do edificio primitivo.—Filippe Terzi.—João Nunes Tinoco.

Além das obras que de fugida referi, emprehendidas por el-rei D. João III, ainda o seculo XVI presenceou o começo da consideravel reconstrucção do mosteiro e da egreja pelos Filippes.

Foi em 25 de agosto de 1582, que ao novo edificio lançou a primeira pedra o cardeal archiduque Alberto, governador pelo rei de Castella[1].

[1] Engana-se J. B. de Castro em dizer que assistia á ceremonia o proprio D. Filippe I. O sr. Vilhena Barbosa n'um seu erudito artigo no *Arch. Pitt.* Tom. VI, diz a pag. 226 que já o soberano de Castella tinha regressado a Madrid.

Vamos por partes.

*

Colhi no *Itinerario* do abbade Castro[1] a noticia de existir na academia real das bellas artes de Lisboa a planta original da reedificação do soberbo templo. Corri á academia, e graças á provada amabilidade do meu amigo o sr. Antonio Thomaz da Fonseca, actual director, tive o gosto de vêr, por meus olhos, em 26 de fevereiro d'este anno de 1886, duas preciosissimas plantas da dita reedificação das caducas obras affonsinas. Fallemos detidamente n'essas plantas.

Descobri n'uma d'ellas mais do que esperava.

São ambas feitas á mão, em papel grande, e achamse pegadas em taboa.

A primeira, a mais antiga, a mais estragada, tem a seguinte inscripção em formosos caracteres cursivos:

Planta segunda do pauimento Eofecinas do mosteiro é igreiia de S. Sebastião | E S. Viçente, pola qual mando q̃ se faça Aobra. no Pardo XVI *de Nouenbro | M. D.* $\overline{\text{XC}}$

REY (com rubrica e guarda).

[1] Pag. 42.

Como se vê, falla ahi o rei D. Filippe I.

Por baixo, em lettra mais moderna, lê-se:-

C. 1582 F. 1629.

Nada mais. Nenhuma outra indicação historica. Nenhuma assignatura de architecto.

*

O architecto primeiro sabe-se quem foi. Chamam-lhe Filippe Terzo, Tersio, Tercio, e Estercio; e até D. Nicolau de Santa Maria o estropia em Filippe III! O seu nome italiano era Filippo Terzi. *Artista famoso* o qualificam alguns; engenheiro italiano ao serviço de Portugal desde annos, e que, tendo acompanhado el-rei D. Sebastião á segunda jornada de Africa, lá ficara em captiveiro. Serviu o cardeal rei, que o resgatou; foi cavalleiro e commendador na ordem de Christo, e ganhava, diz Raczynski 24$000 réis de ordenado, e 18$000 réis para aluguer de casa[1].

Fez em Lisboa a egreja dos jesuitas de S. Roque, e o torreão chamado *do forte* no paço da Ribeira, os cincos baluartes que defendem a barra do Ave, junto a Villa do Conde, o aqueducto das freiras da mesma villa, e o do actual jardim botanico de Coimbra. Por alvará de D. Filippe II de Castella foi nomeado mestre das obras reaes em 1590; e falleceu, segundo se crê, em 1598[2].

[1] *Dict. hist. artist.* pag. 289.

[2] De balde lhe procurei a certidão de obito. Devo declarar

Além das citadas obras do mesmo notavel architecto, avulta n'um logar muito distincto o seu plano de reconstrucção do mosteiro de S. Vicente. Quanto elle era perito e sabedor, prova-o esta sua grande obra, que lá está, tal qual, descabeçada porém da magestosa cupola, que respondia ás duas torres, e caiu pelo terremoto[1].

*

Antes de proseguirmos, vamos agora á outra planta.

Tem na parte inferior, em lettra manuscripta, simulando maiuscula impressa, o seguinte:

PLANTA DO PAVIMENTO DA IGREIA CLAVSTROS E MAIS OFFICINAS |

Por baixo uma escala de 100 palmos; e mais abaixo a assignatura autographa de

M João Nunes Tinoco[2].

que a maioria das noticias supra me foram ministradas pelo meu respeitavel amigo o muito rev.do padre Prospero Peragallo, prior do Loreto, pessoa instruidissima em assumptos historicos portuguezes, e portuguez pelo coração. As suas collecções de estampas raras e livros primorosos, revelam só por si um verdadeiro apreciador, e o mais cultivado espirito artistico e litterario. Os seus escritos historicos e poeticos definem o consumado litterato.

[1] Mor. de Mend.—*Hist. dos terrem.* pag. 131.

[2] Menciona este plano como existente na academia o conde

Era João Nunes Tinoco architecto celebre do seculo XVII, e certamente superintendeu na continuação dos trabalhos.

*

Temos pois dois traçados do mesmo importantissimo edificio, um mais antigo que o outro.

N'esse mais antigo lê-se a clausula de ser *segundo.* Não atino ao certo com o que significa tal designação; pode ser que esteja revelando um primeiro projecto reprovado.

Na outra planta dá-se uma curiosidade notavel. Quem a examina com attenção percebe, que, por baixo do projecto moderno, o artista desenhou de proposito, em linhas ponteadas, outro traçado, que se está a vêr... (estremeci de gosto quando descobri isto!) correspondia ao edificio anterior, isto é, á egreja do tempo de el-rei D. Affonso Henriques. Entende-se a intenção: a intenção era mostrar graphicamente onde coincidiam, e onde deixavam de coincidir, a obra nova, muito mais vasta, muito mais grandiosa, e a obra antiga, muito mais mesquinha, se bem que muito regular e elegante.

Sim; para mim não ha duvida de que seja essa a planta do edificio originario. El-rei D. João III em-

Raczynski, *Dict. hist. artist.* pag. 287. Note-se como curiosidade, que a assignatura de Tinoco tem (á moda antiga portugueza) entrelaçado um *M* com o *J* inicial; o que prova que elle era casado com alguma senhora cujo nome proprio começava por *M.*

prehendeu concertos, mais ou menos importantes, no mosteiro e no templo; mas não reedificou a antiga egreja. Se tivesse levado a cabo essa obra vasta e complexa (pergunta o bom senso) haveriam deixado de a mencionar com encomios os chronistas? e haveria acaso essa obra em trinta ou quarenta annos padecido ruina tal, que fosse mister o punho poderoso do rei intruso para a reerguer do chão?

Portanto, e em conclusão: possuimos ali a planta da nobre egreja affonsina. Interessantissimo documento! A minha alegria ao reconhecel-o não se descreve.

Este achado precioso, reservado para mim ha tres seculos, encheu-me de felicidade! fez-me sonhar tres noites com Affonso Henriques! obrigou-me a seccar por oito dias consecutivos os meus amigos com a narração do caso! e em summa: deu-me a visão clara e nitida do templo velho: com a sua frontaria solemne e simples, o seu portal romanico reintrante de columnellos e archivoltas, as suas duas fieiras de oito pilares por banda (incluindo os do principio e do fim), com columnas nichadas, e lá ao fundo das tres estreitas naves, pouco claras, a capella mór, erguida sobre varios degraus, com o altar isolado, adiante do côro, e illuminada desde o topo por uma elevadissima janella de formosas proporções.

E se não, vamos: dêem-me uma folha de papel Whatman, um lapis, e uma regua, e verão como lhes reconstruo (conforme o vi na phantasia) o venerando alçado da egreja primitiva, com todas as disposições architectonicas e liturgicas usadas no seculo XII

*

N'esta planta velha de linhas ponteadas, vejo uma larga muralha, grossa e valente, limitar em sentido transversal o recinto da obra antiga para o lado do nordeste. Sabem o que é? é, sem tirar nem pôr, o lanço da cerca d'el-rei D. Fernando, que veiu incluir na cidade o mosteiro que até então era extramuros.

Toda a larga cintura de Lisboa mereceu os maiores cuidados a alguns dos antigos governos. Encontro uma carta regia de 11 de abril de 1434, mandando entregar á camara, para as obras do reparo dos muros, o producto das penas pecuniarias julgadas na casa do civel[1]; e quanto ao lanço de que precisamente fallei agora, mandou outra carta regia de 30 de julho de 1510 adjudicar de empreitada o corregimento d'este muro desde o *postiguo de sam vicente até samta m.ª da graça*, por 650 réis a braça, ou menos, a ser possivel, *semdo a parede de dous palmos e meo de grossura*, *e seemdo obrigados* (os empreiteiros) *a fazer os roços nos ditos muros, q sam necesarios*[2].

[1] *Cart. da c. m. de Lisboa.* L. II dos reis D. Duarte e D. Affonso V, fl. 6; citação nos *Elementos* do sr. Freire de Oliveira. Tom. I. pag. 316.

[2] *Cart. da c. m. de Lisboa.* L. III d'el-rei D. Manuel, fl. 78. citado nos *Elementos*, Tom. I, pag. 409.

*

Comparando os dois planos, de vagar, socegadamente, como eu os comparei sósinho n'um gabinete da academia, percebe-se que todo o antigo traçado se alterou e desprezou no moderno; mas pergunta-se: como se explica o facto de existir na planta mais recente, assignada pelo architecto Tinoco, o valioso vestigio unico do templo velho, ao passo que na mais antiga, datada de 1590, avulta unicamente o plano actual?

O motivo é simples, ou eu me engano muito.

O rei D. Filippe assignava em 1590 a planta definitiva do que elle determinava se construisse. Aquelle desenho, hoje tão apreciavel, é a expressão da obra nova pura e extreme. Com a antiga, pouco tinha o soberano; e tão mesquinha lhe pareceu, que a mandava alterar de todo. Ora na outra planta de Tinoco já se não dava isso: essa era o traçado, não para os olhos do rei, mas para as mãos dos technicos. Tinoco procedia ás obras decretadas; convinha-lhe que estivessem claros e patentes os sitios onde ainda havia que demolir, e aquelles onde se conservavam os encontros com as novas construcções. Tratava-se de pôr por obra o estatuido. É a differença entre o *fac,* e o *facio.*

*

Não se sabe a procedencia d'esses dois notaveis documentos. Provavelmente sairam do saque dos

nossos mosteiros em 1834; talvez da casa dos conegos regrantes. Que estavam já pregados em taboa e pendurados, julga-se pelas ferragens que ainda lá se divisam na tosca moldura de madeira, torcidas e mal tratadas, como arrancadas que foram, á força brutal, pelos iconoclastas e demolidores vandalicos de 1834.

Cumpre á academia real das bellas artes zelar o mais possivel aquelles dois padrões da nossa historia artistica. Felizmente o actual director, artista, filho e neto de artistas, comprehende as suas altas incumbencias.

CAPITULO XVIII

Leonardo Turriano, superintendente das obras do mosteiro. —Gastos nas obras.—Em 1605 achava-se prompta a capella mór e o cruzeiro.—Alterações leves em 1608.—Demanda interminavel com Luiz Sanhudo de Sousa visinho de S. Vicente.—Em 1629 inaugura-se completa a egreja nova.—Proseguem as obras.—1673.—1688.—1694.—Obras durante a regencia do principe D. Pedro.—Encarecimentos da vastidão e belleza do traçado e da execução.—Computações de gastos feitos.—O vendaval de novembro de 1724 arruina em parte o mosteiro.—Passa para ahi em 1773 a patriarchal.—Os conegos regrantes em Mafra até 1792.—Em 1858 volta a sé lisbonense para S. Vicente.—Os patriarchas de Lisboa em S. Vicente desde 1834.

Quanto ás obras da reconstrucção em si mesmas, foram consideraveis. A comparação das datas demonstra muito terminantemente, que entre 1582, anno em que se lançou a primeira pedra no edificio novo, e 1590, em que se determina a construcção, mediaram hesitações. D'onde proviriam?

Foram os trabalhos, a contar de 1590, continuando; mas de vagar, segundo presumo.

Por fallecimento de Filippe Terzi, o celebre artista, em 1599, quem o substituiu? É sabido que foi então nomeado architecto das obras reaes Leonardo Turriano[1]; não o devemos portanto reputar estranho ás tarefas de S. Vicente.

As tarefas (isto é que é certo) foram absorvendo avultados cabedaes. Mandou D. Filippe passar, com o designado intuito de as auxiliar, um padrão de juro de 2:500 cruzados annuaes (4:337$500 de agora), obrigando a fazenda do mosteiro a contribuir com mais 2:000 cruzados (3:470$000[2]).

Nos primeiros vinte e tres annos gastaram-se annualmente 4:500 cruzados (7:807$500 réis da actual moeda), o que perfaz n'esse lapso de tempo a quantia de 179:572$500 réis de hoje.

Pois apezar d'esses trabalhos consecutivos, e de tamanha despeza, *o mais que se poude fazer*—diz D. Nicolau de Santa Maria—*foi o côro baixo, a capella mór, e o cruzeiro*. Chegou o domingo 18 de maio de 1605, e Lisboa toda presenceou com grande alegria a imponente festividade da mudança do Sacramento para a nova capella mór. O corpo da egreja, esse continuava em construcção; separava-o ainda do cruzeiro um enorme diaphragma de madeira[3].

Que n'um ponto ou outro se alterou o traçado primitivo, tenho-o por certo.

[1] Raczinski, *Dict. hist. artist.*, pag. 289.

[2] D. Nicolau de Santa Maria. *Chron. dos con. regr.* Parte II, pag. 146.

[3] Ibid.

Existe uma carta de D. Filippe II ao governo do reino, em 30 de junho de 1608, dizendo que viu a traça da obra de S. Vicente, e approva que se façam os confessionarios e capellinhas, que não só não eram inconvenientes, mas serviam de ornato[1].

Não sabe o visitante o que vinham a ser esses *confessionarios* e *capellinhas*? eu lh'o digo.

No plano de 1590 estavam planeadas apenas as grandes capellas lateraes, tres por banda no corpo do templo; não se tinham desenhado os altares collocados hoje entre cada duas capellas. Entendeu-se convirem esses altares para se collocarem imagens; e entendeu-se não menos dar mais luz ás capellas, rasgando na parede, entre as pilastras, as aberturas que lá se vêem, applicando a cada abertura um confessionario. Pertence pois essa modificação ao anno de 1608, e foi acertada.

*

Além das despezas e difficuldades incalculaveis de tamanha obra, deveram necessariamente surgir embaraços de outro genero, na adaptação do largo plano moderno á mesquinhez do terreno, já muito atravancado de edificações burguezas. Conheço por exemplo um interminavel e enfadonho processo, intentado contra um tal Luiz Sanhudo de Sousa, senhor de umas casas misticas com o mosteiro, casas que foi indispensavel tomar e demolir, quando se resolveu alargar a azinhaga que ia do largo de S. Vicente

[1] *Cart. da c. m. de Lisboa.* Livro I de D. Filippe II, fl. 113.

para o campo de Santa Clara. Bateu-se Luiz Sanhudo quanto poude, cheio dos ferinos sentimentos do seu appellido; mas teve o desgosto de ver em 11 de fevereiro de 1614 a resolução final da sua demanda, pela perda da qual a cidade lucrou a larga rua que lá vemos, sob o arco onde começa o dito *campo*[1].

*

Em agosto de 1629, quarenta e sete annos depois do lançamento da primeira pedra, achando-se por assim dizer concluida toda a obra interior de pedreiro no corpo do templo, arrazou-se o tapume, e aderessou-se ricamente a egreja para a celebração da festa de Santo Agostinho em 28 de agosto. Na chronica dos conegos regrantes ainda parece que ressoam os ultimos sons da musica de tamanha solemnidade inaugural[2].

Eram as festas religiosas muito para admirar em Lisboa. Sempre o foram, e ainda o são ás vezes. Musica instrumental e vocal, muitas luzes de cera, riquissimas tapeçarias, e até chilreado de passaros pendurados em gaiolas ao longo das naves, tudo isso dava ás solemnidades das egrejas um aspecto especial, devoto e artistico ao mesmo tempo.

De uma Missa, a que assistiu em S. Julião, em janeiro de 1646, conta maravilhas o viajante francez Monconys: os pilares do templo revestiam-se de ga-

[1] *Cart. da c. m. de Lisboa.* Livro VII de sentenças, fl. 200.
[2] Parte II, pag. 146.

zas, tapetes, e anjos de cera; a musica era grandiosa, e só sobre o altar mór brilhavam 64 brandões[1].

Lisboa—diz no principio do seculo XVIII o nosso Bluteau—*é uma das mais pias e devotas cidades da christandade. Provas evidentes d'este abono são a sumptuosidade, riqueza, e aceio dos templos, a magestade com que se celebram os officios divinos, não só na sé patriarchal, mas em todas as egrejas das freguezias e conventos religiosos, a pomposa veneração com que se leva o Senhor aos enfermos, as muitas e numerosas irmandades, com suas enfermarias e hospitaes para os doentes de cada uma d'ellas*[2].

Figuremos pois na mente o que seria a inauguração solemne do templo de S. Vicente, em 28 de agosto de 1629! Essa data só por si marca época nos annaes de casa tão illustre.

*

Da prosecução das obras ha signaes clarissimos.

Quem observa encontra ali ou aqui varias datas esculpidas, que mostram a duração dos trabalhos ao longo de successivos reinados.

Exemplos:

Sobre o portal do pateo do mosteiro, que dá para o campo de Santa Clara lê-se a data de 1673.

No claustro ha uma porta com a de 1688.

A trabalhada verga da portada ornada de Cruz,

1 *Voyages de M. de Monconys.* t. I, pag. 109.

2 Bluteau. *Prosas eucharisticas*, discurso III.

que se vê cá fóra, na parede da direita, que fórma angulo recto com a frontaria, tem a data de 1694.

A entrada dos claustros, na frente, junto á actual capella particular do senhor Patriarcha, é de um *rócócó* amaneirado, que chega a incommodar. Na sua emphase e falsidade, é pura *phenix renascida*... em pedra lioz. Bem trabalhada sim, não haja duvida; e tão bem, que o bom juiz Cyrillo, dizendo que *o modo de lavrar bem os ornatos de pedra* data do tempo de João Frederico Ludovice, accrescenta: e *bem se deixa vêr nos capiteis e ornatos da porta da egreja de S. Vicente*[1].

Verdade verdade: todos os trechos accrescentados á velha frontaria são deploraveis, e desdizem d'ella. Por felicidade estão a um lado, e não a prejudicam.

Além d'esses documentos em pedra, existe do tempo da regencia do principe D. Pedro em 1676 uma consulta de 5 de fevereiro, em que o prior e religiosos de S. Vicente representam a necessidade de se augmentarem a 100$000 réis os 80$000 que o governo pagava para sustento dos bois e jumentos que trabalhavam na obra do mosteiro; ao que o principe deferiu em 12[2].

*

Que a obra era admiravel, tudo o revela.

[1] *Coll. de mem.* pag. 179

[2] *Cartorio da c. m. de Lisboa.* L. 4.º d'el-rei D. Pedro II, fl. 147.

Declara D. Rodrigo da Cunha que não havia, no seu tempo, outra alguma que a vencesse na parte em que se achava já acabada então[1]; e quanto ás sommas despendidas, diz-me um escriptor anonymo, provavelmente bem informado, que desde 1582 até ao anno de 1704 se gastaram n'esse monumento 749:650 cruzados[2].

Com o medonho vendaval de 19 de novembro de 1724 cairam alguns remates e grimpas do templo de S. Vicente[3].

Em 1773 estabeleceu-se ahi a egreja patriarchal, pelo que foram os conegos regrantes habitar o convento de Mafra, d'onde tornaram para S. Vicente em 1792, ficando ahi até 1834.

Em 1858, por causa de obras interminaveis que houve na sé, por mais quatro ou cinco annos, voltou para S. Vicente a patriarchal.

A residencia ahi do senhor patriarcha de Lisboa é moderna; data apenas de 1834, depois de extinctas as ordens religiosas. Ahi tambem ficou sendo a séde da relação e curia patriarchal.

*

Agora, depois de esboçados summariamente estes topicos principaes, comecemos a percorrer algumas das preciosidades artisticas de S. Vicente.

[1] *Hist. eccl.* Parte II, cap. IV, num. I.
[2] *Manuscripto anonymo.* A. 4 11 da b. n. de Lisboa, fl. 24.
[3] *Gabinete Hist.* Tom. VII. pag. 177.

CAPITULO XIX

Contempla o autor a magestosa fachada de S. Vicente de fóra. —Sua descripção e analyse artistica.

Quem da rua de S. Vicente desemboca no adro, sente uma impressão profunda ao contemplar com olhos de artista as largas dimensões da frontaria, tão proporcionadas na belleza grave do desenho.

O desenho é solemne, mas pesado; correcto, e sem as garridices desmandadas do rócócó, mas frio. Em todo o caso, e digam o que disserem, é a mais sumptuosa das frontarias de templos da Lisboa de hoje, como cumpria á do primeiro mosteiro lisbonense, fundação do grande soberano, e habitação adoptiva, se bem que temporaria, do sympathico Santo Antonio.

—Bem se vê—me dizia um amigo meu, contemplando comigo a vasta mole de S. Vicente, ennegrecida da *pátina* de tres seculos—Bem se vê que tinha Dom de jure.

E observava com acerto. A frontaria de S. Vicente de fóra tem mitra e baculo episcopal, como tinham ali os priores. É tal o respeito e significação d'aquellas pedras (diria eu paraphraseando frei Luiz de Sousa) que todos á vista d'ellas *nos compomos.*

*

Já D. Rodrigo da Cunha encarece tal obra, como de singular architectura, e em todos os pormenores de muita perfeição. Descobria-se, como hoje, o vulto magnifico do cenobio de varios pontos da cidade, graças á eminencia do sitio; e (diz o arcebispo muito bem) era a primeira edificação que por sua formosura attraía os olhos[1].

*

Em tres partes pode dividir-se, no sentido horisontal, esta vasta composição, em tudo realenga, com que o lapis do architecto Filippe Terzi opulentou a casa dos conegos regrantes.

*

A primeira parte abrange o adro, e eleva-se até ao primeiro entablamento, que assenta, com a sua architrave, friso, e cornija, sobre os capiteis de dez altas columnas doricas. Nos tres intercolumnios centraes, rasgam-se tres portões muito singelos, de volta

[1] *Hist. eccl.* P. II, cap. IV, num. 7.

inteira, sobrepojados de tres nichos coroados de atticas, as dos lados triangulares, a do meio curva. Nos tres nichos vêem-se as estatuas de Santo Agostinho ao meio, S. Sebastião á direita do espectador, e S. Vicente á esquerda. Nos intercolumnios lateraes, apparecem, em linha inferior aos outros, dois outros nichos com attica redonda, tendo por baixo e por cima umas janellas quadradas. A estatua do nicho da esquerda é Santo Antonio, muito novinho, vestido de conego regrante, com o menino Jesus ao collo; a da direita S. Domingos de Gusmão.

*

A segunda parte da frontaria levanta-se com os pedestaes das columnas do primeiro andar, ostentando em symetria das prumadas dois nichos nos intercolumnios lateraes, com S. Norberto, á direita, e S. Bruno, á esquerda; e nos centraes tres elevadas janellas, de mais altura que a regra, suspeito eu, e muito magestosas sob as suas atticas, das quaes a central é angular, formando graciosa variedade com as de baixo, e com as dos nichos parallelos lateraes.

*

Sobre a cornija d'este segundo lanço da composição, levantam-se as columnas dos dois corpos lateraes, a formar dois torreões com ventanas, coroados de platibanda, do meio dos quaes emergem duas cupolas com lanternin.

Estes dois torreões, une-os sobre o corpo central

uma platibanda de 150 palmos, adornada de quatro enfeites pyriformes de bellissima proporção.

*

Por modo que, se o claro-escuro accentuado das cornijas divide por si a frontaria em tres partes no sentido horisontal, tambem o sentido esthetico a divide n'outras tres na affirmação vertical: a parte do centro com os tres portões, os tres nichos, a primeira cornija, as tres janellas, a segunda cornija, e a platibanda; e as duas partes lateraes, que desde baixo se erguem com a feição de torres, e separadas habilmente do corpo central pelas suas duas renques de columnas aggregadas, sobrepostas e gradualmente diminuidas no módulo até á platibanda dos torreões.

*

Pura renascença; não a formosa renascença que brotou lá fóra as maravilhas do Bramante, San-Gallo, ou Miguel Angelo; mas a renascença da peninsula, que é uma grave e pesada interpretação do classico, e lembra, no austero e desconchegado, a terra de Torquemada e de D. João III.

O que faz uma falta consideravel é o grande zimborio. Sustentava a symetria com as torres, de 220 palmos, e desenhava-se certamente com as mesmas linhas das cupolas, como complemento necessario da interpretação esthetica.

*

Que nos diz esta fachada? grandeza, solemnidade, magestade. Para quem detidamente a observa, ha linhas, que se vê foram muito procuradas, e que são de innegavel harmonia. Exemplos: a curva que vae desde a janellinha do nicho inferior esquerdo, sobe ao nicho, não toca na janellinha superior (que de proposito concita muito menos a attenção), corre os tres nichos centraes, e vae por um caminho analogo morrer á direita do espectador. O triangulo formado pelos nichos lateraes inferiores e a attica da alta janella central. A linha curva que desce da ventana esquerda ao nicho do andar nobre, rasteja pelos tres nichos centraes de baixo, e vae morrer na ventana direita.

Todo esse jogo infinito de linhas significativas e nobres, devia augmental-o immenso o zimborio, que nunca mais, por desgraça, havemos de ver no seu logar.

*

É optimo hoje (pode dizer-se) o estado de conservação d'esta imponentissima frontaria, com quanto se saiba que, por exemplo na tarde de 19 de novembro de 1724, caiu sobre Lisboa um medonho temporal, de que ha pormenores minuciosos, e que destroçou as grimpas dos campanarios de S. Vicente, e alguns remates ornamentaes exteriores do tem-

plo[1]; e com quanto se saiba não menos, por via do noticioso Moreira de Mendonça, que o fatal terremoto de 1755 arrasou o zimborio, abateu na frontaria algumas estatuas e alguns remates[2], àrrasou o tecto da sacristia, assim como causou grandissimos destroços no dormitorio alto, que olhava para o nascente, e no dormitorio grande, que olhava para o sul[3].

*

Gloria no emtanto a Filippe Terzi, cuja pericia muito contribuiu certamente para possuirmos ainda hoje tão completo este formoso especimen da architectura ecclesiastica do seculo XVI.

[1] *Gabinete historico*, t. VII, p. 175 e seg.

[2] Mor. de Mend., pag. 131.

[3] Mattos (padre Francisco José de), cura de S. Vicente; informações dadas em 6 de agosto de 1759 para o diccionario do padre Luiz Cardoso; mss. da Torre do Tombo.

CAPITULO XX

Explicações necessarias ácerca do emblema das settas de S. Sebastião, que repetidas vezes se observam nos motivos ornamentaes do templo de S. Vicente.—Fórma el-rei D. Sebastião voto solemne, em 1569, de edificar um templo ao Santo do seu nome.—Reliquia d'esse Martyr conservada em Lisboa desde muito.—Onde e como; considerações retrospectivas.—D. Manuel e Carlos V.—Insiste el-rei D. Sebastião com a camara de Lisboa para dar começo á obra.—A ermida da Moiraria.—Demoras.—Novas insistencias do reinante.—Lançamento da primeira pedra do templo novo no Terreiro do Paço.—A ordem da Flecha.—O Santo Padre Gregorio XIII envia a el-rei uma das settas de S. Sebastião.—Começo das obras de reedificação de S. Vicente em 1582.—Os emblemas.—Adaptação de parte da cantaria já lavrada á egreja nova.

Entremos.

Transposto o vestibulo (que, por signal, é mesquinhissimo, e em cujos portões de ferro se vê a data de 1826) ha uma coisa que dá nas vistas a todo o observador: o repetido emblema de umas settas

encruzadas, que em muita parte enfeitam os modilhões e capiteis.

Poucas pessoas sabem o que significam em S. Vicente as settas de S. Sebastião. Isto de escrever a chronica de Lisboa é difficillimo; é como desembaraçar uma meada. Este fio agora leva-nos, assim brincando, desde S. Vicente nada menos que á Moiraria e ao Terreiro do Paço.

Diz-se geralmente que a razão do emblema é ter pertencido esta cantaria ornamental á obra de outro edificio começado, mas não concluido, em honra do Martyr narbonense. Houve com effeito esse principio de templo a S. Sebastião.

Oiçamos a historia.

*

Na peste de 1569, formara el-rei D. Sebastião voto solemne de edificar uma egreja a S. Sebastião advogado dos males d'esse genero; e escreveu de Cintra, em 7 de julho, uma carta á camara de Lisboa, interessando-a no mesmo piedoso intuito, e encommendando-lhe fizesse voto egual. No projectado templo havia de guardar-se uma reliquia do Martyr conservada em Lisboa[1].

[1] Eis o texto da carta:

Vereadores E procuradores da cidade de Lix.ª, e procuradores dos mesteres della, Eu el-Rey Vos emvio muito saudar. Por q̃ ha tantos años q̃ noso S.ºʳ faz tamanhas merçes a essa cidade E a estes R.ⁿᵒˢ por interseçam do Bem a Venturado são sebastiam, cuja Reliquia ordenou que Viesse a ella, a q̃ senam tem

Tudo projectos! sempre aquella imaginação em labareda!

Conservada em Lisboa.

Onde?

N'este mesmo convento de S. Vicente de fóra. Vejamos como, porquê, e desde quando.

*

Fôra o caso, que o imperador Carlos v possuia uma reliquia muito estimada: um braço de S. Sebas-

feito ainda aquella Veneraçam, q̃ a tal santo E por taes Beneficios se Requeria; aguora parece q̃ por nossos peccados, E pola ventura por este pouco conhecimento E agardecim.[to], nosso S.[or] permitte que tenhamos tanta necessidade de nos socorrer a elle, procurando por todas as vias p.[a] placar sua yra, E atalhar E Remediar os peccados; E tambẽ cõ a intersecão d'este sancto, ẽ cujo louuor se deuia fazer hũ tal templo, em q̃ estiuesse sua Reliquia, E nosso S.[or] fosse mais seru.[do] E louuado. E p.[a] maior gloria deste sancto, E p.[a] o obriguarmos a interceder mais per nos, E por a particular deuação q̃ lhe tenho, me pareçer q̃ lhe deuia oferecer esta detriminaçam E Voto de lhe mandar fazer esta Igreja á custa de minha fazenda E da Cidade, como eu ordenar: pello q̃ vos encomendo que ẽ nome della façaes o mesmo voto; E como o tempo der lug.[ar] se pora ẽ ordem como se faça, E espero em Noso S.[or] q̃ com isto, E cõ o mais que detremino fazer pera seu seruiço E Remedio de peccados, q̃ elle o dee a este mal, E ordene tudo pera mais seu seruiço, q̃ he o que eu sobre tudo pretendo. E me escreuei logo o q̃ nisso fizerdes, E o mais q̃ vos parecer que cumpre, p.[a] se milhor E mais cedo effeituar esta minha detreminaçam. Escrita ẽ Sintra, a 7 de Julho de 1569.—Rey.

Cartorio da cam. mun. de Lisb. L.º 1 de Festas, fl. 90. *Elementos*, do sr. Freire de Oliveira. Tom. 1, pag. 474.

tião, *furtado de uma egreja de Milão* no tempo da sua campanha de Italia, diz um auctor[1]; valha a verdade. Entendeu mandal-o de presente a el-rei D. João III seu cunhado; e este senhor mandou-o depositar, a titulo de emprestimo, na egreja dos conegos regrantes, planeando vir a erigir-lhe com o tempo uma casa especial[2].

Era porém já um tanto anterior a esta dadiva o apreço do bom povo lisbonense a S. Sebastião.

Recordam-se talvez os leitores da *Lisboa antiga* de eu lhes ter contado que já existia no principio do seculo XVI (não sei desde quando) em poder dos conegos regrantes uma reliquia do mencionado Santo[3]. Como é advogado contra as pestes, clarissimo está quanto o veneravam na nossa capital tão disimada de *pestelenças.* Tinha S. Sebastião uma popularidade interesseira: era o incançavel antagonista do *microbio*; bastava isso: o seu culto era geral.

Já lá mostrei, ha poucas paginas, n'um dos capitulos proximos[4], o ritual que el-rei D. Manuel decretara pelo seu regimento se observasse na offerta da coroa a S. Sebastião e S. Vicente, egualmente venerados no mosteiro; e á vista de todo o exposto, suspeito que o imperador, só movido de graciosas cortesanias é que enviou a sagrada reliquia a seu cunhado, e por saber o culto de que a iam tornar alvo os devotos portuguezes, a 20 de janeiro, dia de jubileu plenissimo, em que da sé cathedral costumava

[1] *Historia de Lisboa.* mss. da b. n. de L. fl. 21.
[2] *Chron. dos con. regr.* P. II, pag. 149.
[3] *Lisboa antiga*, O bairro alto, pag. 14.
[4] O XV, pag. 161.

sair em ceremonia a vereação da cidade, caminho das Portas do Sol, até S. Vicente[1]. Todos esses cultos, que se rendiam ao Martyr desde o tempo d'el-rei D. Manuel, iam pois empregar-se, e muito bem, na sagrada reliquia. N'uma cidade tão visitada de epidemias, como era Lisboa no seculo XVI, não eram de mais as demonstrações devotas. Isso tudo estava no animo do publico.

Com a coincidencia de nascer a 20 de janeiro el-rei D. Sebastião, o mais poetico dos nossos monarchas, augmentou-se ainda o fervor popular. Em 1561 obteve el-rei do papa Pio IV uma bulla para em S. Vicente de fóra, na festa de S. Sebastião, e nos quatro domingos de maio, se ganharem visitando as reliquias d'este Martyr, *todas as indulgencias concedidas aos que visitam os logares santos de Roma*[2].

D. Filippe I n'um padrão de juro da alfandega concedido para custeio das obras, diz, lisongeando adrede a opinião dos portuguezes, que, tendo o senhor D. Affonso Henriques edificado S. Vicente, o seu primeiro mosteiro lisbonense, queria elle agora, quatro seculos depois, no mesmo logar, edificar conjunctamente uma egreja a S. Sebastião, já por ser a primeira com que dotava Lisboa, já porque n'este mesmo recinto se guardava desde muito tempo uma reliquia do santo Martyr[3].

[1] *Chron. dos con. regr.* P. II, pag. 149 e 150.
[2] Ibid. P. II, pag. 110.
[3] Ibid. P. II, pag. 146.

*

Voltemos uns annos atraz.

Depois de abrandar a medonha peste, por antonomasia a *grande*, entendeu el-rei (estava-se no outomno d'esse anno tristissimo) *ser occasião opportuna* —palavras de uma carta do soberano—*de dar começo ao templo dedicado a S. Sebastião, conforme o voto que fizera, e a cidade.*

N'aquellas eras de fé viva, todos sabem quanto valiam tão fortes concitações moraes. Recommendava pois com toda a instancia o moço rei á camara de Lisboa, que, apezar das minguas que trabalhavam a população, pozesse tudo por obra para se começar a edificar a projectada egreja, nomeando a vereação desde logo os recebedores da derrama publica para esse intuito [1].

Em fins de dezembro de 1569 já se achava prom-

[1] Diz a carta regia:

«*Posto q̃ a gemte estee em neçesidade, momta tamto estar edificada, do q̃ de thodos se aguora deue esperar q̃ farão, q̃ deueis ordenar como se começe a edificar este templo, e pesoas q̃ tenhão cuidado de, cõforme ao laçamẽto q̃ fizerdes, pedirẽ a cada hũ o cõ q̃ houuer de contrebuir pera esta obra, e procurardes de, pera ajuda dela, arrecadardes dos ofiçiais, q̃ são emſormado que deuẽ dinheiro a çidade, o que são obriguados de lhe paguar; e como se isto fizer da vossa parte, mamdareis q̃ pela de minha fazemda se faça tambem ho q̃ he rrezão.*

Carta d'el-rei D. Sebastião á camara de Lisboa em 16 de outubro de 1569. *Elementos* do sr. Freire de Oliveira, t. 1, pag. 574 e seg.

pto o plano, e destinado o sitio, que havia de ser onde já existia a parochia de S. Sebastião da Moiraria (hoje ermida de Nossa Senhora da Saude); e em carta regia de 24 do dito mez, tendo el-rei determinado que Affonso Alvares, mestre das fortificações, fosse o architecto do templo projectado, manda-o á camara para lá ver a traça e modelo, e insiste com os vereadores para que dêem principio ao trabalho com toda a brevidade, *de maneira que se veja que se faz, e vae por diante*[1].

Por motivos que não constam, parece-me ver no tardonho procedimento da camara, tão opposto ás pressas e impaciencias do monarcha, um proposito firme de ir protrahindo, com delongas e pretextos, a execução. Fabio Maximo feito vereador. Em carta regia de 24 de fevereiro de 1570 manifesta o reinante o seu contentamento, pelas festas que a cidade fizera na vespera de S. Sebastião; folga de que já lá tivesse apparecido mestre Affonso Alvares, e de que já se tivessem collocado as balisas para a demarcação da area occupavel; e por fim ordena aos vereadores: *e vós poereis a primeira pedra em meu nome, com Missa solene, semdo tambẽ presemte o guouernador*[2], que era Diogo Lopes de Sousa, do conselho d'el-rei e governador da casa do civel, a quem el-rei, por carta de 12 de julho de 1569, concedera os mais amplos poderes para reger a cidade durante

[1] *Cart. da c. m. de Lisboa.* L. 1 de festas, fl. 94, citado nos *Elementos* do sr. F. de Oliveira, t. 1, pag. 575.

[2] *Cart. da c. m. de Lisboa.* L. 1 de festas, fl. 95, citado nos *Elementos*, t. 1, pag. 575.

a medonha peste, que o soberano contemplou sempre com todo o respeito e em grande distancia[1].

Em carta regia de 13 de abril seguinte torna el-rei a insistir com a camara para que prosiga com toda a diligencia na obra do templo novo de S. Sebastião[2].

*

Ora muito bem: apezar de todas essas recommendações, ainda em novembro d'esse anno de 1570 tudo estava na mesma! Em carta de 26 estranha el-rei a desidia da camara, *pois não som.te a obra não he começada ate'guora, mas nẽ avido o dr.o pera ella* (dinheiro, grande impulsor); *de que se segue, allem de se não cumprir cõ tão deuida obriguação, Reçeber d'isso o pouo escandallo, e arefeçer nelle a deuação que tinha pera ajudar a se fazer a obra do dito templlo*[3].

Esses argumentos eram de certo muito attendiveis, mas até á primavera seguinte não se deu começo á tarefa; e só em 29 de abril de 1571 é que se procedeu á ceremonia solemnissima do lançamento da primeira pedra.

A crermos Barbosa Machado, e todos os escri-

---

[1] Veja-se Barbosa Machado. *Mem. para a hist. d'el-rei D. Sebastião*, t. III, pag. 143.

[2] *Cart. da c. m. de Lisboa*, L. I de festas, fl. 96, citado nos *Elementos*, t. I, pag. 576.

[3] *Cart. da c. m. de Lisb.* L.o I de Festas, fl. 99 citado nos *Elementos*, Tom. I. pag. 578.

ptores que se lhe seguiram, a ceremonia não foi na Moiraria, na egreja velha de S. Sebastião. Parece que n'esse intervallo se havia reconsiderado, e escolhido para sitio do templo o Terreiro do Paço.

Saiu da Misericordia (hoje Conceição velha) uma procissão em que ia o cabido, os capellães reaes, e muito clero, e el-rei, e o cardeal infante D. Henrique, e o senhor D. Duarte, e a nobreza toda. Já os esperava D. Jorge de Almeida arcebispo de Lisboa, e procedeu-se ao acto com esplendor.

Inaugurou-se a obra, e foi continuando[1].

*

Para o enthusiastico D. Sebastião, cujas preoccupações exageradas, politicas e religiosas, tantos trabalhos accarretaram a Portugal, tornaram-se as settas symbolicas do seu padroeiro verdadeira paixão, que em tudo se revelava. Instituiu a ephemera ordem da Flecha; planeou juntar ás insignias das outras ordens militares uma setta; e começou a erguer ao Martyr o mencionado templo no Terreiro do Paço, ao nascente, junto ao mar; tudo porém lhe frustraram os destinos[2].

*

Creio que não daria para grande coisa o producto da derrama (se chegou a tirar-se). Mandou el-

[1] Barb. Mach. *Mem. d'el-rei D. Seb.* Tom. III. pag. 320 e 321.
[2] Barb. Mach. Ibid. pag. 493.

rei dar oito mil cruzados, que no verão de 1573 já estavam gastos; e por isso, em carta regia de 16 de junho d'esse anno, concedeu mais quatro mil no dinheiro que se esperava viria nas naus da India da proxima monção; e assim, á conta d'essa remessa que em tão pouco tempo devia chegar, instava el-rei que se não levantasse mão dos trabalhos[1].

Era el-rei D. Sebastião um nobre maniaco. Absorvia-se, encarnava-se n'um assumpto, quer fosse a edificação de um simples templo, quer a conquista da Africa inteira. Pediu ao Santo Padre lhe mandasse uma das settas com que tinha sido martyrisado em Roma, sob o mando de Diocleciano, o heroico S. Sebastião. Annuiu paternalmente o chefe da christandade; e estando el-rei nos seus paços de Almeirim, recebeu por mão de Pompeo Lanoya, cubiculario intimo do Pontifice, o apetecido presente, com uma carta de Gregorio XIII[2].

Pouco depois veiu o desastre de Alcacer, a morte do real mancebo, e a usurpação. Paralysadas as obras chegou o anno de 1582.

*

Achava-se velha e gasta a obra affonsina do mosteiro de S. Vicente, já em parte, como vimos, restaurada por el-rei D. João III. Foi preciso refazel-a desde o alicerce.

[1] *Cart. da c. m. de Lisboa.* L. II do provimento de pão, fl. 199, citado nos *Elementos* do sr. Freire de Oliveira, t. I, pag. 588.
[2] Barb. Mach. Ibid. pag. 530 e 531.

Chamado o insigne architecto que mencionei, encommendou-se-lhe desenho condigno do nome do fundador e do orgulho do reedificador. Elle correspondeu ao que se esperava.

Está o exame das datas do plano acima citado demonstrando, que, ao lançar-se a pedra fundamental em 1582, se não fixara ainda a traça definitiva, decretada em Madrid a 16 de novembro de 1590, segundo mostrei.

O que todos dizem, porém, é que na obra nova se empregou todo o material, já inutil, da incompleta egreja de S. Sebastião. Suggere-o pela primeira vez, em 1688, D. Nicolau de Santa Maria [1]; repete-o Barbosa Machado, e todos.

Mas (pergunto eu a medo) não andará n'isso uma d'aquellas lendas, mais ou menos acceitaveis, com que de vez em quando se enfeita a historia da arte?

Discutamos.

*

A adaptação dos emblemas mencionados á obra filippina não me parece talvez provir só dos destroços do templo interrompido no Terreiro do Paço.

O culto de S. Sebastião no mosteiro affonsino dos conegos regrantes é, como vimos, anterior a D. Sebastião, anterior a D. João III, anterior ao presente de Carlos V; é (pelo menos) contemporaneo dos primeiros annos de D. Manuel. O culto de S. Sebastião corria parelhas n'aquella casa com o do proprio

[1] *Chron. dos con. regr.* P. II, pag. 146 e 149.

S. Vicente. Por outra: muito antes do vencido de Alcacer-Kibir pensar em erguer o seu decantado monumento, tão contrariado pelas demoras da camara, e até muitas dezenas de annos antes do nascimento d'esse infeliz principe, já o povo e a cidade de Lisboa rendiam em S. Vicente de fóra homenagens sinceras e espontaneas ao Martyr de Diocleciano. Logo, independentemente da existencia da egreja do Terreiro do Paço, era verosimil que os artistas entrelaçassem nos motivos ornamentaes de S. Vicente, junto ás palmas d'este homisiado do cabo Sacro, as settas de S. Sebastião, confrade d'elle, seu correligionario, seu contemporaneo e, como elle, padroeiro do templo.

Diz o auctor anonymo do citado manuscripto *Historia de Lisboa*, que sobre os capiteis das pilastras, entre capella e capella, do lado direito, se viam as settas, e nos capiteis correspondentes, do lado esquerdo, as palmas [1]. Creio isto (com a cautela devida) um lapso da penna do investigador. O que hoje lá se vê, com certeza, é inteira symetria, inteira analogia, entre os symbolos do lado esquerdo e os do direito.

[1] *Sobre os capiteis dos grandes pilares de pedraria branca que vão entre capella e capella, se vêem á mão direita lavradas umas settas em memoria das que em seu corpo recebeu por amor de Christo o insigne martyr S. Sebastião, a quem a egreja é egualmente consagrada. E ás settas que ficam á mão direita sobre os capiteis dos pilares correspondem á mão esquerda, do mesmo modo, sobre os outros capiteis, umas palmas symbolo da victoria que da morte e tirannia de Daciano conseguiu o gloriosissimo martyr S. Vicente.—Hist. de Lisb.,* fl. 11 v. Mss. da b. n. de L.

Verdade seja que se observam em todos os capiteis das pilastras uns ornatos lateraes como que emmoldurando as settas. Isso pode talvez parecer palmas; mas é preciso ponderar que se não encontra esse ornato sómente do lado esquerdo; encontra-se tambem do direito. Quanto a mim (devo declaral-o com lealdade) isso não passa de uma simples vegetação ornamental, e não quiz ter a pretenção de figurar folhas de palmeira.

Onde os dois symbolos apparecem perfeitamente enlaçados, é n'uns quadrados, ou cartuxas, aos dois lados da porta principal, dentro na egreja, a cada banda do guarda-vento. Ahi sim; ahi se está vendo a intenção artistica da união dos dois oragos; e ou aquellas pedras não são do primeiro alçado de Filippe Terzi, ou esse esculptor, sabendo muito bem o que fazia, e por que o fazia, uniu os dois oragos, dando comtudo nos capiteis uma especie de logar de honra a S. Sebastião, ou por querer aproveitar uma pequena parte de cantarias já lavradas, ou por querer commemorar o offerecimento da reliquia do Martyr pelo imperador Carlos v.

*

Raciocinando a sangue frio:

Será muito crivel que os materiaes da ornamentação de uma obra monumental e luxuosa como a que presenceâmos, correcta e estudada, podessem adaptar-se todos á feitura de outra vasta composição, a não se ter seguido servilmente na segunda o

plano da primeira? Não é sabidissimo quanto a architectura d'aquella escola é restricta e medida nas suas regradas proporções?

Havia o fastuoso Filippe de Castella, havia o imaginoso Filippe Terzi, de acceitar mesquinhamente os sobejos de uma obra de outrem, para adornarem com elles o monumento com que intentavam lisongear os sentimentos patrioticos dos lisbonenses, e alçar um digno equivalente á obra de Affonso Henriques?

Que uma parte dos materiaes da egreja não concluida se aproveitasse, é admissivel; e d'ahi o engano; mas a parte ornamental, é pelo menos muito suspeitoso.

Em tudo isto anda confusão, e esquecimento.

*

Em conclusão:

Tenho para mim que as cantarias de S. Vicente pertencem a S. Vicente.

CAPITULO XXI

Principia o auctor o exame minucioso do templo actual de S. Vicente.—Aspecto geral da nave.—Correm-se as capellas. —A 1.ª do lado direito.—O altar seguinte.—Capella 2.ª—Nossa Senhora do Pilar.—Devoção da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboya, no seu leito de morte, com a veneranda Imagem.—Frei Leonardo de S. José.—Fallecimento da rainha em 1683.—O medico francez Méry; minucias curiosas de todo desconhecidas.—O paço de Palhavã; esboceto a carvão.—Festas do casamento do duque do Cadaval em 1695.—Os meninos de Palhavã.

Entrando a porta principal, e subindo a nave, encontrâmo-nos n'um composto e grave recinto, cheio de ordem, symetria, e magestade. Tudo pedra das pedreiras de Alcantara[1]; nada de estuques. Essas pedras (note-se isto) ouviram as fuzilarias da victoria do duque d'Alba, a que elle, por fanfarraria de

[1] D. Nic. *Chron. dos con. regr.* P. II, pag. 147.

conquistador, assistiu sentado n'uma cadeira de espaldas.

Desenvolve-se o templo ao correr dos seus 333 palmos de comprido, e 123 de largo no cruzeiro, que respondem a 360 e 150 exteriormente[1].

Encosta-se o visitante ao guarda-vento, e contempla!

*

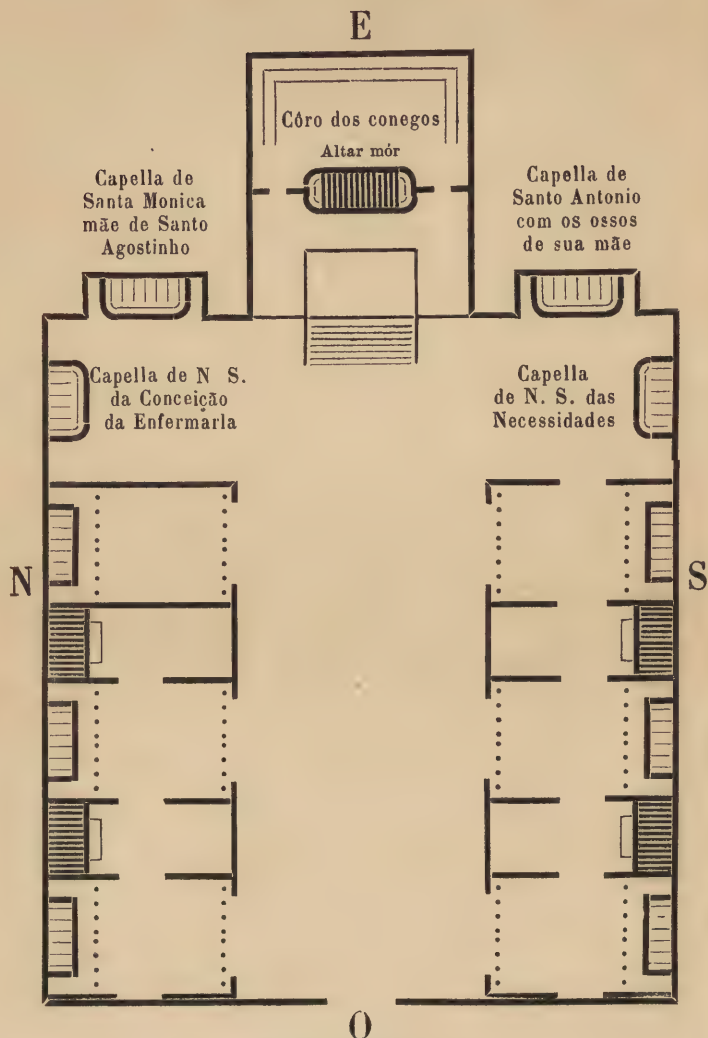
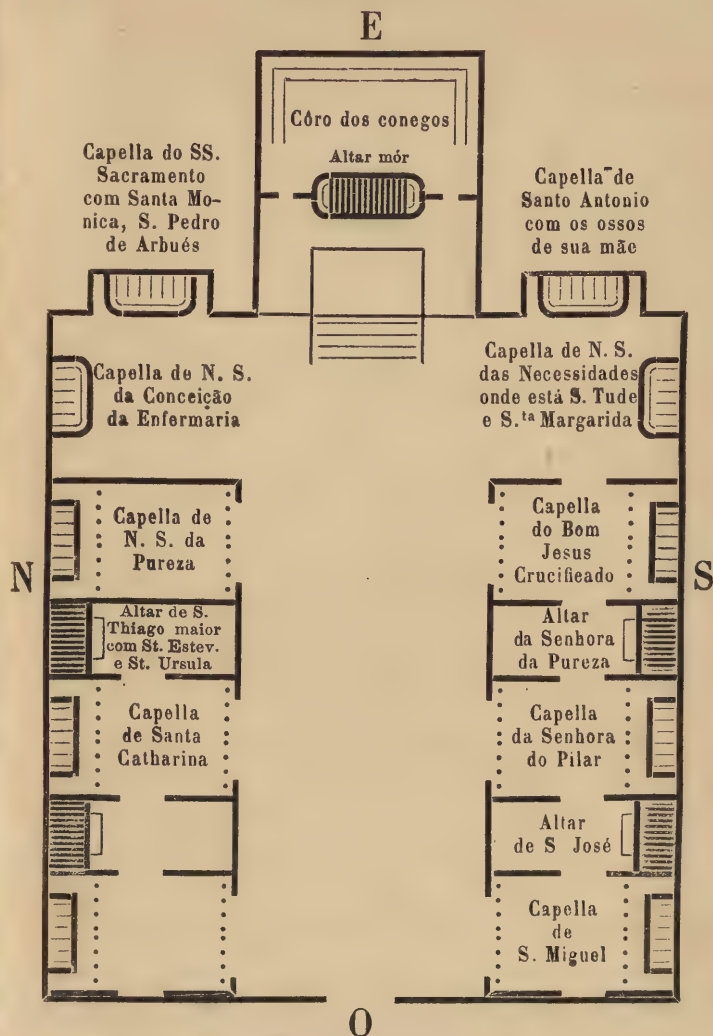
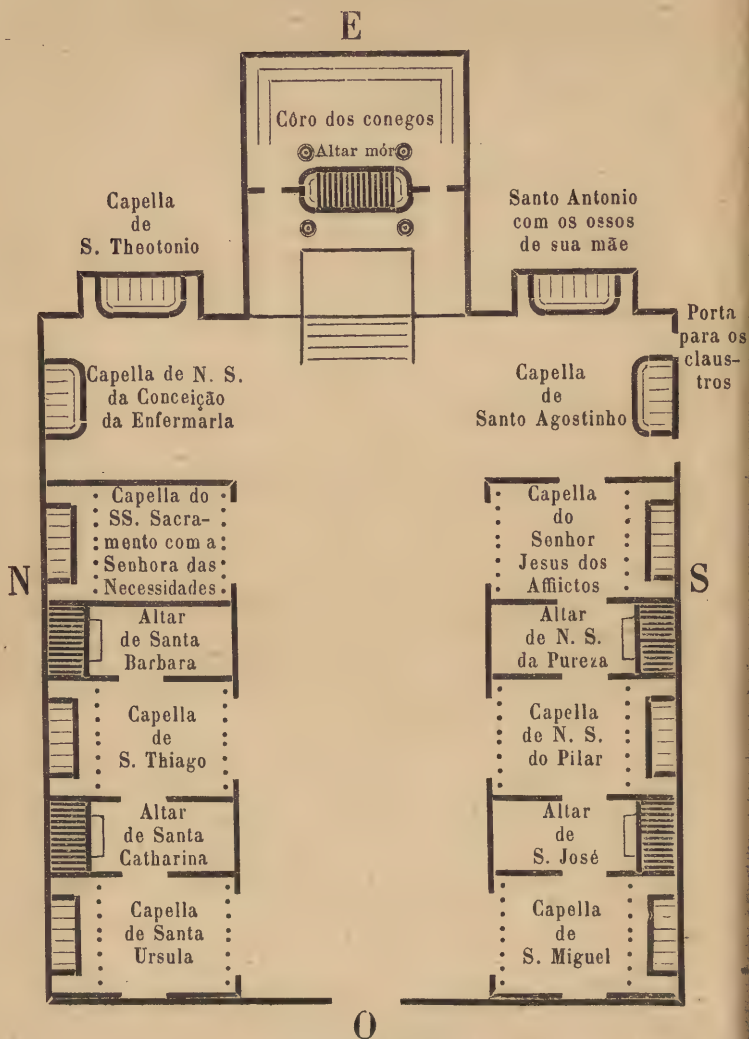
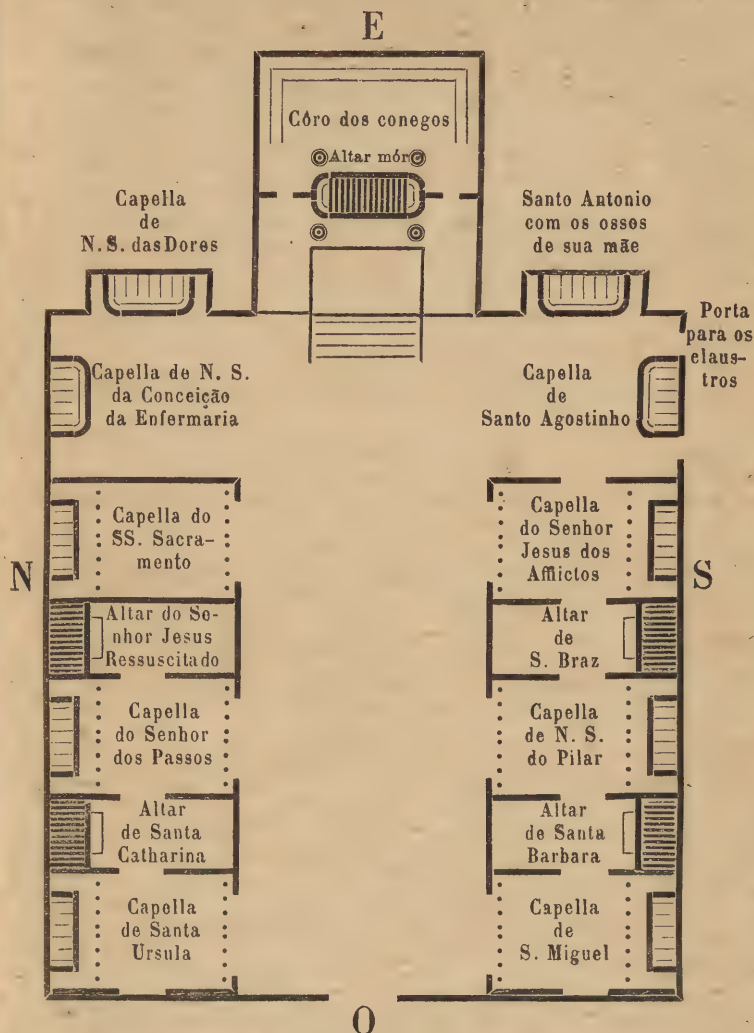
O aspecto geral é desaninhado, mas nobre; anda no ar o que quer que seja de real. O altissimo tecto do corpo da egreja, abaulado em meio circulo, relevado de caixotões de pedras escuras e claras, sem lavores, assenta sobre uma solemne cornija; esta poisa sobre oito pilastras por banda, a duas e duas, que molduram o arco de tres capellas a cada lado. O intervallo das pilastras rompe-se n'uma especie de janella, e deixa vêr mais duas capellinhas no corredor que vae communicando as capellas maiores, e formando umas como estreitas naves lateraes (se assim lhes podemos chamar).

Quanto a mim, partidario da meia luz em tudo, ha demasiada claridade cá na parte inferior do templo. Se houvesse menos, realçava melhor o cruzeiro; assim, brigam os claros, o que é sempre desagradavel. As janellas ovadas da cupola moderna que illumina o cruzeiro perturbam o aspecto da nave, com incommodos guinchos de luz.

[1] D. Nic. *Chron. dos con. regr.* São 222 pés de comprido sobre 80 de largura segundo diz o sr. Travassos. *Breve noticia*, pag. 7.

Ao fundo desenha-se com o seu vulto elegante e emphatico o baldaquino da capella mór.

*

Antes de nos dirigirmos para lá vamos devagarinho correr as capellas uma por uma. São cinco por banda no corpo da egreja, duas em correspondencia aos dois topos do cruzeiro, duas collateraes, e a capella mór; ao todo quinze. Algumas formosissimas. Nos mappas que apresento verá o leitor a distribuição d'essas capellas no tempo de D. Nicolau de Santa Maria em 1668, no de Carvalho da Costa, em 1712, no do padre Mattos, em 1759, e hoje, em 1886.

**Planta approximada
da egreja de S. Vicente de fóra
segundo D. Nicolau de Santa Maria em 1668**

**Planta approximada
da egreja de S. Vicente de fóra
segundo Carvalho da Costa em 1712**

Planta approximada
da egreja de S. Vicente de fóra
segundo o cura F. J. de Mattos em 1759

Planta approximada
da egreja de S. Vicente de fóra no seu estado actual
(1886)

*

A 1.ª capella á direita de quem entra, é a de S. Miguel, como era ao tempo do terremoto, e já no de Carvalho da Costa. Tem n'uma tribuna de madeira a imagem do orago, pessima escultura. Nada mais. Chão de ladrilho.

*

No pequenino intervallo, o altarzinho de Santa Barbara. Nada que notar. No tempo do terremoto e no de Carvalho, era de S. José.

*

A 2.ª capella grande é de Nossa Senhora do Pilar, como era antigamente. Vê-se a pequenina imagem da Virgem sobre a sua columna, ou pilar, resguardada dentro de um arco pequeno, submettido a um entablamento, que se sustenta sobre os ábacos de duas pilastras historiadas, aos dois lados, as quaes seguem até a baixo, e sobre dois pares de columnas muito enfeitadas, que assentam sobre duas estreitas portinhas aos dois flancos do altar. Tudo talha doirada. Aos dois lados da Senhora, dois Anjos no alto de um pequenino throno, que resguarda o pilar pela parte posterior.

No altar e nos embasamentos das pilastras e dos pilares algum bom mosaico florentino. O chão é mosaico tambem.

Nota-se n'esta capella mais alinho, mais apuro ornamental. Ao tempo em que se escrevia (nos primeiros annos do seculo XVIII) a *Historia de Lisboa*[1], era a capella da Senhora do Pilar *a unica* n'esta egreja que se achava *ornada e de todo perfeita.*

Foi sempre da maior veneração para os lisbonenses a imagem, feita á semelhança da celeberrima de Saragoça, e doada a S. Vicente por certo devoto no seculo XVII. Liga-se-lhe, por signal, um facto interessante, que nos vae levar longe. Querem ouvir?

*

Adoeceu da sua ultima doença a rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboya; achava-se em Palhavã, n'aquelle lindo palacio historico do conde das Sarzedas, onde habitaram (de renda) os meninos de Palhavã, palacio que, depois do fallecimento do ultimo conde no seculo XVIII, passou aos marquezes do Louriçal, d'ahi aos morgados do actual sr. conde de Lumiares, que o vendeu ha annos ao sr. conde da Azambuja.

Para essa vivenda tinham levado a rainha, pensando que no delicioso e temperado dos ares d'aquelle desafogado suburbio de Lisboa lhe tornaria a saude, que aos 37 annos, apenas, lhe ia fugindo.

Declinava o anno de 1683; estava-se em dezembro. Se são melancolicas as brumas de dezembro, mais tristes e desconsoladas eram as palavras sybillinas dos cirurgiões do paço. Todos os parentes

[1] Mss. de b. n. de L. a. h. 5. fl. 14. v.

e cortesãos agoiravam mal do desenlace; e el-rei D. Pedro, que era extremoso pela rainha, como sabem sel-o muita vez os corações asperos, chegou a mandar pedir com muita instancia a el-rei de França, Luiz XIV, lhe enviasse um dos melhores cirurgiões da sua polida côrte.

*

Ora n'aquellas incertezas, e entre os longos vaevens da enfermidade, n'aquellas tristes horas, em que nem o espirito nem o corpo acham posição, em que tudo se deseja, e tudo se aborrece, em que os pensamentos são saudades, e as saudades são devaneios pungentissimos, em que o minimo signal de affectuosa complacencia faz rebentar lagrimas . . . apeteceu a moribunda um conforto muito grande!: apegar-se em espirito á Senhora do Pilar, milagrosa Imagem do mosteiro de S. Vicente.

Os caprichos dos doentes queridos são ordens; quanto mais aquelle, que era tão respeitavel! Foi dito e feito. Corre um proprio ao mosteiro a dar parte ao D. Prior dos piedosos desejos da soberana.

Era capellão da veneranda Imagem, desde trinta largos e aproveitados annos, um virtuoso e erudito conego, D. Leonardo de S. José, estricto observante da clausura, e que, desde que entrara, nunca jámais saíra a misturar-se cá fóra com os frivolos interesses da Lisboa profana. Para o velho D. Leonardo o mundo era a sua cella, mais a capellinha da egreja com a sua querida Senhora do Pilar.

*

Ha o que quer que seja de maviosa poesia no afferro amoroso, com que muita vez os mais austeros cenobitas se ligam de corpo e alma a alguma Imagem da Rainha dos Anjos. Parece que se rastreia n'essas affectuosas ligações, ethereas e indefiniveis, um lampejo vago dos amores ideaes dos Anjos. Aquillo é amor, e não é amor; quem logrará explical-o? explical-o é profanal-o; elle de si é incoercivel como a luz, como o sentimento, como o bello, como o vôo fugaz do pensamento. Dedicavam a existencia inteira aquelles severos e asceticos varões ao serviço da Virgem n'uma sua determinada invocação. Queriam ás outras; mas áquella em especial com todos os fervores da paixão de namorados, e todas as purezas seraphicas dos affectos filiaes. Nas trevas da desenganada existencia d'aquelles solitarios, nenhuma ventura profana, nenhuma gloriola mundanal saberia compensar o sorriso de mãe, com que entre luzes e flôres renovadas dia a dia, triumphava na sua machineta doirada o gracioso Simulacro da sempre Virgem. Ás mãos d'elles, ás diligencias d'elles, ás abnegações d'elles, se deviam aquellas galas; e essas ufanias inconscientes traziam-lhes um conforto que era uma delicia!

Pois foi um dos taes dedicados servos da Mãe de Deus, na sua Imagem do Pilar, o nosso erudito e applicadissimo D. Leonardo de S. José. Todo entregue ao serviço e culto da Senhora, o tempo que lhe sobrava empregava-o na cella estudiosa a lêr e

a escrever. Saír, nunca. Era uso antigo n'elle, e não o quebrava.

*

Quebrou-o d'esta vez, desde que ouviu o desejo piedoso da moribunda. Sobre ser uma penitente que implorava, nos transes e terrores das horas ultimas, o auxilio da Senhora do Pilar, era uma Soberana da terra, que invocava a sua Soberana do Ceo. Bastava isso. Arrimou-se ao bordão, e levou com a devida pompa a santa Imagem para o paço temporario e tristissimo de Palhavã[1].

*

Não quiz Deus que a intercessão de sua Mãe Divina operasse d'esta vez o milagre. Altos juizos! estava fixada a hora da agonisante.

Na estrada de Palhavã só se viam coches e cavalleiros; era a côrte, que ia informar-se. Já os physicos tinham proferido as lugubres sentenças; aguardava-se o desfecho para cada hora.

Aquelle lindo palacio, apezar do seu ar prasenteiro de *villa* italiana, dos seus curocheos, da sua varanda em columnata, das suas escadarias, dos seus medalhões de marmore de Carrara, e dos seus frondosos jardins, parecia um tumulo a branquejar.

Na segunda sala os porteiros da canna, graves e

[1] Noticias colhidas em Barbosa Machado, *Bibl. Lusit.* Tom. III, pag. 6.

preoccupados, recebiam com informações lugubres as pessoas que iam inscrever-se.

Lá dentro, na opulenta camara da moribunda, onde velavam ante os oratorios muitos cirios de promessas, e onde as camareiras prestavam carinhosas á enferma os ultimos serviços, avultava em grande anciedade a figura severa d'el-rei D. Pedro, com o seu rosto peninsular pallido bilioso, os seus olhos pretos, a sua estatura soberana, como alquebrada de tristeza; e ora se via de joelhos junto do leito cortinado de brocado de oiro, afagando a fronte pallida da rainha, que ainda forcejava sorrir-lhe, ora beijando-lhe commovido e muito de mansinho a mão branca e descarnada, ora passeando agitado, ora trocando em baixa voz palavras amargas com algum dos circumstantes.

....

Por fim, confortada e apercebida de todos os soccorros espirituaes, disse a rainha o seu ultimo adeus ao mundo. O dia 27 de dezembro de 1683 ficou marcando em negro a viuvez d'el-rei D. Pedro.

*

Fallei, pouco ha, no medico francez chamado a toda a pressa, pormenor que nem todos sabem. Encontrei-o n'um escripto de Fontenelle. *Tout est en tout* dizia o sagaz Jacotot; e é certo. Fui na historia litteraria franceza topar materiaes para a *Lisboa antiga!*

Tendo chegado a Pariz as cartas instantissimas do rei de Portugal a Luiz XIV, ordenou este ao seu mi-

nistro o marquez de Louvois desse prompto despacho ao pedido do portuguez; e Louvois escolheu o sabio Jean Méry, medico ainda novo, mas illustrado e sabedor como pouquissimos, a ponto de merecer por sua morte o rasgado *Elogio* academico de um Fontenelle; nada menos.

Partiu Méry pela posta a bom correr; mas quando chegou a Lisboa, já a rainha tinha fallecido[1].

*

Doze annos andados (era por signal a 25 de maio de 1695), os viandantes que transitassem por Palhavã veriam a estrada toda coalhada de coches, qual a qual mais rico e elegante. Sabe o leitor o que era? (o mundo é assim: n'um dia o enterro, no outro dia o baptisado ou o casamento). Tinham casado dois grandes: o segundo duque do Cadaval D.

[1] Como acima disse, falleceu a 27 de dezembro de 1683; logo, ha um lapso de penna em Fontenelle, quando diz que Méry foi chamado a Portugal em 1684, *l'année suivante;* foi sim no correr da segunda quinzena de dezembro de 83. Eis as palavras de Fontenelle:

«*L'année suivante le Roi de Portugal ayant demandé au feu Roi un chirurgien capable de donner du secours à la Reine sa Femme qui etoit à l'extrémité, M. de Louvois y envoya M. Méry en poste; mais la Reine mourut avant son arrivée.*

«*Il n'y eut à Lisbonne aucun malade qui ne voulut le consulter, quelque peu digne qu'il en fût par son mal, ou au contraire quelque désespéré qu'il fût. On lui fit les offres les plus avantageuses pour l'arrêter en Portugal; on en fit autant en Espagne à son passage; mais rien ne put vaincre l'amour de la Patrie.*»

Luiz Ambrosio de Mello com a senhora D. Luiza, filha legitimada d'el-rei D. Pedro II; e essa affluencia de coches e cavalleiros era o cortejo dos noivos para o seu palacio, que ficava justamente na bifurcação das estradas que de Palhavã seguem, a da esquerda para Bemfica, a da direita para as Larangeiras e Pinheiro[1].

Ainda ahi conheci ha quinze annos, ou menos talvez, uma ruina nobre, armorejada; casarão velho com tres frentes, hoje reconstruido e coberto de vistosos azulejos.

*

Ha dois ou tres annos, dançando eu n'um dos agradaveis bailes de Palhavã, e vendo a alegria d'aquelles salões, lembrava-me d'estas scenas todas; e via depois os quadros, admiravelmente traçados pelo meu mestre o sr. Vilhena Barbosa, das desavenças dos meninos de Palhavã com o marquez de Pombal; e em summa: de cada canto me surgia alguma antiga recordação, como os palacios velhos as conteem, e as sabem repetir!...

Por occasião do terremoto viu Palhavã a maneira generosa e bizarra, com que os tres alludidos senhores, D. Antonio, D. José, e D. Gaspar, acolheram nos jardins e bosques do palacio mais de mil prófugos sem pão e sem lar, soccorridos por largos

[1] Menciona-se este casamento na *Hist. gen.* Tom. VIII, pag. 467, e nas *Mem. dos duques* por J. C. Feo e Visconde de S. de Baêna, pag. 53.

mezes, e até vestidos á custa dos caridosos principes[1].

*

Basta porém. Isto foi uma especie de fugida a proposito das devoções da Senhora do Pilar. Tornemo-nos á sua capella, que andavamos estudando, e prosigâmos.

[1] Moreira de Mendonça. *Hist. dos terrem.* pag. 124. Da quinta de Palhavã trata o *Arch. Pitt.* Tom. VI, pag. 81.

CAPITULO XXII

Altar em seguimento á capella do Pilar.—3.ª capella: o Senhor Jesus dos Afflictos.—Passa o auctor ao lado esquerdo do corpo da egreja.—1.ª capella: Santa Ursula.—Altar que se lhe segue.—2.ª capella: o Senhor dos Passos.—Altar que se lhe segue.—3.ª capella: o Santissimo Sacramento.—Passa-se ao cruzeiro.—A cupola.—Capella de Santo Agostinho.—Capella de Santo Antonio, com os ossos da mãe do Thaumaturgo portuguez.—A capella mór; sua analyse minuciosa.—Capella da Senhora das Dores.—Capella da Senhora da Conceição da Enfermaria.

No intervallo depois da capella grande do Pilar, temos o altarzinho de S. Braz, todo cheio sempre de promessas. A imagem não é má; o Santo, vestido de bispo, parece estar abençoando. No tempo do terremoto, e no de Carvalho da Costa, era este altar de Nossa Senhora da Pureza.

*

Segue-se a 3.ª capella, que é do Senhor Jesus dos Afflictos, como sempre foi. Vê-se o Crucifixo no seu

altar coberto de talha doirada e pinturas a branco. Debaixo do mesmo arco onde se resguarda o Crucifixo temos aos dois lados d'este a Senhora das Dores e S. João Evangelista. Por baixo d'esse arco maior, abrem-se mesmo sobre o altar tres arcos pequenos, contendo: ao meio a Senhora da Pureza, com o Menino ao collo; do lado direito d'essa imagem S. Tude, bispo; do lado esquerdo S. Francisco d'Assis. Esse S. Tude (ou Antidio) é o mesmo que a tradição diz ter servido ás devoções da armada dos cruzados; imagem grosseira, austera, antiquada.

*

Antes de estudarmos o cruzeiro, corramos agora as capellas do corpo da egreja, do largo esquerdo, a começar de baixo.

*

A 1.ª capella, que em 1712, no tempo do padre Carvalho, estava por ornar, era ao tempo do terremoto dedicada a Santa Ursula, como ainda hoje. O altar é de estylo vulgarissimo, com alguns doirados.

*

No intervallosinho está o altar de Santa Catharina, que tambem em 1712 não tinha habitante, e já tinha essa mesma Santa em 1755.

*

A 2.ª capella era antigamente de Santa Catharina ao tempo de Carvalho, de S. Thiago em 1755; hoje é do Senhor dos Passos, cuja imagem se venera n'um pobre altar pintado de verdes e roxos impossiveis.

*

No intervallosinho está hoje o Senhor Jesus Resuscitado; no tempo de Carvalho estava S. Thiago; e no do terremoto Santa Barbara.

*

A 3.ª capella emfim, que em 1712 era de Nossa Senhora da Pureza, era já ao tempo do terremoto, como hoje é, dedicada ao Santissimo Sacramento, tendo então na tribuna a imagem de Nossa Senhora das Necessidades, hoje substituida pela Senhora da Paz.

Esta capella é muito mais alinhada que as outras: alcatifada, gradeada elegantemente sobre o corpo da egreja, e adornada de quadros, ambos mal tratados e sem moldura. O da esquerda do espectador representa a Assumpção de Maria; o da direita, que mal se gosa, pela falta de collocação appropriada, não o soube decifrar sem binoculo. Eis o que pude perceber depois de um trabalho insano:

Um Anjo, vestido de branco, de azas desfraldadas,

sentado n'uma nuvem. Em baixo tres figuras: á direita um homem, descalço, em pé, com um bordão de peregrino, e como que dirigindo-se n'um extase ao Anjo. Á esquerda dois ajoelhados; um velho, que julgo ser S. Vicente, e um moço, que julgo ser S. Sebastião. Este, talvez em nome dos dois, offerece ao Anjo umas settas e uma palma.

Bellissimo quadro, de grande cunho, segundo me pareceu: mas ás escuras... todos os gatos e todos os quadros são pardos; não é assim?

*

Entremos agora no cruzeiro; magestosa peça! e muito mais o seria, se tivesse maior extensão nos braços da cruz.

É ladrilhado. Allumia-o do alto, com luz a jorros, a claraboia que modernamente se lhe poz, em vez do grande zimborio caido em 1755, e que media 130 palmos de elevação[1]. Limita o cruzeiro em volta a solemne affirmação vertical de seis pilastras lateraes identicas ás do corpo do templo, e identicas ás seis outras que se enfileiram a cada canto da capella mór. Ao todo, no cruzeiro e na capella mór, vinte e quatro.

Sobre as capellas collateraes, e defronte d'ellas, muito elevados, e na altura do terço superior das pilastras, ha quatro pobres quadros de moldura ellyptica; representam: S. Sergio I, S. Gelasio I, S. Leão I, e S. Leão III, todos papas. Horriveis pinturas.

[1] D. Nicolau de Santa Maria. *Chron.* P. II, pag. 148.

*

Comecemos agora o nosso exame pelo lado direito do cruzeiro.

*

Temos ao topo a capella de Santo Agostinho, o grande doutor da Egreja, a cujo nome se aggremiaram os conegos regrantes, antigos donos da casa. Lá está elle no arco do seu altar, tendo em baixo S. Thomé e S. Thiago; e aos dois lados do altar, em nichos, S. Caetano e uma Santa cujo nome não sei.

*

A esta capella segue a collateral do lado da Epistola. É dedicada ao nosso portuguez Santo Antonio. Tem uma pobre imagem d'elle, mas em compensação ali se admira um precioso quadro muito antigo, representando a Virgem com o Menino ao collo. É encantador.

Embuçada até ao meio da testa (como as antigas senhoras lisboetas com a mantilha) no seu manto azul orlado de fio de oiro, sustenta a Virgem ao Menino no braço esquerdo. Elle segura com a mão esquerda um livro, e com a direita abençôa, parecendo sair da benção divina do Filho de Deus a estrella das alvoradas eternas; *stella matutina*. Com effeito ha uma estrella branca, entre um nimbo suave, que se projecta sobre o azul do manto no hombro da

Senhora. Esta vê-se até pouco a baixo da cintura. Porte de distincção realenga; rosto finissimo, e extremamente bondoso.

Já fallei d'esta capella, lá atraz, incidentemente, a proposito dos ossos do cavalleiro Henrique[1]. Direi agora que na parede d'esta mesma capella, do lado da Epistola, se lê n'uma pedra isto:

AQVÈSTAO OS OSSOSDAMAI ĐS·ANTONIO

Palavras, que na sua modestia e sobriedade lapidar estão dizendo muitissimo! Quem pode lêl-as sem commoção? o sepulchro da mãe no altar do filho! Talvez nenhuma outra mãe portugueza possa ufanar-se de uma gloria assim, como aquella bondosa e obscura mulher.

Tareja Taveira se chamava ella. Fôra sepultada com seu marido em S. Vicente, mas perdera-se das memorias o sitio da campa. Descobriram-n'a uma vez os conegos regrantes; soube-se o caso; escreveu então a camara de Lisboa a el-rei D. João III em 14 de julho de 1525, pedindo-lhe determinasse ao cardeal arcebispo de Lisboa, infante D. Affonso, desse ordem para os padres collocarem mais dignamente aquelles ossos veneraveis. Mandou el-rei de Thomar onde se achava, em 25 do mesmo mez, que o infor-

[1] Cap. XIV, pag. 151.

massem com certeza, do modo como se tinha chegado a saber serem aquelles os apreciaveis restos do pae e da mãe de Santo Antonio[1].

Até ahi tudo consta do cartorio da camara; o que seguiu não sei; mas vejo que se fez a lapide, e isso era o essencial para conservar quanto possivel aquelle padrão de piedade.

*

Passemos agora á capella mór, para a qual (diz D. Nicolau no seculo XVII, e o anonymo auctor da *Historia de Lisboa* nos primeiros annos do seculo XVIII) se subiam sete degraus. Hoje são tres apenas.

É um vasto recinto assoalhado de mosaiso de madeira escura e clara *(parquet)*. A cada lado duas ordens de bancos, como côro de frades, sobre tres degraus que giram em volta; e a cada um d'esses lados uma tribuna de madeira, demasiadamente mesquinha, para a familia real. Foram ambas repintadas no tempo d'el-rei D. Pedro V, cujo monogramma D. P. Q., se vê na da esquerda, e D. P. na da direita.

O altar mór, resguardado sob um elegante baldaquino, desenho do notavel Francisco Vanegas, castelhano, e execução feita sob os olhos do grande Machado de Castro[2], separa esta capella mór do vasto

[1] *Cart. da c. m. de Lisboa.* Livro I de provimentos de saude, fl. 101 v.

[2] Cyrillo. *Memorias*, pag. 267.

côro dos conegos regrantes que lhe fica por traz, e que fórma a cabeceira da cruz.

Em quatro columnas se ergue lá no alto o baldaquino. Junto ao pedestal de cada uma estão duas estatuas: ao todo oito, de madeira pintada de branco, e esplendidamente bellas! Da esquerda de quem olha, S. Vicente, Santa Monica, seu filho Santo Agostinho, e S. José; da direita S. Sebastião, S. Fructuoso, S. Theotonio, e a Virgem Maria. Note-se porém uma circumstancia: de fóra não se vêem todas essas colossaes figuras; é preciso penetrar por qualquer das duas portinhas aos lados do altar, e collocar-se atraz, no côro; por fórma que ao espectador apparecem então, lá no avesso do altar mór, as duas imagens isoladas de S. José á direita, e da Virgem á esquerda, atraz das columnas posteriores do mesmo baldaquino.

Poucas estatuas se encontram em Lisboa tão formosas como estas; verdadeiros enlevos, que me não canço de examinar sempre que posso.

Diz-me Volkmar Machado que foi auctor do S. Vicente e do S. Sebastião o bom esculptor portuense Manuel Vieira, que antes de 1755 se estabelecera em Lisboa[1].

Esquecia-me referir que sobre as duas portinhas que mencionei avultam duas notaveis estatuas de Anjos, pelo mesmo auctor; o Anjo da banda do Evangelho segura, como que mostrando-as ao povo, a corôa e palmas de S. Vicente; o da banda da Epistola as settas de S. Sebastião.

[1] *Memorias*, pag. 259. e 267.

O côro é vasto, orlado de duas renques de logares corridos para os conegos. No principio do seculo XVIII eram doze a cada lado [1]. Agora, não sei desde quando, são (contados por mim) vinte e seis em baixo, quarenta em cima; ao todo sessenta e seis; cathedras de pau santo lavrado, tendo doiradas, nos relevos dos espaldares, as palmas de S. Vicente. (Em 1552, ao tempo da *Estatistica* manuscripta da bibliotheca, eram sessenta os frades de S. Vicente, com dez servidores).

Ao fundo, na cabeceira de todo o templo, um immenso orgão, que se vê atravez das ornamentações do baldaquino, e que passa por ser dos melhores da capital, como que sustido por tres Anjos, e sobrepojado de varios. A cada lado do orgão duas janellas, uma por cima da outra; vidraça vil e pobre, que faz um incommodo insupportavel á vista e ao espirito. É um plebeismo artistico encravado nas magnificencias do conjuncto.

As duas paredes lateraes do côro enfeitam-se a grande altura com duas janellas de varanda doirada para o interior do mosteiro, e mais com dez quadros representando passagens da vida de S. Vicente, S. Sebastião, S. Theotonio, e Santo Agostinho, todos do pincel de Francisco José [2].

N'esta capella mór se achavam sepultados, segundo Carvalho da Costa, os reis D. João IV, e D. Pedro II da banda do Evangelho; do lado fronteiro a rainha D. Maria Sofia Izabel de Neubourg, e mais

[1] *Hist. de Lisboa*, citada, fl. 14.
[2] Cyrillo. *Memorias*, pag. 127.

dois infantes[1]. Referindo-se o anonymo mas compendioso auctor da manuscripta *Historia de Lisboa*[2] ao tumulo d'el-rei D. João, chama-lhe *nobilissimo tumulo*, e conta que ao seu lado se via a urna com o coração do dedicado amigo do rei, o marquez de Marialva.

Sigamos. O tempo urge.

*

A capella collateral do cruzeiro do lado do Evangelho era dedicada, no tempo de D. Nicolau de Santa Maria, a Santa Monica mãe de Santo Agostinho; no de Carvalho ao Sacramento, tendo mais as imagens de Santa Monica e S. Pedro de Arbués, primeiro inquisidor do reino de Aragão; em 1755 a S. Theotonio. Hoje pertence a Nossa Senhora das Dores.

Além da imagem, que não tem o minimo valor artistico, ha n'um medalhão no alto do altar um quadro lindissimo, representando o casamento mystico de Santa Catherina de Alexandria.

Vê-se a Virgem Maria sentada, meio virada para a esquerda do espectador. Tunica rosada; manto azul; cabello loiro; olhos modestamente baixos. Nos joelhos sustenta o Menino Jesus, nusinho, apenas vestido de um sendal branco.

Á esquerda do espectador está Santa Catherina, offerecendo a mão direita ao Menino, que lh'a toma, e lhe enfia no dedo um anel. Adiante da Santa, na

[1] *Chorogr.* III, 365.
[2] Fl. 13

parte inferior do quadro, despontam os dentes anavalhados da roda symbolica do seu supplicio. O trajo da Martyr é este: mangas justas verde escuro; tunica de sobremangas muito curtas côr de rosa pallida; manto amarellado. Sobre o hombro esquerdo d'ella descança com affecto a mão direita da Virgem, ficando pois ligadas assim as tres figuras no mesmo pensamento harmonico.

A expressão da Soberana dos Anjos é de uma doçura immensa, de uma arrebatadora melancolia. O Menino, com um ar engraçadissimo de attenção infantil, impende todo á sua obra. A Santa vê-se palpitar n'uma anciedade amorosa, n'um rapto divinal, que se lhe está denunciando no olhar meio velado, e no rubor pudibundo da face. Tem brincos de oiro, corôa de oiro sobre a farta coma loira ennastrada de fita vermelha, e toda a apparencia de um ente superior ao vulgo.

A figura da Virgem, que é a mais alta, pois que Santa Catherina lhe ajoelha aos pés, apenas se vê até ao joelho, pouco abaixo. A linha esthetica primaria parte da cabeça de Maria, desce ao hombro de Jesus, á mão esquerda da Maria á perna direita de Jesus, e resolve-se á esquerda, no claro do manto de Catherina. A linha secundaria sae da cabeça da Virgem, serpenteia pela do Menino, e passa á da Santa, e ao seu hombro direito.

Pelo artificio da composição, é a figura de Santa Catherina a que avulta primeiro, porque a vem tornar dominante a linha vertical da hombreira de uma janella aberta ao fundo, e por onde se vê o claro grisalho do firmamento. Essa linha intencional cae

sobre a cabeça da Santa, e o quadrado da imcompleta janella corta o escuro do fundo, e dá variedade. As linhas todas convergem pyramidando, e enlaçando na mesma intenção os tres personagens.

Bellisssimo quadro! Examinando-o, como o examinei com um binoculo, vi que o seu estado de conservação é mau. Quem me dera que permitissem a algum devoto a honra de o mandar restaurar!

*

A capella do topo do braço do cruzeiro do lado do Evangelho correspondente á de Santo Agostinho, é, e sempre foi, a da illustre e venerada Senhora da Conceição denominada *da enfermaria*. Diz a piedosa tradição ter pertencido ás devoções do exercito cercador, e acompanhado el-rei Affonso nas suas pelejas. Lendas respeitaveis! Como eu as amo! Esplendida peça esta capella, toda de mosaicos; estes acham-se exactamente imitados na pintura a oleo da capella de Santo Agostinho, que fica defronte, e toda é de madeira. Note-se uma coisa: lá no alto do tabernáculo onde fica a Senhora da Conceição, ve-se n'um quadrado o monogramma, com corôa real, d'el-rei D. João v, que está pois a revelar o autor ou reformador d'esta capella historica.

No logar principal, dentro n'um arco, levanta-se a garrida e alegre imagem da Senhora. Aos dois lados da capella, Sant'Anna e S. Joaquim, estatuetas creio que de pau pintado de branco. Por baixo d'essas duas S. José e S. João Baptista.

Observei n'este altar um magnifico bordado a se-

da, tão primoroso que mais parece uma *gouache*, representando a Annunciacão, copia de algum quadro de auctor; está ricamente emmoldurado. Não o pude vêr de perto, e ignoro-lhe a autora; pareceu-me este bordado uma obra prima.

É de pedra de Ançã a imagem da Senhora da Enfermaria; tinham-n'a, conjunctamente com a de S. Tude, pelas duas mais milagrosas do mosteiro. Até n'isso ha aristocracias!

*

E terminei, tendo examinado as capellas todas do templo.

Affirmo ao leitor que, se não conhece a magestosa reconstrucção filippina, não tem de enfadal-o uma visita demorada a esta sympathica via-sacra; e os que a sabem de cór deliciam-se com taes recordações. Por isso não me arrependo das minucias.

Ament meminisse......

CAPITULO XXII

Tres parochias se acham hoje incorporadas no templo S. Vicente: S. Vicente, S. Thomé, e o Salvador.—Rapido exame da demolida egreja de S. Thomé.—Rendimentos do velho mosteiro de S. Vicente.—Computações estatisticas da antiga parochia.—Sobe o auctor ás torres, e examina o que d'ahi se gosa.—Meditação.

Acham-se hoje reunidas na magestosa egreja historica de S. Vicente tres freguezias: a d'este Santo, a de S. Thomé, e a do Salvador.

*

O registo mais antigo de baptismo que se encontra no cartorio, relativo á antiga parochia de S. Vicente, é este:

1583

Aos 2 de Jan.^{ro} de 83 eu Valentim frz que ora siruo de cura n'esta freig.^{a} do mostr.^{o} de Sn. V.^{te} de fora Ba-

ptizey a Barbora filha de Antonio Glz. e de sua molher Breatiz Iorge forão padrinhos Jheronimo Vaz o q tudo passa na verdade era ut s.

Valentim frz.

*

O registo mais antigo de casamento é este:

1583

Aos 9 de Jan.^ro de 83 annos eu Valentim frz que ora siruo de cura na freig.^a do mostr.^o de S. V.^te de fora per mandado do m.^to R.^do p.^e prior Dom Hilarião recebi á porta desta Igreia a pero gomez com suzana vieira sẽdo prim.^ro feitas as denũciacões conforme a cõcil. trid. Forão tt^as Ioão esteues Ant.^o a.^o Andre frz Francisco Ribeiro g.^o a.^o e por passar na verdade asinei aqui era ut supra.

Valentim frz.

*

O registo mais antigo de obito é este:

1582

Aos 20 de outubro de 82 faleceo Ioão frz cortador fez testamẽto.

Valentim frz.

*

O registo mais antigo de baptismo que se encontra no cartorio, relativo á parochia de S. Thomé, é este:

1605

Bautisei M.ª f.ª de Ant.º glz pitta e de sua molher dona Ant.ª de madureira padrinho Gp.^{ar} maldonado oie 23 de abril de 605.

*

O registo mais antigo de obito é este:

1605

Faleceo abintestado g.º frz. homẽ pobre e velho q̃ morava em casa de Duarte da costa a 29 dabril de 605.

Da parochia de S. Thomé, conversemos uns minutos ao menos.

*

Ficava a matriz n'um largo de desegualissimo nivel, no começo occidental da actual rua do infante D. Henrique (antiga rua de S. Thomé), defronte da portaria do carro do mosteiro das freiras do Salva-

dor, portaria destruida em janeiro d'este anno de 86, para alargamento da rua das Escolas Geraes.

Era um templo antigo; já existia no seculo XIV, e creio que no antecedente. Chamava-lhe o povo S. Thomé do Penedo, por assentar sobre penedia bronca. Ligavam-se a esta parochial memorias respeitaveis.

Em 1755, ao tempo em que a freguezia contava 250 fogos, como diz o *Portugal sacro-profano*, poupou aquellas vetustas paredes o terremoto grande. Porém na furia demolidora que seguiu as refórmas de 1834, chegou o anathema a S. Thomé. Em outubro de 1837 vejo a camara arrematando, a quem a quizesse, a demolição da dita egreja[1].

Logo veremos isso. Demos primeiro uma vista de olhos ao edificio.

*

Depois de ter pertencido á architectura ogival, parece ter sido este templo reformado, adornado de cantaria lisa, só nos vãos, e forrado de azulejo. As duas capellas que ficavam aos lados do arco da mór tinham seus arcos de pedra lisa; e o d'aquella tambem era liso, com bases eguaes ás dos dois visinhos, mas com a imposta moldurada. A porta do baptisterio, as janellas pequenas, e algumas grandes do corpo da egreja, as da capella mór e as suas portas, tambem tinham pedraria lisa, que José Valentim julgava ter pertencido a uma reedificação total, pois

[1] *Syn. dos princ. act. adm.* etc. em 1837, pap. 27.

não encontrou objecto algum que parecesse aproveitado da obra anterior.

Tinha S. Thomé tres capellas por banda, duas collateraes, e a mór; porta principal ao poente, do lado da rua das portas do Sol, porta travessa ao sul, do lado da portaria do Salvador.

Á mão esquerda de quem entrava, estava a pia baptismal. Passado o canto, na parede para o lado do castello, via-se primeiro a capella de S. Sebastião, com a imagem d'este Santo, e a de S. Vicente;

depois a capella do Senhor Jesus do Penedo, servindo de Sacrario da Eucharistia;

depois a de Santo Antonio, com S. Francisco de Sales;

a collateral do lado do Evangelho, dedicada a Nossa Senhora da Conceição;

a capella mór, com S. Thomé e a Senhora da Paz;

a collateral do lado da Epistola, dedicada ao Menino Deus;

a de S. Miguel;

a da Senhora da Soledade; e emfim

a da Senhora do Amparo, logo antes da porta travessa que dava para a banda do mosteiro do Salvador.

A frontaria, voltada ao poente, era singela e sem caracter: porta ao meio com attica; por cima d'ella tres janellas em desegual altura, dando para o côro; a central sobrepojada de attica, com luneta em cima; a empena ponteaguda coroada de Cruz; á porta dois degraus, com dois marcos de pedra singelissimos.

Actuaes escadinhas de S. Thomé

E

Capella mór com a Senhora da Paz e S. Thomé

Capella de N. S. da Conceição

Capella do Menino Deus

Capella de Santo Antonio com S. Francisco de Salles

Capella de S. Miguel

Capella do SS. Sacramento com o Senhor Jesus do Penedo

Capella de Nossa Senhora da Soledade

Capella com S. Sebastião e S. Vicente

Capella de Nossa Senhora do Amparo

Pia baptismal

N

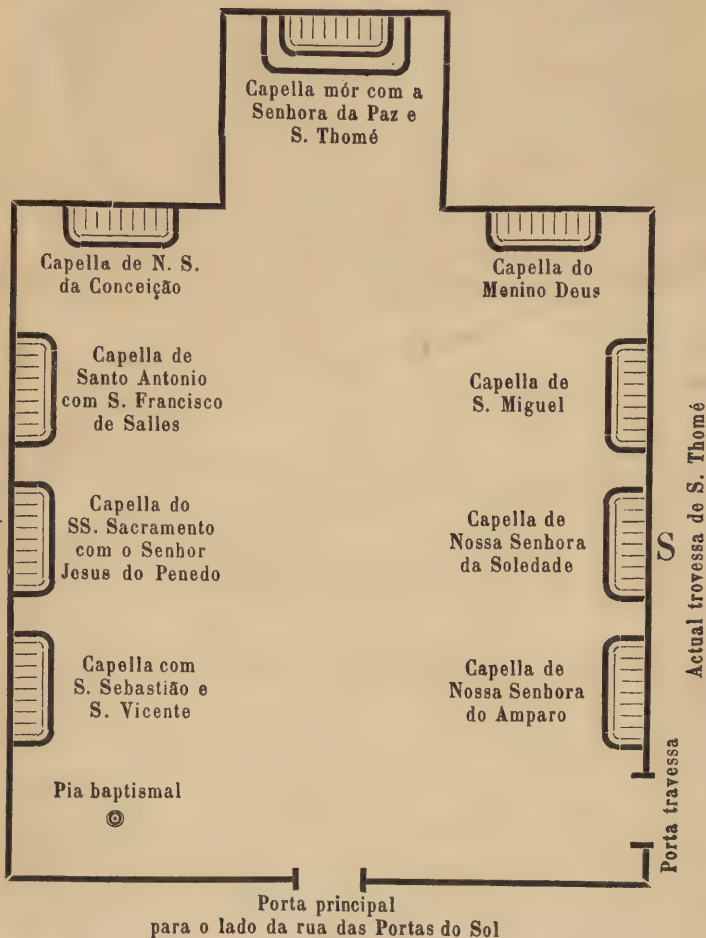
Actual rua do Infante D. Henrique (antiga rua direita de S. Thomé)

S

Actual travessa de S. Thomé

Porta travessa

Porta principal para o lado da rua das Portas do Sol

O

Planta approximada da egreja parochial de S. Thomé ao tempo da sua demolição segundo apontamentos e planos manuscriptos deixados por José Valentim de Freitas

Conjecturava José Valentim, segundo li nos seus apontamentos autographos, que tivesse havido, depois da construcção referida, o plano de augmentar a egreja de S. Thomé, plano começado a executar, segundo parecia, mas não concluido. Os arcos das seis capellas do corpo do templo eram de mosaico sobre liós pardo, e os da capella do Menino Deus o eram egualmente sobre marmore vermelho. Estes mosaicos melhores, quiz compral-os não sei que inglez apreciador. O arco da capella mór ficou o mesmo que estava, mas pintaram-n'o a fingir mosaico, ao passo que toda a mais pedraria se não pintou, mas se recobriu de madeira, assim como grande extensão das paredes, cobertas de talha e paineis.

O côro era obra mais moderna, assim como a pintura dos tectos.

*

Começaram em 2 de abril de 1839 as obras da demolição, por um partido de homens da limpeza; e dentro em pouco tempo alastrava-se um terreiro semsaborissimo no sitio da vetusta e interessante parochial.

Antes d'essa data, e tambem por conta do municipio, tinham ido tirar o degrau de pedra da teia, as campas das sepulturas da capella mór, e a madeira das sepulturas do corpo da egreja.

A egreja, viu-a José Valentim n'essa occasião, com as paredes em tosco, apenas com alguns sarrafos onde d'antes tinha pregada a talha, e por baixo forro de azulejos pintados de ornato.

Esse largo a que me referi pouco acima, primeiro chamado de S. Thomé, hoje encorporado na denominação da rua do infante D. Henrique, é aquelle taboleiro alto, gradeado, adiante da rua das Portas do Sol, a cavalleiro da travessa actual de S. Thomé, e em frente mesmo do beco do Funil.

Conservou o bom José Valentim, o incançavel e obscuro operario, que merecia um monumento, muitos desenhos varios do templo velho, que se encontram archivados no cartorio da real associação dos archeologos. A esses desenhos e apontamentos me reporto, e d'elles extrahi o que ahi deixo[1].

No museu do Carmo, sob os numeros 619 a 626 do catalogo, se guardam azulejos do templo de S. Thomé.

Por agora temos bastante.

*

Ainda accrescentarei porém mais isto:

Ficava na freguezia de S. Thomé a habitação do ministro Miguel de Vasconcellos no seculo XVII, antes de habitar no seu *armario* do paço da Ribeira. Não sei onde era a casa; encontro essa noticia fugitiva nas *Memorias dos duques* por João Carlos Feo e o visconde de Sanches de Baêna[2]. Fallando de um

[1] Tudo quanto vem desde o paragrapho da pag. 241, que principia *Depois de ter pertencido á architectura ogival* (ou quasi tudo) foi por mim extractado dos apontamentos do fallecido e respeitavel velho.

[2] Pag. 723.

sujeito, diz o auctor que *jaz na freguezia de S. Thomé, em que falleceu... nas casas que foram de Miguel de Vasconcellos.*

*

A freguezia do Salvador, essa ha-de reclamar o seu logar no proximo volume. Apressemo-nos em concluir com S. Vicente.

*

Possuia o convento de S. Vicente 30 mil cruzados de renda, com que (diz Carvalho na *Chorographia*) se sustentavam cincoenta religiosos; mas como as obras na casa eram muitas, e continuas, corria para ellas bom quinhão dos rendimentos, além de 3000 cruzados annuaes que dava el-rei[1].

Em 1712, no tempo d'esse auctor, contava a parochia de S. Vicente 400 fogos, e 1500 pessoas.

Em 1757, segundo o *Portugal sacro-profano* de Luiz Cardoso, contava 552 fogos.

Em 1878, segundo o ultimo censo, 1478 fogos, com 5586 habitantes; homens 2861; mulheres 2725.

*

Deixando essas seccas monumentaes, subamos por desfastio aos magnificos terraços de S. Vicente.

[1] *Chorogr.* T. III, pag. 365.

*

Estive lá uma vez. Era domingo; fazia um tempo excepcional! Tinha acabado a Missa, e eu andava a scismar pelos claustros, a copiar datas, e a evocar a sombra de Affonso Henriques. Perdoe-me o meu amigo dr. Marcellino Craveiro; d'esta massa é que se fazem os seus clientes mais apuradinhos.

Ia a sair, quando vi aberta uma porta, defronte da actual capella da portaria; dava para uma escada larga; entrei; subi á ventura; subi; subi; achei-me lá no alto junto ás torres. Magnifica vista! o Tejo admiravelmente limpido; a Outra Banda, vaporosa como os longes dos quadros de Christino; e para os lados do poente um alcantilado fragmento, que eu nunca vira, da Lisboa velha, a descer enladeirado até lá a baixo, com as suas grimpas rompendo aqui, além, sob a grande claraboia azul: Santo Estevam, Santa Luzia, S. Miguel; um bom trecho do *bairro dos escolares;* um sem numero de casebres pittorescos, que eu entendo, e amo.

Repicavam os sinos de Santa Cruz do Castello.

E eu calado contemplava isso tudo, ao mesmo tempo que me lembrava da possibilidade de lá ficar fechado em cima, pela mão descuidosa de um sacristão qualquer. Mas não tinha forças para me arrancar. Que silencio, e que isolamento delicioso! que bons ares antigos ali estive bebendo, durante uma hora, entregue ás meditações d'esta loucura *sui generis*, que se chama a archeologia!...

E pensava comigo:

*

Um edificio como este, cheio de caracter artistico, cheio de pensamento politico e religioso, e embuido na côr e nas idéas de seculos successivos, possue em alto grau a faculdade de arrebatar a nossa alma para cogitações sublimes.

Apega-se ao edificio o genio de muitas gerações seguidas. Aquellas paredes frias embeberam-se, por assim dizer, nas aspirações de muitos milhares de almas, no amor de muitos milhares de corações. Das abobadas, apparentemente inertes e infecundas, ressumbra um calor intellectual e moral, que nos diz: —Aqui passaram teus avós.

Essa confraternisação de tantas almas desconhecidas, e que, perdidas no tempo e no espaço, acertaram de cruzar-se no mesmo ponto do espaço e do tempo, aviva o amor da creatura á creatura, e robustece a tradição, que é o grande calabre amarrado no argolão de todo o principio, e pendente no vago sem fundo, ou antes a grande linha conductora da massa humana ao longo do deserto das edades!

Sem a tradição, não seria a humanidade mais que uma horda silvestre e irracional, nem teria a consciencia da sua continuidade, base e estimulo de tudo. Ora a tradição estabelece-a, mantém-n'a, apoz o livro o monumento.

Honremos pois o livro, monumento da palavra humana, sacrario da revelação divina; e depois d'elle honremos o monumento religioso, livro de marmore,

fórmula material e tangivel das aspirações espiritualistas.

O livro ensina-nos. O templo nobilita-nos aos nossos proprios olhos, congrega e santifica todas as bellas artes; graças ao concurso d'ellas dá apparencia concreta ás eternas verdades; falla-nos de Deus, e depois falla-nos de nós, aconselha-nos, e melhora-nos.

Perdem-se-lhe os alicerces nas entranhas do solo; erguem-se-lhe as torres em linha recta para o firmamento. Com a base estriba-se na terra, nossa mãe; com a Cruz dos seus zimborios aponta francamente para o largo ceo, nosso destino, e nossa aspiração.

CAPITULO XXIV

Aspecto do templo observado da capella mór.—Passa-se aos dois claustros.— Os bellissimos azulejos compensam a singeleza tosca d'essas duas peças.— Enumeram-se algumas sepulturas.— A sacristia.— O jazigo real.— A portaria.— Menciona-se a magnifica pintura no tecto da portaria por Baccarelli.— A actual capella particular do senhor patriarcha de Lisboa.

Voltando ao interior do templo:

Quem, do centro do recinto da capella mór, se revira a contemplar o corpo da egreja, para além do cruzeiro, ladrilhado, e cheio do seu ar vetusto, já raro em Lisboa, e por isso apreciavel, vê o templo a esbater-se em escuro até ao tapume do guarda-vento, e parece-lhe mais extensa a perspectiva aerea. Lá no fim, sobre a entrada, atravessa o mesquinhissimo côro alto, com as suas janellas, por onde, na meia luz do resto do quadro, jorram uns golpes de luz fria e despoetisadora.

Nos primeiros planos o zimborio, ou como lhe queiram chamar (pobre chapeo de chuva que as modernas economias ali poseram) não passa de um remendo acachapado, furado de oito janellas quasi horisontaes, e a desdizer do resto.

E ainda assim, é todo o templo um formoso conjuncto cheio de nobreza e fidalguia.

*

Ao lado direito do cruzeiro temos uma porta. Enfiemos por ella.

Vemos dois claustros unidos por um isthmo que fórma a sacristia da magestosa egreja. Qualquer dos dois é de uma banalidade, que não merece commentario. Aquillo não foi obra de architecto; reclamou apenas mestre d'obras. E para isto se destruiram para sempre as preciosas claustras affonsinas!! oh! santo Deus! que de vandalismos n'um acto só!

O que vale (até certo ponto) é a belleza dos azulejos que lá se admiram; são do seculo passado. Tem graça uma coisa: á falta das esculturas dos capiteis com as suas figurinhas significativas, a que alludi ainda agora, citando o artigo *Fabliau* de Viollet-le-Duc, tiveram os conegos regrantes o bom pensamento de adornar os seus claustros com muitos assumptos das fabulas de Lafontaine. São realmente bonitos alguns d'aquelles quadrinhos.

*

O chão, que se via d'antes necessariamente tapi-

sado de lapides sepulchraes, vê-se hoje nu, e pouco contribue para a epigraphia lisbonense. Além de outras lapides que de todo não consegui deletrear, encontrei no primeiro claustro (o chamado da portaria) este lettreiro:

S.^{A} DEFELICIANO CORD.^{RO} Q̃FA
LLECEO EM 27 DE 8^{BRO} DE1635
E DE HERONIMO ABREV DEM.^{DÇA}
CAVALEIRO DA ORDEM DE XP^{O}E
DE SEVS HERD^{ROS} PORCVIASTẼ
COIS TEMOBRIGACAO OS REL-
LIGIOZOS DESTE COMVENTO
DIZER HVA MISSA^{CADA} SEMANA EHṼ
OFFICIO DE... LICOIS P^{A} SEMPRE
PORQ̃ DEV 5000 DE IVRO POR ES
CRIPTVRA FEITA NAS NOTAS DE
LVIS DO COVTO EM 9 DE ABRIL DE
16...5

Por baixo d'esta inscripção vê-se um brazão de armas, com os appellidos *Mendonça* e *Abreu* em duas pallas, sobre Cruz de Christo, e envolvido em paquife.

É a primeira inscripção para quem entra da portaria no primeiro claustro.

Li mais isto:

NESTA S.^{A} ESTA EN
TERADO ARTVR DACOS
TA DE MESQITA Q DEI
XOV AESTE MOSR
DE S UIS DEFORA TRIN
....XXIII RS DE IVRO ASẼ
TADOS XXM............
D.....I....................
..........IXIII..........
......A..................
....
...........O.............

E mais isto:

S^{A} DE I^{O} BAP^{A} DE CHAVES E DE TODOS SEVS
HERDEROS E DESCENDE^{S} DE Q̃ LHE FES
ESCRIPTVRA ESTE REA...MOST^{RO}
NO ANO DE 1656
................9.........................

E diz-me D. Nicolau de Santa Maria, que no seu tempo se via, junto á porta da casa do capitulo, esta inscripção sepulchral:

AQUI JAZ O PRIOR DOM GONÇALO
GARCIA, A CUJA ALMA DEOS
QUEIRA PERDOAR, E TODOS AQUEL-
LES QUE A DEOS POR ELLE FIZEREM
ORAÇÃO, DESSE MESMO DEOS HAJAM
SALVAÇÃO. AMEN. DEUS PROPITIUS
ESTO MIHI PECCATORI. PASSOU NO
ANNO DO SENHOR DE 1368. A 12.
DE NOVEMBRO.

Em cima d'esta campa a effigie do dito prior com mitra e bago[1].

E vi mais no lanço junto á sacristia, por baixo da gravura, já indecifravel, de um brasão de armas, este lettreiro:

S.^A DO D.^OR IOAO MONT DE
MIRANDA DEZ.^OR DE AGGRA
VOS E DE SEV SOBRINHO
O DEZ^OR FRAN^CO MONT DE MI
RANDA DO CONSELHO
DE S. MAG.^DE DE INDIA E CON
SELHR^O VLTRAMARINO E
DE SEVS ERDEIROS 1711[2].

*

Á entrada da porta principal do templo, por fóra

[1] *Chron. dos con. regr.* Parte II, pag. 144.

[2] Não tenho agora tempo de verificar se errei, ou não, a partição das linhas d'este epitaphio.

do guarda-vento, ha tres inscripções: a do meio com um brasão quasi inintelligivel, que apenas se percebe ser partido em palla; na primeira palla ainda se divisa um resto da aspa carregada de besantes dos Araujos; na segunda palla ainda se lobrigam tres barras.

A lapide da direita do espectador é impossivel de ler-se. Percebi apenas isto:

OS CONEGOS DESTE
CONVENTO..........
OBRIGACAO.........
....
....
....
....
....
....

A lapide da esquerda balbucia isto:

....DO D.OR LVIS DARAVIO
......OS DO CONSE
LHO DE SVA MA..........
....
....
....
....
....
....

*

A riquissima sacristia, de que fallei, merece uma visita ao menos. É no seu genero a mais bella que tenho admirado; acho-a um primor. Tudo mosaico de côres quentes e suaves, vestindo as paredes até a cima, rasgadas apenas por quatro janellas a cada lado. Como este recinto é de segunda luz, toma uma tinta esbatida e grave, que diz com o recolhimenro devido á preparação das ceremonias do culto. Em volta correm os *arcazes* dos paramentos com seus gavetões, tudo pau santo e bronze doirado. Ao topo o altar com uma Senhora da Assumpção, pintada por André Gonçalves, o talentoso e fecundo amigo de Vieira Lusitano[1].

Esse quadro do retabulo do altar é disposto de modo, que pode correr para cima e sumir-se, deixando apparecer lá dentro um relicario, hoje vasio.

Concluirei dizendo, que em 1712 ainda se não achava perfeita esta sacristia, que (dizia o padre Carvalho da Costa) *será o non plus ultra das obras, que toda vai de embutidos de pedras de varias côres*[2].

*

Foi na casa do antigo refeitorio do mosteiro que pelo risco do fallecido architecto José da Costa Se-

[1] Cyrillo, *Memorias*, pag. 90.
[2] *Chorogr.* T. III, pag. 365.

queira, a quem muito bem conheci, digno sobrinho do grande Sequeira, e idolatra da gloria artistica de seu tio, se fundou o actual jazigo da Familia real de Bragança. É ao fundo do lanço septentrional do segundo claustro. Sobre a vasta porta, negra e triste, lêem-se estas palavras em lettras doiradas:

REAL JAZIGO
DOS MONARCHAS, PRINCIPES, E MAIS PESSOAS
REAES DA SERENISSIMA CAZA DE BRAGANÇA
QUE, NO REINADO DE SUA MAGESTADE
ELREI D. PEDRO V,
MANDOU ERIGIR SEU AUGUSTO PAE,
ELREI D. FERNANDO II,
REGENTE DO REINO
1855

Lembro-me de ter notado n'uma das ultimas exposições de bellas artes, ha já uns annos, um bellissimo quadro do talentoso sr. Alfredo Keil, representando o interior d'este carneiro; sombrio, solemne, escuro. Era de grande effeito o quadro; estou-o a vêr.

*

Agora vamos saindo. Depois de um jazigo, é preciso ar que nos restaure; não é assim?

Tomemos pela portaria sobre o adro, *portaria tão régia, que bem mostra que n'ella se empenhou a arte,*

pelo vistoso da pintura e perspectiva da obra; palavras do bom Carvalho da Costa[1]. E são apreciações justissimas. Fallava o padre em 1712; havia apenas dois annos que pintara o tecto da famosa portaria o italiano Vicente Baccarelli; e a sua execução mereceu a Cyrillo Volkmar Machado, alto apreciador, sem duvida, o dizer: *a composição, a harmonia das côres, o effeito da perspectiva, os partidos de luz e sombra, o manejo do pincel, tudo concorre para o fazer admiravel*[2].

Note-se que esta sala, logo á direita de quem entra o portão da portaria, não pertence ao plano de 1590 assignado por D. Filippe. É posterior.

Pelo terremoto de 1755 só chegou a cahir o rebôco da moldura d'este enorme painel. Quando a patriarchal se mudou para S. Vicente, em 1773, houve (parece impossivel!!) quem mandasse caiar todo o tecto. A casa, *que até ahi parecia uma das mais bellas e regulares de toda a cidade,* ficou parecendo *defeituosa, baixa, e irregular;* palavras de Volkmar Machado[3].

[1] *Chorogr.* Tom. III, pag. 365.

[2] Memorias pag. 181.

Observo aqui uma coisa de passagem: as fontes todas que tenho consultado trazem *Baccarelli;* não será lapso repetido de uns para outros auctores? Nos diccionarios historicos encontro varios membros da familia *Bacciarelli* (não *Baccarelli*) manejando o pincel com grande pericia. Isto é apenas uma pergunta quasi a medo; mas como ainda não vi assignatura de Vincenzo Baccarelli, nem documento coevo que o cite, permitto-me ter esta sombra de duvida. Quem souber e quizer, me esclarecerá, e eu muito lh'o agradecerei.

[3] *Memorias*, pag. 181.

Depois da tornada dos conegos para S. Vicente, foi encarregado Manuel da Costa em 1796 de restaurar a preciosa obra de Baccarelli; e saiu-se admiravelmente da difficil empreza [1].

Ainda conheci este vasto salão servindo de secretaria e de archivo da camara ecclesiastica. O actual senhor Patriarcha transferiu esse deposito de documentos para outra parte, e estabeleceu aqui a sua capella particular. Com a desapparição das pesadas estantes ficaram a descoberto os magnificos azulejos das paredes, que são dos melhores de Lisboa. Representam (além de paizes) retratos em pé, entre os quaes me recordo de ter visto os dos reis D. Affonso Henriques, D. Sancho, e um D. Filippe de Castella (não sei qual).

O chão recobre-se hoje com um vasto oleado. Ao fundo levanta-se o altar, separada metade do recinto com teia de balaustres. Ao lado do Evangelho, dentro da teia, vê-se a cadeira e o genuflexorio de Sua Eminencia, e no canto o sacrario com a Eucharistia.

Ahi ouvi, como convidado, a Missa do Natal na noite de 24 de dezembro de 1885, assistindo Sua Eminencia, e celebrando o Ex.^{mo} Arcebispo de Mitylene, que ao Evangelho fez uma formosa e erudita pratica, e á Communhão administrou o Sacramento a mais de duzentas pessoas, ao som do Bemdito cantado por todos os assistentes. Imponente ceremonia, de que hei-de recordar-me toda a vida.

[1] *Memorias*. pag. 181.

CAPITULO XXIV

Fecha o auctor com chave de oiro as suas pesquizas em S. Vicente.—É chamado Frei Antonio das Chagas.—Apresenta-se ao leitor o poeta seiscentista Antonio da Fonseca Soares.—Escuta-se-lhe um rimance *a uma dama que ia nos sabbados a S. Vicente de fóra.*

Para concluir com S. Vicente, apresentando ao leitor uma guapa sobremeza poetica, peço licença para transcrever uns versos, que parece não deixam de ter cabida agora. O caso é este, visto ser necessario prologo:

Como todos sabem, foi frei Antonio das Chagas um dos ornamentos da respeitaval casa do Varatojo; mas o que não sabem todos, é que, antes de frade, foi ornamento dilecto da sociedade seiscentista lisbonense. Capitão, namorado, e poeta; cantor de trocadilhos mellifluos, e tunante da rua Nova

e das hortas de Bemfica; frequentador de oiteiros, e recitador de rimances nos serões de mais primor; quebra-esquinas de Alfama, e galanteador perfumado de aguas-rosadas em salões colgados de guadamecins.

Tal foi no seculo, em dias de D. Thomaz Jordão de Noronha e D. Francisco Manuel de Mello, o poetastro jovial e assucarado Antonio da Fonseca Soares.

Com pouco mais de trinta annos, largou o mundo e fez-se frade. Se andaram ahi desenganos amorosos, não sei nem me importa; o sabido é que foi religioso tão bom, e tão sincero, que veiu a acabar venerado de todos, e com fama de Santo.

*

Ora bem: possúo eu, provindo dos manuscriptos da livraria de meu Pae, um volume dos versos do monge, ainda do tempo em que era Fonseca, e portanto anteriores ao mez de maio de 1662 [1], quando tomou o habito de franciscano em Evora. É uma collecção de lettra do seculo XVII, e que me parece preciosa, até por ser (com toda a probabilidade) autographa; a razão da *probabilidade* é, que muitos versos apparecem lardeados de emendas da mesma lettra do resto.

Correndo ha dias aquellas paginas interessantes (porque, desenganem-se, os livros velhos teem sem-

[1] Innocencio diz 1663; mas no titulo do folheto d'este mesmo poeta *Desengano do mundo* lê-se 1662.

pre coisas novas), deparou-se-me um romance feito a uma elegante que frequentava S. Vicente. Copiei-o, annotei-o, e aqui o entrego aos curiosos; não como especimen de primorosa poesia, já se vê, mas como graciosa amostra do estro do poeta, e principalmente como pintura de costumes.

*

Depois de vermos a fundação do grande mosteiro no seculo XII, depois de assistirmos ás suas reconstrucções, depois de lhe termos corrido as principaes curiosidades, não vem fóra de proposito espreitar agora de relance uma casquilha seiscentista, que a passo miudinho (este passinho das lisboetas, tão diverso do deslisar saltitante das parisienses *trotinnant* no asphalto dos *boulevards)*... vae entrando para vesperas em S. Vicente.

N'uma cidade populosa como era já a Lisboa antiga, n'uma capital tão cheia de egrejas e mosteiros, mas tão falta de pontos de reunião publica profana, eram as festas da liturgia praso-dado concorridissimo, não só dos devotos (muito numerosos), mas tambem dos ociosos e mundanos (mais numerosos ainda).

Não admira pois que o juvenil Fonseca, e outros da laia d'elle, fossem ás egrejas attrahidos da devoção, e convidados não menos da boa musica, e da selecta sociedade feminina, que só lá se podia topar.

*

Ia-se ás egrejas para fazer oração; mas ia-se tambem ás egrejas para ver gente, para encontrar o sexo amavel, sem o qual a vida é um deserto; em summa: ia-se ás egrejas para entrevistas e conversações furtadas. Horrorise-se embora quem se horrorisar; a verdade é esta. E tanto, que el-rei D. João IV ordenou ao desembargo do paço providenciasse, a fim de impedir que os homens coxixassem com as senhoras durante o serviço divino[1]!

O que todos os desembargos não logravam porém evitar, era o desabafo litterario dos amadores poetas, e os canticos, mais ou menos apaixonados, das lyras adolescentes.

*

Oiçamos pois (e já não é sem tempo) o que o moço Antonio da Fonseca Soares dedilhou na sua mandora, ao contemplar uma das frequentadoras dos sabbados do vetusto mosteiro dos bairros orientaes; uma d'aquellas mundanas engraçadissimas, que vão ao templo adorar a Deus, e respigar adorações para si proprias; uma das taes, de quem dizia D. Francisco Manuel (creio que na *Carta de guia*), que desadorava com umas *maias*, enfeitadas sempre de joias

[1] Decreto de 1 de abril de 1648, citado por Fernandes Thomaz no *Repertorio*.

e bordados, e que lhe pareciam *Famas de procissão*, ou *Rainhas moiras de comedia*.

Mas basta; vamos nós aos versos, em quanto ella, vestida ás modas de França, rebuçada no seu manto, com o corpete florído de muitos laços, e o seu rico guarda-pé de Milão, vae penetrando no templo, de vagar, olhos nas lágeas, toda pendurada de meneios, toda donairosa de requebros, toda mosqueada de signaesinhos, toda para o Ceo na compostura, toda da terra, toda profana, nos cascavéis e garridices do trajar.

Pois não as conhecemos assim, nós outros, ainda hoje, graciosas figurinhas de alcorce á Missa da uma no Loreto, com os seus chapeus de telha, faces apolvilhadas de pó de arroz, *tournures* inverosimeis, olhos no chão, sapatinhos de salto e bico, entre as luvas o livrinho de *chagrin* preto, e entre os labios o bom sorriso portuguez?

Agora, pela segunda vez, e ultima, basta; agora, sem mais prologo, vamos aos versos. Eil-os:

ROMANCE

A UMA DAMA QUE IA NOS SABBADOS A S. VICENTE DE FORA

A São Vicente de *fora*[1]
Lise nos sabbados vai,
porque belleza tão grande
não cabe na côrte já.

[1] É a antiga denominação do mosteiro, e que lhe ficou, até mesmo depois de o ter enclausurado na área de Lisboa a cerca d'el-rei D. Fernando.

Vestida toda á *franceza*[1],
vai somente por mostrar
que é bem que se *Lise* é flor,
a flor de *lis* seja já[2].

É *homizio*, e não rebuço,
do manto o airoso disfraz[3],
pois, pelas vidas que tira,
o *sagrado*[4] vai buscar.

Mil *signaes*[5] leva na cara;
porque se alguem duvidar
que a todos mata, regule
a morte pelos *signaes*[6].

Tão bem lhe diz o toucado,
que, se alguem lhe perguntar:
«Lise, sois bem portugueza?»
ella responde: «Bem mal[7].»

Vista a *escumilha*, que cobre
os hombros, terso crystal,
não duvidarão que Venus
nasceu da *escuma* do mar

[1] Já então (e sempre) reinava nas modas a França.

[2] Allusão ás armas da casa dos reis de França.

[3] *Disfarce;* é hispanholismo aquella desinencia.

[4] Isto é o asylo sagrado que buscavam os malfeitores.

[5] *Mouches.*

[6] Nos sitios onde houve assassinio é ainda hoje costume, no campo, levantar uma cruz como *signal.*

[7] Interpreto assim: Fica-lhe tanto a primor o gracioso toucado, que parece mais de uma estrangeirinha que de uma lisboeta; de modo que, se alguem lhe perguntar: «Lise, sois de veras portugueza?», ella deve responder; «Sou, mas não pareço.»

Ao propoêm[1] de *tela* pende
mil *laços*[2] para mostrar,
que alma que a seus *laços* livra[3],
mal da *tela*[4] livrará.

Nas *mãos*, de crystal *alambres*
leva, que sabem tomar
seus *alambres* no ar palha;
as *mãos*, corações no ar[5].

Para ser airoso e fino,
o seu lenço ha-de tomar
do seu *garbo*[6] a filagrana
do seu *melindre*[7] o cambrai.

Encobre a preta vasquinha
um guarda-pé de Milão,
que é tão rico, que excede
ao que encobre o quanto val[8].

Tanto escandalo a menina
a todos no templo dá,
que entrando todos *devotos*,
saír *idólatras* faz[9].

[1] Trajo de mulher; do francez *pourpoint*.
[2] Para caçar.
[3] *Livrar*, verbo neutro, *escapar*.
[4] Armadilha de perdigões.
[5] Allusão á propriedade que tem o alambre, de attrair os objectos miudos depois de electrisado.
[6] Peça do vestuario uma senhora.
[7] Outro objecto do vestuario feminino.
[8] Não percebo o chiste.
[9] Sendo ella o idolo.

Guardar[1] pois as almas d'ella,
que o dia em que Lise sai,
como a todos é de *festa*,
seja a todos de *guardar*[2].

[1] Livrar.
[2] Dia santo de guarda. Trocadilho como muitos outros.

CAPITULO XXV

Rapido e succinto exame de algumas antigas habitações da freguezia de S. Vicente.—Palacio dos condes de Val-de-Reis—Mosteiro de Santa Monica.—Casas nobres dos Quintanilhas.

Como desejo ir compillando todas as noticias, grandes e pequenas, que se refiram aos varios bairros da minha querida Lisboa, noticias que a pouco e pouco teem de ir jogando entre si, e completando devagarinho este quadro multiforme, não posso deixar de mencionar, a modo de *post-scriptum*, o que se refere a alguns palacios mais notaveis da freguezia de S. Vicente, arruinados pelo terremoto de 1755.

Diz em 1759 o cura Francisco José de Mattos, nas suas informações ineditas para o incompleto diccionario de Luiz Cardoso[1], que foram destruidas por aquella catastrophe as seguintes habitações:

[1] *Manuscripto da Torre do Tombo.*

O palacio dos condes de Val-de-Reis, na Graça;
O de Jeronymo Henriques Abelha;
O de Pedro Sanse;
O de D. Diogo de Napoles;
O de Antonio Telles;
O de José Galvão de Lacerda;
As casas onde morava monsenhor Salema;
As Escolas Geraes;
As casas onde morava o vedor geral;
No mesmo sitio as em que morava o desembargador Simão Caldeira:
A morada de casas nobres dos Quintanilhas, com mais tres moradas contiguas;
O palacio de Ruy Vaz de Siqueira, etc.
Muitas d'essas casas não as conheço. Direi das que pude averiguar.

*

Do palacio dos condes de Val-de-Reis (hoje duques de Loulé) não tenho noticias dignas de serem apresentadas aos leitores da *Lisboa antiga*, senão esta: havia nas salas pinturas de Cyrillo Volkmar Machado [1].

Era este palacio propriedade dos senhores da Azambuja. Ahi celebrou, já no seculo XVIII, D. João Rolim de Moura, ultimo varão legitimo da dita casa, convenção com o 6.º conde de Val-de-Reis, afim de passar a casa e o titulo de Dom ao filho segundo-genito do mesmo conde [2].

[1] *Mnemosine Lusitana*, t. II, pag. 42.
[2] *Lisboa antiga*, Parte II, t. II, pag. 251.

Incendiou-se o palacio no principio d'este seculo, por 1819, creio, e ficou em ruinas. É um immenso quadrado, de aspecto arrogante e magnifico, entre o lado sul do largo da Graça, a travessa das Monicas ao poente, a travessa de S. Vicente ao nascente, e pegando pelo sul com o extincto mosteiro de Santa Monica (hoje o asylo dos rapazes, ou *casa de correcção*).

*

Como accessorio sempre direi que este mosteiro, da ordem de Santo Agostinho, o fundou em 1 de janeiro de 1586 uma illustre senhora portugueza, D. Maria de Abranches, filha de D. Álvaro de Abranches capitão mór de Azamor, e de D. Joanna de Mello, n'umas casas que ali possuia[1].

*

Do palacio dos Abelhos fallaremos logo.

*

As casas nobres dos Quintanilhas, reedificadas, pertenciam ao vinculo de que foi ultimo administrador o meu muito particular amigo Verissimo José de Quintanilha e Mendonça.

Fica essa casa no largo do Outeirinho da Amen-

[1] Jorge Cardoso. *Agiologio Lusitano*, t. 1, pag. 9.

doeira, junto ao muro que vae ao arco pequeno de S. Vicente. Pegadas com essa casa ha outras que dão para o largo do Siqueira, esquina do beco dos Beguinhos. Vemos ahi hoje um palacete de amodernada apparencia, mas cuja feição distincta e antiga se não perdeu. Da origem d'elle sei isto:

Em 20 de novembro de 1517, no mosteiro de S. Vicente, compareceu Matheus Dias, escudeiro do bispo de Lamego, e declarou possuir junto ao dito mosteiro um chão por elle comprado, *forro e isento*; esse chão, elle Matheus Dias e sua mulher Izabel Tristôa o emprazavam enfatiota para sempre a Luiz, sobrinho de Martim Affonso, conego de S. Vicente, com a condição de que o dito Luiz ali edificaria uma casa, e pagaria a Matheus Dias ou seus herdeiros 300 réis de fôro annual, a começar no Natal de 1519, com laudemio de quarentena. Tudo approvou em nome do sobrinho o conego Martim Affonso, perante testemunhas, que eram estas: Nuno Brandão, creado do bispo de Lamego, e Diogo Fernandes, carpinteiro, morador na freguezia de S. Vicente.

Examinemos o chão: da banda de cima partia com terreno do mosteiro; da outra banda com azinhaga do mesmo mosteiro (hoje a rua da Fundição de cima); de baixo com rua que Matheus Dias estava por então abrindo no seu chão (hoje o beco dos Beguinhos); e do lado opposto com terra do mesmo dono.

O comprimento media 37 palmos, e a largura o mesmo.

Logo em 21 apparece Izabel Tristôa, filha do boticario João Tristão, dando o seu consentimento a esse acto administrativo do marido, na presença de

duas testemunhas, a saber: mestre Estevão, physico e cirurgião, e João Gonçalves bainheiro.

Tudo isso escreveu o tabellião Diogo Leitão, cuja escriptura tenho á vista.

Vemos pois fixada muito ao certo no anno de 1519 o origem d'este predio, que veiu a entrar nos bens possuidos pelo vinculo instituido em 24 de janeiro de 1716 pelo doutor Francisco de Quintanilha, deputado do Santo Officio, e desembargador, em favor de seu sobrinho Bartholomeu de Quintanilha, fidalgo da casa real, por occasião do casamento d'este com D. Archangela de Mendonça e Cunha.

Esse vinculo é por isso hoje representado, como acima disse, pelo meu amigo Verissimo José de Quintanilha e Mendonça, fidalgo da casa real.

*

O palacio designado como sendo de Ruy Vaz de Siqueira, é agora, segundo me parece, o do sr. conde de S. Martinho Ascenço de Siqueira Freire, no largo do Siqueira, com bella vista sobre o Tejo.

CAPITULO XXVII

Passeio na rua da Infancia.—É essa rua a recente travessa de S. Vicente, e a antiga travessa das Bruxas.—A porta *de Heliche*.—Sua lapide commemorativa.— Palacio no fim da antiga travessa, deitando sobre o largo da Graça.—Seu proprietario no seculo XVII Antonio Luiz Ribeiro de Barros.—Descripção da actual ruina d'esse palacio.—Esboceto de retrato do dono, tirado dos seus livros.—Sua ascendencia realenga. —Obras d'elle doadas ao mosteiro da Graça.—Menciona-se a batalha do Ameixial.—Prisioneiros castelhanos.—D. Gaspar de Haro, marquez de Elche.—Assigna elle como plenipotenciario o tratado das pazes com Castella em 1668.—Habitava então na casa de Ribeiro de Barros.—O que é a porta de Heliche, e por que se abriu.—Procura-se sustentar a possibilidade de terem morado no alludido palacio uma rainha e um rei.

Ainda temos um bico de obra, amigo leitor; tenha paciencia; já agora, pouco falta.

Saindo de S. Vicente avista-se para o lado direito uma larga rua, que se enfeita com o titulo, um

tanto original, de *rua da Infancia;* merece commentario.

Essa rua chamada na Chorographia de Carvalho e no Mappa de Castro travessa das Bruxas, e modernamente chrismada em travessa de S. Vicente, era (como ainda a conheci muito bem) uma serventia tortuosa e solitaria entre muros, communicando o largo de S. Vicente com o da Graça. Nada a recommendava á attenção dos amadores de antigualhas, a não ser uma lapide velha, a poucos metros da esquina, do lado direito de quem ia de S. Vicente.

A lapide, guardada hoje, por fortuna, no museu do Carmo, e por mim copiada, diz isto com algumas lettras inclusas e conjunctas, que os caracteres typographicos não podem expressar:

NO ANNO DE 1668 SENDO ANTO
LVIS RIBEIRO S̅R̅ DAS CAZAS D-
ESTA SERCA E TENDO NELLAS
POR HOSPEDE AO EX.º MARQVES
DE HELICHE DVQVE DE MONTORO
CONDE DVQVE DE OLIVARES E MARQ
VES DEL CARPIO SENDO PLENIPO
TENSIARIO DA MONARCHIA DE CA
STELLA P.A AFVNCAÕ DAS PAZES Q̃
SE PVBVLICARAM NESTA CORTE A DES
DE MARCO DO MESMO ANNO LHE PE
DIV MANDASSE FAZER ESTA PORTA PA
IREN PORELLA AO REAL CONVENTº
DE SVICENTE DONDE FORAM A PRA VES
QVARTA FEIRA DE CINZA E VESPORA DE
PASCHOA DE RESVRREICAÕ SE PAR
TIV P.A A CORTE DE MADRIEL
E COMO NO MVRO DA SERCA ESTA
OVTRA PORTA Q SE FES PA A.SNA R̃·RAI
NHA DONA CATHERINA PASSAR COM
SEV NETO O S̃R·REI D·SEBASTIÃO PA
O DITO CONVENTO QVANDO FO
RAM SERVIDOS DE MORAR NAS MES
MAS CAZAS POR CAVZA DE DOENCAS
Q̃ HAVIA NA CORTE ESCOLHENDO
O SITIO POR MAIS·SADIO E SERVE
A PORTA DESTAMEMORIA TAMBE
M·ESTA DEHELICHE OFIQVA SENDO
DO ANNO
EM Q SE FIZERAM AS PAZES
DE CASTELLA COM PORTVGAL

Ficava esta lapide n'um muro velho, ao lado de uma porta de mesquinha apparencia, n'uma especie de reconcavo que ahi fazia o muro, e junto de outra porta alteada sobre varios degraus. Conservou-lhe o desenho o *Archivo Pittoresco*[1], e analysa-a n'um breve artigo o sr. Vilhena Barbosa algumas paginas antes.

O muro pertencia á extremidade de uma quinta, cuja casa dava sobre o largo da Graça, e onde habitava em 1667 e 68 o castelhano marquez de Elche (ou de *Heliche*, ou *Liche*, como lhe chamavam os nossos).

Vamos estudar quem era este marquez, e o porque ahi habitou; mas antes d'isso parece-me rasoavel que estudemos quem vinha a ser o proprietario do predio.

*

Chamava-se Antonio Luiz Ribeiro de Barros; morava n'essas *sumptuosas casas* (segundo as qualifica Barbosa Machado)[2], que as colloca, e muito bem, *junto do convento de Nossa Senhora da Graça*. Ahi com effeito era a entrada, e ellas dominavam a quinta, ou cerca, ao longo da travessa das Bruxas até ao largo de S. Vicente. Defronte da residencia, da outra banda da mesma travessa, erguia-se o enorme palacio dos senhores da Azambuja, hoje destroçado, como tambem o está o predio de Antonio Luiz Ribeiro.

[1] Tom. v, pag. 409.
[2] *Bibl. Lusit.* Tom. I, pag. 313.

É este ultimo predio um vasto casarão seiscentista, de aspecto regular, a poucos passos do qual, no lado opposto, existe a egreja da Graça. A essa visinhança allude, como que para nos tirar todas as duvidas, o proprio dono, dizendo n'um livro seu: *en la ciudad de Lisboa la casa de Antonio Luis Ribero... tiene por plazuela la misma que tiene la casa de San Agustin*[1].

*

Se o estylo é o homem; se da significação de uns arabescos de penna, que deslizaram sobre uns fragmentos de papel, pode deduzir-se algum traço do caracter do escriptor (sim pode de certo), vejo n'este Ribeiro de Barros um cortesão á moda antiga, que ao menear-se vae sacudindo os guizos das suas fatuidadesinhas, tão balôfas como o seu saber. Não passa este morgado (em que pése aos seus manes) de um humanista de poucos quilates, que todo se deleita em ostentar a sua pericia na arte da cavallaria, e em fanfarrear erudições sacras e historicas, citando Heródoto a proposito da *brida*, ou apresentando as mais graves ponderações sobre a *gineta*, a proposito de algum dito de S. Thomaz de Aquino, Carlos V, ou Xenofonte.

Acho-lhe, no seu tanto, o que quer que seja de Miguel Leitão de Andrada; tem um ar de familia com todos aquelles falladores encartados do seculo XVII, cavalgadores e poetastros ao mesmo tempo, fa-

[1] *El espejo del cavallero*. pag. 40.

zendo versos e trocadilhos como D. Thomaz de Noronha, cortesias a madrigaes como D. Lucas de Portugal, curvetas e saltos como Antonio Galvão.

Eu narro em duas palavras o que foi no seculo o cavalleiro Antonio Luiz Ribeiro de Barros.

*

Em Evora vivia, no reinado d'el-rei D. João III, um homem nobre de appellido Abelho; appellido singular! usa por armas um cortiço. Creio que nada tinham que ver os de Evora com outros Abelhos, casa vincular de Castello de Vide.

Casou este tal com certa menina de Evora, em cuja existencia... (como hei-de eu dizer isto que me não entendam?) em cuja existencia entravam como condição essencial as rapaziadas do infante D. Luiz. «Seja a primeira prenda do escriptor a clareza» — bradava o mestre Quintiliano; *sit tibi prima virtus perspicuitas.* Tinha razão, menos n'este caso; aqui é o contrario.

Creada na sombra a dita menina, com todo o recato, creada a occultas, algures, n'algum lar honesto, sabiam só poucas pessoas o parentesco estreito, que fazia d'ella, por uma azinhaga genealogica, neta encapotada d'el-rei D. Manuel, irmã embiocada d'el-rei D. João III. A mãe... dizia-se pela bocca pequena ser uma grande fidalga, e affirmavam alguns, que essa mesma grandeza obstara a que o infante D. Luiz a declarasse.

Casou pois a mysteriosa donzella com o nosso

mencionado Abelho, e tiveram por filho Julião Abelho de Barros.

Este fez justificação judicial da sua nobreza, quer dizer da estirpe d'onde saíra sua mãe; e provado isso, mereceu a Filippe IV de Castella a mercê de moço fidalgo. Casou com D. Violante Ribeiro, a qual, por morte de um irmão, Vicente Ribeiro, fallecido sem descendencia, herdou o vinculo denominado dos Ribeiros, onde os primogenitos tinham obrigação de usar esse appellido.

Foram pois Julião e D. Violante os paes do mencionado Antonio Luiz Ribeiro de Barros, a quem poseram o nome de *Luiz* como homenagem a seu real bisavô.

*

Estudou Antonio philosophia na universidade eborense, e chegou a mestre em artes. Teve o foro de moço fidalgo por successão, e a graça do habito de Christo; mas a mesa da consciencia oppoz-se a que o recebesse, por lhe faltarem serviços pessoaes.

Desposou em Lisboa D. Francisca de Borja de Menezes. Não teve filhos, passando a casa a seu irmão Vicente Ribeiro de Barros, o qual casou e teve uma filha, casada com Jeronymo Henriques de Miranda filho de Antonio Henriques Sacoto; com geração.

De peripecias da vida de Antonio Luiz nada sei. Vivia em Lisboa nas suas propriedades; montava a cavallo, e fazia versos e dissertações sobre a arte de cavalgar toda a sella; em 1668, no anno das pa-

zes com Castella, passou-se a Madrid, onde imprimiu uns livritos frivolos. Em Madrid deu-se com todos os grandes, e nas obras que deixou não disfarça (antes a alardeia muito de industria) a veneração e estima que lhe mereceram sempre os soberanos, que sessenta annos tinham sugado e opprimido a nossa terra, e vinte e oito a tinham obrigado a guerras tenazes e leoninas[1].

Custa-me a atacar um morto; já se vê que para o seu comportamento *castelhano* e *anti-portuguez* teve Antonio Luiz os seus motivos; talvez gratidão (e essa atenua muitos erros). O que vejo, e sei, é que o seu porte, as suas relações, o seu escrever, a sua linguagem, o seu pensar, os seus enthusiasmos, tudo é castelhanissimo. Já em dias de Affonso VI e do principe Pedro, são notorias as suas dedicações cavalleirosas a Filippe IV e a Carlos II.

Creio que essas dedicações desfecharam afinal n'um titulo de conde, a crermos uma inscripção de lettra do seculo XVII, que se lê no exemplar do seu livro *El espejo del cavallero* existente na bibliotheca nacional de Lisboa, e que reza textualmente assim:

Quatro liuros q̃ empremiu na corte de Madrid Antonio Luiz Ribeiro q̃ ao prez.te hé Conde de Patipe e os deu p.a esta liuraria de nossa s.ra da graca de Lx.a Sendo Prior o R.do P.e fr Pedro de Noronha, e Bebliotecario o R.do P.e fr. Antonio Barreto q̃ lhos Pediu no anno de 1683.

Justamente o anno da morte do auctor, fallecido

[1] Para a parte gonealogica referida vide a genealogia *Abelhos,* em Manço de Lima.

em Lisboa a 18 de dezembro. (De todo ignoro o que seja esse condado de *Patipe*, certamente não reconhecido pelo governo portuguez).

Está conhecido o dono da quinta da travessa das Bruxas? está. Vou apresentar agora ao leitor outro personagem, que joga com este.

*

Na batalha de 8 de junho de 1663 contra D. João de Austria, denominada do Ameixial, uma das mais notaveis que vencemos na guerra da restauração, ficaram nossos prisioneiros alguns grandes castelhanos, e entre elles figurava o marquez de Elche, a quem os nossos ficaram chamando de *Heliche*, ou *Liche*, por corruptela popular[1].

Para se ver quem era este fidalgo, bastará transcrever a brilhante lista dos seus titulos e dignidades.

Era D. Gaspar de Haro Guzman y Aragon marquez del Carpio, duque de Montoro, conde duque de Olivares, conde de Moronte, marquez de Elche, senhor de Sorbas e Lueches, alcaide perpetuo dos alcáçares e da cidade de Cordova, estribeiro mór das cavalhariças e alguazil mór perpetuo da mesma cidade, e da inquisição d'ella, alcaide perpetuo dos reaes alcáçares e tarracenas de Sevilha, grande chanceller das Indias, commendador mór da ordem de Alcantara, gentil-homem da camara real, monteiro mór e alcaide dos reaes sitios do Pardo, Balsain e

[1] Conde da Ericeira. *Portugal restaurado,* edição de 1698, t. II, pag. 556; D. Ant. Caet. de Sousa. *Hist. gen.* t. VII, pag. 379.

Zarzuela, e foi tambem do conselho de estado, embaixador a Roma, e vice-rei de Napoles, onde veiu a fallecer em 16 de novembro de 1687. Representava algumas das principaes familias da peninsula, e casou com D. Thereza Henriques de Cabrera filha do almirante de Castella. Teve por herdeira sua filha D. Catherina, casada com D. Francisco Alvarez de Toledo y Beaufort 10.º duque de Alba.

Foi pois este prisioneiro, illustre como os que o são, e mais os seus companheiros de infortunio, encerrados com todas as honras militares no castello de S. Jorge. Era tal a bizarra tolerancia e cortesia com que os tratámos, que se deu o caso seguinte:

Quando em 29 de agosto de 1666 fizeram a sua solemne entrada em Lisboa, pela Esperança, Poço dos Negros, e calçada do Combro, el-rei D. Affonso VI e sua formosa noiva a rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboya, festividade estrondosa que alvoroçou a capital, permittiu-se ao marquez de Elche, cinco vezes grande de Hespanha, e aos seus companheiros D. Angelo de Guzman, da casa dos duques de Medina de las Torres, e D. Belchior Porto-Carrero, fossem ver a passagem do cortejo de uma janella da embaixada ingleza, que era *nas casas da rua que vão dar ao poço dos Negros*, *no beco que chamam do Carrasco*; e depois tiveram o desafogo de andar, acompanhados do mestre de campo da guarnição da cidade Gonçalo da Costa de Menezes, a passear no coche d'elle, indo jantar com o seu amavel conductor [1].

[1] *Hist. gen.* T. VII, pag. 399.

*

Quando, ao cabo das longas porfias e sangrentas pelejas que refere a historia, podémos afinal sellar o termo das nossas tristes desavenças com a cavalleirosa Hespanha, em 1668, já na regencia do astuto principe D. Pedro (depois rei), concedeu o governo castelhano poderes especiaes para negociar o tratado de paz, ao referido marquez de Elche[1], que foi logo solto, e passou a residir como hospede de Antonio Luiz Ribeiro na mencionada quinta junto a S. Vicente.

Está-se a perceber mais uma vez o jubilo, com que o bisneto do infante D. Luiz manifestou as suas sympathias ao governo castelhano, hospedando nos seus proprios lares o representante d'esse governo.

O tratado das pazes, tão laboriosa e custosamente organisado, ajustou-se emfim a 10 de fevereiro, e foi assignado no convento de Santo Eloy (*vulgo* os Loyos) em 13 do mesmo mez d'esse anno de 1668, pelo marquez de Elche como plenipotenciario de Castella, e pelos plenipotenciarios portuguezes duque do Cadaval, marquezes de Niza, de Marialva, e de Gouvêa, conde de Miranda, e Pedro Vieira da Silva secretario de estado, assignando como mediador o conde de Sandwich embaixador da Grã-Bretanha em Madrid, e então temporariamente residente aqui[2].

Segundo vemos na inscripção, acima transcripta,

[1] *Hist. gen.* T. VII. pag. 464.
[2] Ibid. T. VII. pag. 466. T. X, pag. 295.

só foram as pazes, depois de ratificadas pelo governo de Madrid, publicadas em Lisboa no dia 10 de março, um sabbado; faz-se idéa com que regosijo do povo, que depois de tantos annos de luctas herculeas, via emfim despontar no seu firmamento ennevoado a rutilante aurora da paz e do socego nacional!

*

Ora a egreja onde Ribeiro de Barros e o seu nobre hospede assistiam aos officios divinos (porque n'esse tempo não era vergonha ir á Missa, e nenhum homem bem nascido e litterato corava de se benzer) era o proximo convento de S. Vicente. Para maior commodidade pediu o marquez ao seu hospedeiro lhe quizesse mandar abrir, lá em baixo, no fim da quinta, uma porta, a fim de por ella sairem os dois amigos quando iam a vesperas ou á Missa. Podiam ir de passeio pelas sombras das latadas e do pomar, e tinham apenas uns passos que atravessar na serventia publica até ao templo dos conegos regrantes.

Agradou a idéa ao proprietario, que devia ter, como homem de lettras que era, seus quês de phantasioso. Mandou logo rasgar no muro a tal porta, e, em honra do plenipotenciario castelhano, mandou embeber sobre a verga uma pedra com uma corôa, e por baixo o lettreiro:

PORTA DE HELICHE

Depois mandou-lhe pôr a lapide grande ao lado,

e teve a justissima ufania de poder dizer que tinha erguido, elle só, elle obscuro, elle particular, elle sem mandato, o primeiro monumentosinho commemorativo do incalculavel beneficio das pazes com Castella.

Aquella porta, modesta e singelissima, era um padrão que a todos ficava interessando. Ainda bem que o *Archivo Pittoresco* lhe salvou o desenho, e que o museu do Carmo conserva cuidadosamente a lapide.

A inauguração da porta, isto é, a primeira vez que por ella passou o marquez, foi quarta feira de cinza, 14 de fevereiro, dia immediato áquelle em que se tinha assignado nos Loyos o tratado.

Em 31 de março seguinte, sabbado de Alleluia, partiu o marquez de Elche para Madrid.

*

Ahi tem o leitor da *Lisboa antiga* o que era a *porta de Heliche*, o maior brasão da travessa das Bruxas, e uma interessantissima memoria para todos os portuguezes. As camaras municipaes em geral não lêem por este breviario; demolem sem motivo, parece que só pelo gosto de demolir; e quando teem motivo justo, não fazem caso das ruinas. É triste! é horrivel!

*

Pondera o sr. Vilhena Barbosa no seu alludido artigo haver talvez equivocação na segunda parte da

inscripção da porta de Heliche, onde se lê que no mesmo muro se via outra porta, de que se tinham servido a rainha D. Catharina e seu neto o senhor D. Sebastião, quando iam aos officios em S. Vicente, no tempo em que moraram n'estas mesmas casas do largo da Graça, por causa de doenças que affligiam Lisboa.

Com effeito não me parece que se encontre nos autores antigos menção d'essa residencia da rainha e d'el-rei, com quanto isso seja apenas argumento negativo. Podiam ahi morar os senhores, e não apparecerem referencias escriptas a essa estada, por ser talvez muito curta, e apenas passagem para outra parte. E tambem nada nos affirma que se tratasse da peste grande de 1569; podia ter havido alguma outra pequenina epidemia (como hoje ha muita vez), que assustasse a rainha, e a obrigasse a procurar por poucos dias aquelle sitio campestre e lavado de ares. Note-se que ali não se menciona a peste grande; apenas se diz muito de leve: *por causa de doenças que havia na côrte.*

Em todo o caso, sem provas concludentes não devemos dar por inexacto um depoimento insuspeito, de homem illustrado, que se affeiçoava ás tradições, que vivia a um seculo de distancia, apenas, do facto que refere, que era o proprietario do predio, e cuja familia tinha (segundo mostrei) aquelle tal ou qual parentesco com a estirpe real.

Por mim (com o devido respeito) acceito a lenda, se o é, de ali ter residido uns dias ao menos, a respeitavel matrona real, e seu pequenino neto.

*

Quem hoje transita no largo da Graça vê o palacio que tão altas tradições nobilitaram, reduzido á ultima expressão. Vê uma frontaria negra, singela, n'aquelle estylo austero do seculo XVII, com cinco altas sacadas sem gradaria nem batentes, boquiabertas e lugubres, projectando-se no ceo, e deixando entrever o desalinhado de uns telheiros arrombados que se arrumaram lá por dentro.

Por baixo de cada uma d'ellas uma mesquinha janella de peitos, e em baixo uns portões, cerrados como penetraes de mausoleo. No alto da parede fragmentos de cornija com beiral.

Por sobre tudo um desarcado, um mortiço, que faz saudades e arripios.

E a isto se chamou uma poisada sumptuosa! e ali habitaram proprietarios opulentos! e aqueceram-se aquellas paredes, colgadas de guadamecins e razes, no calor domestico de umas poucas de gerações! Quem diria ao poeta Ribeiro de Barros, quando socegado e feliz escrevia no seu bufete as suas redondilhas, ou quando contemplava a renque das suas sacadas ao curvetear-se nos seus murzellos por aquellas pedras do largo da Graça... quem lhe diria que, menos do um seculo depois, havia o seu palacio de ser pardieiro de corujas, e o seu nome, o nome d'elle, tão afidalgado, bruxulear apenas como uma recordação erudita nas memorias dos curiosos de velharias! Quem lh'o podesse dizer!!..

*

A actual rua da Infancia, successora da antiga travessa, corta em linha recta desde o largo de S. Vicente até ao da Graça. É uma bella serventia, util, necessaria, digna de applauso; quem o duvida? não somos nós outros tão pessimistas, e tão de má fé, que o procuremos escurecer. O que desejo apenas observar a quem, por acaso, alguma vez, com este livro na mão, procure o palacio de Ribeiro de Barros, é o seguinte: a directriz da rua da Infancia é outra da travessa; esta colleava para a esquerda, e ia sair, como disse, entre o referido palacio, e o dos condes de Val-de-Reis. Esse fragmento, que visitei hoje, domingo, 30 de maio de 1886, ainda lá está, mudo e solitario entre as duas carcassas senhoriaes que tantas scenas viram, e ás quaes o terremoto prestou por fim aquelle ar de tristeza solemne que tanto diz a quem o sabe comprehender!

CAPITULO XXVII

Examina o auctor as antigas *Escolas Geraes*.— Relance de olhos ao reinado do grande D. Diniz.— Diligencias do monarcha para levantar o nivel litterario de Portugal.— Cita-se um capitulo de côrtes do seculo xv, muito a proposito.— Ignorancia dos antigos portuguezes; prepotencias da rude nobreza illiterata e ambiciosa.— Funda el-rei D. Diniz a sua universidade, e adscreve aos escolares um *bairro* especial.— Onde funccionavam as primitivas escolas.— O campo da Pedreira onde era.— Pormenores do regimen interno das escolas.— Transferencia da universidade para Coimbra em 1308.— Sua tornada para Lisboa em 1330.— Sua volta para Coimbra em 1354.— Sua nova transferencia para Lisboa em 1377.— Discussão com frei Francisco Brandão e o padre Leitão Ferreira ácerca do sitio das escolas em Lisboa.— Dôa o infante D. Henrique (o de Sagres) uma sua casa para residencia das aulas.— O anno de 1431 e a universidade de Lisboa.— Disposições do infante no regimen interno dos *estudos*.

Tomam agora a sua vez n'esta serie de divagações as *Escolas geraes*, um dos sitios mais illustres e interessantes de toda Lisboa, e um dos especialissimos brazões da parochia de S. Vicente.

Oh mocidade! oh alegrias da mocidade, inspirae-me! illuminae esta pobre folha de papel! deixae ressoar atravez da monotonia d'estes capitulos as boas gargalhadas da cohorte dos estorninhos, os seus entonos juvenis de quem abarca o mundo, o buliçoso ir e vir das suas turmas, o arranhar melodioso das suas banzas, o gargantear tão sentido dos seus primeiros amores!

Sim: só a este simples nome de *Escolas Geraes*, ressurgem no espirito da Lisboa de hoje todas as tradições cavalleirosas e litterarias do rei Trovador, aquelle homem singular, cujo animo altissimo comprehendeu que Portugal era para muito mais do que exterminar sarracenos, e viu que em face da Europa, no declinar do seculo XIII, era mister que a peninsula reclamasse o logar que lhe cabia no banquete intellectual do mundo. Foi D. Diniz esse vidente; gloria a D. Diniz! Mancebos, fallemos d'elle.

*

Isolado, pouco podia el-rei; acercou-se do templo; auxiliaram-n'o com as suas luzes os homens da Egreja. A Egreja (digam o que disserem os seus detractores de má fé) tem ido sempre na vanguarda, bradando o seu humanitario *Docete omnes gentes.*

Foi este o caso:

De Monte-mór o novo, em 12 de novembro de 1288, dirigiu petição um brilhante synedrio de ecclesiasticos portuguezes ao Santo Padre Nicolau IV, para elle auctorisar em Lisboa a creação de estudos

regulares, viveiro de sacerdotes, lettrados, e doutos[1].

N'esse notavel documento, que é um fanal a irradiar luz nas trevas em que se arrastava a maioria do clero portuguez, ignaro e descurioso, ponderam-se os descommodos a que se sujeitavam os raros estudiosos, condemnados de ante-mão a gastarem em longas viagens cabedaes valiosos de tempo, haveres, e paciencia, quando se abalançavam a cursar escolas estrangeiras[2]. Ora como a grande maioria se furtava a tamanhos descommodos e riscos, a terra portugueza estagnada apresentava o espectaculo hediondo da sua ignorancia supina, a mais ascorosa das pustulas sociaes.

Animado dos seus clerigos e conselheiros, protegeu então o grande soberano a idéa mais fecunda de quantas teem nobilitado a iniciativa dos governantes. O nome do bispo de Lisboa D. Domingos Jardo não é estranho a tal impulso. Impetraram-se as licenças necessarias, para que os abbades de Alcobaça e S. Bento, e o prior de Santa Cruz de Coimbra, corressem com o custeio do novo instituto, e pozeram-se mãos á obra.

Uma coisa acho eu para reparo na maneira como D. Rodrigo da Cunha relata os allegados do rei; segundo o eminente escriptor, eram prejudiciaes as

[1] A petição vem na *Mon. Lusit.* P. v, fl. 317, e cita-a Leitão Ferreira nas *Not. chron. da Univ. de Coimbra*, pag. 9.

[2] *Quum multi studere volentes, et cupientes adscribi ordini clericali, propter expensarum defectum, viarum discrimina, et pericula personarum, non audeant, timeant, nec commode possint ad partes longinquas ratione studii se transferre*, etc.

saidas dos estudiosos portuguezes para fóra do reino; esses homens, ao par das sciencias do seu estudo *aprendiam egualmente* (diz elle) *costumes pouco ajustados aos da patria, onde a severidade era maior, e a creação dos filhos mais estreita, o que tudo na liberdade da ausencia se estragava*[1].

Com que, nos preconceitos antigos, era avesso aos bons costumes o cosmopolitismo das idéas, a união franca das nações, a fraternisação geral, sem a qual não ha adiantamento possivel?!! Ainda bem que as faceis communicações modernas deram cabo d'essas barreiras de egoismos e mysanthropias. O homem é feito para a sociedade. Não o atrophiem no isolamento.

*

Eu por mim não aprendi lettras, nem sei armar discursos—blazonava certo guerreiro do seculo XII, n'um tom que era a expressão mais genuina do seu desprezo aos sabedores, n'aquelle tempo em que os mais nobres timbravam na ignorancia[2]. Ora a despeito das diligencias dos espiritos claros e altos como o d'el-rei D. Diniz, e outros, continuou por seculos o valente Portugal a timbrar na sua alludida insciencia, e (talvez em parte por causa da sua situação geographica) a ser *mato maninho de lettras juridicas*,

[1] *Hist. eccl. da egr. de Lisb.* fl. 213.

[2] São palavras de um dos estrangeiros cercadores de Lisboa, attribuidas a elle pelo chronista Osberno na sua tantas vezes citada epistola. *Non litteras didici, nec populo sermonem facere novi.*

na engraçada phrase de um dramaturgo, e a viver só *da opinião das armas*[1].

Esse desamor consuetudinario ás lettras originou, já no seculo XV, o memoravel capitulo 56.º das côrtes de Santarem (1434), em que se pedia com toda a ingenuidade, e com toda a instancia, a el-rei D. Duarte desse ordem para que d'ahi avante ninguem podesse ser provido em logares de juiz, que não soubesse ... *leer e escrepuer*!!

E sabem o que respondeu o Eloquente? considerou a utilidade dos seus povos, pesou o mesquinho numero dos lettrados comparado com o dos analphabetos, e decidiu que os povos pediam bem, e que portanto se observasse essa clausula nas cidades, e nas villas onde quer que a população excedesse quatro centas almas[2].

[1] Jorge Ferreira, *Ulysippo*. Act. IV, sc. VI.

[2] Eis as palavras textuaes:

«Outrossy, senhor, ssentimos pouquo sserviço a voos, e menos proveito aa voossa terra per o voosso officio de julgaar sseer posto em pessoas que de todo ssom inorantes, que nom ssabem Leer nem escrepver, nem conhecem Letera, e desto sse ssegue vergonça aa terra, e ainda vossos mandados nom ssom ssecretamente compridos, porque sse lhes voossas cartas ssom enviadas para comprirem couzas que lhis mandaaes fazeer em ssegredo hee lhis necessairo de mostrarem vossas cartas aos Tabaliaaens ou a outras pessoas qee lhas leam, e ssaibam parte do vosso ssegredo, e muitas outras importunidades sse sseguem desto: Praaza aa vossa mercee de mandaar que nom possa sser Juiz ssalvo sse ssouber leer e escrepuer, e esto onde poderem sser achados.

Diz ElRey que pedem bem, e que sse guarde nas Cidades e villas, hu ouuer de quatro cemtos homeens pera cima.»

Codice J. 5, 36 da b. n. de Lisb. *Cortes do Reino*, fl. 237.

Pasmem d'estes factos de authenticidade irrecusavel as modernas estatisticas da direcção geral da instrucção publica, e sirva o confronto para nos não tornar pessimistas. Ler e escrever, senhores! ler e escrever era o requisito suspirado pelos povos para os magistrados que os haviam de julgar!

Pelos modos, tudo aqui no Portugal heroico legado pelo mestre d'Aviz a seu filho eram analphabetos! as maiorias rastejavam pela altura do xeque de Moçambique, régulo de tal ordem, que ainda em 1502, quando ahi estiveram os portuguezes, e lhe deram um assignado sobre compras e vendas, *ficou* (relata Gaspar Corrêa) *muy espantado com os seus*, *porque nunqua tinhão visto escreuer*, *e dizião que o papel aquilo falaua per arte do diabo*[1].

Portanto: meditando bem, não pode deixar de julgar-se um serviço da maior magnitude o que assim prestou, em plenas trevas da edade media, á civilisação da sua querida terra o grande D. Diniz.

Foi dito e feito.

*

N'aquelle silvestre Portugal, em que a força era tudo, em que uma fidalguia orgulhosa e vã, brutal e sem lettras, apesinhava desbragada as outras classes, insultando por ignorancia e rudeza as proprias crenças que julgava respeitar, fundando egrejas e mosteiros, mas vilipendiando o clero, e sugando os

[1] *Lendas da India*, t. 1, pag. 274.

monges[1]; e nomeadamente n'aquella moirisca Lisboa, que só a muito custo, desde cento e quarenta annos, não mais, ia desvestindo forçada o seu africano *albornoz* de Lissibona, era a introducção das escolas publicas officiaes, assim em ponto grande, a mais seductora, e ao mesmo tempo a mais estranha novidade! Applaudia o alto clero a direcção que ia principiar a dar-se aos talentos noveis; trepidava a burguezia rotineira perante a intrusão do buliçoso elemento da estudantina, forte da sua mesma fraqueza, formidavel pelas suas inconscientes turbulencias.

Na velha cidade moirisca, soturna, estreitamente devota, cortada de arcos, e recolhida atraz das suas recatadas gelosias, era fermento de novidades e desordens a entidade estudante. Para contemporisar com a cidade, e obviar ao mal quanto possivel, que se fez? determinou-se á grei juvenil um bairro para sua habitação, e adscreveram-se-lhe os limites, comprehendendo n'elles *tudo que ficava entre a porta do Sol e Santo Estevão de Alfama, que por este respeito chamaram o bairro dos escolares*[2].

Como já disse, deu el-rei communicação do que realisara á Santa Sé; e em Bulla de 5 de agosto d'esse anno de 1290[3] o Santo Padre Nicolau IV tudo approva com louvor.

[1] Para que se não pense que exagero, só peço a quem se admirar das minhas palavras, que leia a Bulla do Santo Padre Nicolau IV a el-rei D. Diniz, de 3 de setembro de 1289, um anno antes da instituição dos estudos. *Quadro elementar*, t. IX.

[2] D. Rodr. da Cunha. *Hist. eccl.* P. II, cap. LXXIV, n. 2.

[3] *Quadro elementar*. T. IX, pag. 288.

Ora a Bulla é dirigida á *universidade dos mestres e estudantes;* d'onde — diz Leitão Ferreira — *se dá a entender que a universidade estava já fundada*[1]; o que tambem se infere de outra phrase apontada por Brandão na mesma Bulla[2].

De diverso passo do dito documento pontificio se deprehende talvez uma circumstancia picaresca: vem a ser, que os burguezes de Lisboa, especulando com os estudantes, a quem nunca foram afeiçoados, elevavam sobremaneira o aluguer dos predios, constrangidos a determinada área; e então o Papa, descendo encapotadamente a esse pormenor, insta com o soberano para que obrigue os proprietarios a alugarem as suas casas pelo preço que taxassem dois clerigos e dois seculares, *prudentes*, *catholicos*, e *ajuramentados*, escolhidos pelos estudantes e pelos cidadãos[3].

*

Quanto ás escolas em si mesmas, vejamos o que se sabe, ou com melhor fundamento se conjectura.

Estabeleceram-se primeiro, é de suppor, n'alguma casa alugada, ou n'alguma dependencia de egreja; mas sendo obvios os inconvenientes, edificou-se-lhes

[1] *Not. chron.* pag. 46.

[2] *Sunt de novo* (studia) *non sine multa et laudabili providentia plantata.*—A integra do documento, a fl. 320 v. da *Mon. Lusit.* P. v, diz *laudabili provisione.*

[3] Acerca d'esse abuso dos proprietarios, providenceia el-rei D. Diniz no estatuto de 15 de fevereiro de 1309 dado á universidade de Coimbra.

apropriada residencia, no mais alto e desafogado sitio do bairro dos escolares, e *extra-muros* (note-se: aquelle apartamento da rapasiada para longe dos centros da gente pacata tem um chiste immortal).

Esse sitio onde se levantou o solar das lettras portuguezas, chamava-se o *campo da Pedreira*: e sabe o leitor onde era? (ainda está controverso para alguns, mas sem razão quanto a mim). *Acima da egreja de S. Thomé, contra o muro velho*—diz muito explicitamente Damião de Goes[1].

Devia pois ficar o campo da *Pedreira* pouco mais ou menos para a esquerda de quem encara a nossa egreja do Menino Deus, por ali, talvez no lado septentrional da actual rua dos Cegos, *contra o muro velho*, isto é, a entestar na muralha moirisca do castello, e á sombra do magnanimo fundador, cuja residencia habitual eram os seus paços da Alcaçova.

Pertencia o campo da Pedreira ao cabido da sé; tomou-lh'o el-rei D. Diniz, mandando-lhe dar em troca uma qualquer das suas casas que o almoxarife de Lisboa entendesse valia um capital que rendesse 30 libras annuaes[2].

[1] *Chron. de D. Manuel.* P. IV, cap. LXXXV.

[2] A *libra* valia 36 réis dos nossos. A ordem do soberano vem em Cunha. loc. cit. fl. 213 v; é esta:

Dom Dynis por graça de deos rey de portugal, e do algarve, a vós domingos duráes almoxarife, e a vós maes escriváes de lixboa saude, mandouos, q̃ filhedes hũa das minhas casas, ou hũa das minhas tendas de essa villa, que valha cada anno trinta e cinco libras de alquier e entregadea ao cabido de lisboa, ou a quem vos elle mandar, pelo campo da pedreira que lhes mandei filhar em que mandei fazer as casas para o estudo. Dada em lisboa, 4 dias de setẽbro era MCCCXXXVIIJ. (anno 1300).

Ahi ficaram pois junto ao castello as escolas geraes d'el-rei D. Diniz; e d'ahi para baixo tudo era habitado por estudantes, que de certo davam ao sitio uma feição alegre, sim, mas com seus laivos de desordeira. Ahi se estabeleceram as escolas geraes, o viveiro illustre de tantos homens distinctissimos, o paço da Minerva lusitana, e onde os mais abalisados professores estrangeiros, convocados pela generosidade do rei, doutrinavam os alumnos em theologia, direito cesareo e canonico, medicina, philosophia, mathematicas, latinidade, rhetorica, lingua hebraica, e lingua grega[1].

Depois de apurados e reputados idoneos, recebiam os estudantes o seu grau com toda a solemnidade das mãos do proprio bispo de Lisboa, ou (em caso de sé vacante) das do vigario[2].

*

E n'isto se estava. Não sei o que houve, que obrigou el-rei a transferir as aulas para Coimbra em 1308; e foi então, que o Santo Padre Clemente v, por Bulla de 26 de fevereiro, auctorisou o monarcha a applicar o rendimento de seis egrejas do padroado real para subsidio dos mestres[3].

Nos vinte e dois annos que se conservaram as escolas em Coimbra, parece que se estabeleceria na

[1] D. Rodr. da Cunha. *Hist. eccl.* fl. 213 v.
[2] Citada Bulla de Nicolau iv.
[3] *Quadro elementar.* Tom. ix, pag. 294.

casa d'ellas em Lisboa a moeda[1]. O caso é que em 1330 as trouxe outra vez el-rei D. Affonso IV para a capital; em 1355 as levou outra vez para Coimbra; e el-rei D. Fernando em 1377[2] outra vez as repôz em Lisboa, assignando aos estudantes o mesmo *bairro* que d'antes tinham[3], ou da porta do Sol, e da porta d'Alfama, e da porta de Santo André por diante (já extra-muros[4]).

Esta mudança teve por motivo a exigencia dos lentes estrangeiros chamados a Portugal; detestavam a vida em Coimbra, e punham por condição o residirem na côrte[5]. Obedeceu-se-lhes.

*

Tornando agora um pouco atraz, direi com franqueza os motivos por que divirjo do chronista frei Francisco Brandão, e do padre Leitão Ferreira, que ambos accumulam uma serie de argumentos para demonstrar que a *Pedreira*, onde se estabeleceram as escolas d'el-rei D. Diniz, era onde vieram a ser as portas da Cruz. Divirjo sem rebuço, e eis o porquê.

[1] Assim diz D. Rodrigo da Cunha: *Edificaram-se de novo* (refere-se ao tempo d'el-rei D. Diniz) *para as escolas casas particulares, que depois foram as da moeda antiga.* Ibid.

[2] E não como geralmente se dizia, em 1375. Assim o demonstra Leitão Ferreira, pag. 190 e seg.

[3] D. Rodr. da Cunha, loc. cit. fl. 214.

[4] Leitão Ferreira, pag. 191.

[5] Ibid. pag. 190, e seg.

Parece-me impossivel que esses dois homens, ambos criticos de primeira ordem, e eruditissimos, deixassem esquecer a citada indicação com que Damião de Goes tão claramente colloca a escola primitiva d'el-rei D. Diniz *acima da egreja de S. Thomé, contra o muro velho.* Se tivessem cotejado essa phrase com os outros documentos que adduzem, veriam a pouca força da argumentação. N'aquellas palavras do instruido e grave chronista está um mappa topographico. Vejamos.

A egreja de S. Thomé já existia, com toda a probabilidade. Não se lhe sabe dos principios certos, mas consta que no primeiro quartel do seculo XIV doava este mesmo senhor D. Diniz e a Rainha Santa ao mosteiro de Alcobaça o padroado do dito templo. Ficava (até 1837) como disse n'outro capitulo, no logar onde veiu a abrir-se o largo do seu nome.

Logo, é necessario procurar o sitio que buscamos *acima da egreja de S. Thomé.* Enfiamos pelo beco do Funil, cujo terreno ficava sobranceiro, subimos á rua dos Cegos, e mais alguns passos rasgados n'esses quintaes nos levariam sem falta ao sopé das muralhas moiriscas do castello, isto é *contra o muro velho*, como diz Goes.

Querem deducção mais clara? mais correntia? mais convincente?

Mas (dizem) o chronista Brandão adduz uma doação d'el-rei D. João I a Mem Rodrigues de Vasconcellos, em 25 de fevereiro de 1393 (era de 1431), de uma propriedade que el-rei designa assim: *as nossas casas que chamã moeda velha, que som na nossa muy nobre leal cidade de Lisboa junto com a porta da Cruz,*

em que soem de estar as escolas, assim como partem com rua pubrica, e com a porta da Cruz, e com o muro ataa o mar, e com casas do moesteiro da Celhas (Chellas?) *e com casas de lopo domingues caeiro etc.*[1].

Isto, quanto a mim, em nada prejudica a asserção do douto Damião de Goes. Podiam as escolas ter sido primitivamente, em dias do fundador, no sitio da Pedreira acima de S. Thomé, e nas suas varias transferencias ter mudado de séde.

A moeda, a que ali se allude, a moeda real, cuja origem é tão confusa entre nós, esteve em diversos logares de Lisboa.

É este para mim um ponto escurissimo; devo confessal-o; creio que nada ha averiguado em ultima instancia. O proprio sr. dr. Teixeira de Aragão na sua tão notavel obra, que mil vezes tenho consultado com grande proveito, não me satisfaz (declaro-o com lizura).

Vejamos isto em quatro palavras, e a modo de parenthesis.

Nos seculos XVI e XVII, antes da transferencia por el-rei D. João V para S. Paulo, era a moeda no Terreiro do Paço.

Antes d'isso ha no seculo XIV a tradição de ter estado a S. Martinho, no palacio conhecido por paço

[1] Leitão Ferreira. *Not. chron.* pag. 58, e pag. 234, *Mon. Lusit.* P. V, fl. 163, 164.—Vi eu proprio na Torre do Tombo o documento. Destinava el-rei D. João essa casa para paço dos mestres de Santiago quando viessem a Lisboa. Vem no livro 2.° da chancellaria do dito senhor, fl. 71 v.

da moeda e *dos infantes* (o nosso Limoeiro); mas quando?

Antes d'esse seculo porém recresce a nevoa; pouco se sabe com certeza.

Antes de 1389 esteve no mencionado sitio das portas da Cruz; isso prova-se sem duvida com uma provisão, pela qual el-rei D. João I, a 2 de maio d'esse anno (era de 1427), mandou que as suas casas da *moeda velha se entregassem á universidade*[1]. Portanto, quando em 1393 se fazia a doação d'essa casa ao mestre de Santiago, dizia muito bem o doador *as nossas casas que chamã moeda velha... em que soem de estar as escolas.* «*Nossas*» por serem do patrimonio regio; «*que chamã moeda velha*» porque o povo se habituara a chamar assim a casa onde estivera a cunhagem, já então transferida para outra parte; «*em que soem de estar as escolas*», visto que em 1389 lhes concedera el-rei, como vimos, esse solar.

Sim; é innegavel que as escolas estiveram de 1389 a 1393 ás portas da Cruz; mas quer isso dizer que não tivessem estado primeiramente *acima de S. Thomé, contra o muro velho?*

Expulsas das portas da Cruz pela doação das casas á ordem de Santiago, onde se alojaram? ignora-se. Em alguma residencia alugada, isso é que se demonstra por palavras do infante D. Henrique, trinta e oito annos depois, em 1431[2], quando diz esse principe, que a universidade *nom tinha casas proprias em que se lessem e fizessem seus autos*, antes

[1] Leitão Ferreira, pap. 234.

[2] N'um documento a que hei de referir-me logo.

andava sempre per casas alheias e de aluguer, como coisa desabrigada e desalojada.

Não admira que assim houvesse succedido: a casa primitiva d'el-rei D. Diniz, junto ao Castello, seria mesquinha, e teria caido em ruina; a das portas da Cruz absorvera-a em si a poderosa ordem dos cavalleiros de Santiago; a fazenda publica exhausta de guerras, e o animo publico forçadamente desviado de cogitações litterarias e scientificas, eram outros tantos empêços á organisação pausada dos estudos.

*

Como supposta prova de que a Pedreira fosse ás portas da Cruz, adduz-se (além da citada doação a Mem Rodrigues) outra do proprio senhor D. Diniz, em 22 de julho de 1291, a Martim Gil, de umas casas no territorio *a par da Pedreira*, onde mandara fazer as escolas[1].

Que prova esse documento? menos que nada. Dizer que essa *Pedreira* é a das portas da Cruz (ou, melhor, é a do sitio onde vieram depois a edificar-se as portas da Cruz) é dar por demonstrado o que justamente estava por demonstrar. Essa doação a Martim Gil podia referir-se tanto á Pedreira acima de S. Thomé, como á outra, ou ás outras, que havia. Eu reivendico os direitos da Pedreira de S. Thomé, visto que na doação (que aliás não vi) diz el rei D. Diniz que ahi mandara fazer as escolas.

[1] Leitão Ferreira. *Not. chron.* pag. 48 e 58, citando a *Mon. Lusit.*

O nome de uma Pedreira lá para as portas da Cruz não quer dizer que houvesse uma só; havia umas poucas, e muita pedra.

Por exemplo (sem sair do meu ponto, lá nas faldas da crista superior do morro do castello): alli, para a banda do sul tudo parece ter sido um pedregal cerrado. A egreja de S. Thomé era denominada do *Penedo*, por assentar em cima de uma penedia tão abrupta, que ainda hoje fórma o largosinho empinado sobre a nossa travessa de S. Thomé. Descendo pela rua do Salvador, vê-se ainda, uns metros a cima do arco superior á casa do sr. conde dos Arcos, uma penedia viva a descoberto, sobre a qual assentam paredes. Uma das confluentes da actual rua do Infante D. Henrique (antigamente de S. Thomé) chama-se travessa da *Lage*. Finalmente, aqui muito perto eram os arvoredos maninhos da *Alfujeira*, á saída das portas moiriscas denominadas do Sol; e a Alfujeira tirava a sua etymologia de uma palavra arabe que lá traz frei João de Sousa, e que significava *pedra*[1].

Todas essas approximações portanto estão a confirmar quanto Goes, douto, curioso, observador, e affeito a escutar tradições, tinha razão quando collocava a *Pedreira* das escolas de D. Diniz *acima de S. Thomé*, e *contra o muro velho*. E note-se que Damião de Goes procedia assim não *a priori* e por conjecturas, como nós outros, mas *a posteriori*, pelo que lêra, pelo que escutara, pelo que vira, pelo que sabia.

[1] *Lisboa antiga*, parte II, t. I, pag. 182.

Lamento deveras o trabalho que teve o sempre consultavel Leitão Ferreira, bom critico em lettras como os que o são melhores, em andar lá pela Fundição a interrogar em 1726 pessoas antigas, em approximar a circumstancia das casas foreiras ao cabido, etc. Isto em nada invalida o respeito que lhe professo; porém os seus argumentos não abalaram nem um millimetro sequer a minha convicção: a *Pedreira* onde el-rei D. Diniz estabeleceu as suas escolas, e lhes edificou residencia, pelos annos de 1300, era aquella vertente que hoje fórma uma parte do pateo de D. Fradique, e os quintaes das casas da rua dos Cegos.

Dito isto, proseguirei.

*

Na acanhada situação em que as pintei estavam pois as escolas, até que o Infante D. Henrique, o de Sagres, um dos mais altos espiritos de que se ufana a familia portugueza, lhes concedeu os proprios paços onde vivia, no mesmo bairro, *por serem* diz D. Rodrigo da Cunha, *mais capazes e accommodados ao estudo geral*[1].

É, quanto a mim, das maiores nobilitações da universidade. D. Henrique illuminou-a.

E até conjectura o sabio inglez Major na sua conscienciosa monographia, que o mesmo infante houvesse sido o fundador da cadeira de mathematicas, cadeira

[1] *Hist. eccl.* P. II, fl. 214.

que é sabido existia já em 1435, e sendo esse um assumpto que elle teve em especial consideração[1].

Não se encontra, verdade seja, documento que justifique a plausivel conjectura do erudito escriptor. O que apparece é uma carta do infante, de 22 de setembro de 1460, em que elle manda abonar pelo Natal ao lente de theologia 12 marcos de prata[2].

*

A generosa doação de D. Henrique é de 12 de outubro de 1431; no mesmo dia tinha o infante comprado essa casa a João Annes armeiro d'el-rei, e a sua mulher Maria Rodrigues, pelo preço de 400 coroas de oiro, das velhas[3].

Parece que o anno de 1431 marcara época na existencia escolar; fôra, por assim dizer, um estádio na historia da nossa instrucção publica. Em 16 de julho antecedente, havia apenas tres mezes, tinham sido jurados na sé de Lisboa uns estatutos novos para a universidade. Vê-se pois, que, na sua pessoa litteraria, e na sua pessoa physica, a universidade creava pelle nova.

A promulgação de estatutos, e a creação de ca-

[1] *It seems highly probable that the chair of mathematics in Lisbon was established by Prince Henry himself... while it is known that in 1435 that chair did exist, and that the subject was one in which he took especial interest.*

The life of Prince Henry, pag. 60.

[2] *Mon. Lusit.* P. v, fl. 322 v.

[3] *Leitão Ferreira,* pap. 271.

deiras, harmonisavam melhor os estudos com as exigencias praticas do seculo. A casa nova e ampla era digno theatro para tamanhos trabalhos.

Podem muito os bons principes em favor dos seus tutelados; mais ainda com o exemplo, que não com bizarrias. N'este acto porém do infante D. Henrique corria parelhas com a bizarria o incitamento aos brios alheios. Ficava sendo não só uma escola, mas um monumento do seu animo real, aquelle solar com que o sonhador de Sagres assim presenteava espontaneo a sua terra, libertada pelo montante do mestre d'Aviz.

*

Como era um poeta d'alma, e habituara os olhos a correr por horisontes sem fim, não parou na doação pura e simples. Fantasiou, legislou, desceu com espirito paternal a pormenores chistosissimos; e se não, observemos:

Quiz que na sua residencia se professassem as sete artes liberaes: logica, rhetorica, arithmetica, musica, geometria, astrologia, devendo a grammatica (só por si era um mundo) reger-se n'outra parte, que declara, attendendo a ser disciplina *de grande ruido.* Destinou para a logica outra aula. Destinou outra para as disciplinas medicas; ahi se havia de vêr pintado um retrato de Galeno. N'um dos sobrados altos havia de ler-se theologia; ahi se veria um quadro com a Santissima Trindade. N'outra sala se professaria direito canonico, e ahi se pintaria um Pontifice. N'outra, philosophia natural, e moral; ahi se pintaria a grandiosa figura de Aristóteles. N'outra,

direito romano, presidindo ás prelecções um retrato de imperador. Outra sala emfim era para os actos solemnes da universidade. Por ultimo, até se lembra do bedel, que devia ser o guarda do edificio, e designa-lhe habitação especial[1].

Como tudo isto é aninhado e pensado! como tudo isto é grande!

*

Ora ahi me apparece uma duvida.

Da comparação attenta de uma phrase de certo documento de 1460, com um passo de Damião de Goes, ressalta a evidencia de que, tanto a casa primitiva da *moeda velha*, como a casa do infante, foram ao mesmo tempo occupadas pelas escolas. No alludido documento diz o infante que pede certas orações annuaes *em remembrança da doação q lhe fiz das casas em que* ESTÁ *o dito estudo*[2]. Logo, em 1460 achava-se o estudo occupando a casa nova, visto que o doador diz *está*.

Na chronica d'el-rei D. Manuel diz Damião de Goes que esse soberano *mudou as escolas geraes de Lisboa, que estavam acima da egreja de S. Thomé, contra o muro velho* (note-se; é a casa antiga), *e as fez de novo a baixo de Santa Marinha, onde eram os paços do infante D. Henrique seu tio*[3]. Logo, em

[1] Leitão Ferreira, pag. 271.

[2] É a carta de 22 de setembro de 1460, a que acima me referi, de doação de 12 marcos á cadeira de theologia.

[3] *Chron. D. Manuel.* P. cap. LXXXV.

tempo do rei *feliz* estavam as escolas, ou pelo menos algumas disciplinas, na casa primitiva. Como assim?

Ha homens (e Goes é um d'elles) que, pelo seu peso moral, pelo seu saber, pelo seu talento sagaz, exercem pressão nas opiniões.

*

Deixando porém essa rebarba, notarei que das phrases do grande chronista, por mim transcriptas textualmente, se deprehende que o edificio do palacio do infante se achava carecente de reforma no reinado de D. Manuel, e que este o reconstruiu com largueza, traçando accommodações bastantes para hospedar as aulas que ahi se regiam, e as que se regiam ainda na outra habitação, fosse onde fosse.

Leitão Ferreira, combatendo a tradição, que aliás seguem D. Rodrigo da Cunha, Mariz, Goes, e outros, e quasi todos, argumenta assim: sendo do dia 12 de outubro de 1431 a compra d'essas casas pelo infante, e do mesmo dia a doação, não é presumivel que as fosse occupar primeiro, d'esse dia em diante, em vez de as deixar habitar pelas escolas; mas, sendo o motivo que instigou o infante á dita compra o estado caduco da casa velha, e a urgencia de alojar menos dasabrigadamente os estudos, é claro que não ficou habitando n'essa casa[1].

[1]Por outra: dizem alguns que as casas de que tratamos eram as proprias em que vivia o Infante; *o que parece* (objecta Leitão Ferreira) *que implica com a doação que d'ellas fez á Universidade, no mesmo dia em que as comprou; pois não é de pre-*

E quem nos affirma a nós que não morara ahi effectivamente o infante quando estava em Lisboa (conforme quer a antiga tradição), só de renda, segundo se usava muito, e não de propriedade? É uma versão como qualquer outra: harmonisa a tradição ininterrupta com a verosemelhança, e com os proprios documentos; aceita o depoimento de Goes, Cunha, Mariz, e outros, e não offende o estabelecido.

Eu me explico melhor: o infante moraria habitualmente n'aquellas casas; por isso lhes chamariam *casas do infante*. Comprou-as e saiu d'ellas, doando-as ao estudo; e sem nunca terem sido, senão um minuto, propriedade do infante, condecoravam-se até então com o titulo de casas *do infante*.

Não succedeu o mesmo com o paço de Palhavã, que toda a gente reputava propriedade dos tres *meninos?*

Não se deu o mesmo com o palacio da casa de Abrantes, a Santos, e com o do sr. marquez de Pombal, ás Janellas Verdes, onde habitou tantos annos S. M. a imperatriz duqueza de Bragança? não diziamos todos «o palacio da imperatriz?» e não sabiamos que não lhe pertencia?

sumir que, querendo fazer mercê d'ellas á Universidade, por «andar sempre por casas alheias e de aluguer, como coisa desabrigada e desalojada,» *as occupasse primeiro que lh'as desse; senão é que estariam misticas, ou contiguas aos seus paços, e por isso disseram que vivia n'ellas. Not. chron.* pag. 273.

CAPITULO XXIX

Abre o auctor um parenthesis no seu exame das Escolas geraes, e descreve a egreja de Santa Marinha.—Depoimento de Carvalho da Costa.—Versões varias quanto á fundação d'esta egreja.—Successivas reconstrucções.—Entra em scena Pedro Salgado, chanceller d'el-rei D. Diniz.—Sua capella e seus bens.—Marco Salgado.—Rua do Loureiro a S. Vicente.—Largo do Chanceller.—Projecta a camara municipal em 1837 a demolição do templo de Santa Marinha.—Estado do edificio em 1845, até 1853.—Seu completo arrasamento.—Restos que ainda o museu do Carmo conserva das ruinas.—Menção de João Christino da Silva, insigne pintor.

Descancemos um pouco.

Antes de continuarmos n'este exame, dêmos agora uma revista a um edificio, que acima das novas Escolas geraes torreja, no cume do montículo, com o seu ar antiquado, as suas ogivas e gelosias, a sua Cruz, e o seu corucheo ponteagudo a apontar para o ceo.

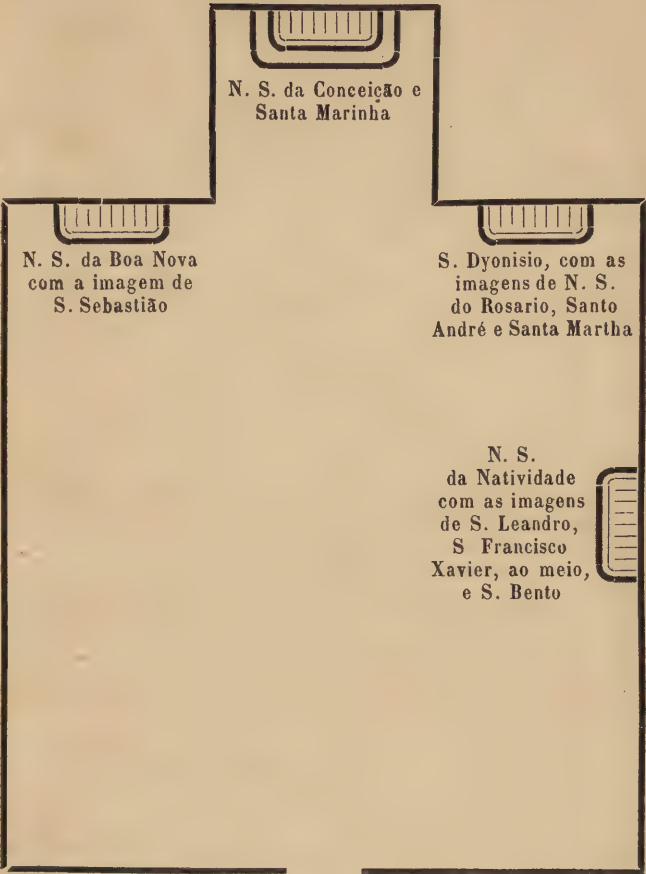
Torreja disse eu? *torrejava* deveria dizer antes. Demoliram-n'o tambem. Era Santa Marinha.

*

Ao topo da actual calçadinha do Tijolo, ahi onde hoje vemos o largo arborisado, erguia esta pequenina parochial o seu vulto venerando, carregando aos hombros o peso de muitissimos janeiros.

Carvalho da Costa descreve em 1712 esta egreja. Chama-lhe Santa Marinha *do Outeiro*, e mostra-a de quatro altares n'uma só nave.

Ao fundo a capella mór, com boa tribuna de talha doirada, e as imagens de Santa Marinha da banda da Epistola, e de Nossa Senhora da Conceição da banda do Evangelho. Era então seu padroeiro o desembargador João Cabral de Barros, que ahi tinha jazigo.

Dois altares collateraes:

Do lado direito de quem subia o templo o de S. Dyonisio, tendo, além da imagem d'este Santo, as da Senhora do Rosario, Santo André, e Santa Martha.

Do lado esquerdo a capella de Nossa Senhora da Boa Nova, tendo tambem a imagem de S. Sebastião. Foi fundada esta capella por frei João Brandão Pereira, balio de Negroponte, e commendador de Oliveira do Hospital e Aguas Santas na ordem de Malta, e aqui jazia. Administrava-a o senhor de Pancas.

Á direita de quem entrava via-se mais a capella da Senhora da Natividade; instituira-a em 1303 Pedro Salgado, segundo logo veremos; n'ella se viam as imagens de S. Leandro e S. Bento, e entre ambas a de S. Francisco Xavier[1].

[1] *Chorogr.* T. III. pag. 363.

E

N. S. da Conceição e
Santa Marinha

N. S. da Boa Nova
com a imagem de
S. Sebastião

S. Dyonisio, com as
imagens de N. S.
do Rosario, Santo
André e Santa Martha

N. S.
da Natividade
com as imagens
de S. Leandro,
S Francisco
Xavier, ao meio,
e S. Bento

N

S

O

**Planta approximada da parochial egreja de
Santa Marinha, em 1712
segundo Carvalho da Costa**

*

Fundara a egreja de Santa Marinha (dizem algumas tradições) uma senhora de sangue real, D. Maria Affonso, filha d'el-rei D. Diniz e de Marinha Gomes, a mesma D. Maria Affonso que veiu a casar com D. João de la-Cerda senhor de Gibraleon [1]. Isso porém, e a data da fundação, ainda assim é duvidoso. Coisas nossas! tudo approximações. Querem vêr?

Apresenta João Baptista de Castro a data de 1222; data erradissima, se se trata do reinado d'el-rei D. Diniz, quer interpretemos esse numero pelo anno de Christo, quer pela era de Cesar, 1260, pois esse principe nasceu no anno de 1261; se elle não era nascido, como o seria sua filha?

O citado Carvalho da Costa chama a esta egreja antiga mesquita de moiros. Em que se funda? Vestigios moiriscos não se encontravam perceptiveis na phase final do edificio. José Valentim, o incançavel observador que os meus leitores já conhecem, teve ensejo de estudar (entre peripecias de um burlesco que faz rebentar lagrimas) [2] as paredes e sua argamassa; e diz nos seus apontamentos manuscriptos conservados no museu do Carmo: *Se em Santa*

[1] *Hist. Gen.* T. 1, pag. 282. *Bibl. Lusit.* T. 1, pag. 627.

[2] Vide uma nota no fim d'este volume ácerca d'esse grande trabalhador.

Marinha existe algum resto de construcção arabe, só se pode attribuir ás duas paredes lateraes da capella mór; ellas são construidas de silhares de urgeiro.

Coelho Gasco enganado por uma lapide que viu e copiou *fielmente*, attribue a fundação d'esta egreja aos dias do imperador Honorio, quando nem nos dias do imperador Honorio se edificavam aqui templos christãos, nem a inscripção era romana[1].

[1] A inscripção dizia isto, segundo Gasco: *Antig. de Lisb.*, mss. da b. n. de Lisboa, fl. 329 v.

ERA : C : C : CC : XII :	
FVIT : ECCLECIA : IS-	sic
TA : CONSACRATA :	sic
II : IDVS : DECEMBRIS :	

Sommando essas quatro centenas, temos 412, pleno reinado do imperador Honorio; o *ecclesia ista* repugna essa versão. Admittindo que o nosso Gasco, por um lapso que a todos podia acontecer, tivesse copiado CC por CↃ (ou o seu copista), temos a data de 1212; inadmissivel. Essa inscripção portanto, tal como está transcripta, não merece fé em juizo; e para a confirmar de suspeita lá está o *ecclecia*, e o *consacrata*.

Por outra parte vem Castro propor-nos a data de 1222, tambem insustentavel. Tudo isso demonstra que é ignorada, pelo menos por mim, e por elles, a data da fundação de Santa Marinha.

Carvalho da Costa menciona uma inscripção parecida, mas dá-a em portuguez: *No anno de 1222. foy consagrada esta*

Vejam que desorientação de noticias! que vago atroz nas opiniões que transcrevi!

*

O provavel é que, tendo sido talvez mesquita suburbana da velha Aschbounah, a consagrasse ao culto christão a piedosa senhora de Gibraleon, honrando o nome de sua mãe Marinha Affonso na pessoa do orago: Santa Marinha; mas em que anno?

De subsequentes reedificações, ou de obras parciaes mais ou menos importantes, existiam signaes certos, que o referido architecto viu e notou: ogivas, columnellos da architectura esbelta da edade média, capiteis historiados, rosaças, tudo escondido

Igreja aos 12. de Dezembro. Está mal copiada, mas existe no museu do Carmo, d'onde a transcrevi assim:

NO ANNO DE 1222·FOI ESTA IGREIA·CONSA GRADA·AOS DOZE DI- AS DE DEZEMBRO

Essa data de 1222 vem fazer bruxulear uma tenue luz. Lembrando-me da erronea versão de Gasco quanto ao imperador Honorio, pensei (pelo maior dos acasos) que se trataria de algum Papa do mesmo nome, e corri á lista dos Pontifices, onde achei n'esse anno o Santo Padre Honorio III. Fiquei quasi na mesma, e entretanto julguei-me mais proximo da verdade.

no massame mais moderno, ou grosseiramente aproveitado no fabrico dos paredões.

*

Tendo esta egreja sido primeiro do padroado real, foi por el-rei D. Diniz concedida a Pedro Salgado[1].

Quem era Pedro Salgado?

Dir-nol-o-ha o epitaphio de um seu parente (provavelmente filho, ou sobrinho) chamado João Annes Salgado, epitaphio que existia n'este mesmo templo; resava assim, segundo a Chorographia:

> AQUI JAZ OS OSSOS DE JANEENES SALGADO, PRIMEYRO ADMINISTRADOR, QUE TEVE ESTA CAPELLA, INSTITUIDA POR PEDRO SALGADO NA ERA DE M.CCCXLI. THESOUREYRO MÓR QUE FOY DEL-REY D. DINIZ, A QUAL HE UNIDA AO PADROADO DESTA IGREJA, AQUI POSTOS NO ANNO DE 1625.

Temos pois adquirida com certeza a noção de haver sido o instituidor de uma capella em Santa Marinha esse Pedro Salgado, thezoureiro mór d'el-rei D. Diniz, como ahi o achamos qualificado em linguagem mais moderna, ou seu *chanceller* mór (digamos antes *chançarel*), como o designa um documento authentico[2]. Com effeito, na lista dos avultados bens

[1] J. B. de Castro. *Mappa.*

[2] *Relação dos bens da capella instituida por Pedro Salgado*, Diario do Governo de 6 de julho de 1847.

Vagou a capella n'esse anno por fallecimento do seu admi-

da capella especificam-se umas casas não nobres sitas na rua do Loureiro[1], e *umas casas nobres sitas ao arco do Chanceller*, freguezia de Santo Estevam. Ainda se conserva ahi o nome do *largo do Chanceller* n'uma praça velha de apoucada mas vetusta apparencia, lettreiro que se refere, sem tirar nem pôr, a este personagem.

Fundou pois o chanceller do rei Trovador a sua capella no anno de 1303 (era 1341), e annexou-lhe os avultados haveres a que me reportei, e que não transcrevo para não engrossar este volume; bens territoriaes em Lisboa e seu termo, e nos campos que são os actuaes concelhos de Torres Vedras, Azambuja, Salvaterra, Villa Franca, e Cintra.

*

Quando estava estudando a capella de Pedro Salgado na parochia de Santa Marinha, pressenti que devia este nome ter correlação com o da proxima rua *de Marco Salgado*, pouco a baixo, hoje encorporada (não se percebe para quê) na designação da rua das Escolas geraes[2]. Não me enganei na conjectura. *Marco* é o mesmo que *Marcos* ou *Marcus;* na citada lista dos bens da capella mencionam-se

nistrador o vice-almirante Henrique da Fonseca de Sousa Prego.

[1] Havia rua *do Loureiro* nas freguezias de Santo Estevam, do Salvador, e de S. Vicente, segundo J. B. de Castro, Carvalho da Costa, e Christovam Rodrigues de Oliveira. Esta é a da freguezia de S. Vicente.

[2] Pelo edital de 1 de setembro de 1859.

umas casas na rua do Loureiro *a Marco Salgado*, assim como na freguezia de Bemfica um fôro imposto no *casal do Salgado*.

D'estas pedrinhas pequeninas de tão variadas côres, e umas mais resistentes do que outras, é que se vae formando o meu mosaico.

*

Que veiu isto a tornar-se templo de alta devoção para os lisboetas, é indubitavel. Morreu, como tudo morre.

Em outubro de 1837 determinou a camara que a demolição fosse arrematada a quem a quizesse[1]. Creio que ninguem appareceu.

Em 7 de janeiro de 1845 começou um partido de soldados a arrancar os azulejos, que foram levados para enfeitar um quartel. Tiraram-se tambem por então os ossos dos covaes e do cemiterio parochial, e foram conduzidos para o alto de S. João, dentro de uma grande caixa preta coberta com um pano bordado, sobre uma carroça, acompanhada do prior, de outro sacerdote, e de um sachristão com a Cruz[2].

Em novembro de 1851 concedeu a camara, que dos destroços do templo se extrahisse alguma pedra para o acabamento de um muro, que por ordem do arsenal do exercito se mandara construir na calçada do Cascão, e outro no campo de Santa Clara[3].

1 *Synopse dos princ. act. adm. da cam.* em 1837, pag. 27.
2 Informações manuscriptas de José Valentim.
3 *Synopse dos princ. act. adm.* em 1851, pag. 23.

Depois foi-se continuando, com mais ou menos pressa, a demolição, concluida creio que em 1853.

*

O estado em que se achava Santa Marinha quando a camara municipal tomou conta d'ella, era este, segundo o citado e conscienciosissimo informador:

Não tinha já retabulos, nem pulpito, nem altares de madeira, nem arcazes, nem escadas das tribunas dos altares, nem portas interiores. Conservavam-se ainda as portas exteriores e as da janella da sacristia da capella de Nossa Senhora da Conceição, bem como a escada que subia para a casa do despacho, com vigamento, solho, e forro, e bem assim o vigamento e solho por cima da casa dos disimos. Tambem tinha o côro, mas sem balaustrada.

O corpo da egreja, a capella da Conceição, e a da Senhora do Valle, eram forrados de azulejo; tambem os havia ainda na sacristia, e alguns na casa do despacho.

Os pilares das duas capellas, e mais o presbyterio e altar mór, e mais o da capella de Nossa Senhora do Valle, foram para o alto de S. João.

A pia baptismal foi para o cemiterio da Ajuda, e mais os lavatorios da sacristia, e a capella da Senhora da Natividade. Foi tambem a pedraria que formava como uma capella onde estava o tumulo da casa do senhor de Pancas, a da porta da sacristia, a fronteira ás portas que havia na capella da Senhora do Valle, a do baptisterio, a que ia para o côro, a que

havia na capella pertencente a Pedro Salgado, as lages da entrada, os degraus da casa do despacho, etc.

Via-se tambem na egreja o tumulo de uma senhora, que ignoro quem fosse, D. Maria Joaquina de Azevedo Diegues; tinha ao centro, por detraz da inscripção, um pequeno caixote de madeira de caixa de assucar forrado de pano (ou baeta), com alguns pregos de latão nos cantos da tampa, e n'esta em cima uma Cruz de galão de prata fina. Dentro outra caixa de chumbo onde se achavam os ossos, e por cima gravada em lettras grandes a data de 1826. Levou-se tudo para o Beato Antonio.

O tumulo da casa de Pancas e os ossos de dentro d'elle, e do jazigo, foram para o Beato, assim como a campa do jazigo do cruzeiro. Os ossos d'este e os dos covaes e do cemiterio foram, como disse, para o alto de S. João.

Finalmente o tumulo de Pedro Salgado foi a pau e corda para o Beato. Dentro d'este tumulo havia alguns ossos, e as solas do calçado do nobre *chançarel*; eram de bico, e tinham um rebaixo em roda, d'onde passava o cosido para meia grossura á parte de fóra. Eis ahi em que findaram as grandezas d'esse ministro, poderoso e considerado no seu tempo. Ironias da sorte! Quem diria a um Louvois, a um Gladstone, a um Saldanha, a um Fouquet, a um João das Regras, a um Pedro Salgado, que de todas as suas galas, de todas as suas influencias politicas, de todos os seus haveres... só restam ao cabo de uns seculos umas solas de botas! Quando restam!...

Saiâmos emfim de Santa Marinha.

Quando o curioso procurar esta vetusta egreja, encontra-lhe apenas o logar. É um largosinho com umas arvores; nada mais. Quando fôr ao museu do Carmo procure os azulejos n.os 612 a 615; eram de lá; peça para ver os setenta e sete fragmentos que José Valentim deixou desenhados dos destroços do derrocado templo, e leia com respeito piedoso as inscripções n.os 503, 504, e 505, que todas tres lhe pertenceram.

*

Nunca passo no largo de Santa Marinha que me não lembre do talentoso artista João Christino da Silva, meu amigo e meu mestre. Habitava e falleceu em 12 de maio de 1877 na casa hoje n.º 22, 23, 24 e 25. D'ahi o acompanhei á sua jazida no alto de S. João.

Não quererá um dia a camara honrar aquella casa com uma lapide? faça o, que o merece a memoria do insigne pintor, talvez o mais cheio de estro que temos tido ultimamente, engenho pouco maturado, pouco reflexivo, mas de extraordinaria pujança e brio!

Quem a fundo o conhecia, quem o ouvia na intimidade, com as suas arrojadas theorias artisticas, formuladas em phrase desleixada mas altamente imaginosa, quem provocava a drede as suas criticas de arte, tão cheias de sabor e tão sagazes, quem lhe escutava a catadupa de historietas engraçadissimas com que elle adubava a conversação, admirava uma das personalidades mais vigorosas que a nossa terra tem produzido.

Foi tudo quanto podia ser? não; dava para muito mais. Oppozeram-se-lhe á maturação completa muitas causas, entre as quaes avultam a falta de direcção na edade propria, e aquella mesma exuberancia de vida que lhe desequilibrou mais de uma vez as poderosas faculdades intellectuaes. Havia porém em João Christino o marmore de Paros em que se esculpem as estatuas dos immortaes.

Cumpre á cidade não lhe demolir a memoria, antes glorifical-a pela gratidão do municipio.

CAPITULO XXX

Continua-se com as Escolas.—Uma casa do conde de Monsanto comprada pelo infante D. Henrique.—Aponta-se a linha por onde essa propriedade veiu a caber ao condestavel D. Affonso.—Vende-a este a el-rei D. Manuel, que a dôa ás Escolas em 1503.—Estatutos d'el-rei D. Manuel.—Diggressão a respeito de alguns professores celebres da universidade lisbonense.—O lente Freixinal.—A rua de Freixinal.—O lente Martim Alho.—A rua de Martim Alho—O lente Pedro Nunes.—A travessa do doutor Pedro Nunes.—Mencionam-se algumas minucias do antigo ritual universitario.—Trajos dos escolares já no seculo XV.—Prestitos.—Exames privados.—Doutoramentos.—Commemorações religiosas por alma do grande infante de Sagres.

Agora basta de Santa Marinha. Pintei-a n'este prolixo parenthesis, porque a estava vendo campear lá no alto do seu outeiro, e desejei repartir com o leitor o que sabia. Voltemos ao que vinhamos tratando.

*

A baixo da mencionada parochia, no mesmo vasto

quarteirão onde eram as casas compradas pelo infante D. Henrique, possuia uma habitação com quintal o 1.º conde de Monsanto, D. Alvaro Pires de Castro, senhor de Cascaes por cabeça de sua mulher D. Izabel da Cunha, neta de João das Regras[1]. Em 1 de setembro de 1443 vendia D. Alvaro essas suas casas ao infante D. Henrique, pelo preço de quatrocentas dobras de oiro bom, que os vendedores receberam em especies, trocando as ditas casas por quarenta e quatro panos de Castella[2].

Não chegou o infante a doar esta sua nova acquisição ás escolas, mas é provavel que o tencionasse; os titulos parece terem apparecido depois no cartorio da universidade. Fallecido em 1460, deixou *por seu herdeiro, adoptando-o por filho, o infante D. Fernando seu sobrinho*, filho d'el-rei D. Duarte[3].

Esse infante, que assim succedia a tão illustre tio nos titulos e rendimentos de sua casa, foi um dos maiores senhores do tempo, e 5.º condestavel de Portugal.

Teve, além de outros filhos, D. Diogo duque de Vizeu, assassinado traiçoeiramente por seu tio D. João II; e este D. Diogo tivera ao condestavel D.

[1] *Lisboa antiga*, parte. II, t. II, pag. 275.

[2] É o que entendo do que diz Leitão Ferreira, pag. 273: *preço de 400 dobras de oiro bom, das quaes os vendedores se deram por entregues por 44 panos de Castella.* Na minha extensa nota sobre as tapêçarias portuguezas já mostrei o altissimo valor d'ellas no tempo antigo. Estas andavam, segundo se vê, por 9 dobras de oiro, e tanto, cada uma. Vide *Lisboa antiga*, parte II, t. II, pag. 384 a 407

[3] *Hist. gen.* T. II, pag. 410.

Affonso. Está-se a ver, claro como agua, o modo por que as casas compradas em 1443 a D. Alvaro Pires de Castro, eram em fins do seculo propriedade de D. Affonso, que as vendeu a seu tio el-rei D. Manuel.

Este por carta de 18 de janeiro de 1503 fez d'ellas doação á sua universidade de Lisboa. Partiam com outras, que a mesma universidade, *comprara ao conde de Penella*, *e com duas ruas publicas*[1].

Ahi pois, e na casa ampliada e embellezada do infante de Sagres, se hospedaram condignamente as nobilissimas escolas, que tanta fama tinham já deitado, e que tão bizarras souberam corresponder ao que d'ellas aguardara o augusto fundador.

E dizem os estatutos d'el-rei D. Manuel:

Fazemos mercè e doação á dita universidade de outras casas em logar que parece mais conveniente, edificadas em fórma de escolas geraes.

Frei Francisco Brandão[2] infere d'essa phrase *em logar que parece mais conveniente* a opinião de que tinham sido outras as casas doadas pelo infante para os estudos; e que, *por não serem tão accommodadas*, *el-rei D. Manuel lhes deu estas*, *e as dispoz em fórma de escolas*.

Nada o auctorisa, que eu saiba, a suppor tal. N'aquellas palavras refere-se el-rei com certeza ás

[1] Leitão Ferreira, pag. 434.

Havia na freguezia da sé uma *rua do conde de Penela;* e na de S. Vicente o *beco da condessa de Penela;* provavelmente este ultimo era uma das taes duas ruas publicas (talvez a que sobe até Santa Marinha; hoje calçadinha do Tijolo).

[2] *Mon. Lusit.* Liv. 16, cap. 72, pag. 163.

poisadas da moeda velha, e determina assim a definitiva transferencia das aulas para a casa doada por D. Henrique, e já accrescentada, como vimos, por elle proprio.

As obras d'el-rei D. Manuel na casa dos estudos deveram ser consideraveis. O edificador da Misericordia havia de deixar ahi o seu sinete impresso! porém tudo quanto fez desappareceu.

*

Agora, se me é permittida outra leve interrupção deixem-me lançar ao papel uma idéa associada.

Vejo pela primeira vez, que me lembre, mencionada em Christovam Rodrigues de Oliveira uma rua d'esta freguezia de S. Thomé, denominada *rua do Freixonal*. Sabem? ligava-se estreitamente com os estudos geraes.

É esse nome a adulteração de *Freixinal*; e *Freixinal*, e não *Frey Xinal* (como apparece escripto por exemplo na chronica de Goes[1]) era um sabio, *mestre cathedratico de grammatica* em tempo d'el-rei D. Manuel, nos estudos de Lisboa, e provavelmente, como outros, castelhano, e oriundo da terra de *Freixinal*, d'onde tiraria o nome.

Será atrevimento conjecturar que esse sabio, ahi residente algures, désse nome por fim de contas á sua rua, pela popularidade de que gosava?

[1] Parte IV, cap. LXXXIV.

*

Succedeu o mesmo com Martim Alho, que pelo meio do seculo XV era mestre de theologia *ou doutor de degredos* nos estudos de Lisboa[1], e fixou o seu nome a um beco, ou estreita rua, de que falla a *Maria Parda* de Gil Vicente, e que os livros de Christovam Rodrigues de Oliveira e Carvalho da Costa collocam na freguezia da Magdalena, junto á sé. D'essa mesma sé era conego o dito Martim Alho, *pessoa de muita auctoridade e respeito, de quem fazem menção as chronicas* do tempo d'el-rei D. João 1[2]. Leitão Ferreira, com a sua minuciosidade e consciencia habitual, explica bem onde ficava essa rua, dizendo:

Entrando pela rua das Pedras negras, junto a um arco chamado do Cangrejo, á mão direita indo para cima, ha um beco que se chama de Martim Alho, com saída para a calçada do Correio mór. Conjectura-se —accrescenta o auctor—*que este lente lhe deixou o nome, tendo ahi a sua habitação*[3].

*

Havia na proxima freguezia do Salvador uma travessa, que vejo mencionada pela primeira vez nas listas de Christovão Rodrigues de Oliveira, e que teve artes de aguçar muito ao vivo a minha curio-

[1] Leitão Ferreira. *Not. chron.* pag. 345.
[2] *Hist. gen. da C. R.* T. XI, pag. 791.
[3] *Not. chron.* pag. 345.

sidade. Fallo na travessa *do doutor Pedro Nunes.* Não sei ao certo a qual das actuaes serventias corresponde. Perguntei a mim proprio: tratar-se-ha por acaso do celebre mathematico, gloria de Portugal e inventor do nonio?

Depois de meditar, eis o que pude conjecturar:

Pedro Nunes, o cosmographo, era natural de Alcacer do Sal, onde tinha a sua casa; e a residencia d'elle na capital do reino foi muito interpolada; logo, pode, até certo ponto, duvidar-se de que tivesse fixado o seu glorioso nome a qualquer rua publica em Lisboa.

Havia outro alto funccionario da côrte e casa d'el-rei D. Manuel e d'el-rei D. João III, o chamado vulgarmente *Doutor Pedro Nunes,* védor da fazenda da India em 1520, e como tal mencionado ainda n'uma carta d'esse ultimo soberano aos vereadores de Goa em 26 de março de 1532 [1]; parece tambem ter sido chanceller da casa da Supplicação em 1534, e juiz dos feitos da alfandega de Lisboa. A elle se referem os documentos que se acham no *Corpo chronologico* citados por Antonio Ribeiro dos Santos [2].

Não posso pois affirmar em plena consciencia a qual dos dois homonymos se referiria a travessa; mas nada me custa a crer que fosse ao celeberrimo astronomo [3].

[1] Citação que se encontra a pag. 8, fasc. 1.º do *Archivo Portuguez Oriental* de Rivara.

[2] Na sua *Memoria da vida e escriptos de Pedro Nunes* (*Mem. de Litt. port.* da Acad. real das sc., t. VII, pag. 255).

[3] D'elle trata largamente Leitão Ferreira. *Not. chron.* pag. 492 e seg.

Teve com effeito larga residencia em Lisboa, se bem que interpolada, depois de ter sido chamado de Salamanca para ler mathematica na capital portugueza, onde tambem leu logica em 1530. Podia pois morar nas immediações da universidade, e ter fixado o seu nome á viella em que habitava.

*

Outra boa curiosidade:

Nos estatutos a que acima alludi, jurados na sé em 16 de julho de 1431, se me depara o primeiro vestigio de uma tal ou qual uniformisação nos trajos dos lentes e dos escolares: lentes, licenciados, e bachareis, haviam de usar *habito honesto, ao menos talar;* e os estudantes *ao menos até meia perna* [1].

Sabe-se tambem que a universidade fazia uns prestitos solemnes annuaes, vistosas procissões de caracter meio religioso, em dias fixos, de umas egrejas para outras [2].

Além d'isso era uso darem os arcebispos de Lisboa os pontos para os exames privados na sé; os actos celebravam-se na casa do cabido, *precedendo um acompanhamento de toda a universidade, a qual se ajuntava na igreja da Magdalena, ou em outra qualquer circumvisinha.*

Eram tambem na sé cathedral os doutoramentos, ou na egreja do Hospital de Todos os Santos, ao

[1] Leitão Ferreira, loc. cit. pag. 270.

[2] Ibid. pag. 576.

Rocio, ou nas casas do capitulo da Graça, de S. Vicente de fóra, ou de S. Domingos[1]. Costumes tão interessantes hoje, por desdizerem muito dos nossos.

Mas d'entre todas essas ceremonias rituaes sobresaem as commemorações estatuidas pelo grande infante D. Henrique n'uma sua carta de 22 de setembro de 1460 feita na villa *do Infante*. Dota essa carta a cadeira de prima de theologia no estudo de Lisboa com os dizimos dos rendimentos da ordem de Christo na ilha da Madeira, e impõe as seguintes clausulas:

Havia o cathedratico de começar cada lição lendo em alta voz a dita carta, e pedindo aos ouvintes um Padre Nosso e uma Ave Maria por alma do infante, pelas dos seus parentes, e pelas dos cavalleiros da ordem. Como é bello isto!

No dia de Natal havia o mesmo cathedratico de theologia de ir prégar ao mosteiro do Salvador, pedindo tambem, antes de entrar em materia, um Padre Nosso e uma Ave Maria por alma do infante.

No dia da Annunciação, 25 de março, havia de ir cantar Missa e prégar ao convento da Graça, acompanhando-o até lá em procissão os reitores, conselheiros, lentes, e todos os escolares, encommendando em mente a alma do infante, *em remembrança*—determina elle—*da doaçom q̃ lhe fiz das casas em q̃ está o dito estudo.* Antes de começar a Missa havia o celebrante de voltar-se para o povo exhortando-o a rezar pelo doador[2].

Digam-me os espiritos *fortes* de hoje em dia, tão

[1] Id. ibid.

[2] *Monarch. Lusit.* P. v, fl. 322 v,

anchos nos seus tacanhos orgulhosinhos, e tão risiveis nas suas balofas nullidades, se o que elles fazem, o que elles legislam, o que elles labutam, vale por sombras estes ceremoniaes religiosos e solemnes, tão singelos de si, mas tão augustos na sua singeleza e significação!

Ó meu Portugal! estão-te matando estes legisladores que tudo querem atheu! tudo! os registos civis, a escola, a vida, o enterro!...

CAPITULO XXXI

E ULTIMO

Transferencia derradeira da universidade para Coimbra.— Novo destino que se dá ás casas do infante em Lisboa: recolhimento de condemnados da Inquisição.— Relance de olhos aos crescimentos rapidos da capital.— Rumor e incommodo das ruas.— Depoimento de Garcia de Resende.— Versos do poeta Antonio Ferreira.— Palavras de D. Rodrigo da Cunha.— Jorge Ferreira de Vasconcellos e a sua *Eufrosina* citados a proposito.— Esboceto do antigo estudante.— Mantem-se em Lisboa o nome do *Bairro dos escolares*, e o de *Escolas geraes*.— Alargamento da rua de S. Thomé.— Proposta do vereador Estrella Braga em 1877.— Instancias do vereador Camara.— Mudança do nome da rua de S. Thomé em *rua do infante D. Henrique*.— Proposta do vereador Andrade para a collocação de uma lapide.— A lapide que regulava o recuo dos vehiculos, conservada no museu do Carmo. —Menciona-se um artigo do sr. Vilhena Barbosa no *Archivo Pittoresco*.—Desacatos e vilipendios das modernas vereações ás casas historicas das escolas.—Descripções.—Estado actual do pobre edificio.— Aventuras de um pesquizador.— Conclusão do capitulo e do volume.

Chegou el-rei D. João III, e viu que Lisboa, pelos seus augmentos rapidos, pela sua população crescente, pelo seu bulicio, pelas suas aspirações elegantes, pela

sua feição commercial, não era talhada para ninho de estudiosos; e que fez? tornou a transferir no meio de 1537 a universidade, já affeita a esses *chassez croisez*, para o remanço da mortiça e campestre cidade de Coimbra[1].

Teve então a poisada do infante novo destino; sabem qual? o de servir de *recolhimento dos condemnados pela Inquisição para fazerem penitencia n'aquelle logar, onde lhes pregam* (diz Damião de Goes), *e os ensinam, até que sentem n'elles estarem confirmados na doutrina da fé catholica, e então os deixam ir; e assim se faz* (accrescenta elle) *por aquellas escolas estarem de vazio desde o tempo que el rei D. João* III... *mandou mudar d'ali os estudos para a cidade de Coimbra*[2].

N'outro ponto da sua chronica explica o mesmo escriptor, e confirma, a sua asserção, dizendo: *Com os culpados na Inquisição se usou sempre de muita clemencia, e para os penitenciados ordenou* (o Cardeal D. Henrique) *um collegio onde foram as Escolas geraes, e ali são doutrinados em a fé, e consolados com prégações, e os pobres mantidos com esmolas, como são os do outro carcere*[3].

*

Sim, desenvolvera-se Lisboa desmedidamente.

[1] Leitão Ferreira.
[2] *Chron. de D. Manuel.* P. IV, cap. LXXXV.
[3] Damião de Goes, *Chron. D. Manuel.* P. III, cap. XXVII.

A todos estão lembrando as palavras de Garcia de Resende:

Lisboa vimos crescer
em povos e em grandeza,
e muito se nobrecer
em edificios, riqueza,
em armas, e em poder.

Porto e trato não ha tal;
a terra não tem igual
nas frutas, nos mantimentos;
governos, bons regimentos,
lhe fallecem, e não al[1].

Já n'outro livro meu[2] pintei de relance o quanto Lisboa se tornara de inhospita para estudiosos. As ruas, tropeadas de ginetes, e atravancadas de mercadorias, eram um inferno. Lá o diz Antonio Ferreira, o Horacio portuguez:

Pelas ruas mil cambos, mil recambos,
cargas vem, cargas vão, mil mós, mil traves,
um arranca, outro foge, e encontro entre ambos[3].

E um escriptor justamente celebre desenha d'esta fórma pittoresca:

Foi entretanto crescendo esta cidade em multidão

[1] *Miscellanea.*
[2] *Antonio Ferreira poeta quinhentista, estudos biographico litterarios.* Livro I, cap. IX.
[3] *Cartas,* II, IV.

de gentes naturaes e estrangeiras, mercancia e negocio, fazendo-se cada vez mais incommenda para as lettras, que de si pedem quietação; distrahiam-se os estudantes no trato e novidade das nações que nella entravam, na communicação dos soldados, que se ajuntavam para provimento das continuas armadas que d'aqui saiam para nossas conquistas; embaraçavam-se cada dia com elles em brigas e n'outras discordias, que seria longo contar[1].

Foi pois acertadissima a resolução d'el-rei D. João III, e com ella medrou no seu remançoso estáo de Coimbra a velha fundação de D. Diniz.

*

Marcou época na longa e brilhante existencia da universidade portugueza a sua trasladação definitiva para Coimbra. A propria litteratura frivola das comedias, fonte preciosa e inesgotavel de minucias authenticas e palpitantes do viver cidadão, nos deixou rasto da passagem dos estudos geraes para a velha cidade de Attaces. Haja vista a *Eufrosina* de Jorge Ferreira.

Aquelle doutor Carrasco, lardeando de latinorios corriqueiros as suas fallas todas, expressando-se n'um tom pedantesco e escolastico, não será a consumada caricatura de algum designado sujeito do corpo cathedratico?

E a vida buliçosa da estudantina á sombra dos

[1] D. Rodrigo da Cunha, *Hist. ecc.* fl. 214 v.

sinceiraes, com os seus descantes e os seus eternos galanteios, não inspiraria o auctor quando traçou com a sua penna gaiata, essencialmente moderna e observadora, aquelle dialogo entre Sylvia e Eufrosina no acto IV, scena V?

Oiçam:

EUFROSINA

Que estudante é aquelle que ali vai? Conheceil-o?

SYLVIA

Dar-m'o-hia o demo a conhecer. Cuido eu que é elle aqui nosso visinho, e presa-se de meu servidor, segundo me a my Victoria quer dar a entender antre jogo e zombaria. E vem sempre a sua casa uma má visão d'elles. São as musicas e festas que fazem, que parecem diabos, segundo ella diz; e vosso pae ás vezes se amofina com elles porque lhe ficam lá da banda da sua camara.

Não reparam? ahi se percebe outro vestigio das desavenças do pacato burguez com o endemoninhado estudante.

*

No meio pois da rumorosa Lisboa heroica, ou da formosissima Coimbra, destacava-se, com o seu alegre perfil, truanesco e brigão, a entidade estudante, o dilecto das successivas gerações, o esperançoso rebentão das familias nobres e burguezas de Portugal.

N'aquelle enladeirado *bairro dos escolares* era o

estudante um rei pequeno, e sabia que o era, e a sua realeza era acatada e temida.

....

Por noites calmosas de verão, ao longo das viellas do bairro, quem passa cantarolando ao som das guitarras? é o estudante.

Á adufa das moçoilas formosas, no escuro das travessas, apenas allumiadas das lanternas pendentes nos nichos dos Santos, quem gargareja amores ephemeros, que lhe parecem destinados a viver sempre? é o estudante.

Nas justas e torneios da sabbatina, quem se bate como um leão, a golpes de dialectica? é elle.

Nos dias de feira, quem anima os feirantes com os seus chistes? quem provoca o sorriso da vendeira com os seus ditos e a sua bonhomia de gaiato?

Nas arruaças com o elemento cidadão, quem é o trasgo que ennovela e desorienta os terços d'el-rei? é elle, é elle, o estudante, o moço imberbe e descuidoso, que, sempre capa-em-collo, se vae meneando entre sorrisos e desdens de abastado, insultando a drede o argentario villão, traçando com desgarro fidalguesco a sua capa negra, ou afagando com dedos peritissimos a banza das serenatas.

A lua cheia é o seu enlevo; lembra-lhe as descamisadas da aldeia. A disciplina escolar é o seu terror; lembra-lhe as durezas do *tronco*, onde por acaso dormiu já alguma noite. A mulher é o seu idolo; traz-lhe á idéa devaneios, que elle ainda nem sabe o que são!...

Passa no seu cyclo de poucos annos, e deixa por onde quer que passou o rasto de loucuras engraça-

dissimas. Os seus crimes são as venialidades facetas com que se desenfastia do estudo, e das horas lôbregas das lições.

Quem é o estudante? ninguem o sabe. É fidalgo? é plebeu? é lettrado? é mero tunante? é; de tudo participa, e por isso é encantador.

D'onde veiu? ninguem o saberá. Onde está? onde mora? quasi que o não suspeita elle proprio. Para onde vae? para que pincaro social se encaminha? só Deus o poderá dizer.

Para o estudante é o *bairro* um couto privilegiado, que lhe suppre o mundo, e lh'o deixa entrever alfombrado de flores. Do seu antro, onde a meza de pinho e o candieiro de latão são a mobilia e os adornos, encara elle a cidade official e realenga onde preside a auctoridade suprema, o primeiro dos grandes, o que se chama el-rei; e sonha delicias!...

Vê por festas passar a cavalgada da rainha, precedida de charamellas; vê nas suas hacanêas as figuras loiras das infantas com suas damas; descarapuça-se, e pensa; e á noite illuminam-se-lhe os sonhos no seu grabato de adolescente!...

A sua casa, os seus paes, o remanço da familia, com umas tias velhas que o amam, lá ao longe, n'algum ermo hereditario, na provincia, negaceiam-lhe no espirito como saudades; e elle tem a arte suprema de entrelaçar essas saudades (que a final sempre são flores) entre os espinhos da sua vida de ocioso atarefado.

Fugaz e incoercivel como Scapino, brande o estudante a varredora durindana de Scaramuccio, que o porvir lhe transforma alguma vez no montante do

Salado ou de Aljubarrota, na lança de Azamor ou de Chaul.

Temido, mas queridissimo, sabe o estudante insinuar-se como serpente; e a sua apparição nos serões do abastado, ou nas danças-de-roda dos quintaes de Alfama, á luz da fogueira jovial, é a gargalhada, o galanteio, a alegria contagiosa, o reboliço do prazer.

*

Tal é em dois traços o estudante lisboeta, sempre pobre, sempre mal trapido, mas sempre mais baldo nos seitís do que na facecia e na resposta.

Coração de oiro, é vêl-o pugnar cada dia pela causa dos fracos, tão aprumado diante das tyrannias e prepotencias, como arco onde estalasse a corda.

Sim; tal era o estudante; tal é ainda, e tal ha-de ser em toda a edade.

Perdoem-me o esboceto a lapis. Continuemos com o theatro onde elle foi tão principal actor.

*

Das illustres e notabilissimas escolas de Lisboa, dos seus sabios lentes estrangeiros, dos seus aproveitados alumnos, do seu bulicio, da influencia de taes cursos na civilisação portugueza, do esplendor dos seus graus,... restava em 1552, conforme a sempre citada *Estatistica* manuscripta, o nome de *Rua do bairro dos escolares*, e resta o nome de *Escolas Geraes.*

Em sessão da camara de 30 de abril de 1877, e já pela segunda vez, instou o sr. vereador Estrella Braga pelo alargamento da rua de S. Thomé, que sendo de muita passagem era incommodissima. Pediu que dos 200 contos de réis do emprestimo contrahido para a construcção do mercado da Ribeira Nova e outras obras, se tirasse a quantia necessaria para começar desde logo com os estudos technicos[1].

Em 26 de setembro insiste no assumpto o vereador Camara Manuel[2]; a vereação resolve favoravelmente na sessão de 21 de novembro; o mesmo vereador repete as suas instancias em 12 de dezembro, conseguindo que se mande estudar a proposta pela commissão de obras e melhoramentos[3].

Em 16 de janeiro seguinte (de 1878) é remettido pela camara á commissão de obras e melhoramentos o accordam do conselho de districto, de 5, approvando a resolução que a mesma tomara em 21 de novembro para o alargamento da dita rua, accordam que fôra remettido á vereação em officio do governo civil de 9[4].

Correu a demolição com rapidez; logo em sessão de 11 de julho de 1881 a commissão de obras apresentou o parecer n.º 925 para se obrigarem varios proprietarios a edificarem predios nos sobejos do terreno já alargado na dita rua[5].

E depois de tantos trabalhos lá está emfim alar-

[1] *Arch. Mun. de Lisb.* 1877, pag. 123.
[2] Id. pag. 418.
[3] Id. pag. 596.
[4] *Arch. Mun. de Lisb.* 1878, pag. 35.
[5] *Arch. Mun. de Lisb.* 1881, pag. 393.

gada a rua de S. Thomé, com grande utilidade publica, diga-se a verdade. O nome é que era inutil tirar-lh'o.

O alargamento fez-se do lado direito de quem vae para Santo André; ahi todos os predios são novos; o lado esquerdo conserva a sua feição antiga.

Foi em sessão da camara municipal de 12 de outubro de 1882 que o sr. vereador Manuel José de Andrade propoz, que á rua e largo de S. Thomé se desse o nome de RUA DO INFANTE D. HENRIQUE, em memoria, dizia o proponente, *da doação que este principe fez ao estudo da cidade de Lisboa, de umas casas que existiam nas proximidades da referida rua e largo;* e propoz tambem, que no largo se collocasse esta inscripção:

Nas proximidades d'esta rua existiram as casas doadas por escriptura de 12 de outubro de 1431 pelo infante D. Henrique á universidade então chamada Estudo geral de Lisboa. Em memoria d'esta doação do infante D. Henrique a camara municipal de Lisboa em sessão de 12 de outubro de 1882 deliberou que esta rua e largo se ficassem denominando rua do infante D. Henrique, e que se collocasse aqui a presente lapide[1].

Com o devido respeito, e sem querer por fórma alguma desconhecer as optimas intenções do sr. Andrade, parece-me que bastava a collocação de uma lapide, no largo de S. Thomé; parece-me inutil o

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1882, pag. 576.

ter-se destruido o ultimo vestigio da velha parochial.

Bem lhe bastava o terem-n'a demolido; agora até o nome lhe riscam. Mas o que tem graça é isto: destruiram o nome da egreja, e a lapide não se pôz.

*

Quando eu era rapaz, parecia para mim uma festa a chegada do *Archivo Pittoresco* lá a casa de meu Pae. Lia-o com elle, e reliamos e commentavamos os interessantissimos artigos do sr. Vilhena Barbosa. Foi o sr. Vilhena Barbosa e a voz suave de meu Pae, que me influiram este gosto entranhado da archeologia lisbonense; confessal-o-hei sempre.

Logo que chegou em 1862 o n.º 42 do tomo v, ao lermos[1] o artigo intitulado *Paços da universidade*, acompanhado de tres estampas, que vinham completar a gravura da pag. 317, corri ás Escolas geraes, sitio mais apartado do meu Buenos Ayres do que Pompeia ou Herculanum (que essas conhecia eu a palmos); e observei por meus olhos o que me dizia o erudito escriptor. Ainda lá vi, no fundo do seu pateo, o modesto e caduco edificio, com as suas cinco portas todas diversas no feitio e na altura, as suas cinco janellas dessymetricas, o seu torreão truncado á banda esquerda, o seu ar pobrissimo, os seus relevos preciosos, e os seus inquilinos proletarios... e quasi manuelinos. Aquillo tudo fazia dó, mas in-

[1] A pag. 335.

fundia não sei que respeitoso affecto, que mal posso definir. Faz-me lastima quem me não comprehenda á legua.

Nas minhas excursões de sonhador muitas vezes lá tornei, ruminando já (sem o suspeitar) a futura *Lisboa antiga*. Estas gestações intellectuaes levam annos!

Um dia, quando não sei,
fui ver as gastas ruinas,

como diria Thomaz Ribeiro; ia comigo o meu dilecto amigo Simão Paes. Chegámos. Em vez do que eu deixara, encontro um infame prediosinho vilmente amodernado, a olhar para mim com o seu desplante plebeu, e a escarnecer-me. Dei um salto, um grito, e ia morrendo desfallecido nos braços do meu companheiro.

Ó vereações!—clamava eu possesso, como clamaria D. Quichote se tivesse a mania archeologica —ó homens que nós escolhemos para zeladores dos nossos interesses! ó superintendentes do municipio! ó almas mercantis! que fizestes das ruinas dos paços de D. Henrique?! Como deixastes que um proprietario analphabeto (não sei quem era, nem quero saber) vilipendiasse aquelle brazão da cidade?! como lhe não expropriastes aquelle edificio historico e nacional?! Que tristes contas nos podeis dar a nós todos do vosso vandalismo em segunda mão!!? ó miseros vereadores, que fizestes!...

Mas fallemos baixo; que nos não oiça a Europa. Ao passo que o sr. vereador Manuel José de An-

drade forcejava nobremente assignalar com um padrão epigraphico o sitio approximado da doação do infante D. Henrique, os seus collegas de 1860 e tantos deixavam deshonrar, pela economia de dezoito vintens em cobre, o solar do infante de Sagres.

Bravo! Bravo! assim é que nos elevamos aos olhos do mundo.

....

Sobre a rua levantava-se (anterior talvez a el-rei D. Manuel) um muro alto com ameias; apearam-n'o; o sr. Vilhena Barbosa ainda attesta a sua existencia em 1862. Por cima da porta viam-se no tempo de frei Francisco Brandão, e no de Leitão Ferreira, as armas reaes sobre a esphera manuelina, sobrepojadas de coroa aberta, *sustentadas por baixo nas mãos de dois pequenos anjos; e aos lados das mesmas estavam duas espheras em separada proporção, e de egual feitio*[1].

A dita porta, descreve esse mesmo escriptor, *não é mui larga nem mui alta, e é formada em um arco de pedra branca sem lavor nem magnificencia.*

Lá por dentro ainda o auctor das *Noticias chronologicas* viu *alguns vestigios das aulas do estudo.* Eram no tempo d'elle *casas habitadas de particulares moradores.*

Em 1755, diz Pinho Leal que *eram estes paços habitados por diversos proprietarios e inquilinos, morando n'elles tambem no dia do terremoto monsenhor Amaral, prelado da egreja patriarchal*[2].

[1] Leitão Ferreira, pag. 435.
[2] *Port. ant. e mod.* T. IV, pag. 129.

Causou o terremoto consideravel destroço na casa, e alterou-lhe muito a nobreza e distincção do porte. Poucos vestigios restavam do antigo em 1826; dil-o incidentemente (aliás enganando-se) o padre José Agostinho de Macedo no seu longo e erudito parecer sobre a *Historia chronologica e critica da real abbadia de Alcobaça* por frei Fortunato de S. Boaventura; são estas as suas palavras:

El-rei D. Diniz fundou em Lisboa um germen de universidade, no sitio ainda hoje chamado ESCOLAS GERAES, *de que ainda resta um portal e uma abobada arruinada*[1].

Que diria a sombra do marido de Santa Izabel se presenceasse tamanhos desacatos?

E quantas lagrimas não choraria o infante de Sagres (os soldados do duro Ulysses tambem sabiam chorar) se lhe dissessemos, ás horas mortas em que elle vagueia por ali:

—Senhor! sabei que o vosso paço, a casa que doastes com tanto amor á cidade de Lisboa, o solar das lettras portuguezas, aquelle sanctuario que todos deviam venerar, estremecer, e restaurar..... é agora o ignobil PATEO DOS QUINTALINHOS!!!... agora, sim, agora, n'este polido, reformador, presumpçoso e vaidosissimo seculo da liberdade!!!!... PATEO DOS QUINTALINHOS!!!!!!!!

[1] *Parecer*, pag. IX.

*

....

Hoje 7 de março de 1886, domingo de entrudo, fui-me divagar por Alfama, e cheguei ás Escolas geraes. Manhã escura e chuvosa; tanto melhor. Alfama lucra com a penumbra. Julgam alguns que é melhor estudal-a á noite, mas é engano; seria optimo, se não fosse o gaz; o gaz em Alfama é um anachronismo importuno. Prefiro pois os dias bruscos. A atmosphera lugubre lança por sobre aquelle acervo de casebres historicos uma velatura de incontestavel grandeza.

*

Eis o estado actual do edificio.

Para a banda da rua denominada *Escolas Geraes* ha hoje, em vez dos altos muros coroados de ameias, um muro amarello coroado de simples grade de ferro. Ao meio do muro uma porta moderna de volta inteira, com grade que nunca se fecha. Quem entra essa porta sobe uma rampa, tambem resguardada de grade, e acha-se n'um plano muito superior ao da rua. É um vasto pateo, miseravel na sua plebeia vulgaridade. Ao fundo, a casa antiga já toda alterada do que ainda a conheci. Tem rez do chão e primeiro andar. No rez do chão, a contar do lado direito, vê-se uma porta estreita, que introduz para uma escada de pedra, serventia publica para a rua da Oliveirinha e largo de Santa Marinha; depois

d'essa porta estreita, correndo para a esquerda, uma janellinha; depois uma porta larga; depois outra; depois outra ainda; e por fim uma janella. No andar superior, cinco janellas de peitos. Á banda esquerda d'esta fachada mendiga, lá se ergue acima do telhado um vislumbre do antigo torreão; em vez de uma sacada antiquada, que ainda lá vi, pertencem-lhe duas das cinco janellas que enumerei.

Tudo caiado, banalisado, despojado de qualquer vestigio venerando.

Aos dois lados do pateo umas baiucas baixas, com gallinheiros de madeira pela frente, roupa estendida, gaiolas de pintasilgos. Um ar de aldeia, sem a ingenuidade ao menos; um prosaismo derrancado, com a pronuncia torpe das viellas ignobeis; um horror!

Subi, lá no fundo do pateo, pela tal escada de pedra; e depois de ter trepado varios lanços, achei-me na rua da Oliveirinha. Ahi, á direita de quem sae, no ultimo patamar das escadas, vi uma boa porta ogival, de singelissimo desenho, com uma esculptura na parte superior.

Essa esculptura, de que falla o sr. Vilhena Barbosa no *Archivo pittoresco*[1], deve ser um dos preciosos fragmentos do edificio do seculo xv. O que significa ninguem pode saber. Descreve-a esse sabio investigador citado, *uma figura humana em pé, vestida de roupas talares*, *com uma inscripção por baixo, em caracteres gothicos um pouco apagados, representando estarem gravados n'uma fita.* Não me parece. Vi, com a maior attenção, uma figura que

[1] Tomo v, pag. 396.

semelhava de mulher, sentada, desgrenhada, talvez, e posta por baixo de um rudimento de baldaquino meio gasto e destroçado. Aos pés d'ella uma especie de fita com lettras.

Quiz lel-as. Com uma perseverança heroica tive artes de obter de uma visinha um moxo, um copo de agua, e uma escova. Fui á tenda proxima, comprei papel, e trepei a fazer um calco. Estando a bater com a escova, abriu-se de subito a porta ogival, e irrompeu um troço de fadistas, de calça de bocca de sino, que lá para dentro, algures, eu ouvia jogar o chinquilho. Pararam todos cinco a olhar. Continuei imperturbavel. Fraternisaram.

O calco ficou abominavel, e depois de varias tentativas infructuosas tive de resignar-me a não o poder decifrar. Elles retiraram, julgando de mim Deus sabe o quê, mas não grande mal.

Essa pedra, assim como outras que havia d'antes na frente da casa, sobre o pateo, conjectura o sr. Vilhena Barbosa, que *seriam provavelmente ali collocadas depois da doação do infante D. Henrique, pois que se achava embebida nas paredes, sem ligação com os arcos das portas.*

Afastei-me triste e desconsolado. Faz horror isto de andar uma pobre minoria a combater contra a inercia das maiorias frivolas e ignaras. Somos os descomprehendidos paladins do passado, e apupamnos.

Sim; mas o bom senso do futuro tem de apupal-os a elles.

*

Chatissimos ignorantes! Permittem-se mofar dos que andam, sem estimulo e sem tregoa, a cavar nas ruinas, e a tentar, a custo de trabalhos que lhes sugam a vida, reconstruir aos fragmentos a historia do que foi, honrar os mortos, e ensinar os vivos! Permittem-se olhar para nós do alto da sua balôfa nullidade, perguntando com ar de sufficiencia alvar o que traz de *resultados praticos* este labutar incessante, este revolver de memorias!

Pois perguntem muito embora. Não serei eu que lhes responda.

Agora reparo: o capitulo vae longo; o dia está chuvoso e melancolico; preciso descançar. Termino aqui.

. . . .

*

Se parece aos leitores cerremos tambem o livro. Peço perdão das longuras, das divagações, das enfadonhas prolixidades; mas que querem? isto de juntar tantas minucias, e dar unidade a tantas bagatellas, é o mesmo que estar bordando a missanga. Sim, estou bordando a missanga; por que não? o que não quero é que se me desenfiem as contas; por isso ando com sete sentidos.

Se o desenho a final ficar vistoso e correcto, e sobretudo se ficar parecido, por bem pago me darei.

*

Perguntava um amigo epigrammatico a outro (pelos modos grande fallador):

—Qual é a historia mais aprazivel? não sabes?

—Não.

—Para o ouvinte é a mais curta.

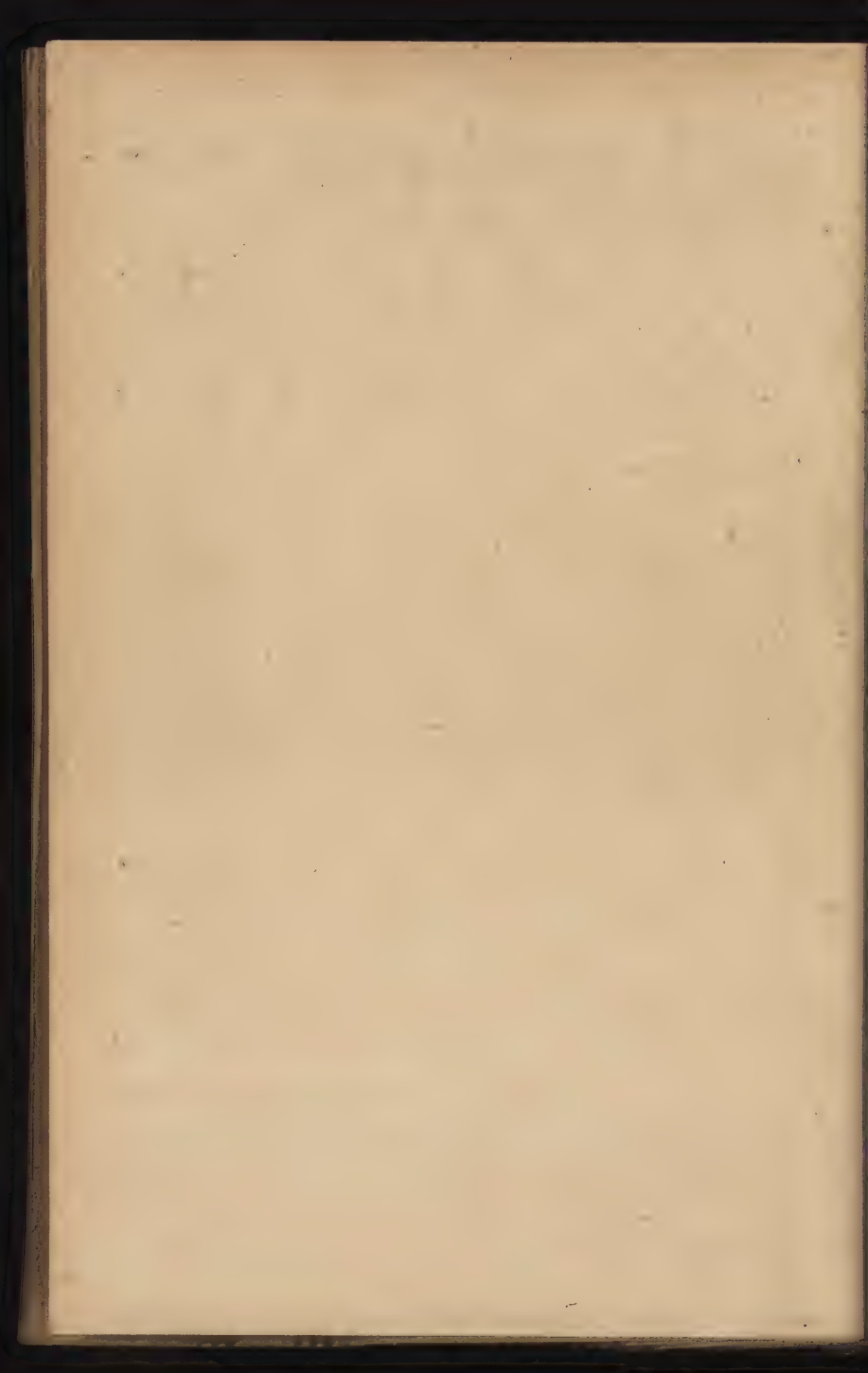
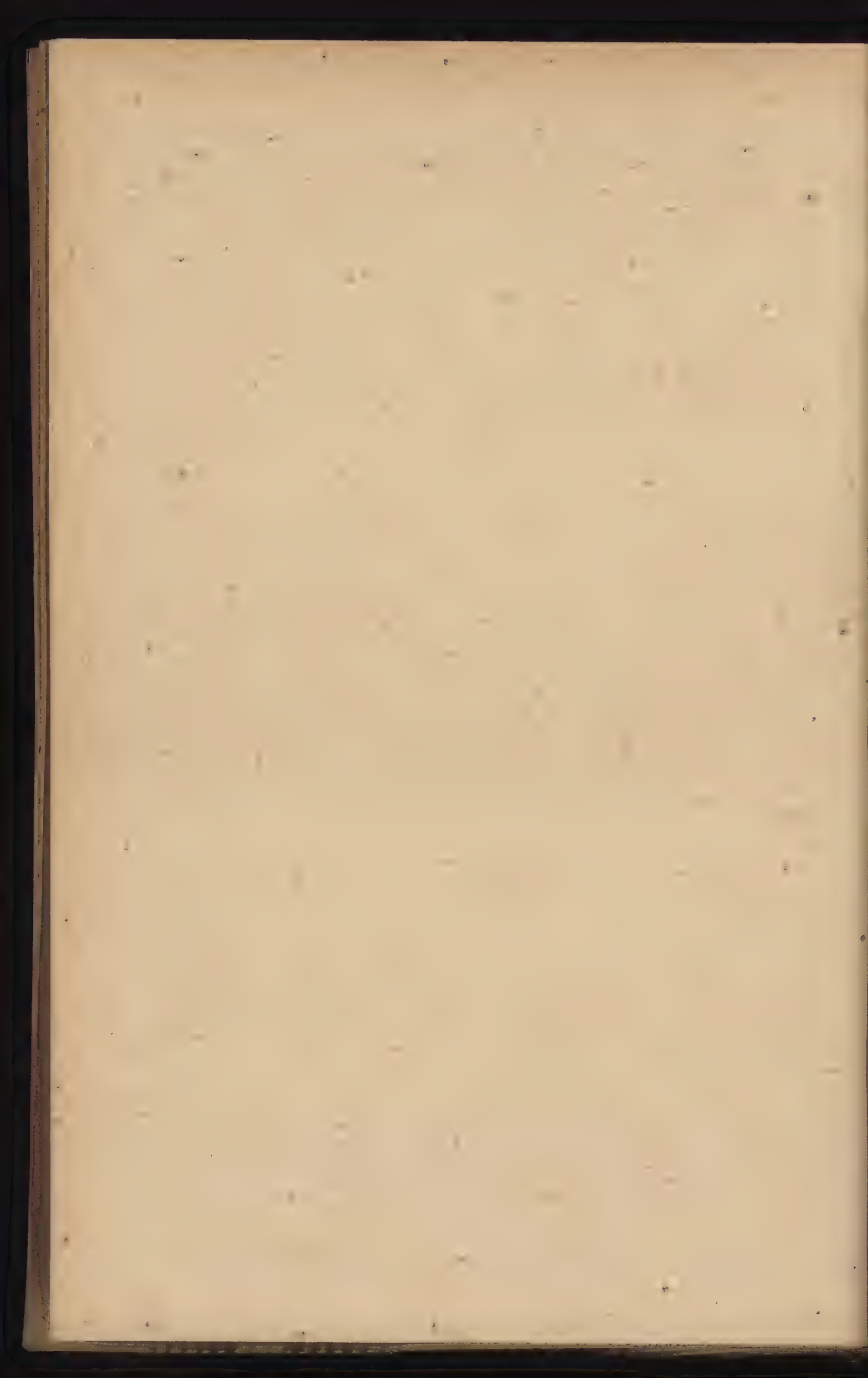
—E para o narrador? não calculas?—interrogou por sua vez o outro.

—Não.

—A mais comprida.

Ora esta *Lisboa antiga*, esta variadissima historia que emprehendi narrar, é certamente muito estirada para os ouvintes; mas para mim (tamanho é o gosto que tenho em fallar do meu Portugal e da minha linda cidade natalicia)... ainda assim é curta.

Perdoem-me. Sou o tal fallador, que, por egoismo, não se pode calar.

FIM DO QUINTO VOLUME

NOTAS

NOTA I

PLANTA DE LISBOA POR TINOCO

(FRONTISPICIO)

Existia em poder do benemerito general Eusebio Candido Cordeiro Pinheiro Furtado a planta original da cidade. O possuidor, sempre sollicito nos melhoramentos publicos, desejou vulgarisar esse documento, e mandou-o lithographar. Enviou á camara municipal de Lisboa em 30 de dezembro de 1850 um exemplar da sua copia com este officio:

Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Sr.— Apresentando agora com grande satisfação á ex.^ma^ camara municipal, de que v. ex.^a^ é dignissimo presidente, uma copia da singular e preciosa carta topographica da antiga cidade de Lisboa, cujo autographo possuo, levantado em 1650 pelo architecto João Nunes Tinoco, desempenho a minha promessa, que deu occasião ao officio de v. ex.^a^ de 19 de novembro ultimo, que muito me lisongeou; e persuado-me fazer á ex.^ma^ camara um brinde que ella por certo tomará no alto e devido apreço, que merece, já pela sua antiguidade, e já pela exactidão que se nota em sua execução. Por quanto confrontada esta com a moderna carta topographica de Lisboa e seus suburbios levantada em 1807, e lithographada e publicada em 1831, observa-se que o bairro alto de S. Roque, Mouraria, Alfama, e outros logares, que resistiram ao calamitoso terremoto de 1753, existem sem alteração importante no mesmo estado em que já existiam dois seculos antes; do que

bem se convence que com a mesma rigorosa exactidão existe descripta a outra parte da cidade, que por effeito do dito acontecimento desappareceu, e se acha substituida por aquella ora chamada cidade nova. Assegurando á ex.ma camara a exactidão referida, porque eu mesmo confrontei minuciosamente as duas cartas, comtudo devo fazer notar, que na antiga se não attendeu á projecção das distancias mettidas no plano horisontal; do que resulta não estar o terreno configurado pelo modo que se observa na moderna. Ainda que já seja de reconhecida utilidade e importancia a carta que ora me lisongeio de offerecer a este municipio, não deixo por isso de conceber a esperança de que mais tarde poderei conseguir que ella seja reduzida ao petipé da lithographada em 1831; trabalho mui difficultoso e arduo, mas digno de ser emprehendido para enriquecer o Archivo Militar, de que tenho a honra de ser director. Se isto conseguir, darei mais uma prova da minha constante dedicação por esta cidade, offerecendo á ex.ma camara sua representante uma copia d'aquelle documento. Rogando a v. ex.a o favor de manifestar á ex.ma camara estes meus desejos e sentimentos, approveito a occasião para reiterar a v. ex.a as expressões da minha particular estima.

Deus guarde a V. Ex.a—Lisboa 30 de dezembro de 1850.—Ill.mo e Ex.mo Sr. presidente da Camara Municipal, commendador Nuno José Pereira Basto.

Eusebio Candido Cordeiro Pinheiro Furtado.

A camara respondeu o seguinte:

Ill.mo e Ex.mo Sr.—Foi presente á camara municipal de Lisboa o seu officio datado de 30 de dezembro ultimo, com a copia da singular e preciosa carta topographica da antiga cidade de Lisboa levantada pelo architecto João Nunes Tinoco em 1650, cujo autographo existia em poder de v. ex.a, que o fez copiar com toda a nitidez e perfeição, que era de esperar em um trabalho emprehendido e ultimado debaixo da sua direcção e vigilancia.

Esta carta topographica, pela sua raridade, pelos meios que nos presta para conhecer Lisboa no seu estado primitivo, e

confrontando-a com a moderna observar as alterações e mudanças que n'ella se teem operado pelo decurso dos tempos, já tinha em si quanto bastava para a camara a considerar e apreciar como um thesouro litterario; mas as curiosas e exactas investigações com que v. ex.ª a enriqueceu á custa de fadigas e exames que só é capaz de emprehender o talento reunido ao amor da verdade, e ao zelo da perfeição, a tornarão ainda mais preciosa aos olhos da municipalidade.

A camara pois recebeu com especial agrado a offerta de v. ex.ª, votando unanime que d'ella se fizesse menção honrosa nas suas actas, e que tanto a carta como o elegante officio com que v. ex.ª a acompanhou, fossem collocados na sala das suas sessões, como monumento não só do apreço que a vereação fez da sua offerta, mas do zelo, interesse, e boa vontade, com que v. ex.ª se tem sempre prestado a coadjuval-a em todas as occasiões que se lhe teem offerecido para promover os embelecimentos d'esta capital, e o commodo dos seus habitantes.

Por si e por elles, cuja representação lhe compete, a camara dirige pois a v. ex.ª as expressões de agradecimento, e estima, que de justiça lhe são devidas.

Deus guarde a V. Ex.ª.— Camara, em 27 de janeiro de 1851. —Ill.ᵐᵒ e Ex.ᵐᵒ Sr. marechal de campo Eusebio Candido Cordeiro Pinheiro Furtado.

O presidente, *Nuno José Pereira Basto.*

Ambos estes documentos se encontram primorosamente calligraphados e emmoldurados na casa do cartorio da camara. Ha porém que observar, que o exemplar offerecido pelo general foi destruido no incendio dos paços do concelho em 19 de novembro de 1863; achando-se collocado entre os dois referidos officios um exemplar de uma nova edição tirada em 1853.

NOTA II

THEATRO DE D. FERNANDO

(PAG. 65)

Para se comparar o custo dos espectaculos de hoje com o que eram ha trinta e cinco annos, aqui vão como *hors d'œuvre* os preços da casa:

Frisas de frente	2$000
» » lado	1$600
1.ª ordem frente	2$400
» » lado	2$000
2.ª ordem frente	2$000
» » lado	1$600
3.ª ordem frente	1$200
» » lado	1$000
Galeria de frizas	$480
Platéa	$360
Varanda	$200

Vide *Galeria theatral*, n.º 3, de 28 de outubro de 1849.

NOTA III

MESTRE GONÇALO MEXIA

(PAG. 91)

Aqui vão alguns apontamentos genealogicos por mim obtidos do riquissimo cartorio do meu amigo o visconde de Sanches de Baêna.

MESTRE GONÇALO (a ser o mesmo a que se refere o texto) vi-

veu em tempo d'el-rei D. João I. Veio de Galliza para Campo Maior, onde residiu e teve descendencia. Poseram-lhe ahi a alcunha do *Mexia*. Teve por filho

GONÇALO VAZ, que adoptou por appellido a alcunha paterna. Este teve:

LOPO VAZ MEXIA; de quem foi filho

DIOGO MEXIA, que teve

LOPO MEXIA, a quem por carta de 21 de outubro de 1551, registada na Torre do Tombo, livro 4.º dos *Privilegios*, e fl. 174 v., se concedeu brasão com as armas da familia castelhana Messia.

NOTA IV

ALARGAMENTO DA PORTA DE SANTO ANTÃO

(PAG. 96)

Eis o texto da carta em que el-rei D. Manuel a manda concluir e alargar.

Vereadores, procurador, e procuradores dos misteres. Nós El-Rei vos enviamos muito saudar. Soubemos ora como a porta de Santo Antão não era ainda acabada; e assim nos disseram que era muito grande, e fóra da composição que deve ser; pelo qual vos encommendamos e mandamos, que, tanto que esta virdes, a façais logo acabar, e assim vejais se é maior do que deve, porque segundo o havemos por bem que a mandeis tornar áquella grandeza que é necessario para as semelhantes portas; e mandae-lhe logo pôr suas portas. Escripta de Villa Franca a 25 de setembro. Damião Dias a fez—de 1509—REY.

Para os vereadores que mandem acabar a porta de Santo Antão.

Cartorio da camara municipal, livro 3.º, original d'el-rei D. Manuel, fl. 47.

NOTA V

O PAÇO DOS ESTAOS

(PAG. 112)

Mais alguns apontamentos soltos:

No tomo II, pag. 199 e seg. dos *Estudos historicos e archeologicos* do sr. Ignacio de Vilhena Barbosa vem um artigo ácerca d'este paço.

Do mesmo edificio como paço real, como séde da Inquisição, palacio da regencia e do thezouro, e ultimamente como theatro de D. Maria II, falla o mesmo auctor no *Archivo pittoresco*, tomo VI, pag. 33.

O largo por traz do theatro (antigo pateo) denominado ainda *pateo do Regedor* foi por edital camarario de 14 de dezembro de 1863 destinado *como praça de homens e mulheres que procuram trabalho.*

Em 15 de julho de 1885 foram barbaramente demolidas pelo seu proprietario umas lindas sacadas com balaustres de marmore, que se viam, certamente desde seculos, no andar nobre de um predio por traz do theatro, talvez pertença ou dependencia da Inquisição, e que deitavam sobre a actual rua de Santo Antão hoje n.os 17 a 23. Substituiram-n'as por grade tosca e vulgar.

NOTA VI

O ARCHITECTO DO PAÇO DOS ESTAOS

(PAG. 113)

Enganei-me dizendo que Raczynski não indicava o tempo em que funccionou o architecto Bartholomeu Rodrigues.

A verdade, observada com mais attenção no diccionario do erudito conde prussiano, é esta:

O sr. visconde de Juromenha communicou ao conde Raczynski existir uma ordem real para se dar a Bartholomeu Rodrigues a madeira necessaria para o acabamento do palacio da Inquisição.

Logo, está fora de duvida que esse architecto não era o primitivo. Não sei como me escapou este lapso.

Vide *Dict. hist. art.* pag. 249.

NOTA VII

S. FRANCISCO XAVIER, O APOSTOLO DAS INDIAS

(PAG. 117)

Era tal a modestia e devoção com que andava em Lisboa S. Francisco Xavier, e mais o seu excellente e virtuoso companheiro o padre Simão, que a todos infundia o maior respeito.

Uma vez estando á janella do paço dos Estaos el-rei D. João III, no anno de 1540, ou 41, com o marquez de Villa Real, acertaram de passar os dois padres. Perguntou el-rei ao marquez, apontando para elles:

—Que vos parecem estes homens?

—Homens virtuosos e excellentes—volveu o marquez. Ao que redarguiu o soberano:

—A mim, vos digo que me parecem uns Apostolos.

Vide Balthazar Telles. *Chron. da comp.* Livro I, cap. IX, 5.

NOTA VIII

ERMIDA DA SENHORA DA ESCADA

(PAG. 130)

Manuel de Faria e Sousa, na *Europa portugueza*, t. III, pag. 226, diz que a imagem da Senhora da Purificação *que llaman de la Escada, ò Escala, cerca del convento de S. Domingo de*

Lisboa, tiene un Niño en los brazos, el qual bajaba dellos por favorecer y regalar a fray Fernando del Cadaval, dominico y capellan de aquella hermita.

A fé transporta montanhas.

NOTA IX

CARTA D'EL-REI D. JOÃO II AO CORREGEDOR DE LISBOA

(PAG. 159)

Eis a integra do documento:

Corregedor, Nós El-rei vos enviamos muito saudar. Vimos a carta que nos enviastes, por que nos fizestes saber como tomastes a posse, por nossa parte, do nosso mosteiro de S. Vicente, segundo vos tinhamos escripto. Muito vos agradecemos o bom cuidado e diligencia com que cumpristes o nosso mandado, e assi toda a maneira que em elle tivestes; e o que agora havemos por serviço de Deus, nosso, e bem do dito mosteiro se logo faça é: que, tanto que vos esta carta fôr dada, vades ao dito mosteiro, e saibais parte que pão e que vinho em elle ha, e o tireis logo do poder de Affonso Ferrão conego, a que o tinheis entregue, porque, por alguns respeitos e justas causas que nos a ello movem, havemos por bem que o não tenha mais; e entregueis tudo, e facais d'aqui em diante entregar a algum dos outros conegos do dito mosteiro mais ancião e fiel que ahi houver, que tudo receba perante escrivão, e de tudo dê conta, com entrega a quem lhe nós mandarmos; e lhe mandeis continuadamente dê aos ditos conegos suas rações, assim de pão cosido, por peso, segundo ordenança do mosteiro, e seu vinho, e collação, e lenha para faserem de comer na cosinha, como sempre de antiguidade tiveram de costume; e esto para haverem de comer em refeitorios; e não querendo comer em elle, que então lhes não dèem as sobreditas coisas.

E assim fareis dar aos continuos servidores da dita casa suas rações ordenadas segundo costume; e para os ditos conegos haverem as ditas coisas inteiramente, fareis tomar para ello tantas rendas da mesa do prelado, por onde elles hajam todo o que assim hão-de haver compridamente. E elles d'aqui em diante sejam diligentes para haverem de cantar as Missas das capellas e anniversarios, segundo são obrigados; e não o fasendo assim, que então se busque quem as cante; e áquelles que as cantarem fareis pagar pelas rendas das ditas capellas; e aos ditos conegos porém não seja tirado seu comer e mantimento. E porque os ditos conegos nos enviaram dizer que o bispo de Tanger lhes tinha tomado todos os seus privilegios e composições, que pertencem ao dito mosteiro; e a elle lhe requereis da nossa parte que entregue tudo a vós, presente um tabellião; e vós entregueis ao convento do dito mosteiro para as terem em seu cartorio. Porem vos encommendamos e mandamos, que com toda a boa diligencia cumprais, e façais logo cumprir, todas as ditas coisas, e cada uma d'ellas, de tal maneira, que os ditos conegos não tenham rasão de se a nós mais enviarem, nem virem aggravar. O que se assim fizerdes, vol-o teremos muito em serviço.

Escrita em Vianna d'a-par-d'Alvito, a quatorze dias do mez de janeiro.—Jorge Affonso a fez—de mil quatrocentos e noventa e um annos.

E o conego que se houver de pôr por recebedor, ponha-se a prazer do bispo de Tanger.

REI.

(Cartorio da camara municipal de Lisboa. Livro III d'el-rei D. João II, (documentos originaes) fl. 28).

NB. Não foi exactamente reproduzida a orthographia e pontuação d'este documento, por maior brevidade de tempo. Dictava o sr. Eduardo Freire de Oliveira, escrevia eu, em 22 de fevereiro de 1886.

NOTA X

ADORNOS EM S. VICENTE

(PAG. 188)

Das peças de bronze que el-rei D. João v mandou fabricar para o convento de Mafra foram algumas para S. Vicente por aviso do mordomo mór, em nome da rainha a senhora D. Maria I, de 5 de setembro de 1792; a saber: sete alampadas que estavam no altar do Santissimo em Mafra, em quanto ahi permaneceram os conegos regrantes de S. Vicente. De S. Vicente passaram para a sé. Não pude obter mais informações do que essas, que tomei no *Gabinete historico* de frei Claudio da Conceiçao, t. VIII, pag. 386.

NOTA XI

JOSÉ VALENTIM DE FREITAS

(PAG. 314)

Ao que escrevi d'este incançavel operario das archeologias lisbonenses, accrescentarei para desabafo mais isto por agora; não me levem a mal tanta insistencia; é um preito devido ao insigne e descomprehendido trabalhador.

Ha dois homens de quem nunca posso fallar na minha voz natural; em tratando d'elles hei-de por força exaltar-me, fazer discurso, e gritar como um possesso. O primeiro é o nobre e santo bispo do Algarve D. Francisco Gomes de Avellar, o vulto colossal a quem meu Pae qualificava de primeira figura no episcopado de todo o mundo; o segundo é o modesto architecto e desenhador que se chamou José Valentim de Freitas, a dedicada e obscura victima do trabalho, o apostolo da arte, o obreiro cujo exemplo devèra ser guia e norma de todas as vereações.

Quanto mais o estudo, quanto mais attentamente manuseio os seus apontamentos, mais se me accentuam no espirito as feições realmente notaveis da sua indole boa, e do seu caracter tenacissimo; e mais me convenço da massa consideravel de saber que havia n'aquelle pobre velho, cujo maior desejo, cujo unico desejo, era servir a sua terra.

Está-se a ver em tudo a sua consciencia meticulosa; em tudo, até na redacção, na calligraphia, no esmero dos desenhos, na nitidez dos traços. José Valentim conservou na sua maneira de trabalhar todos os minuciosos escrupulos de miniaturista. Era miniaturista com o pincel e com a penna; era miniaturista com o espirito, e com a palavra. Nada lhe escapava; nada o enfastiava; abrangia tudo; a tudo chegava, com o mesmo cuidado, com a mesma finura.

Tive occasião (como o leitor viu no texto) de manusear todo o precioso thesouro dos apontamentos de José Valentim, conservados no museu do Carmo. Foi o nosso digno presidente, e meu respeitavel amigo, o sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva, quem teve a bondade de me facultar tanto papelada sem preço. Já lhe agradeci essa prova de confiança, mas agradeço-lh'a de novo Agora quero, a proposito da egreja de Santa Marinha, transcrever textualmente uma parte do que lá diz o proprio infatigavel rebuscador, morto já para eterna magoa de todos os cultores de antiguidades, e morto da peor maneira; isto é. esquecido. Sim, morreu, sem que o seu nome seja devidamente conhecido e venerado; sem que um padrão sequer esteja ahi algures recordando o nome d'elle aos seus patricios! Pois merecia-o. Merecia que a vereação, que tantas demonstrações tem dado de que deseja honrar os seus munícipes illustres, mandasse pintar n'alguma sala da camara o retrato d'elle (se o ha), ou quando menos lhe mandasse esculpir o nome entre uma grinalda de loiros e saudades, no salão principal dos paços do concelho. Tenho fé em que, mais cedo ou mais tarde, ha-de succeder isso algum dia. Vamos a ouvil-o, descrevendo-nos a campanha que lhe foi preciso emprehender para estudar S. Thomé, e Santa Marinha. Oiçam e pasmem.

Tem a palavra o excellente velho.

Estava-se demolindo a egreja de Santa Marinha,—escreveu elle, e eu copio quasi fielmente—*quando a camara municipal sabendo que se pretendia occupar aquella egreja para quartel de um batalhão da guarda nacional, mandou para o evitar tirar-lhe o madeiramento.*

Como eu o soube, fui logo tratar de lhe copiar a planta, em quanto os trabalhadores lhe tiravam o telhado, e deitavam a baixo o madeiramento; e adiantei muito, em quanto o dito trabalho o permittiu. Nada podendo fazer das capellas da invocação da Senhora da Conceição, da Senhora do Valle, nem da sacristia d'esta, porque n'esta sacristia e capellas arrumaram a telha e as madeiras que tinham tirado, copiei um pilar da teia do cruzeiro, e pouco mais.

Passado algum tempo, pedi a chave da porta principal; era de uma má fechadura que tinham posto quando lhe tiraram a que tinha; e era a unica chave que havia. Mandei para lá a minha mesa, e continuei copiando os cortes da capella mór e corpo da egreja, ambos da parte do sul, até onde eu chegava sem escada, o alçado do altar mór, com as portas de serventia para a tribuna, e os covaes e outras medidas da planta e do lavatorio e pia de agua benta da sacristia e da egreja.

Como ninguem sabia o que eu estava fazendo, por sér quasi desconhecido no sitio, levantaram que de noite se recolhiam ladrões na egreja, e o regedor mandou avisar os cabos de segurança para uma noite e hora dada, e com elles cercou a egreja; forçaram a porta torcendo-lhe a tranqueta, e deram busca, não achando mais que a minha meza debaixo da abobada da capella mór, e pondo-a na sacristia saíram deixando a porta aberta.

No dia seguinte, ao chegar a S. Thomé, onde tambem andava copiando e trabalhando, fui avisado de que tinham andado ladrões na outra egreja, que me tinham levado a mesa e deixado a porta aberta.

Fui lá com o arvorado, e soube o que se passára. Seguiu-se a meia porta com outra de escora, tirada da janella da sacristia da capella da Senhora da Conceição; tirei de lá a mesa, que ainda achei, e fechei a porta.

Não tendo escada, nem a pudendo alcançar, entreguei a cha-

ve, e passaram alguns annos sem lá tornar, continuando os meus trabalhos na egreja de S. Thomé e n'outros sitios.

Tendo o padre Frasão sido despachado prior das freguesias de Santa Marinha e Santo André, requereu ao governo a exhumação dos ossos das respectivas egrejas para o cemiterio do Alto de S. João, e foi mandada fazer pelas obras publicas, indo um partido no dia 7 de janeiro de 1845, principiando por tirar os azulejos de Santo André, e pouco depois os de Santa Marinha, indo para esta egreja todos os dias um partido de soldados por fachinas para esse fim.

Tirados os azulejos, levaram-n'os para servirem no quartel de não sei que regimento. Tiraram os ossos dos covaes, os do cemiterio, e os do jazigo do cruzeiro, e foram conduzidos para o cemiterio do Alto de S. João. Eram levados dentro de uma caixa grande pintada de preto, que se fez de proposito, coberta com um panno preto e bordado, dos que se alugam aos armadores, e posta sobre uma carroça particular. N'uma sege os acompanhava o prior, ou outro padre, com roquete, e o sacristão com a Cruz.

No mez de abril, passando a semana que houve dos grandes calores, fui pedir a chave da dita porta ao aparelhador, e continuei a ir copiar, timbrando ir lá tres dias, e outros tres ao hospital.

Logo na segunda feira vieram buscar-me a chave; e ao outro dia fui saber a Santa Marinha o que havia de novo. Pelo visinho José Paulino soube que tinham lá ido no dia antecedente tres pessoas, duas d'ellas do arsenal, e que na saída iam dizendo:

—Fica aqui um bom largo.

Não tive duvida de que nova dadiva de pedra lhe punha termo. Restava-me ir á abegoaria saber mais detalhadamente o que havia; porém nem o mestre, nem o aparelhador, me adiantaram mais do que eu suppunha.

Procurei tratar d'ahi em diante com os do arsenal; soube quem era o sargento que tinha ido a Santa Marinha; e quando o procurei, vi ser o mesmo da outra vez. Não teve duvida em lá me deixar ir; mas recusou-se a deixar-me a chave nas horas da sésta, e disse que só o major Maximiano m'a podia conceder. Fui-lhe fallar; respondeu-me que só podia conceder-me a chave o sr. barão, mas que fossemos lá. Fui com elle, e não houve du-

vida alguma; até o major se offereceu para ordenar que o trabalho se fizesse de modo que me não estorvassem.

A demolição, ainda que só com quatro homens, ia de repente caindo sobre o que eu não tinha acabado de copiar no corpo da egreja; mas como era pouco, não me impediu de o acabar; e melhor iria, se tivessem querido gastar algum tempo com alguma parede exterior da parte da capella mór; porém respondeu-me o sargento, que não tinha ordem de mecher nas paredes de fóra, o que estimei, por causa da frente, que tinha mais atrazada.

Um dia vieram os presos, e começaram a trabalhar na frente, dizendo que o major os tinha mandado. Vindo o sargento, e perguntando-lh'o eu, disse-me que assim lh'o tinham elles dito, e que não havia dentro em que trabalhar: e eu cedi logo de copiar os capiteis da porta travessa, que me propunha, e passei a copiar a frente.

Para me livrar de alguma pedrada dos rapazes, vali-me de José Paulino, cabo de segurança que ficava fronteiro á porta, e que me affirmou que o havia de evitar.

Pedi que os capiteis se fossem pondo de parte; e o major continuou mandando o mesmo a respeito de um que ainda faltava; porém o sargento não dizia coisa por onde eu me podesse governar, e os presos sem subordinação faziam o que queriam, de mistura com o que lhes mandava o sargento. Este, dizendo que se demolia a abobada da capella de Pedro Salgado, mandou depois que só se lhe demolisse a parede divisoria para a sacristia; porém os presos demoliram a abobada mesmo á vista d'elle; e não faziam caso da pedra que ia ficando entulhada; de que se tratava era de deitar a baixo, e ter pedra para carregar os carros. D'este modo o meu trabalho era todo incerto e enfadonho, e de pouco adiantamento, por melhor que eu buscasse regulal-o, não obstante ser tão pouco no interior. Fiquei dentro em pouco com o que me faltava das paredes do corpo da egreja entulhado! a porta travessa entulhada até quasi á altura das columnas! e a capella de Pedro Salgado descoberta e entulhada quasi até ao feixo do arco do tumulo, e por fóra já sem os cachorros! A frente estava copiada até ao peitoril da janella; e chegando ali a demolição, não sabia o modo de que não passasse para baixo até eu a continuar.

O sargento fazia-se desentendido. Ainda que eu lhe dissesse ter acabado até ao peitoril, até áquella pedra, a unica que restava da janella, elle sempre mandava desmanchar até á porta.

Uma vez que lhe expuz isto, perguntou-me o que era peitoril; e dizendo-lh'o, respondeu-me que cuidava que era até á porta, e continuou na mesma; até que foi preciso entender-me com um dos presos, e consegui então.

Assim ia, n'este purgatorio, quando em 9 de maio vejo dois trabalhadores da camara a demolir a frente, que tiveram de largar logo que chegaram os presos, porque os impedia de carregarem os carros. Vendo-os na parede da capella immediata, pedi-lhes para mudarem para outra do fundo da egreja, ou do outro lado; um d'elles só a muito custo mudou para a parede proxima em quanto não foi almoçar; depois voltou para a mesma, porque ainda onde estava me fazia maior damno. Vindo o apparelhador, que não tardou, removeu-os a meu pedido, mas accrescentando que não podia ser por muito tempo. Consultei-o (para que não se escandalisasse) se seria bom requerer á camara para se poupar por algum tempo a frente. Não achando opposição, dirigi-me a Ayres de Sá Nogueira a pedir-lhe protecção para acabar os meus desenhos, e mostrei-lh'os.

Por esta occasião elle me disse que já tinha por vezes proposto em camara para entrar em ajuste comigo para a acquisição d'elles, por serem de dentro do municipio, e que a camara os devia possuír. Disse-me que havia de levar uma carta a Domingos Ferreira Pinto Basto, a qual me leu e entregou:

«Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Amigo e Sr.

«O portador d'esta, o sr. José Valentim de Freitas, tem uma «muito justa pretenção, que elle melhor exporá a V. Ex.^a^. Quan- «do souber quem elle é, e no que ha quinze annos se tem empre- «gado, em serviço das memorias antigas de Lisboa, então V. «Ex.^a^ verá quanto elle se torna digno da protecção de todos os «homens illustrados, e consequentemente de V. Ex.^a^.

«Tendo em attenção o que deixo díto, conto que V. Ex.^a^ não «duvidará obsequiar-me annuindo ao que elle pretende em rela-

«ção á demora por alguns dias na demolição do resto da egreja «de Santa Marinha.

«Com a mais sincera estima sou

«De V. Ex.ª
«amigo muito obrigado

«9 de Maio.

«Ayres de Sá.»

Foi tambem Ayres de Sá de parecer, que levasse a Pinto Basto aquelles desenhos para ver.

Não o achando na camara, no dia seguinte fui a sua casa, tratou-me tão bem, que até me offereceu tomar alguma coisa. Deu-me a ordem seguinte para o apparelhador, e de seu moto proprio a clausula de mandar descobrir o reboco onde precisasse:

«Sr. Antonio dos Santos.

«Queira dar ordem para que na demolição da egreja de San- «ta Marinha se reserve para o fim, e só depois que o sr. Frei- «tas portador d'este a tenha copiado, a parte que o mesmo sr. «lhe disser; e se d'esta parte elle precisar que lhe descubram al- «gum reboco da parede para melhor levar a effeito a obra de que «se occupa, queira dar ordem aos trabalhadores para que assim «o façam.»

Assignado, etc.

Agradecendo-lhe eu, elle se referiu a ter visto os desenhos de objectos que já se não viam, e que podiam agora apparecer outros, como de facto appareceu o arco da frente, e que eu lhe disse que esperava.

Deve-se notar que elle me tinha perguntado o tempo que me levaria o acabar; e eu, contando com os dias grandes, e não de excessivo calor, respondi-lhe que tres semanas de bom tempo (porque continuava a chover).

Entreguei a ordem no dia seguinte ao aparelhador, e fui continuar com o meu trabalho, que ficava com grande commodidade, por quanto os trabalhadores da camara estavam para o nascente e sul, os presos para o norte, e tendo que tirar o que tinham debaixo do entulho, offereciam-me occasião de copiar o que já estava entulhado.

No dia seguinte havendo o enterro da princeza[1], *ninguem trabalhou; e no immediato, ao tempo que cheguei, chegando dois carros do arsenal, disse um trabalhador para os carreiros:*

—Aqui não se carrega pedra, senão tirada pelos presos.

Responderam:

—Isso sabemos nós.

E parando um pouco, continuou o trabalhador:

—Não ha ordem de carregar aqui pedra; se não querem perder tempo, podem-se ir embora, ou fallem lá com o sargento.

Eu voltei para o que ia desenhar.

Saiu um carreiro, e a pouco espaço voltou, e partiram com os carros. Não appareceu mais ninguem durante a manhã; mas de tarde ali veem uns presos com o sargento, dando vozes:

—Agora vae tudo a baixo! ahi vem já o sr. major!

E logo chegou. Perguntou aos carros e trabalhadores:

—Onde querem que deitem a baixo?

Os trabalhadores disseram:

—Onde quizerem.

E logo foi n'aquella tarde toda a parede a terra, desde o cunhal do cemiterio até proximo á sacristia do senhor de Pancas (a da capella de Pedro Salgado), carregando-se a pedra.

Chamou-se a esta miseria CONFLICTO*!*

O tempo continuava de chuva; e eu estive na loja de José Paulino vendo aquella fanfarronada.

Segundo o que ali ouvi dizer, tinham participado á camara que no dia seguinte se acharia no local d'ella (e lá foi) o major em grande uniforme pedir satisfação.

Chegou de tarde o major; e perguntando-lhe eu se tinha tudo

[1] A senhora D. Amelia, filha do sr. D. Pedro IV, e da duqueza de Bragança a imperatriz D. Amelia de Leuchtemberg, em 25 de fevereiro de 1853.

ficado em bem, assim m'o affirmou; e voltando para mim disse-me:

—Tem duas semanas para conclnir os seus desenhos, como pediu ao sr. Domingos Ferreira Pinto Basto.

Respondi-lhe:

—TRES *disse eu* DE BOM TEMPO. *Agora não ha que esperar senão chuva.*

E continuando eu a olhar para a frente, seguiu-se este dialogo:

—Que se pode aqui deitar a baixo?

Eu lembrei-me querer elle dar alguma demonstração de vir com grande auctoridade, e disse-lhe:

—Uma fiada.

—E aqui? (era na frente da capella).

Respondi-lhe:

—Outra fiada.

—Só!?

—Mais poderia ser; porém os rapazes tambem deitam a baixo.

—Aqui ninguem meche; veja lá se se pode deitar mais.

Tornei:

—Uma fiada não me faz mal.

—Quer atar a sua obra?

—Sim senhor.

—Venha para aqui um tirar uma fiada.

E vindo fazel-o pela ordem que lhe deu, se haviam de principiar pela primeira principiaram pelo topo da segunda.

Elle não reparava; eu notei-o. Elle então advertiu o preso, e ficou tirando uma fiada.

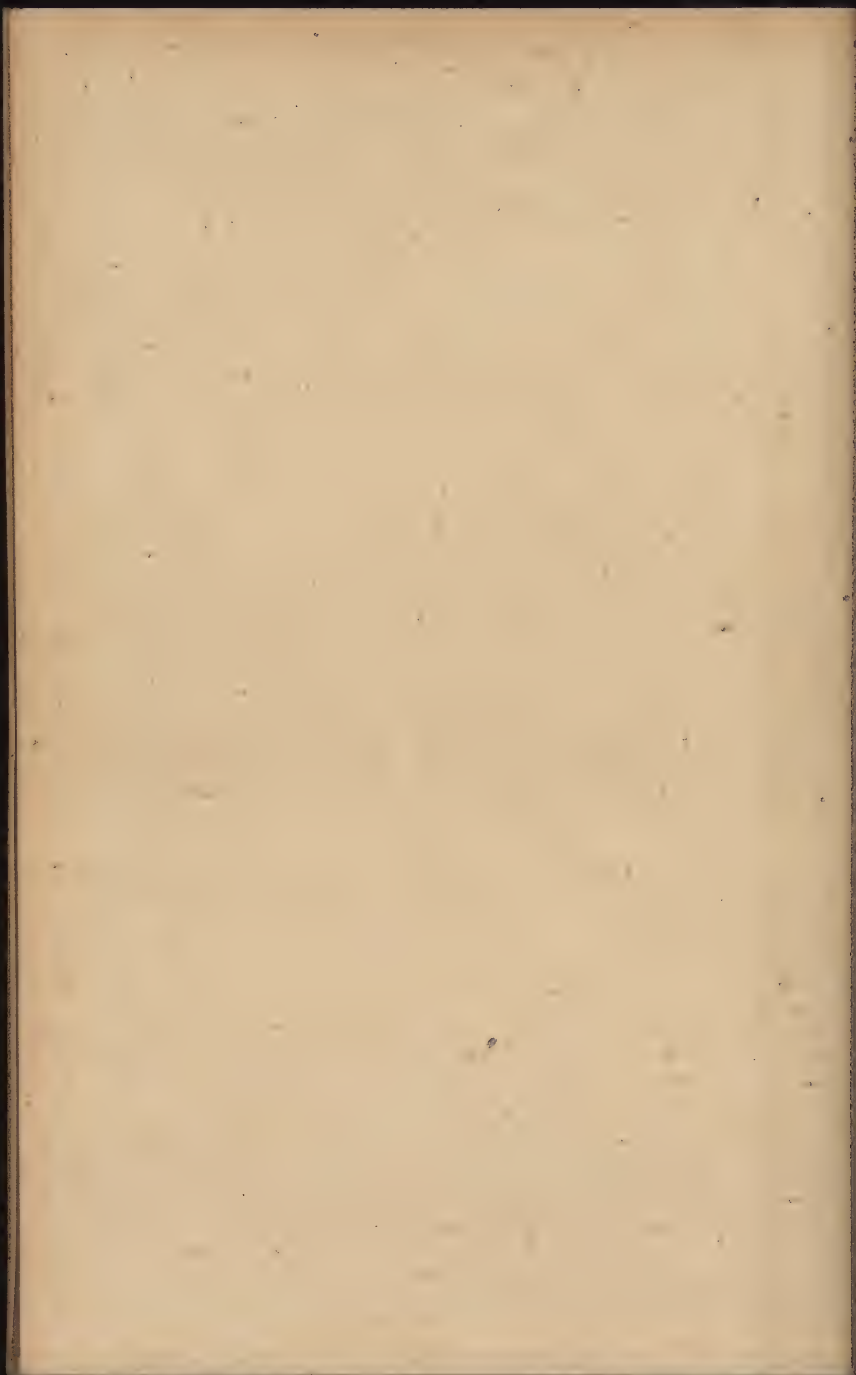
O major, antes de se ir, repetiu-me por duas vezes, que me não descuidasse, que a obra não parava. Mas deixavam-se os rapazes pegarem na ferramenta; e até não guardavam as horas da sesta; e tiravam pedras, e esgaravatavam onde lhes parecia. Assim, logo ao pé do grilheta appareceu um a querer tirar a pedra, que se não deixou tirar ao preso. Pedi ao sargento que o não consentisse. Eu como tinha no centro copiado até á porta, e o arco occulto não mostrava vestigios de ainda estar completo, antes por dentro parecia ter tido a janella rasgada para baixo, fui á porta da egreja dizer ao sargento se fazia favor de

mandar deitar a baixo no centro até á porta para reconhecer o arco..

....

Basta. O que ahi fica é de uma eloquencia, que suppre um volume de diatribes contra os que, não contentes de serem ociosos, se desvelam em empecer os que pretendem trabalhar.

Arranquemo-nos a estas tristezas, e, como os martyres de qualquer idéa grande, nobre, e justa, brademos para incitamento de todos a palavra com que termino este volume:

ÁVANTE! ÁVANTE!

LISTA DAS PRINCIPAES FONTES

CONSULTADAS

PELO AUCTOR D'ESTE LIVRO

ALÉM DE OUTRAS JÁ MENCIONADAS

NO I, II, III E IV VOLUME

Alvarez de Colmenar (D. Juan). *Description et délices d'Espagne et Portugal.*

Amor de Deus (Frei Martinho do). *Eschola da penitencia, caminho de perfeição, estrada segura para a vida eterna. Chronica da santa provincia de Santo Antonio da regular e estreita observancia da ordem do seraphico patriarcha S. Francisco no instituto capucho n'este reino de Portugal.* Lisboa, 1740, fol. 2 vol.

Analecta Bollandiana ediderunt Carolus de Smedt, Gulielmus Van-Hoff, et Josephus de Backer, Presbyteri Societatis Jesu. Bruxellis, 1882, 8.º Tom. I.

Archivo portuguez oriental. Nova Goa, 1857, 1866.

Barbosa Machado (Diogo). *Memorias para a historia de Portugal que comprehendem o governo d'el-rei D. Sebastião.* Lisboa, 1736-51. 4.º, 4 vol.

Bluteau (D. Raphael). *Prosas Eucharisticas.*

Bollandus (Joannes). *Acta Sanctorum quot-quot toto orbe colun-*

tur vel a catholicis scriptoribus celebrantur. Venetiis, 1734-86, fol. 53 vol.

Cardoso (Jorge). *Agiologio lusitano dos Santos e varões illustres em virtude, do reino de Portngal e suas conquistas.* Lisboa, 1652, 1657, 1666, 1744, 6.° 4 vol.

NB. O 4.° volume é obra de D. Antonio Caetano de Sousa.

Cardoso (padre Luiz), sob o cryptonymo de Paulo Dias de Nisa. *Portugal sacro-profano,* ou catalogo....de todas as freguezias....de Portugal. Lisboa, 1768, 8.° 3 vol.

Chagas (Frei Antonio das). Vide *Fonseca Soares (Antonio de).*

Colmenar. Vide *Alvarez de Colmenar.*

Costa (D. Antonio da). *Historia do marechal Saldanha.* Lisboa, 1879, 8.° 1 vol.

Cruz (Frei Bernardo da). *Chronica d'el-rei D. Sebastião publicada por A. Herculano e o dr. A. C. Payva.* Lisboa, 1837, 8.° 1 vol.

Cunha Rivara (Joaquim Heliodoro da), collector erudito do *Archivo portuguez oriental.* Vide este titulo.

Dias de Nisa (Paulo). Vide *Cardoso (Luiz).*

Ferreira Freire (Alexandre), prior de Santa Justa. *Informações dadas para o diccionario do padre Luiz Cardoso.* Mss. da Torre do Tombo. Tem a data de 23 de julho de 1759.

Fonseca Soares (Antonio da), o celebre Frey Antonio das Chagas. *Obras poeticas.* Mss. em poder do auctor da *Lisboa antiga.*

Fontenelle (Bernard le Bovier de). *Elogio historico do medico francez M. Méry.*

Herculano (Alexandre). *O Panorama.*

Historia de Lisboa, manuscripto impropriamente assim denominado, A. 4. 11. da collecção da Bibl. Nac. de Lisboa, provindo do collegio de S. Francisco Xavier da Companhia de Jesus do bairro de Alfama, e escripto entre os annos de 1704 e 1708, segundo se deprehende do texto.

Leitão Ferreira (Francisco). *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra.* Lisboa, 1719, fol. 1 vol.

Major (Richard Henry). *The life of prince Henry of Portugal surnamed the Navigator.* London, 1868, 8.° 1 vol.

Maria (Frei Agostinho de Santa). *Sanctuario Mariano.*
Maria (D. Nicolau de Santa). *Chronica dos conegos regrantes.*
Mattos (padre Francisco José de). Conta relativa á freguezia de S. Vicente dada em 6 de Agosto de 1759 para o Diccionario do padre Luiz Cardoso. Mss. da Torre do Tombo.
Mauritius (Frater). *Itinerarium in Terram Sanctam.* A pag. 163 dos *Monumenta Historica Norvegiæ.* Vide este titulo.
Medina (Pedro de). *Libro de grandecas* (sic) *e cosas memorables de España.* Año M.D.XLviij. 8.º 1 vol.
Memorias para a historia ecclesiastica de Portugal. Miscellanea manuscripta da Bibl. Nac. de Lisboa. A. 4. 5.
Mendes de Vasconcellos (Diogo). Vide *Resendius.*
Monconys. Vide *Voyages de M. de Monconys.*
Monteiro de Carvalho (José). Planta da freguezia do Sacramento. Vide *Relação das parochias.*
Monumenta historica Norvegiæ. Vide *Storm.*
Nogueira (José Maria Antonio). Algumas noticias ácerca dos hospitaes existentes em Lisboa e suas proximidades antes da fundação do Hospital de Todos os Santos em 15 de maio de 1492. (*Jornal do Commercio* de junho e agosto de 1865).
Pires Cinza (Diogo). *Poema ás festas da trasladação do Martyr S. Vicente.* Junto com a *Vida* infra.
Idem. *Vida, martyrio, e ultima trasladação do martyr S. Vicente.* Lisboa, 1620, 8.º 1 vol.
Relação das parochias que se comprehendem na cidade de Lisboa. Mss. da Torre do Tombo.
Resendius (L. Andræas), *Vincentius Levita et Martyr.* Olisipone, 1545. Poema ácerca da vida e trasladação de S. Vicente.
Ribeiro dos Santos (Antonio). *Memoria da vida e escriptos de Pedro Nunes.* Mem. de Litt. Port. da Acad. Real das Sc. de Lisboa. T. VII.
Stephanus, Præcentor Ulyssiponensis. (Estevão, chantre da sé de Lisboa). Seis capitulos sobre a trasladação e os milagres de S. Vicente. Mss. editado por D. Thomaz Tamayo de Vargas, e publicado em Bollando. *Acta Sanctorum*, t. II, pag. 408, e nos *Portug. Monum.*

O mss. do Chantre Estevão pertencia a um dos codices do mosteiro de Alcobaça, intitulado *Tertia pars Passionum.* Copiou-o lá, ou mandou-o copiar, D. Thomaz Tamayo de Vargas, historiographo do rei de Hespanha, que o mandou para Madrid ao celebre Bollando. Isto diz este —*Acta Sanctorum.* t. II, pag. 407.

Storm (Dr. Gustav). *Monumenta historica Norvegiæ.* Kristiania, 1880. 8.° 1 vol.

Travassos (J. M. D. O.). *Breve noticia do real templo e mosteiro de S. Vicente de fóra.* Lisboa, 1863, 8.° 1 folh.

Twiss (Richard). *Voyage en Portugal et en Espagne fait en 1772 et 1773....traduit de l'anglais.* Berne, 1776. 8.°, 1 vol.

Voyages de M. de Monconys, conseiller du roi et lieutenant criminel au siège présidial de Lyon, divisez en 5 tomes. A Paris, 1695, 12.° 5 vol.

INDICE

CAPITULO I

CAPITULO II

CAPITULO III

CAPITULO VIII

CAPITULO IX

CAPITULO X

CAPITULO XI

Capitulo XIV

Capitulo XV

Capitulo XVI

Capitulo XX

Capitulo XXI

Capitulo XXII

Capitulo XXIII

Capitulo XXIV

Capitulo XXV

Capitulo XXVI

Capitulo XXVII

Capitulo XXVIII

Capitulo XXXI

E ULTIMO

Em abril de 1857 esteve uma companhia hespanhola, que na noite de 14 levou á scena a zarzuela *Mis dos mujeres*, e o baile *La perla Gaditana*. Poucas recitas se seguiram; tornou a fechar o theatro, reabrindo em 15 de julho para uma sessão de prestidigitações por M. Gilbert, e tornando a estar fechado o resto do anno de 57, todo o de 58, e parte do de 59. Só a 9 de outubro d'este anno reabriu para a primeira recita de outra companhia hespanhola, com a zarzuela *El diablo en el poder*, á qual seguiram mais sete ou oito recitas.

Pouco depois foi o predio comprado a seu dono o negociante Batalha, pelo sr. Manuel dos Santos, honrado e laborioso dono da proxima loja de loiças, vidros, crystaes, e porcelanas, na esquina nordeste da travessa de Santa Justa e da rua da Prata, e agora já fallecido. Serviu o recinto do theatro, a platêa, os camarotes, para armazem do novo dono.

Em 1863 ou 64 fez este obras consideraveis, e transformou-se tudo aquillo.

No primeiro, segundo e terceiro andar, estabeleceu-se o *Hotel Pelicano*, (hoje *Novo hotel Pelicano*); e em baixo aposentou-se a companhia de tabacos denominada *de Santa Justa*, e de que eram donos os srs. Eduardo Mendia e C.ª. Extinguindo-se em maio de 1882 esta sociedade, passou o predio a ser deposito da *Regalia*, successora da de *Santa Justa*, sendo ainda a familia Santos a proprietaria.

Vejam as coincidencias galantissimas que ás vezes se dão nos pormenores historicos! Justa e Rufina, oragos da antiquissima egreja, eram umas pobres loiceiras. Ás vezes tenho scismado se a fundação do

templo, ali, junto ás antigas *olarias*, que estudei no volume antecedente, não teria por motivo collocar as padroeiras da ceramica em pleno campo da sua exploração; mas emfim, isso não se prova. O que é certo é que o edificio onde triumpharam as duas Santas, pertence ainda hoje a *Santos*, isto é á casa commercial que talvez em Lisboa melhor representa as industrias do barro fino. Assim pois, apezar de ter mudado tanto a sua destinação, ainda aquellas paredes se aparentam com a ceramica[1].

*

E com isto dou por terminada esta longa pesquiza no velho e no novo edificio de Santa Justa.

Vimol-o egreja, quartel, e theatro. Como egreja teve nome distinctissimo, e até certo ponto um primado entre os varios templos lisbonenses. Como theatro, vimol-o luctar quanto poude por sustentar-se, erguer-se, cair, tornar a erguer-se, e estatelar-se por fim sem mais esperança de ressurreição.

Em balde vieram as artes scenicas com todos os seus atavios, em balde ali ressoou a voz argentina e indescriptivel de Emilia das Neves; em balde ali garganteou a Persolli, e gorgeou a gentillissima Canaria; em balde ali representou o talentoso artista que se

[1] Os actuaes donos do predio são os filhos do fallecido sr. Manuel dos Santos, a senhora D. Maria da Assumpção dos Santos Gil, e os srs. Alfredo João dos Santos, e Augusto Joaquim dos Santos, a quem muito agradeço as informações que tiveram a bondade de me dar.

suia Lisboa a magestosa armadura que logrou salval-a. Querer é poder.

Sejamos justos. Bemdigamos o nome de D. Fernando.

As camaras não o entendem assim; e (tanto ellas como os particulares) encarniçam-se no ferrenho proposito (não será antes *desproposito?*) de demolir, esconder, e fazer esquecer as portas da muralha. A rua do *Arco da Graça* esteve já para ser *do Contemporaneo* (!!!!); a das portas de Santa Catharina é *rua Garrett;* a das *portas da Cruz* é *rua dos Remedios;* a porta de *S. Vicente* é o *arco do marquez de Alegrete;* a rua *das portas de Santo Antão* é rua *de Santo Antão!...* não fallando n'outras portas, de que nem o logar exacto se pode já saber.

Faz horror esta mania. Pois as vereações não teem coisas mais importantes em que se empreguem?

*

Vamos agora a ver se posso fazer perceber onde ficava a porta de Santo Antão. Já não é sem tempo.

A muralha, ao subir do *jogo da péla* pelo *monturo do Collegio*, chegava á calçada de Sant'Anna, e atravessava-a, deixando intra-muros a capella, que lá está, do Senhor Jesus da Salvação e Paz, e Senhora das Dores; e extra-muros a casa onde a tradição diz ter fallecido Camões[1].

[1] Ácerca d'esta casa historica, veja-se um artigo que publiquei na occasião do centenario, em 1880, no jornal *A Arte,* acompanhado de dois desenhos meus: a casa de Camões no

Abria-se n'esse ponto o chamado postigo de Santa Anna, mandado derrubar por el-rei D. Pedro II a pedido do senado, em 1676[1].

D'ahi descia ao longo das actuaes escadinhas da Encarnação, e vinha ter onde hoje vemos o nobre palacio que foi do fallecido Miguel Paes do Amaral e Menezes Quifel Barbarino (da casa dos Paes de Mangualde), casado com a senhora D. Maria Joanna de Saldanha. Ainda lá na cornija da frontaria, sobre a janella central, se vê um brasão de armas esquartelado: ao primeiro *Paes;* ao segundo *Amaral;* ao terceiro *Almeida;* ao quarto *Barberini.* A egreja de S. Luiz ficava de fóra; era campo.

A porta da cidade, essa tocava rés vés no extremo sul do palacio, edificado, como tantos outros, sobre um lanço da muralha.

*

Não se conservou muito mais de um seculo esta porta, depois da sua edificação, pois se alargou e reformou, como outras, em tempo d'el-rei D. Manuel, no anno de 1509. Existe entre os documentos da camara uma ordem d'esse rei para que a porta de Santo Antão se conclua e fique do tamanho das demais[2].

estado actual, e uma restauracão conjectural do sitio no fim do seculo XVI.

[1] Cart. da c. m. de L.—Liv. IV d'el-rei D. Pedro II, fl. 382. Vide a nota no fim d'este volume.

[2] Cart. da c. m. de L.—Liv. III d'el-rei D. Manuel, fl. 47. Vide a nota no fim d'este volume.

ERRATA

Quando sairá um livro sem necessidade d'*errata?* quando os impressores forem anjos; em quanto pertencerem á nossa imperfeitissima humanidade, irá implicito em cada livro o signal d'essa imperfeição congenita. Peço pois ao leitor que tenha a paciencia de emendar no seu exemplar os erros que aponto. São, creio eu, os principaes.

O meu revisor sou eu; ora eu que não tenho presumpções, nem de que as ter, permitto-me apenas uma : a de rever bem provas. Pois apezar d'isso, penitenceio-me com a lista dos erros, que todos são meus, tendo dado com intelligentissimos typographos, como são estes da Academia, dirigidos pelo meu prestante amigo o sr. Carlos Cyrillo da Silva Vieira, apreciador litterario de subidos quilates, e dedicado camoniano. Agradeço-lhe a paciencia com que me aturou.

Devo chamar a attenção do leitor para os planos typographicos das egrejas. Foram compostos com todo o esmero pelo sr. José Salvador d'Assumpção, e supprem gravuras.

Vamos aos erros :

PAG.	LIN.	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
48	1	um troço d'elles,	um troço d'elles;
68	11	São ephemeras, são transitorias.	São ephemeros, são transitorios.
191	25	lanternin	lanternim
238	1	CAPITULO XXII	CAPITULO XXIII

PAG.	LIN.	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
260	1	CAPITULO XXIV	CAPITULO XXV
266	27	vestuario uma senhora	vestuario de uma senhora
268	1	CAPITULO XXV	CAPITULO XXVI
278	2	cortesias a madrigaes	cortesias e madrigaes
289	1	CAPITULO XXVII	CAPITULO XXVIII
333	16 e 17	Cortem-se as palavras *A lapide que regulava o recuo dos vehiculos, conservada no museu do Carmo.*	
336	2	mais incommenda	mais incommoda

AO ENCADERNADOR

COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPAS

Planta de Tinoco: na pagina junto ao frontispicio.
Vista do cabo de S. Vicente: pag. 172.
Assignatura do rei D. Filippe: pag. 174.
Planta da primitiva egreja de S. Vicente: pag. 178.

LIVRARIA FERREIRA

132—Rua Aurea—134

Avarento (O) Comedia de Molière, em 5 actos versão liberrima pelo Visconde de Castilho, 1 vol. 8.º, 1871. 600

Medico (O) **á força** comedia á antiga, de Molière, versão do Visconde de Castilho, 1 vol. 8.º, 1869.......... 500

Tartufo comedia em 5 actos versão do Visconde de Castilho, 1 vol.................................. 500

Historia de S. Domingos, particular do reino e conquistas de Portugal, 3.ª edição.—6 vol. 1866, broch..... 4$500

Trabalhos de Jesus, por fr. Thomé de Jesus, 2 vol. em 4.º.. 1$800

Contos em viagem por João d'Andrade Corvo.

1.º volume.—Phantasias philosophicas de D. Facundo Primigenius................................ 500

2.º volume.—Vida e feitos do general Calavera y Curci.. 500

3.º volume.—A maruja (no prelo).

Novo guia luzo-brasileiro do viajante na Europa, por J. Henriques. Contém todas as indicações indispensaveis para conhecer dos hoteis, caminhos de ferro, monumentos, museus, curiosidades naturaes, vias maritimas, moedas e tudo mais que pode interessar ao viajante nas suas excursões em Portugal, Hespanha, França, Inglaterra, Belgica, Italia, Suissa, Allemanha, Austria, Hollanda, Suecia e Noruega, Russia, etc. Um bom volume de perto de 600 paginas, nitidamente impresso, bem encadernado, e com um *mappa dos caminhos de ferro da Europa* gravado expressamente para este livro.................................. 3$000

Prolegomenos da historia de Portugal, redigidos segundo o ultimo programma para o ensino da historia nos Institutos secundarios pelo professor Candido de Figueiredo, 2.ª edição, 1 vol., acompanhado de um

mappa da Hespanha antiga.—Livro com approvação official, br.. 300

Vida pratica, livro de muitas informações uteis ao homem nos seus diversos misteres e todos os conhecimentos indispensaveis á boa dona de casa. Um grosso volume de 1050 paginas em 8.º grande nitidamente impresso, acompanhado de um indice em ordem alphabetica. Encadernado.......................... 2$600

Com encadernação de chagrin.................. 3$000

Stanley no Congo, discurso pronunciado em Paris em outubro de 1882, 1 vol. br........................ 200

Bosquejo historico, da litteratura classica grega, latina e portugueza, para uso das escolas, por A. Cardoso Borges de Figueiredo, 6.ª edição, correcta e augmentada segundo apontamentos do auctor, 1 vol. br.. 600

Curso de physica elementar, compilado por Joaquim Rodrigues Guedes. Nova edição com muitas figuras intercaladas no texto.—3 vol. br................ 2$400

Encadernados.................................. 3$200

Cosmographia (Da), noções syntheticas, coordenadas segundo o programma official, para uso dos institutos de instrucção secundaria; aprovadas pelo governo. Auctor o dr. Candido de Figueiredo, 1 folheto em br.. 300

A fundação da monarchia portugueza, por A. A. Teixeira de Vasconcellos. Lisboa, br.................. 200

Guerra do Nizam, por Mery, traducção de José da Silva Mendes Leal, 1 vol. br........................ 500

Manual de geographia moderna physica e politica em harmonia com as ultimas descobertas scientificas, com as modernas alterações politicas e tratando especialmente da geographia de Portugal e suas colonias segundo os mais recentes dados estatisticos, commerciaes e geographicos, por Candido de Figueiredo. 1 vol. 1886, br.................................. 500

Cartonado.................................... 620

Colloquios aldeões por M. de Cormenin, obra premiada pela academia franceza, versão do Visconde de Cas-

tilho (Antonio), approvada pelo governo para uso das escolas primarias, em 26 de outubro de 1878, 1 vol. em br.. 600

Atravez do continente negro ou as nascentes do Nilo, circumnavegação dos grandes lagos da Africa Equatorial e descida do rio Levingstone até ao Oceano Atlantico, por H. Stanley. Traducção do inglez por Mac-Noden, 3 vol., illustrados com 149 gravuras e 11 mappas.. 3$000

Reliquias d'architectura romano-bysantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra, com 4 estampas pelo dr. Augusto Filippe Simões. Lisboa, 1870, fol. br.. 1$000

Canticos do Natal, por Carlos Dickens traduzidos por Eugenio de Castilho. Lisboa, 1873, 8.º br............ 160

Lição ao mestre, romance original por Antonio A. Teixeira de Vasconcellos, 2 vol. Lisboa, 1875, 8.º br.... 1$200

D. João I e a alliança ingleza, investigações historico-sociaes pelo Conde de Villa Franca, 1 vol. em 8.º gr. com estampas.. 1$200

Contos militares, por E. de Amicis, traducção auctorisada. 1 vol. br.. 700

Com encadernação dourada.......................... 1$000

Educação physica, 3.ª edição, pelo dr. A. F. Simões, lente de medicina, 1 vol.......................... 800

Othello ou o Mouro de Veneza, tragedia em 5 actos por Shakspeare, traducção de J. A. de Freitas 1 vol. br.. 600

Com encadernação dourada.......................... 900

Os exploradores inglezes em Africa, discursos proferidos por A. Corvo, Teixeira de Vasconcellos, Pinheiro Chagas e outros oradores, seguidos d'um artigo de L. de Bulhões, ácerca das providencias tomadas para reprimir a escravatura, 1 folh.................. 100

Regina, por Lamartine, traducção de P. Chagas, 1 vol. em br.. 300

Compendio de historia de Portugal, conforme o programma dos lyceus e das escolas normaes, que é commum aos aspirantes ao magisterio, acompanhado de

mappas synopticos, por José Maria da Graça Affreixo, 1 vol. br.. 400
Cartonado.. 500
Resumo d'este compendio, acompanhado de 4 mappas.. 120
Mappa de Portugal, antigo e moderno, pelo padre João Baptista de Castro, 3.ª edição revista e augmentada. Por Manuel Bernardes Branco, 4 vol. br........... 3$000
Apontamentos de historia ecclesiastica. Obra destinada a servir de subsidio aos estudantes dos seminarios diocesanos, 1 vol.. 1$000
Quatro regras de diplomacia, pelo Visconde de Figanière, 1 vol. 8.º 1881.. 700
Grammatica italiana, para uso dos portuguezes, offerecida a Sua Alteza o Principe Real, e compilada pelo professar Cavajani. 1 vol. br.. 600
Rimas, versos de João Penha, 1 vol. com uma cartonagem elegante.. 1$000
Monumentos das ordens militares do Templo e de Christo em Thomar, por José Antonio dos Santos, 1 vol.. 400
Excerptos historicos e collecção de documentos relativos á guerra da peninsula, colligidos e relatados pelo general Chaby, 4 volumes in folio, comprehendendo as campanhas desde 1807 até 1814, acompanhados de muitos planos de batalhas, fac-similes, retratos, vistas, etc., etc.; edição nitida da Imprensa Nacional.. 8$000

Os volumes comprados separadamente custam: o 1.º v. 3$000, o 2.º v. 3$000, o 3.º v. 4$500, e o 4.º v. 3$800.

Poucos exemplares restam.